

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MAÍNE BARBOSA LOPES

*A Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares
Históricos: práticas de seleção e instituição do patrimônio cultural
na Argentina (1938-1955)*

Porto Alegre

2019

MAÍNE BARBOSA LOPES

***A Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares
Históricos: práticas de seleção e instituição do patrimônio cultural
na Argentina (1938-1955)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre

2019

MAÍNE BARBOSA LOPES

***A Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares
Históricos: práticas de seleção e instituição do patrimônio cultural
na Argentina (1938-1955)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito para a obtenção do título de Doutora em
História.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Janice Gonçalves (PPGH – UDESC)

Prof^ª. Dr^ª. Eloisa Capovilla da Luz Ramos (PPGH – UNISINOS)

Prof^ª. Dr^ª. Claudia Wasserman (PPGH – UFRGS)

Prof. Dr. Alessandro Mário Kerber (PPGH – UFRGS)

CIP - Catalogação na Publicação

Lopes, Mainé Barbosa
A Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y
Lugares Históricos: práticas de seleção e instituição
do patrimônio cultural na Argentina (1938-1955) /
Mainé Barbosa Lopes. -- 2019.
310 f.
Orientador: Benito Bisso Schmidt.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Patrimônio histórico. 2. Argentina. 3. História.
4. Identidade nacional. 5. Historiografia argentina.
I. Schmidt, Benito Bisso, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Durante a escrita desta tese, muitas foram as pessoas e instituições que contribuíram, de diferentes maneiras, com a sua elaboração.

Ao Benito Schmidt, agradeço pela receptividade ao meu projeto, pelas leituras rigorosas e importantes contribuições ao trabalho. Sou também infinitamente grata por sua generosidade, empatia e paciência, habilidades que o tornam um orientador especial.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela acolhida e pela qualidade das disciplinas cursadas.

Agradeço às professoras Dras. Cláudia Wasserman, Marcia Chuva, Janice Gonçalves, Eloisa Capovilla e ao Professor Dr. Alessandro Kerber por participarem das Bancas Examinadoras e pelas valiosas contribuições ao meu trabalho.

À CAPES pela bolsa de estudos que possibilitou minha dedicação exclusiva à pesquisa e também pelo financiamento do estágio sanduíche realizado na cidade de Buenos Aires em 2017.

Na Argentina, agradeço ao *Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, vinculado à Universidade de Buenos Aires, onde realizei o estágio sanduíche e reuni ampla bibliografia e documentação. Agradeço também à equipe da biblioteca e arquivo do mesmo Instituto, cujas sugestões de bibliografia foram fundamentais para o trabalho.

Aos funcionários da atual *Comisión Nacional de Monumentos, de Lugares y de Bienes Históricos*, que facilitaram o meu acesso e consulta ao arquivo histórico do órgão, pela gentileza e assistência durante a pesquisa.

Ao Professor Pablo Buchbinder, meu coorientador durante o estágio sanduíche, e às professoras Nora Pagano, Martha Rodríguez e María Élica Blasco, agradeço enormemente pelos comentários e sugestões, tanto na fase de elaboração do projeto de pesquisa quanto durante a minha última estadia em Buenos Aires.

À minha mãe, Viviane Barbosa, que foi mãe *solo*, agradeço pela vida e por ter me ensinado a ver o mundo de maneira realista. Reconheço e admiro também sua persistência em nunca ter desistido de estudar.

Ao meu companheiro, Pompilio Locks Filho, agradeço pela presença, generosidade e amor. No decurso deste doutorado, organizamos cinco mudanças de apartamento (!), as quais faria todas novamente porque esses momentos foram muito importantes para o nosso crescimento.

Ao estatístico Jarbas Tadeu Madril, agradeço pela elaboração dos quadros e do mapa de bens declarados que compõem a tese, os quais possibilitaram *insights* valiosos para o desenvolvimento do trabalho.

À Sheila Peil, pela generosidade em revisar a bibliografia; ao meu irmão, Paulinho, que colaborou com as listas de bens declarados; à Vó Vinilda, Tia Cíntia, Clara, Pompilio (*in memoriam*) e à família do Pom, agradeço sempre pelo apoio e amor; à Dinda Géia, Gábi, Táti, Géssica, Fê W. e Fê G., pelas conversas sobre a tese, torcida e boas energias; à minha “roomie” em Buenos Aires, Magdalena Urdampilleta, e à Jessica Gavillon, ambas pela amizade e interesse em minha pesquisa. À minha família materna em seu conjunto, agradeço por haverem me legado a ‘crença’ na educação e, nesses tempos difíceis, terem sempre se posicionado do lado certo da história.

RESUMO

A *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*: práticas de seleção e instituição do patrimônio cultural na Argentina (1938-1955)

A tese analisa as práticas de seleção e instituição do patrimônio histórico e artístico nacional argentino efetuadas pela *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMYLH) entre 1938 e 1955. Criada como dependente do Ministério da Justiça e Instrução Pública em 1938 e regulamentada pela Lei Nº 12.665 de 1940, a *Comisión* foi encarregada de elaborar e executar a política de proteção dos bens culturais existentes no país. Para tanto, o governo nomeou um conjunto de estudiosos oriundos de instituições de pesquisa histórica e culturais. Por meio da referida lei também se estabeleceu o instrumento jurídico de proteção do patrimônio que, após ser selecionado pela *Comisión*, era assegurado por um decreto do Poder Executivo com a respectiva “declaratória”. Foi durante a gestão presidida por Ricardo Levene, entre 1938 e 1946, que se estruturaram as práticas de trabalho do órgão e se definiram os critérios de seleção dos bens, cujo levantamento foi realizado com o auxílio do arquiteto adstrito à CNMMYLH e de delegados designados em cada uma das províncias e territórios nacionais, entre outros interlocutores. Ao longo do período analisado foram declarados 358 bens, então consagrados como Monumentos ou Lugares Históricos Nacionais. Nesse processo, prevaleceram os critérios histórico e histórico-artístico de seleção do patrimônio, que passou a ser preservado pelas qualidades estéticas das edificações e, sobretudo, por aludir a determinados acontecimentos e personagens do passado nacional. Em linhas gerais, as declaratórias refletiram o “lugar de fala” de seus agentes, boa parte deles membros da *Academia Nacional de la Historia*. Por meio do patrimônio, a Argentina foi apresentada como uma nação pré-configurada desde o período vice-reinal – etapa então valorizada por meio da chamada “arquitetura colonial” – e consolidada graças às ações de políticos e militares da segunda metade do século XIX. Os bens declarados, assim, ajudaram a materializar uma narrativa e uma imagem homogênea do passado argentino, bastante funcional aos regimes da Concordância (1932-1943), que então buscavam se inscrever como continuidade do projeto oligárquico da década de 1880. Cumpriam, além disso, a função de promover a identidade nacional através da instituição de bens culturais locais como patrimônios de toda a coletividade argentina. Mais do que produzir a “crença” no valor dos bens, a declaração dos Monumentos e Lugares Históricos Nacionais possibilitou difundir também o relato histórico da tradição liberal.

Palavras-chave: *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*; patrimônio histórico; monumentos históricos; identidade nacional; Argentina; Concordância; historiografia.

RESUMEN

La Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos: prácticas de selección e institución del patrimonio cultural en Argentina (1938-1955)

La tesis analiza las prácticas de selección e “institución” del patrimonio histórico y artístico nacional argentino efectuadas por la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos (CNMMYLH) entre 1938 y 1955. Creada como dependiente del Ministerio de la Justicia e Instrucción Pública en 1938, y reglamentada por la Ley N° 12.665 de 1940, la Comisión fue encargada de elaborar y ejecutar la política de protección de los bienes culturales existentes en el país. Para ello, el gobierno nombró a un conjunto de estudiosos oriundos de instituciones de investigación histórica y culturales. Por medio de la referida ley también se estableció el instrumento jurídico de protección del patrimonio que, después de ser seleccionado por la Comisión, era asegurado por un decreto del Poder Ejecutivo con la respectiva “declaratoria”. Fue durante la gestión presidida por Ricardo Levene, entre 1938 y 1946, que se estructuraron las prácticas de trabajo del órgano y se definieron los criterios de selección de los bienes, cuyo levantamiento fue realizado con auxilio del arquitecto adscripto a la CNMMYLH y de delegados designados en cada una de las provincias y territorios nacionales, entre otros interlocutores. A lo largo del período analizado se declararon 358 bienes, entonces consagrados como Monumentos o Lugares Históricos Nacionales. En dicho proceso, prevalecieron los criterios histórico e histórico-artístico de selección del patrimonio, que pasó a ser preservado por las cualidades estéticas de las edificaciones y, sobre todo, por aludir a determinados acontecimientos y personajes del pasado nacional. En líneas generales, las declaratorias reflejaron el “lugar de habla” de sus agentes, buena parte de ellos miembros de la Academia Nacional de la Historia. Por medio del patrimonio, la Argentina fue presentada como una nación preconfigurada desde el período virreinal – etapa entonces valorada a través de la llamada “arquitectura colonial” – y consolidada gracias a las acciones de políticos y militares de la segunda mitad del siglo XIX. Los bienes declarados, así, ayudaron a materializar una narrativa y una imagen homogénea del pasado argentino, funcional a los regímenes de la Concordancia (1932-1943) que entonces buscaban inscribirse como continuidad del proyecto oligárquico de la década de 1880. Cumplían, además, la función de promover la identidad nacional a través de la institución de bienes culturales locales como patrimonios de toda la colectividad argentina. Más que producir la “creencia” en el valor de los bienes, la declaración de los Monumentos y Lugares Históricos Nacionales permitió difundir también el relato histórico de la tradición liberal.

Palabras clave: Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos; patrimonio histórico; monumentos históricos; identidad nacional; Argentina; Concordancia; historiografía.

ABSTRACT

The *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*: practices of selection and institution of cultural heritage in Argentina (1938-1955)

The thesis analyzes the practices of selection and institution of the Argentine national historical and artistic heritage carried out by the *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMYLH) between 1938 and 1955. Created as dependent of the Ministry of Justice and Public Instruction in 1938 and regulated by Law N° 12.665 of 1940, the *Comisión* was in charge of elaborating and executing the policy of protection of the cultural assets existing in the country. To this end, the government appointed a group of scholars from historical and cultural research institutions. This law also established the legal instrument for the protection of assets, which, after being selected by the *Comisión*, was guaranteed by a decree of the Executive Branch with the respective “declaratory”. It was during the management presided over by Ricardo Levene, between 1938 and 1946, that the work practices of the organ were structured and the criteria for the selection of the assets were defined, whose survey was carried out with the assistance of the architect attached to the CNMMYLH and delegates designated in each of the national provinces and territories, among other interlocutors. During the analyzed period, 358 assets were declared, and then consecrated as Monuments or National Historic Places. In this process, the historical and historical-artistic criteria of heritage selection prevailed, which came to be preserved by the aesthetic qualities of the buildings and, above all, by alluding to certain events and characters of the national past. Broadly speaking, the declarations reflected the “speech place” of its agents, many of them members of the *Academia Nacional de la Historia*. Through the patrimony, Argentina was presented as a preconfigured nation from the vice-reign period - a stage then valued through the so-called “colonial architecture” - and consolidated thanks to the actions of politicians and military in the second half of the nineteenth century. Declared assets thus helped to materialize a narrative and a homogeneous image of the Argentine past, quite functional to the regimes of the Concordance (1932-1943), which then sought to register as a continuity of the oligarchic project from the 1880s. They also fulfilled the function of promoting national identity through the institution of local cultural assets as heritage of the whole Argentinean community. More than producing “belief” in the value of goods, the declaration of Monuments and National Historical Places made it possible to disseminate the historical narrative of the liberal tradition.

Keywords: *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*; historical heritage; historical monuments; national identity; Argentina; Concordance; historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
Uma <i>mirada</i> sobre o grupo: os profissionais da CNMMyLH, lugares de fala e espaços de atuação	30
1.1. Os agentes da CNMMyLH, laços profissionais e a institucionalização da História	46
1.1.1. A <i>Nueva Escuela Histórica</i> e a profissionalização da disciplina	48
1.1.2. Os membros da CNMMyLH, a <i>Academia Nacional de la Historia</i> e o Estado.....	57
1.1.3. Tensões no campo profissional: narrativas nacionais em conflito	62
1.2. A CNMMyLH, um projeto de quem?	71
1.3. Atuação e centralidade de Ricardo Levene	78
CAPÍTULO 2	
Definindo o patrimônio da nação: determinações legais, práticas de trabalho e agentes envolvidos	92
2.1. Construindo as práticas de trabalho do órgão: o censo de monumentos e os critérios de seleção dos bens	98
2.2. Os delegados da CNMMyLH nas províncias e territórios nacionais	108
2.3. Os integrantes da CNMMyLH no trabalho de seleção dos bens.....	127
2.4. A atuação do arquiteto Mario Buschiazzo.....	130
2.5. As solicitações de declaratórias via agentes externos	133
CAPÍTULO 3	
Os bens declarados	144
3.1. Os bens declarados segundo o critério histórico (1938-1946)	155
3.1.1. Os bens históricos da Revolução de Maio e da Independência.....	156

3.1.2. Os bens referentes ao período de Rosas e da “organização nacional”	166
3.1.3. Lugares Históricos para as campanhas dos “desertos” (e outras ações militares).....	173
3.1.4. Os bens do período colonial	184
3.1.5. O indígena nas declaratórias da CNMMYLH.....	198
3.1.6. Os “grandes homens” nas declaratórias: Personagens, Sepulcros e Árvores Históricas	201
3.2. Os bens declarados segundo o critério histórico-artístico (1938-1946)	215
3.3. Outros valores atribuídos aos bens	229
3.4. A CNMMYLH durante o primeiro peronismo: continuidades e rupturas	231
3.4.1. Debilidades da Lei Nº 12.665	238
3.4.2. Os bens declarados entre 1947 e 1955.....	241
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
FONTES DOCUMENTAIS	256
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	263
APÊNDICE	
Apêndice A: Lista de Bens declarados entre 1938 e 1946	278
Apêndice B: Lista de Bens declarados entre 1947 e 1955	308

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Integrantes da CNMMyLH por ano e por nomeação na ANH (1938-1946).....	33
Quadro 2: Trajetória profissional dos integrantes da CNMMyLH em sua primeira gestão ...	36
Quadro 3: Delegados da CNMMyLH por Província/T. Nacional entre 1938-1947	111
Quadro 4: Bens declarados por Província/T. Nacional entre 1938-1946	116
Quadro 5: Bens declarados por Província/T. Nacional e categoria entre 1938 e 1946.....	152

INTRODUÇÃO

Ella es una institución representativa del sentimiento público argentino, con bellas finalidades para la fidelidad del recuerdo patriótico y útiles para el futuro de la vida del país. Está encargada de salvar del olvido y develar por conservar íntegro el acervo espiritual que nos legaran los próceres, huellas mismas de nuestra historia gloriosa, donde encontraremos inspiración y luz para seguir a la República, con dignidad y altura, por la escala ascendente de su elevación eterna. [...]. Por ello y porque son los monumentos de la historia, propiedad inviolable de los grandes muertos, que viven con nosotros en la autoridad de sus obras, no tenemos el derecho de arrasarlos. [...] nos legaran a condición de conservarlos íntegros para las generaciones venideras, no podemos destruirlos, dominados por la fiebre de la piqueta demoledora, que en virtud de un erróneo sentido del progreso, nada respeta de lo antiguo aunque se trate de símbolos de sagrada herencia, que son fuentes puras de nuestra tradición y en cuyas evocaciones se cimienta un legítimo anhelo de civismo argentino: la nacionalidad (COMISIÓN Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos, 1943, N. 5, p. 226)¹.

O discurso acima, repleto de expressões que denunciam as concepções de história do autor, foi pronunciado por Nicolás Avellaneda, em 1942, durante a colocação de uma placa comemorativa na casa onde teria nascido Bernardino Rivadavia², no centro histórico de Buenos Aires. O ato fazia parte das atividades concebidas pela *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*, órgão ao qual Avellaneda se referiu em sua fala e cujas práticas são o alvo de estudo dessa tese. O orador apresentou-a como uma instituição vital por sua função de “salvar do esquecimento” e “conservar íntegros” os vestígios do passado argentino legados pela história e seus próceres. O referido excerto nos permite vislumbrar alguns dos valores que foram conferidos a determinadas edificações naquele momento, e é significativo por suscitar algumas das questões centrais que perpassam nosso trabalho: porque o governo argentino procurou estabelecer uma política de proteção do patrimônio histórico no contexto em questão? Quais as especificidades dessa lei de proteção? Quem foram os agentes incumbidos de selecionar esse patrimônio e quais foram seus critérios? Quais bens foram protegidos e que significados lhes foram atribuídos?

¹ Doravante, todas as citações extraídas dos boletins da *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* serão referidas de forma resumida, utilizando apenas o seu primeiro termo, “COMISIÓN”. Nas citações em parágrafo recuado, mantivemos o original em espanhol. Quando se tratarem de citações diretas menores, referidas dentro do texto, optamos pela sua tradução, a fim de facilitar a leitura. Nesses casos, todas as traduções são minhas e a regra utilizada também é válida para as citações e traduções da bibliografia em espanhol.

² Bernardino Rivadavia (1780-1845) foi o primeiro presidente das Províncias Unidas do Rio da Prata, entre 1826 e 1827. Anteriormente, de 1820 a 1824, exerceu o cargo de Ministro do Governo e das Relações Exteriores da província de Buenos Aires.

O interesse pelas práticas de trabalho da CNMMyLH surgiu no decorrer da minha pesquisa de mestrado, defendida em 2012, que teve por objetivo analisar como a história da imigração na Argentina foi narrada pelo *Museo Nacional de la Inmigración*, instaurado no antigo hotel de imigrantes existente em Buenos Aires. O edifício desse hotel foi declarado Monumento Histórico Nacional em 1990, fato que me levou a indagar sobre as políticas de proteção do patrimônio no país e a buscar trabalhos que tivessem a CNMMyLH por objeto. Naquele momento, pesquisas sobre a atuação do órgão na área da História eram inexistentes. Na área da Arquitetura, María Sabina Uríbarren (2008) abordou a criação da instituição, as declaratórias de bens efetuadas ao longo de sua primeira gestão (1938-1946) e os princípios de restauro da época, enfocando, sobretudo, as intervenções realizadas no Conjunto da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres, situados em Córdoba. O trabalho de Uríbarren foi de suma importância para o desenvolvimento dessa tese, ao indicar fontes existentes e análises ainda por fazer. Em sua pesquisa, a autora ponderou os valores (como o estético, o histórico, o de excepcionalidade, etc.) que regeram a seleção dos bens e justificaram a sua proteção. Notamos, porém, que ainda se fazia necessário esmiuçar o papel dos agentes envolvidos na tarefa, as práticas de trabalho construídas e executadas por eles, bem como aprofundar a análise sobre os valores conferidos aos bens, especialmente aqueles declarados pelo valor histórico, buscando verificar quais episódios e personagens do passado foram privilegiados pela instituição. Tais questões, que não eram o foco do trabalho da autora, foram centrais em nossa pesquisa.

Uma produção mais recente tem analisado características da gestão da CNMMyLH, tanto de forma comparativa no tempo, quanto em sua relação com o órgão de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro. Nora Pagano (2014a) cotejou a estrutura da instituição na década de 1940 com a da década de 1990, mostrando as principais alterações que a normativa referida ao patrimônio histórico cultural sofreu, passados cinquenta anos da Lei Nº 12.665. Na sequência, a autora (2017) examinou as modificações efetuadas na normativa a partir dos anos 1990, relacionadas à ampliação do conceito de patrimônio e à política patrimonial adotada. Em outro trabalho, Pagano (2014b) explorou as declaratórias de Sepulcros Históricos efetuadas pela CNMMyLH e algumas celebrações de centenários, ocorridas durante o primeiro peronismo. Suas constatações vêm ao encontro da discussão proposta nessa tese, ao elucidar quais foram os personagens e eventos históricos priorizados não apenas nas ações do órgão de proteção do patrimônio, como também nas comemorações oficiais realizadas durante aqueles anos. Já Aguiar e Chuva (2014) realizaram uma comparação entre a implantação das

políticas de proteção do patrimônio nacional no Brasil e na Argentina, atentando para as suas relações com o surgimento de atividades turísticas. As autoras ressaltaram as semelhanças existentes entre os órgãos dos dois países, a CNMMyLH e o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), ambos criados no contexto nacionalista da experiência histórica dos anos 1930-40, momento em que os Estados conceberam os bens culturais como emblemas representativos da nacionalidade. Observaram ainda algumas diferenças na legislação dos dois países, sendo uma delas o nível de autonomia dos órgãos para converterem os bens em patrimônios, superior no caso brasileiro, e outra o grau de intervenção destas agências sobre a propriedade privada, visto que a legislação argentina apontou para a possibilidade de indenização dos proprietários com recursos do governo federal, caso fosse decretada a utilidade pública de um edifício privado.

Por outro lado, as práticas da CNMMyLH orientadas aos museus históricos, e efetuadas durante as décadas de trinta e quarenta, têm sido o alvo das pesquisas de María Élica Blasco (2014; 2015a; 2016a). Além de analisar a assistência de público aos museus da capital federal no período citado, a autora vem contribuindo significativamente para a compreensão dos modos de intervenção da *Comisión* na organização dessas instituições, como o *Museo Nacional del Cabildo y de la Revolución de Mayo*, inaugurado no Cabildo de Buenos Aires em 1939, o *Museo Histórico Colonial y de Bellas Artes* e o *Museo Histórico del Norte*, ambos instalados no Cabildo de Salta em 1945 e 1949, respectivamente. Nesses trabalhos, Blasco sinaliza ainda para o escasso conhecimento empírico que se tem a respeito da institucionalização do domínio específico voltado à preservação dos bens de interesse histórico na Argentina. Segundo ela, “a reconstrução do conjunto de atividades desenvolvidas pela instituição [a CNMMyLH], tanto em Buenos Aires como no interior do país” (BLASCO, 2015, p. 4) é ainda uma dívida pendente da historiografia, parte da qual pretendemos saldar com a presente tese.

Para além do horizonte da CNMMyLH, há pouco mais de uma década, vem se consolidando na Argentina uma produção historiográfica que versa sobre o surgimento de diversos museus no país e, de modo mais geral, sobre a conformação de seu patrimônio arqueológico, etnográfico, histórico e natural (BLASCO, 2007; 2009; 2011; 2012; CARMAN, 2013; GARCÍA, 2007; 2011; PODGORNÝ, 2004; PUPIO, 2005; PUPIO; PIANTONI, 2017). Esses trabalhos têm analisado o papel dos agentes e das redes de relações que possibilitaram a criação de coleções e de instituições museais, interrogam sobre o desenvolvimento precário desses empreendimentos e também sobre as narrativas da nação ou da região suscitadas por eles.

Na historiografia argentina, mais especificamente, o patrimônio histórico tem sido analisado sob o prisma das comemorações e dos usos do passado. Conforme salientaram Zapata (2017) e Blasco (2016), nas últimas décadas, a aparição das discussões sobre o passado nos meios de comunicação e nos debates políticos, acentuada pelas comemorações do Bicentenário da Revolução de Maio, ampliou o interesse pela história da historiografia no país e alargou o seu campo de temáticas. Diferentes processos sociais e institucionais de ativação de memórias e de ressignificação do passado começaram a ser explorados, dando lugar a duas grandes perspectivas de análise nessa área: uma que se centra no desenvolvimento da história como disciplina científica, capaz de orientar o estudo e o ensino do passado e atender “aos processos de profissionalização” para legitimá-la no mundo intelectual; e outra que concebe a historiografia como um espaço para a reflexão sobre “os modos em que os grupos de uma sociedade constroem relações com o passado com vistas à intervenção sobre o presente e que implicam uma certa projeção ao futuro” (2017, p. 462). Para o autor, essa segunda perspectiva tem possibilitado ao referido campo de estudos um caminho promissor: para além de focar exclusivamente na disciplina histórica – preocupando-se com as obras de autores consagrados e com as práticas dos círculos acadêmicos –, vem se construindo como uma área de discussão e produção sobre a influência que a história exerce na experiência social de diferentes grupos, evocada através de memórias, comemorações e representações do passado.

Como expressão dessa linha renovada de investigações, Zapata (2017) destaca os livros organizados por Pagano e Rodríguez (2014) e por Eujanian, Pasolini e Spinelli (2015), entre os quais ainda podemos abarcar os de Cattaruzza (2001; 2007), Bertoni (2001), Pagano (2017), Escudero (2010), os trabalhos de Blasco (2011; 2014; 2015a; 2015c), entre outros. Tratam-se de pesquisas que tomam, em distintos tempos, as comemorações, as homenagens a personagens históricos, as comissões que as organizam, as políticas patrimoniais e os espaços heterogêneos onde se forma a cultura histórica como objetos privilegiados para se analisar as diferentes versões e apropriações do passado ensejadas por agentes que são também variados, como grupos políticos e sociais, agentes do Estado, historiadores, intelectuais, meios de comunicação, etc. É nessa perspectiva de análise que buscamos inserir a pesquisa de tese ora apresentada: ao determinar quais bens eram representativos da história nacional, a CNMMYLH produziu não uma escrita da história à sua maneira convencional, mas fixou uma “narrativa da nação” (HALL, 2006) mediante a valorização de determinados eventos históricos em detrimento de outros. Tais eventos foram corporificados em edificações, árvores, sepulcros e lugares, então instituídos como patrimônios comuns a toda a coletividade argentina.

Certamente, esse alargamento de temáticas no âmbito da história da historiografia argentina é também corolário da ampliação de objetos e fontes que a disciplina vem experimentando desde as últimas décadas, ao mesmo tempo que se coloca em diálogo com o debate aberto em nível internacional sobre os usos do passado ou da história (BANN, 1994; HARTOG; REVEL, 2001; CARRERAS; FORCADELL, 2003; TRAVERSO, 2007)³ e sobre a memória e as comemorações (HALBWACHS, 1990; NORA, 1993; 1998; POLLAK, 1989; 1992). Nossa pesquisa ainda se nutre de uma literatura específica (CHOAY, 2006; PRATS, 1998; POULOT, 2009; CHUVA, 2009; 2012; GONÇALVES, 2009; 2016; FONSECA, 2009; KERSTEN, 2000) que, nos últimos vinte anos, tem indagado a respeito das práticas de produção e invenção do patrimônio cultural, de seus agentes e dos dispositivos legais elaborados para assegurar a proteção dos bens, além de problematizar as narrativas promovidas por este tipo de política cultural. Segundo Prats (1998), os processos de invenção do patrimônio se associam com sua capacidade de gerar discursos sobre a realidade, mas sua construção demanda a legitimação de referentes simbólicos por meio de fontes de autoridade, como o Estado e os intelectuais. Foi na chamada “fase de consagração” do monumento histórico – situada entre 1820 e 1960 – que determinados bens adquiriram um novo *status* demarcado pelos valores que lhe foram investidos, pelo desenvolvimento de um estatuto jurídico voltado à sua proteção, bem como pelo tratamento técnico que passaram a receber (CHOAY, 2006).

Estudando as práticas associadas ao funcionamento dos museus históricos na Argentina durante as primeiras décadas do século XX, Blasco (2012) constatou uma escassa intervenção da historiografia na definição e conceitualização do termo “patrimônio histórico”. No entanto, a autora situa os inícios do processo de construção do patrimônio histórico argentino – entendido como o processo pelo qual o Estado assegurou a preservação daquilo que considerava ser testemunho do passado e representativo da identidade nacional – no final do século XIX, momento em que aparecem as primeiras exposições específicas de objetos e documentos dotados de valor histórico. Previamente, já haviam sido formados museus nas cidades de Corrientes, Paraná e Buenos Aires, mas a primeira instituição dedicada à coleção de objetos e “reliquias” vinculadas à história nacional foi o *Museo Histórico Nacional*, criado em 1890-91.

³ Em linhas gerais, os referidos autores alertam para a instrumentalização que temas históricos – como o fascismo, o Holocausto, as ditaduras – vêm sofrendo nas últimas décadas, tratem-se de “maus ou bons usos” (TRAVERSO, 2007), de usos políticos, midiáticos ou sociais, que excedem o universo dos historiadores e alcançam a esfera pública. Observam, porém, que os eventos recentes não são os únicos a ser instrumentalizados, dado que, ao longo do tempo, o passado foi repetidamente explorado com o objetivo de validar modelos de Estado e justificar sua separação ou unificação nacional (HARTOG; REVEL; 2001). Para esses autores, o que caracteriza um “uso político do passado” é o usufruto que interesses de diversas entidades e naturezas vêm praticando da história, desde a solenidade das comemorações identitárias à trivialização da publicidade ou da propaganda.

Outras iniciativas posteriores seguiram consagrando valor “histórico” a variados objetos, entretanto, foi somente com a criação da *Comisión Nacional de Museos y Lugares Históricos*, em 1938, que o Poder Executivo nacional passou a definir lugares e edifícios como “patrimônio moral da nação” (BLASCO, 2012; ARGENTINA, Decreto 3.390/1938), instituição que, só pelo caráter oficial que carrega, já merece um exame atento sobre suas concepções de “patrimônio” e suas práticas de preservação dos bens culturais.

Conforme apontado por diversos autores (RIEGL, 2014; CHOAY, 2006; HARTOG, 2007; POULOT, 2009; GUIMARÃES, 2007), foi entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, que se afirmou o interesse pelos monumentos históricos no Ocidente, fenômeno intrinsecamente relacionado com a formação dos Estados nacionais. A partir da Revolução Francesa, o Estado começou a salvaguardar objetos e restos do passado no intuito de apresentar a nação como algo imemorial, perdurável, mas também para se diferenciar do governo monárquico. Processos como a criação do museu, do monumento histórico, a reconfiguração da arqueologia, o sucesso do romance histórico, entre outros, inventaram uma tradição patrimonial que remete à nova coletividade nacional (POULOT, 2009, p. 33). Até esse momento, as coleções, os objetos do passado e os monumentos cumpriam apenas uma função de recreio e se encontravam desprovidas de sentido histórico (GUIMARÃES, 2007). Somente sob a luz de um novo regime de historicidade que o historiador moderno venceu a erudição do antiquário e concebeu o passado como “história” – como um domínio distante –, começando a formular nexos entre os tempos, a projetar o futuro e a indagar sobre o passado a partir do presente (ABREU, 2007; GONÇALVES, 2007; MOMIGLIANO, 2014).

Como explica Hartog (2007), a maneira como uma sociedade trata o seu passado revela um “regime de historicidade”⁴, instrumento heurístico proposto para colocar em evidência as diversas formas de experiência do tempo, em diferentes momentos e espaços. Na ruptura com o antigo regime de historicidade, a *historia magistra vitae*, concepção da história que conjugava exemplaridade e repetição⁵, foi denunciada e percebida como nociva pelos modernos: entendeu-

⁴ Hartog (2007) desenvolveu a noção de regime de historicidade a partir de sua familiarização com as categorias da “experiência” e da “expectativa” elaboradas pelo historiador alemão Reinhart Koselleck para definir de que maneira as dimensões temporais do passado e do futuro se haviam colocado em relação em cada presente. Por meio dessa noção, Hartog pretende trazer novas luzes sobre a tensão entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa, responsável por produzir o tempo histórico. Conforme Koselleck, a estrutura temporal dos tempos modernos, marcada tanto pela abertura do futuro como pelo progresso, se caracterizava pela assimetria entre a experiência e a expectativa. Porém, desde fins do século XVIII, esta história pode ser conhecida esquematicamente como a história de um desequilíbrio sempre crescente entre ambos, produzindo o efeito de aceleração. Quanto mais escassa a experiência, maior seria a expectativa e, assim, a produção do tempo histórico permanece suspensa (KOSELLECK, 1990 apud HARTOG, 2007, p. 39-40).

⁵ De acordo com Catroga (2006, p. 13), desde a Antiguidade clássica, “o uso da exemplaridade narrada pelos historiadores obedecia a propósitos de convencimento, exigência que levava à inserção dos acontecimentos em

se que o que havia servido para um povo raramente serviria para outro. No lugar dela foi avançando a compreensão da história como processo, especialmente, como progresso (HARTOG, 2007; 2013). A história deixava, então, de ser vista como cíclica e imutável, mas o desenvolvimento da ideia de progresso manteve a importância das lições do passado, possibilitando a convivência de diferentes regimes de historicidade (CATROGA, 2006, p. 21). No século XIX, procurou-se fazer da história uma ciência e a modernidade se consolidou em torno da:

[...] representação do tempo histórico como um itinerário, no qual o presente foi valorado como sendo qualitativamente superior ao passado, hierarquia que colocava, explicitamente ou não, o novo no cerne da sua legitimação. Todavia, à luz da sua ideia evolutiva, acumulativa e teleológica, as filosofias da história procuraram convencer que, após o anúncio da verdade, o futuro seria o cumprimento de um plano ou de um programa já por elas previsto (CATROGA, 2006, p. 33).

Essa nova forma de se relacionar com o tempo, portanto, teria alterado o modo de resguardo dos objetos históricos e configurado a noção moderna de patrimônio: como “evidência” ou “prova” do passado, cuja materialidade veio a servir de elemento para a formação das identidades nacionais (HARTOG, 2007; 2013). O patrimônio tornava-se testemunho do tempo pretérito, podia assegurar um “vínculo entre a história e a posteridade, encarnar uma lição do passado” (POULOT, 2009, p. 89)⁶. Sua materialidade também se ligava à ideia de territorialização, da qual derivam os sentimentos de pertencimento e posse (CHUVA, 2009). Conforme explicaram Hobsbawm (1988), Hall (2006) e Anderson (2008), ao longo do processo de construção das nações, os Estados buscaram justificar sua configuração em virtude das práticas culturais comuns, da língua, da etnia, do território e da história⁷. Para “fazer” a

totalidades finitas”. Suas “pesquisas” selecionavam conjuntos limitados de fatos que aconteceram no tempo e que só eram explicáveis através de uma ordenação que lhes conferia forma – uma narração tecida com princípio, centro e conclusão. Essa narração se vinculava a um ideal de verdade que era sinônimo de construção de conjuntos harmoniosos, de acordo com o ideal epistêmico e estético dos helenos. A escrita da história, para os gregos, assim, devia ser bela e pragmática, dado que os ritmos da vida podiam vir a repetir-se. A história tinha uma função social: a de garantia contra o esquecimento. Daí “a vocação pedagógica (e cívica) da nova literatura historiográfica: ela contava o que já foi, com o fito de lembrar, à luz dos ritmos cíclicos, ou da repetição do que é característico da natureza humana, o que poderá vir a acontecer” (2006, p. 14).

⁶ Lembramos aqui que o surgimento dos museus é praticamente coetâneo ao aparecimento da noção moderna de monumento histórico. Especialmente entre 1870 e 1930, floresceram uma série de museus etnográficos, “profundamente vinculados aos parâmetros biológicos de investigação e a modelos evolucionistas de análise” (SCHWARCZ, 1993, p. 67), assim como museus de caráter comemorativo, voltados para a celebração da memória das nações.

⁷ Vale observar que, para Hobsbawm (1990), todas estas definições da nação são falhas, na medida em que apenas alguns de seus membros se ajustariam a elas. Como alternativa a esses critérios objetivos, o autor sugeriu uma definição subjetiva de nação: a consciência de pertencer a ela, a vontade de pertencer a uma comunidade. Contudo, adverte que “insistir na consciência como critério da existência das nações” ou das nacionalidades é reduzir “os muitos modos que fazem as pessoas se definirem como membros a uma opção única” (1990, p. 17).

nação, o Estado precisou alcançar os cidadãos, fosse por meio de escolas, de policiais, dos correios ou de estradas (HOBSBAWM, 1988). Em tal contexto, e assim como ocorre com o patrimônio, a disciplina histórica adquiriu enorme importância por narrar os feitos memoráveis e fundar os heróis da nação.

À semelhança do que ocorreu em muitos países ocidentais, na Argentina as preocupações com a formação da nação/nacionalidade⁸ e com a conservação de objetos que a representariam aparecem no final do século XIX e em especial por volta de 1880, ano da consolidação definitiva do Estado argentino, que se resolve com a federalização da cidade de Buenos Aires e com a transformação da cidade de La Plata em capital da província (BERTONI, 2001; BEIRED, 2010). A heterogeneidade da sociedade, decorrente do massivo número de imigrantes que chegava ao país, também levou as elites e a classe dirigente argentina a se engajarem na construção da identidade nacional, promovendo-a por meio da educação, de atos cívicos, do voto universal e da instauração do serviço militar obrigatório⁹. O auge dessas políticas se deu nas décadas de 1930 e 1940, quando os governos atribuíram um papel fundamental à disciplina histórica, às celebrações oficiais, às festas cívicas e à instituição de datas comemorativas e de monumentos aos heróis da nação, como meio de fortalecer a consciência nacional (CATTARUZZA, 2001; 2007; PAGANO; DEVOTO, 2009). Como explica Wasserman (2013), as oligarquias latino-americanas do final do século XIX procuraram “fundar a nação”, mas suas ações não configuraram movimentos nacionalistas capazes de fazer a população se identificar com o projeto nacional, os quais só apareceriam nas décadas de 1920 e 1930, como resultado das reformas universitárias, da crise das oligarquias e dos efeitos da Primeira Guerra Mundial, da Revolução Russa e da crise de 1929. Tal qual notou Anderson (2008, p. 277), somente quando não era mais possível “vivenciar a nação como novidade” que surgiu o nacionalismo, representando uma nova forma de consciência.

Outro fator determinante para o incremento de políticas culturais na Argentina dos anos trinta residia na necessidade de integrar os habitantes dos territórios nacionais como membros da nação. Tratavam-se das antigas terras indígenas ocupadas pelo Estado no final do século

⁸ Bertoni (2001, p. 12) esclarece que o uso do termo “nacionalidade” remete à riqueza polissêmica que teve no século XIX: “muitas vezes foi equivalente à nação e também significou o conjunto de atributos em que um povo baseava sua aspiração de ser uma nação, quando ainda não possuía um Estado”. Entre outros sentidos, é possível usá-lo também “para aludir a uma zona ambígua da realidade [...] entre o indivíduo-cidadão e a nação-Estado, perpassada por diversas formas de relação que iam desde uma vaga ideia de pertencimento até o mais ferrenho patriotismo, desde os laços formais até os sentimentos e os ideais”.

⁹ Entre 1881 e 1914, estima-se que cerca de 4.200.000 pessoas chegaram à Argentina, processo que foi estimulado por uma notável expansão da economia do país, pela ampliação da fronteira agropecuária, pelo crescimento da sua rede ferroviária, entre outros fatores internos e externos (DEVOTO, 2009).

XIX e de áreas no noroeste do país, anexadas a partir de acordos com a Bolívia e o Chile (RUFFINI, 2011; TOMASI, 2012; FAVARO, 2012). Diferentemente das províncias tradicionais, essas áreas foram incorporadas como “territórios nacionais”, isto é, como “entes geográficos administrativos” dependentes do governo central, sem autoridades próprias nem representação no congresso nacional (BUCCIARELLI, 2012; MASOTTA, 2001). Logo, não eram concedidos os mesmos direitos a todos os habitantes do país¹⁰. Para Favaro (2012), essa circunstância mostra que a nação ainda não estava plenamente definida, mas apenas havia se consolidado o poder central e a apropriação das terras e de seus recursos, ação que não implicou a desaparecimento das diferenças regionais. A construção da nação pressupunha tanto o desenvolvimento e integração da atividade econômica dentro de seu território, quanto a difusão de símbolos, valores e sentimentos de pertencimento (2012, p. 9), tarefas ainda inconclusas. Daí o esforço da CNMMYLH em declarar como monumentos “nacionais” bens localizados em todas as regiões do país. A década de 1930, assim, foi um momento chave de discussão sobre a transformação dos territórios nacionais em províncias, quando apareceu com maior força no espaço público nacional o debate sobre as formas de inclusão dos territorianos no corpo político da Nação (BUCCIARELLI, 2012).

O próprio termo “nação”, como entidade que teria existido desde tempos imemoriais, foi utilizado para justificar o arranjo do território argentino sob o controle de um Estado federal. Conforme Buchbinder (1994), as obras de Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López, escritas na segunda metade do oitocentos, cumpriram um papel central na criação de uma imagem da Argentina como “nação preexistente”, apresentando-a como pré-configurada desde o período colonial. Ao longo do século XX, essa imagem seguiu constituindo um importante argumento nos debates políticos acerca do federalismo: se a Argentina já estava predisposta a ser uma nação antes mesmo de sua independência, este fator justificaria a integração das províncias e o direito de intervenção federal (BUCHBINDER, 1994). A concepção da nação como entidade preexistente só foi efetivamente questionada na década de 1980, momento em que Chiaramonte conceituou o problema como o “mito das origens”. O historiador sustenta que, se havia fatores

¹⁰ Conforme estabelecido na Lei Nº 1532 de 1884, a provincialização dos territórios nacionais ocorreria quando estes alcançassem mais de 60 mil habitantes (RUFFINI, 2011). Tal processo foi postergado não pela falta das condições exigidas na lei, mas fundamentalmente porque a instância nacional “analisava” o momento adequado para que os resultados eleitorais no bloco de ex-territórios não modificassem a estrutura de poder. Foi o peronismo quem teve um papel central nesse processo, mobilizando a questão e dando aos habitantes o direito de transformarem-se em partícipes da política e do político (FAVARO, 2012). Estima-se que, para 1935, o número de habitantes no Território de Los Andes era de 2.600, enquanto que o território com maior população era Misiones, com 241.000. Em segundo lugar, o Chaco, com 213.000; em terceiro, La Pampa, com 200.000. Apenas a Terra do Fogo possuía um número de habitantes inferior ao do Território de Los Andes, com a incidência de 2.500 habitantes (BUCCIARELLI, 2012).

de união entre os estados rio-platenses das primeiras décadas do século XIX, esses não eram suficientes para conformar uma nação. Naquele momento, ainda não existia, por exemplo, uma classe dirigente a nível nacional, mas apenas de alcance local. Segundo o autor, a província era a unidade sociopolítica de maior vigência no período e onde se desenvolvia o essencial dos fenômenos econômicos, sociais e políticos da época. Foram as cidades-províncias as protagonistas das primeiras etapas da vida independente, havendo entre elas apenas vínculos comerciais (CHIARAMONTE, 1993; 1997; 2004).

“Nação” e “identidade nacional”, portanto, tratam-se de construções, criadas pelos nacionalismos¹¹ para dar sustentação e legitimidade a Estados recém surgidos (HOBSBAWM, 1990; ANDERSON, 2008; HALL, 2006). Ainda que o Estado argentino tenha se consolidado política e territorialmente no final do século XIX, foi na conjuntura dos anos trinta e quarenta que se assumiu a tarefa de dar continuidade à construção da nação. Ao longo desse período, os governos da Concordância (1932-1943) – aliança política que conduziu o país após o golpe conservador de 1930 e reuniu o exército, radicais antipersonalistas, conservadores e socialistas independentes – buscaram promover a “consciência nacional” por meio do ensino, de comemorações de todo o tipo e também implementaram uma série de obras públicas para impulsionar a integração do território nacional (BALLENT; GORELIK, 2002). Foi nesse marco que se desenhou o órgão destinado à preservação do patrimônio histórico e artístico da Nação, cujas práticas envolveram a transformação de heranças culturais das diversas regiões do país em patrimônio de toda a coletividade argentina. Tal qual observou Pollak (1992), a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que formam uma sociedade.

Tais circunstâncias explicam a sentença do primeiro presidente da CNMMYLH, Ricardo Levene, sobre “o princípio superior” que inspirou a regulamentação do órgão de preservação do patrimônio ter sido “o da unidade da consciência histórica do país, no passado e no presente” (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 11). A integração nacional, no plano simbólico e territorial, pode ser vista como o propósito maior daqueles governos, mas devemos notar ainda que essa “unidade da consciência histórica” também pode ser interpretada como “conformidade”¹², no

¹¹ Em *A era dos Impérios*, Hobsbawm (1988, p. 204) atentou para o avanço do nacionalismo na Europa entre 1880 e 1914, observando que a base desses movimentos era “a presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com ‘sua’ nação e podiam ser mobilizados”. A democratização da política e das eleições oferecia amplas oportunidades para mobilizar as pessoas e, quando os Estados faziam isso, chamavam tal gesto de “patriotismo”. O nacionalismo político passou por uma série de mutações no decorrer do século XX e, entre as duas guerras mundiais, juntamente com o patriotismo, foi encampado como ideologia pela direita política.

¹² Conforme o Dicionário da *Real Academia Española de la Lengua*, a palavra “unidad” possui nove acepções distintas, sendo uma delas a definição de “conformidade”. Consultado em: <http://www.rae.es/>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

sentido de uma adesão a ideias. Em outras palavras, a expressão implica uma tentativa de homogeneizar a imagem ou a narrativa histórica da Nação, de apagar ou minimizar diferenças regionais em prol de uma unidade comum que teria existido ao longo do tempo. Como alertou Canclini (2008), o patrimônio histórico é, quase sempre, preservado “para simular que há uma origem comum, uma substância fundadora”, sendo utilizado como elemento para a constituição das identidades modernas.

Criada como dependente do Ministério da Justiça e Instrução Pública pelo Decreto Nº 3.390, de 28 de abril de 1938, a *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*¹³ só foi regulamentada pela Lei Nº 12.665, de outubro de 1940. Por meio dela se estabeleceu o instrumento jurídico que asseguraria a proteção dos bens: uma vez selecionados pela *Comisión*, cabia ao Poder Executivo emitir a respectiva “declaratória” de “Monumento” ou de “Lugar Histórico Nacional”, que passou a ser efetuada sob a forma de decretos. Ao longo de toda a primeira gestão do organismo (1938-1946), foram declarados 335 bens, divididos entre as categorias de Monumento Histórico, Lugar Histórico, Sepulcro Histórico e Árvore Histórica. Tal procedimento – planejado pelos membros da *Comisión* durante seus primeiros anos de funcionamento – outorgou aos bens um novo valor, alçou-os à classe de “semióforos”, isto é, de objetos “dotados de um significado” (POMIAN, 1984, p. 71). Ao seu valor de uso primário – servir para a moradia, para a defesa, para a administração local, etc. – foi acrescentado um valor simbólico: a casa, o forte e o Cabildo tornaram-se ícones representativos de acontecimentos do passado da Nação.

É devido a este novo significado atribuído aos bens que as declaratórias são entendidas nessa tese como o “rito de instituição” (BOURDIEU, 2008) pelo qual lugares e edificações foram transformados em patrimônios. Ainda que, ao conceituar esses ritos, o autor estivesse se referindo a atos muito diversos da trajetória de indivíduos e pelos quais se demarca uma diferença (o casamento, a circuncisão, a formatura, a posse de um cargo, o recebimento de um título), sua definição é bastante operacional para compreendermos a alteração de sentido produzida pela declaratória, dado que, nas palavras do sociólogo: “instituir é consagrar, ou seja, sancionar e santificar um estado de coisas, uma ordem estabelecida, a exemplo precisamente do que faz uma *constituição* no sentido jurídico-político do termo” (2008, p. 99). Dentre um universo de objetos possíveis, o rito da declaratória assegurava que o bem escolhido fosse

¹³ Pelo Decreto Nº 3.390 de 28 de abril de 1938, o organismo foi inicialmente denominado *Comisión Nacional de Museos y Lugares Históricos*. Com a Lei Nº 12.665, passou a chamar-se *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Entretanto, em decisão posterior, de 1º de setembro de 1941, seus membros resolveram suprimir a palavra “Lugares” da denominação para obter maior brevidade. Independentemente dessas alterações, ao longo da tese utilizaremos a sigla CNMMYLH.

“reconhecido como legítimo e natural” (2008, p. 98); consagrava-o definitivamente como “histórico” ou “histórico-artístico”, como símbolo de uma dada produção artística e, principalmente, de um determinado evento pretérito. É notório que muitos dos edifícios declarados ao longo da primeira gestão da CNMMYLH já dispunham de historicidade e valor simbólico mesmo antes desse “rito de instituição”, entretanto e tal qual ocorre com a “investidura (do cavaleiro, do deputado, do presidente da República, etc.)”, compreendemos que a declaração desses bens como Monumentos e Lugares Históricos da Nação aumentava a “crença” em seu valor (2008, p. 99-100).

Os bens patrimonializados na categoria “Lugar Histórico” foram igualmente revestidos do novo significado outorgado pelo rito da declaratória. No entanto, uma grande maioria deles não compartilhava dos mesmos atributos que os “Monumentos Históricos”. Nesse caso, a chave de análise é outra: sua historicidade não podia ser atestada pelos “traços físicos” que denotam a passagem do tempo (RIEGL, 2014), não se confirmava pela ordem do visível, mas foi garantida pela autoridade daqueles que o elegeram. Daí que nos valem da instrumentalidade de mais duas noções aportadas por Bourdieu, a dos capitais e a do campo. A dimensão dos capitais – entendida como uma propriedade de qualquer tipo (física, simbólica, econômica, cultural, social, científica) percebida pelos agentes sociais e cujas categorias de percepção são tais que eles podem “reconhecê-las, atribuindo-lhes valor” (BOURDIEU, 1996b, p. 107) – nos ajuda a entender como foram escolhidos os homens que atuaram na CNMMYLH e os poderes que lhes foram investidos.

O capital científico ou cultural, como espécie particular do capital simbólico, “é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento” atribuídos pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico (BOURDIEU, 2004, p. 26). Para se produzir a “crença” no valor dos Monumentos e, principalmente, dos Lugares Históricos declarados como patrimônios foi fundamental, portanto, o prestígio e a autoridade de que gozavam o presidente e os vogais da *Comisión*. Enquanto diretores de museus e arquivos, historiadores e professores de História, Sociologia e Direito, os membros designados para o órgão federal de preservação do patrimônio tratavam-se de profissionais reconhecidos não apenas por seus pares, mas também por vários representantes do poder público e com os quais mantiveram estreitas relações ao longo dos anos trinta.

A noção de “campo” também se faz importante nesta pesquisa na medida em que esses agentes nomeados para a CNMMYLH eram oriundos do âmbito historiográfico, tendo sido boa parte deles integrantes da corporação de historiadores criada por Bartolomé Mitre no final do

século XIX – a *Junta de Historia y Numismática Americana* – e transformada em *Academia Nacional de la Historia* em 1938, ainda no governo do General Agustín P. Justo. Para Bourdieu (2004, p. 20), os campos são lugares de relações de forças, nos quais “estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” – entre outros domínios – e que obedecem “a leis sociais mais ou menos específicas”. Ainda que não possamos falar de um “campo” de estudos da história completamente estruturado e nos moldes do campo científico que foi descrito por Bourdieu¹⁴, o conceito é importante por nos permitir compreender os membros da CNMMYLH como agentes em um espaço mais amplo de poder e de luta para consolidar suas posições nele.

Especialmente na década de 1930, o campo historiográfico, que então se apoiava em um certo consenso sobre as práticas de escrita da história, experienciou os efeitos do avanço das ideias nacionalistas e viu emergir uma profusão de narrativas sobre o passado nacional. O cerne do debate travado recaiu sobre o lugar que se atribuía à figura de Juan Manuel de Rosas na historiografia argentina e a *Academia Nacional de la Historia* foi acusada de sustentar uma história oficial, liberal e falsa da Nação (CATTARUZZA, 2001; 2003; GALASSO, 2004; HALPERÍN DONGHI, 2006). A versão dessa corporação de historiadores, no entanto, foi a que melhor atendeu aos interesses dos governos daquele período, que então se apresentavam como continuidade do projeto oligárquico da década de 1880, derrotado em 1916. Sem criticar sua dependência econômica, a *Junta-Academia* retratava a Argentina como uma nação em permanente evolução, suprimindo os conflitos entre as províncias e conferindo destaque às etapas da Independência e da organização do Estado federal (DEVOTO; PAGANO, 2009; GIRBAL DE BLACHA, 1995; SAAB; SUÁREZ, 2012).

Tal debate mostra que, apesar de a *Academia* ocupar uma posição privilegiada nesse campo historiográfico em construção, ela não foi a única entidade a se dedicar ao estudo da história naquele momento e a disputar os recursos públicos disponíveis. É nesse sentido que compreendemos a CNMMYLH como mais um lugar para a afirmação da figura do historiador e, sobretudo, da tradição historiográfica sustentada pela *Academia*. Mediante a *instituição* de um patrimônio histórico e artístico “nacional”, o Estado e seus agentes buscaram não apenas produzir a “crença” (BOURDIEU, 2008; 2002) no valor desses bens – considerados como

¹⁴ Como explica Bourdieu (2004, p. 33), “o que faz a especificidade do campo científico é aquilo sobre o que os concorrentes estão de acordo acerca dos princípios de verificação da conformidade ao ‘real’, acerca dos métodos comuns de validação de teses e de hipóteses, logo sobre o contrato tácito, inseparavelmente político e cognitivo, que funda e rege o *trabalho de objetivação*”. Deve ficar claro que o campo da historiografia era um espaço em formação na Argentina das primeiras décadas do século XX, razão pela qual os historiadores buscavam delimitar seus contornos e assegurar o seu lugar nele, conforme veremos no capítulo 1.

elementos constitutivos da nacionalidade –, mas também a fé no relato histórico da tradição liberal. Assim, nas práticas de seleção dos bens culturais efetuadas pela CNMMYLH, privilegiaram-se lugares e edificações que se ajustavam a essa narrativa histórica, porquanto aludiam a determinados episódios e personagens do passado argentino.

Para Cattaruzza (2007, p. 139), o controle que o aparato estatal procurou exercer sobre a memória nacional ao longo das décadas de trinta e quarenta estava relacionado à “convicção de que a difusão de imagens do passado tinha algum efeito sobre a realidade”, de que versões históricas tinham o poder de legitimar (ou não) as posições do presente. Como esse controle não podia ser exercido somente por organismos políticos e burocráticos, o governo passou a convocar os especialistas da *Academia* que, por sua vez, viam nesses chamados uma oportunidade para legitimar as posições que supunham lhes serem próprias (2007, p. 140).

Considerando a importância das relações entre história e memória, e seguindo a trilha de Halbwachs e Pollak, é imprescindível reconhecermos a estruturação da memória como uma reconstrução do passado que é sempre realizada a partir do presente (SCHMIDT, 2006). Neste sentido, os exemplos de Pollak (1992), sobre como a memória gaullista, na França do pós-guerra, conseguiu se transformar em memória nacional, nos ajudam a refletir sobre nosso objeto de estudo. As comemorações e as celebrações oficiais empreendidas pelo Estado argentino durante os governos da Concordeância, assim como no caso citado, deixaram um certo número de datas e de eventos profundamente valorizados, possibilitando que a interpretação do passado desse grupo político se consolidasse como memória oficial. Logo, as práticas da CNMMYLH também podem ser compreendidas sob a fórmula do “trabalho de enquadramento da memória” (1992, p. 206), porque foi disso que se tratou a tarefa desempenhada pelos historiadores da *Academia* no seio do Estado, de enquadrar elementos constitutivos da memória (acontecimentos, personagens e lugares) com o fito de homogeneizar a imagem da Nação.

O foco dessa pesquisa recaiu, portanto, nas práticas de seleção e instituição do patrimônio histórico e artístico nacional argentino empreendidas pela *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricas* entre 1938 e 1955. Para tanto, nos amparamos em um conjunto de fontes composto, especialmente, pelos boletins anuais publicados pela instituição, pelos decretos de declaração de monumentos e lugares históricos, e por uma série de correspondências trocadas entre a CNMMYLH e seus delegados residentes nas províncias e territórios nacionais, entre outros interlocutores. A respeito dos boletins é importante salientar que seus números não estão disponíveis em meio eletrônico e foram digitalizados em diferentes arquivos da cidade de Buenos Aires. Como publicação organizada pelo presidente da

instituição¹⁵, cada edição contou com seções bem definidas, a saber: a memória da gestão anual, as contribuições de autores diversos sobre o patrimônio histórico e artístico em nível nacional e internacional, os discursos proferidos em atos organizados pelo órgão, Seção Museus Históricos, Seção Monumentos e Lugares Históricos, Seção Bibliografia e Atas de suas reuniões, entre outras.

Os decretos de declaração dos bens foram imprescindíveis para o desenvolvimento da tese, não apenas para traçarmos a relação de monumentos e lugares históricos declarados no período, mas porque se convencionou incorporar em seu teor a justificativa da declaratória: uma espécie de resenha breve, quase uma cópia literal dos pareceres elaborados pelos membros da *Comisión*, na qual se expunham os valores que haviam sido atribuídos aos bens e determinado a sua seleção. Em grande parte, esses decretos e resenhas podem ser consultados na Seção Monumentos e Lugares Históricos que integra cada um dos boletins do organismo, porém também tivemos acesso à totalidade das declaratórias no arquivo institucional da antiga CNMMYLH – hoje *Comisión Nacional de Monumentos, de Lugares y de Bienes Históricos* (CNMLyBH). Finalmente, as correspondências trocadas com os delegados do interior foram igualmente consultadas no referido arquivo institucional, durante nosso estágio sanduíche, realizado no ano de 2017.

Nossa investigação está situada temporalmente entre 1938 e 1955, por serem esses o ano de criação da CNMMYLH e o ano do término do primeiro peronismo, respectivamente. Demarcamos o ano de 1955 como limite por considerarmos importante verificar as permanências ou rupturas das práticas de instituição do patrimônio histórico e artístico nacional argentino ante a renúncia da maioria dos estudiosos que atuaram no órgão e o advento de um novo regime político, em 1946. Contudo, devido à rotatividade dos profissionais encarregados da gestão da *Comisión* nessa nova etapa e à escassez de informações sobre suas práticas, o período compreendido entre 1947 e 1955 será tratado, substancialmente, na última seção do capítulo 3. Vale destacar o pequeno número de bens declarados nesses anos, apenas 23, em comparação com os 335 bens da gestão inicial. Assim, grande parte da tese está centrada nos nove anos iniciais de funcionamento da CNMMYLH, ainda que tenhamos também despendido nosso olhar sobre o trabalho realizado pelo órgão durante o primeiro peronismo.

Considerando a importância da ação de seleção desses bens patrimoniais, no **capítulo 1** exploramos quem foram os agentes nomeados pelo governo argentino, em 1938, para eleger os

¹⁵ A coleção de Boletins é composta por 15 números publicados entre 1939 e 1962, sendo que eles possuem tamanhos variados: entre 139 páginas (Boletim N. 14) e 794 páginas (Boletim N. 4). Após 1962, esta publicação parece ter sido interrompida.

Monumentos e Lugares Históricos da Nação. Procuramos compreender seus “lugares de fala”, abordando a atuação profissional desses estudiosos da história e os vínculos que mantinham com algumas instituições histórico-culturais da época. Dada a centralidade de Ricardo Levene nas práticas do órgão, dedicamos a seção final do capítulo às ações desempenhadas pelo presidente da *Comisión* e suas relações com os demais membros da instituição e do poder público.

No **capítulo 2**, procuramos responder as questões atreladas à elaboração das práticas de trabalho da CNMMyLH. A partir de sua legislação e de disposições internas, analisamos os critérios que orientaram a seleção dos bens. Em seguida, examinamos os procedimentos pelos quais a política federal de preservação do patrimônio cultural argentino foi implementada: a realização do censo de bens de interesse existentes no país e a contribuição de diferentes agentes nesse processo, como os delegados designados em cada unidade da federação, o arquiteto adstrito ao órgão, os próprios vogais da *Comisión*, além de abordarmos as solicitações de declaratórias que partiram de agentes externos. As correspondências trocadas entre a CNMMyLH e seus delegados nos permitiram compreender com maior profundidade como se deu o processo de seleção do patrimônio histórico e artístico nacional; em alguns casos, silenciando sobre o papel da comunidade local em sua conservação, em outros, mostrando que o órgão também foi capaz de atender a pressões políticas e a demandas da sociedade civil. Uma vez definidas as listas de bens a serem protegidos, o órgão encaminhava as respectivas solicitações de declaratórias ao Poder Executivo nacional.

Estudar as práticas de seleção e instituição do patrimônio efetuadas pela CNMMyLH implica analisar os valores atribuídos aos bens e indagar sobre os motivos dessas escolhas, isto é, sobre as razões da “mobilização de determinados recursos do passado” (HARTOG; REVEL, 2001) ante um universo de referentes possíveis. Assim, no **capítulo 3**, nos debruçamos sobre os pareceres ou resenhas dos Monumentos e Lugares Históricos que foram elaboradas pelos membros da CNMMyLH para justificar a sua declaratória. A partir dessas resenhas, procedemos à elaboração de uma base de dados – ver Apêndice A e B –, que nos permitiu constatar a prevalência dos critérios histórico e histórico-artístico no processo de seleção do patrimônio, bem como identificar três justificativas principais pelas quais os bens foram selecionados: 1) por se referirem a um acontecimento histórico ou ser considerado antigo, 2) por se referir a um personagem histórico e/ou 3) por seus valores estéticos. Tendo isso em vista, o capítulo foi organizado em quatro seções, a primeira que examina quais foram os episódios, períodos e personagens históricos celebrados por meio das declaratórias; a segunda que estuda

as características estéticas igualmente privilegiadas; a terceira aborda outros valores que, em menor medida, foram atribuídos aos bens; e a quarta que se dedica às práticas do órgão e aos bens declarados durante o chamado primeiro peronismo.

Na primeira seção, procuramos agrupar os bens conforme os acontecimentos associados a eles. Alguns temas da história argentina foram especialmente recorrentes nas declaratórias, a saber: a Revolução de Maio e a Independência do país, a oposição ao governo de Rosas, o período da “organização nacional”, iniciada com a Batalha de Caseros, as campanhas do “deserto” e a etapa colonial de forma mais genérica, com destaque para o patrimônio jesuíta. Em seguida, atentamos para os elementos de natureza estética que foram predominantemente considerados na seleção dos bens, quais sejam, a arquitetura colonial, a referência a traços arquitetônicos considerados originais, excepcionais ou característicos de uma dada região, e o valor artístico das construções ou de obras contidas em seu interior. Na terceira seção, tratamos de um pequeno número de monumentos, cujas declaratórias indicaram valores distintos, como o de excepcionalidade, o religioso e o turístico. Finalmente, na seção 3.4, abordamos, de forma breve, o trabalho realizado pela CNMMYLH durante o primeiro peronismo, buscando identificar continuidades e rupturas em relação ao período anterior. As revogações de declaratórias, efetuadas nesse momento, colocaram em evidência as debilidades da Lei N° 12.665, ao passo que os novos bens declarados não alteraram a narrativa histórica difundida na gestão anterior.

CAPÍTULO 1

Uma *mirada* sobre o grupo: os profissionais da CNMMyLH, lugares de fala e espaços de atuação



O Cabildo de Buenos Aires – sede da CNMMyLH – logo após a sua restauração, em 1940¹⁶.

¹⁶ Fonte: CeDIAP-Centro de Documentación e Investigación de la Arquitectura Pública. Extraído de: <https://www.facebook.com/comisionnacionaldemonumentos/>. Acesso em 10 de junho de 2016.

Em 28 de abril de 1938, o Poder Executivo nacional argentino decretou a criação da *Comisión Nacional de Museos y Lugares Históricos*, organismo que passava a ter a gerência sobre museus e lugares históricos do país e a assumir diversas funções em relação ao “patrimônio moral da Nação”¹⁷. Composta por um presidente e dez vogais, a instituição surgia como dependente do Ministério da Justiça e Instrução Pública e substituíu a *Superintendencia de Museos y Lugares Históricos*, criada no ano anterior. Seus membros exerceriam os cargos com caráter honorário e seriam designados para períodos de três anos, podendo ser reeleitos¹⁸. Conforme o mesmo Decreto, era conveniente que a *Comisión* fosse “constituída por pessoas que tenham se destacado no conhecimento e estudo da história pátria”.

A primeira gestão da CNMMYLH foi presidida pelo historiador Ricardo Levene e, entre os seus vogais, contou com diversos integrantes da *Academia Nacional de la Historia*, professores de História, Sociologia e Direito, além de diretores ou curadores de museus e arquivos. O presente capítulo aborda o “momento de máximo esplendor” da estreita aliança entre governo e historiadores (MYERS, 2004, p. 72), em que não apenas se desenvolveram políticas voltadas à valorização da história nacional, mas também se buscou controlar – com o respaldo destes especialistas – as imagens do passado então difundidas por diferentes veículos, como o cinema, os livros didáticos, os ritos e as comemorações (CATTARUZZA, 2007). Inserida neste contexto, a criação da *Comisión* encerra enorme importância pelas suas atividades de salvaguarda e restauração de prédios históricos, criação de museus, demarcação de casas de “próceres” e organização de atos celebrativos a personagens e fatos do passado nacional.

Em maio de 1938, os membros da CNMMYLH se reuniram para a sua primeira sessão, no gabinete do próprio Ministro da Justiça e Instrução Pública, Dr. Jorge Eduardo Coll. Durante essa reunião, o representante do governo expressou que o organismo foi criado pela “necessidade de salvaguardar tudo aquilo que fosse representativo do passado argentino”. Segundo o Ministro, para preencher “tão alta e nobre função”, havia convocado “um núcleo qualificado de cidadãos como os que se encontravam presentes, todos eles destacados por sua dedicação aos estudos históricos e expoentes da cultura nacional”. Assim, “o Governo colocava em suas mãos o cuidado do patrimônio moral da Nação, representado pelos tesouros de suas relíquias históricas, por seus monumentos” e declarava constituída a *Comisión* para a realização de suas tarefas (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 185).

¹⁷ Cf. ARGENTINA, Decreto N° 3.390/1938.

¹⁸ Com a sanção da Lei N° 12.665/1940, que regulamentou a CNMMYLH, o tempo de permanência dos membros nomeados para o órgão passou a ser de seis anos, ainda com o direito de serem reeleitos.

A ata desta primeira sessão é, por certo, bastante significativa no que se refere à função dada aos nomeados e pela distinção a eles conferida. Vale lembrarmos nesse sentido as indicações de Fonseca (2009) sobre a importância do papel exercido pelos intelectuais na construção dos patrimônios culturais, enquanto responsáveis pela seleção dos bens que são preservados e pela elaboração de uma representação da nação. As atas subsequentes mostram que os componentes do organismo foram nomeados diretamente pelo Ministro da Instrução Pública e pelo Presidente da Nação¹⁹, ainda que possa ter ocorrido a indicação de nomes por parte dos próprios membros. A escolha de seus integrantes, assim, baseada no reconhecimento de seu trabalho como historiadores, pode ser compreendida sob a lógica do “capital simbólico”, como uma propriedade percebida e reconhecida por um conjunto de agentes sociais (BOURDIEU, 1996b).

É por estarem imbuídos de um capital específico, como o cultural e o social, que determinados agentes foram selecionados para a tarefa. A sua produção ou atuação “notável” no âmbito da história parece ter sido uma das razões que levou o Presidente da Nação e o Ministro da Instrução Pública a confiar-lhes um importante cargo e, até mesmo, a criar um organismo para a atuação desses profissionais. Deve ficar claro que, se o Poder Executivo foi capaz de perceber estes estudiosos como detentores de um capital simbólico, é porque compartilhava de seu conjunto de crenças, permitindo-lhe avaliar as suas condutas como honrosas²⁰ (BOURDIEU, 1996b). Vale notar ainda que se, por um lado, os profissionais escolhidos eram adequados às orientações e interesses do governo, por outro, integrar a *Comisión* permitia-lhes ampliar seus capitais e universo de ações. Tal seleção de membros, obviamente, implicou deixar de fora outros nomes possíveis, com habilidades e saberes igualmente importantes para a execução da função.

Assim, nos parece importante estudar com maior atenção quem eram esses agentes nomeados pelo governo para deliberar sobre a história nacional e eleger o seu patrimônio. Partindo do pressuposto de que “é a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer” e de que “só compreendemos, verdadeiramente,

¹⁹ Na ata de sessão do dia 30 de maio de 1938, o presidente da *Comisión* relata aos demais membros que, devido às suas intensas atividades, Luis Mitre solicitara renúncia do organismo. Porém, interpretando o desejo das autoridades da Nação e do corpo da *Comisión*, mudou sua opinião desde que continuasse apenas como um de seus vogais e não como vice-presidente (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 190).

²⁰ Parece-nos importante salientar que, para Bourdieu (1996b), o próprio Estado também é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital (capital de força física, capital econômico, capital cultural, capital simbólico), o que lhe torna detentor de uma espécie de *metacapital* e que lhe permite exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos de capital (1996b, p. 99) – como, no caso em tela, exerceu ao autorizar a criação de um organismo voltado para o âmbito da história e da preservação do patrimônio nacional.

o que diz ou faz um agente engajado num campo” se conhecermos o lugar “de onde ele fala” (BOURDIEU, 2004, p. 23-24), abordaremos a atuação profissional dos membros designados para a CNMMyLH e os vínculos que eles mantinham com algumas instituições histórico-culturais da época. Boa parte destes estudiosos possuía uma longa trajetória junto a espaços institucionais, do âmbito universitário ou externo a ele, e a partir dos quais o “campo” historiográfico e a profissão do historiador foi se configurando no país. Em seguida, procuramos elencar as principais ações voltadas para a preservação do patrimônio histórico e artístico argentino que antecederam a criação da CNMMyLH. Dentre todos os membros do órgão, se sobressai a figura do presidente Ricardo Levene, historiador de grande notoriedade no meio universitário e cultural daquele período, a quem dedicamos parte desse capítulo.

O decreto presidencial N° 3.390 de 1938 ainda determinou, em seu artigo 2º, que a *Comisión* elaboraria o projeto de lei do organismo, “para unificar os gastos públicos, a administração, a conservação, etc., de todos os lugares, monumentos, templos, casas e museus históricos del país”. Este foi redigido por Levene no mesmo ano e encaminhado para a votação no Congresso Nacional. A Lei N° 12.665, que finalmente regulamentou a criação da CNMMyLH, foi aprovada em 30 de setembro de 1940, mas, até a sua sanção, o decreto de 1938 garantiu funções executivas ao organismo. Durante a primeira metade desse ano, seus membros se reuniram provisoriamente no *Museo Mitre* (sede da *Academia Nacional de la Historia*) até que sua sede definitiva, algumas salas do Cabildo de Buenos Aires, estivesse habilitada. O Quadro 1 traz a lista de vogais nomeados e, em caso de saída de membros, seus respectivos substitutos durante a gestão presidida por Ricardo Levene:

Quadro 1: Integrantes da CNMMyLH por ano e por nomeação na ANH (1938-1946)

1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946
Presidente Levene (ANH em 1915)	Presidente Levene	Presidente Levene	Presidente Levene	Presidente Levene	Presidente Levene	Presidente Levene	Presidente Levene	Renuncia em julho – Benjamín V. assume presidência até dez.
Ramón Cárcano (ANH em 1901)	Ramón Cárcano	Ramón Cárcano	Ramón Cárcano	Ramón Cárcano	Ramón Cárcano	Ramón Cárcano	-	Falecido em 3/6/1946
Tomás Cullen	Tomás Cullen	Nicolás A. Avellaneda	Nicolás A. Avellaneda	Nicolás A. Avellaneda	Nicolás A. Avellaneda	-	Falecido em 26/04/1945 ²¹	-
Luis Mitre (ANH em 1915)	Luis Mitre	Luis Mitre	Luis Mitre	Luis Mitre	Luis Mitre	Luis Mitre	Luis Mitre	Renúncia aceita em julho

²¹ Conforme COMISIÓN..., 1946, N. 8, p. 535c.

Enrique Udaondo (ANH em 1922)	Enrique Udaondo	Padre Guillermo Furlong (ANH em 1938)	Padre Guillermo Furlong	Renúncia aceita em julho				
Emilio Ravignani (ANH em 1931)	Emilio Ravignani	Emilio Ravignani	Renúncia aceita em julho					
Rómulo Zabala (ANH em 1922)	Rómulo Zabala	Rómulo Zabala	Renúncia aceita em julho					
Benjamín Villegas B. (ANH 1926)	Benjamín Villegas B.	Benjamín Villegas B.	Renúncia aceita em dezembro					
Luís M. Campos Urquiza	Luís M. Campos Urquiza	Luís M. Campos Urquiza	Luís M. Campos Urquiza	Luís M. Campos Urquiza	Luís M. Campos Urquiza	Luís M. Campos Urquiza	Luís M. Campos Urquiza	Renúncia aceita em julho
Alejo B. González Garaño (ANH em 1938)	Alejo González Garaño	Héctor C. Quesada	Héctor C. Quesada	Renúncia aceita em julho				
Cel. Félix Best	Cel. Félix Best	Cel. Bartolomé E. Gallo	Cel. Aníbal S. Imbert	Cel. Aníbal S. Imbert	Renúncia não aceita			
Secretário Torre Revello (ANH em 1937)	Secretário José Luis Busaniche	Secretário José Luis Busaniche	Secretário José Luis Busaniche					

Fonte: Elaborada pela autora com base nos Boletins da CNMMYLH, números 1-9, e nos dados de membros da *Academia Nacional de la Historia*²².

Como podemos observar, os membros da *Comisión*, de um modo geral, mantiveram a sua unidade durante esta primeira gestão e, juntos, pediram a renúncia de seus cargos no ano de 1946. Alguns dos nomeados iniciais, porém, permaneceram menos tempo na instituição, como é o caso de Tomás Cullen²³, que faleceu em 1940 e foi substituído por Nicolás A. Avellaneda

²² Consultado em http://www.an-historia.org.ar/academicos_comp.php. Acesso em 22 de janeiro de 2015.

²³ Como o vogal atuou somente dois anos na instituição, optamos por não incluir seu nome no Quadro 2 (Trajetória profissional dos integrantes da CNMMYLH em sua primeira gestão), no entanto, consideramos válido trazer alguns dados que encontramos sobre sua vida e atividade profissional. Tomás Cullen (1863-1940) nasceu em uma antiga família de fazendeiros e comerciantes santafesinos, de tradicional atuação política na província (COUDANNES, 2007). Coudannes estudou a relação dos historiadores com grupos dirigentes de Santa Fé, em meados da década de 1930, e identificou que estes pertenciam a uma mesma elite, vinculada por laços de parentesco. Boa parte da produção historiográfica desses historiadores tinha por intuito retratar uma imagem positiva das personalidades locais, com as quais eles próprios mantinham vínculos de parentesco, reconstruindo assim também “o prestígio da rede de famílias no poder” (2007, p. 20). Cullen fez parte deste movimento, presidindo uma comissão de homenagem a seu avô, Domingo Cullen, colaborador e sucessor de Estanislao López. Já em Buenos Aires, Tomás graduou-se em Direito pela UBA. Foi eleito deputado nacional e, em 1914, nomeado Ministro da Justiça e Instrução Pública. Em 1938 passou a integrar a *Academia Nacional de la Historia*, ano em que foi designado vogal

(COMISIÓN..., 1941, p. 583). Enrique Udaondo demonstrou ampla e assídua participação nas reuniões da *Comisión*, porém apresentou sua renúncia ao cargo em outubro de 1943. Levene e uma comissão de membros insistiram ante Udaondo para que retirasse a renúncia, “a fim de não se privarem da valiosa colaboração do vogal”; no entanto, esse informara que estava sobrecarregado de tarefas na direção do *Museo Colonial de Luján*, o que pode ter influenciado em sua decisão irrevogável (COMISIÓN, 1944, p. 625, 637). Assumiu no lugar de Udaondo o Reverendo Guillermo Furlong, historiador e membro da ordem jesuíta. Já o colecionador e historiador Alejo B. González Garaño foi designado como diretor do *Museo Histórico Nacional*, em 1939, sendo substituído por Héctor C. Quesada. Sobre o Cel. Félix Best, verificamos que ele apresentou renúncia do organismo por transladar-se à Europa em uma missão encomendada pelo governo argentino (COMISIÓN..., 1941, p. 534), sendo substituído pelo Cel. Bartolomé E. Gallo, em 1940. Nos últimos dois anos desta gestão, o membro representante do exército foi novamente trocado, assumindo em seu lugar o Cel. Aníbal S. Imbert.

A respeito da inclusão de um representante do exército no órgão de preservação do patrimônio, sublinhamos que se tratou de uma decisão provinda do governo: na sessão de 4 de julho de 1938, Levene informou o grupo que o Poder Executivo havia resolvido nomear um novo membro para o organismo, o Tenente Coronel Best, e, por esta razão, explicou que já havia retocado o projeto de lei de regulamentação da instituição, aumentando para dez o número de vogais e suprimindo tudo o que se referia a representações de determinadas entidades (COMISIÓN..., 1939, p. 205). Infelizmente, o pré-projeto de lei não foi publicado nos boletins e, conseqüentemente, não podemos saber o que ele dizia acerca da participação de entidades no órgão. Apesar disso, a observação de Levene nos mostra que a inclusão de um militar como membro colegiado da *Comisión* foi determinada pelo governo, refletindo a conjuntura política experimentada pelo país naqueles anos, quando o exército ocupou cargos importantes na esfera estatal e se tornou um suporte daquela administração (DEVOTO, 2006; DEVOTO; FAUSTO, 2008). Examinando a participação dos vogais nas reuniões da *Comisión*, podemos supor que a escolha desses militares especificamente tenha se dado devido ao conhecimento da história que possuíam e ao seu interesse pelo tema. O papel de Félix Best na execução do censo de monumentos é um bom exemplo disso, já que foi ele quem deu início a esta tarefa e ofereceu cópias de levantamento elaborado pelo exército, como veremos no capítulo 2. Segundo Blasco

na *Comisión*. Em resumo, contava com atributos muito semelhantes aos dos demais membros da CNMMYLH, como veremos em seguida.

(2016a), Best também havia ganhado notoriedade entre os historiadores por sua exposição sobre história militar e naval, realizada no II Congresso de História da América, em 1937.

A seguir, o Quadro 2 apresenta a formação e as principais atividades profissionais do primeiro conjunto de membros designados para o organismo, ao qual incluímos também o arquiteto Mario Buschiazzo, que, embora fosse funcionário do Ministério de Obras Públicas, atuou como assessor técnico da CNMMYLH durante toda a gestão de Ricardo Levene.

Quadro 2: Trajetória profissional dos integrantes da CNMMYLH em sua primeira gestão

Membro	Formação	Atuação Profissional e Publicações	Participação em outras instituições histórico-culturais
Ricardo Levene (1885-1959)	Faculdade de Direito – <i>Universidad de Buenos Aires</i> (UBA) (em 1906).	<ul style="list-style-type: none"> - Professor de história no <i>Colegio Nacional Mariano Moreno</i>. - Professor na UBA, Faculdades de Direito e Filosofia e Letras (disciplina de Sociologia). - Professor na <i>Universidad Nacional de La Plata</i>²⁴, Faculdade de Humanidades. - Presidente da UNLP (1930-1931 e 1932-1935), além de Decano da Faculdade de Humanidades da mesma universidade. - Presidente da CNMMYLH (1938-1946). - Publicou mais de trinta obras, entre elas: “Los orígenes de la democracia argentina” (1911), “Causas criminales sobre intentada independencia en el Plata - 1805-1809” (1917), “Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno” (1921), “Introducción a la Historia del Derecho Indiano” (1924), “La anarquía de 1820 en Buenos Aires desde el punto de vista institucional” (1932), “Historia de la Nación Argentina: desde los orígenes hasta la organización definitiva en 1862” (1936-1950), “Historia de la provincia de Buenos Aires y formación de sus pueblos” (1941-1942), “La cultura histórica y el sentimiento de la nacionalidad” (1942), “Historia del derecho argentino” (1945), “Las ideas históricas de Mitre (1948), “El genio político de San Martín” (1950), “Las Indias no eran colonias” (1951), “Investigaciones acerca de la historia económica del Virreinato del Plata” (1952), “El mundo de las ideas y la revolución hispanoamericana de 1810” (1956). 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Nueva Escuela Histórica</i> (NEH). - JHNA²⁵/ANH (ingresso em 1915). Atuou como presidente desta instituição nas gestões de 1927-1931, de 1934-1953 e de 1955-1959²⁶. - Criou e dirigiu a <i>Comisión Revisora de la Enseñaza de la Historia y Geografía Americana</i>. - Fundador do <i>Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires</i> (RODRÍGUEZ, 2001). - Membro correspondente do <i>Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay</i>, da <i>Real Academia de Historia de Madrid</i>, da <i>Academia de la Historia de Ecuador</i>, da <i>Academia Colombiana de la Historia</i>, do <i>Instituto</i>

²⁴ Doravante, UNLP. Consultado em *Biblioteca Nacional de los Maestros*. http://www.bnm.me.gov.ar/la_biblioteca/biblioteca_levене/biografia.php. Acesso em 28/07/2014.

²⁵ Sigla referente à *Junta de Historia y Numismática Americana*, instituição transformada em *Academia Nacional de la Historia* em 1938.

²⁶ Conforme *Academia Nacional de la Historia* (<http://www.an-historia.org.ar>). Acesso em 17 de março de 2015

			<i>Histórico y Geográfico del Perú</i> , do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, da <i>Sociedad de Americanistas de París</i> (SUÁREZ; SAAB, 2012).
Emilio Ravignani (1886-1954)	Faculdade de Direito – UBA (em 1909).	<ul style="list-style-type: none"> - Docente no <i>Instituto Superior de Profesorado Secundario</i>. - Professor na UBA, Faculdade de Filosofia e Letras (disciplina de História da América). - Decano da Faculdade de Filosofia e Letras-UBA, de 1917 a 1930 e de 1940 a 1943 (BUCHBINDER, 1997). - Subsecretário da Fazenda de Buenos Aires entre 1922 e 1927. - Deputado do Congresso Nacional Argentino pela União Cívica Radical em três ocasiões (1936-1940, 1940-1943 e 1946-1950)²⁷. - Diretor do <i>Instituto de Investigaciones Históricas</i> (1920-1947). - Autor de obras como: “Una comprobación histórica, el comercio de ingleses y la Representación de Hacendados de Moreno” (1914), “La sociología, su importancia para los estudios jurídicos” (1915), “La Constitución de 1819” (1926), “Historia Constitucional de la República Argentina” (tres volúmenes, 1926-1930), “El pacto de la Confederación Argentina” (1938), “El Virreinato del Río de la Plata. Su formación histórica e institucional” (1938), y “Asambleas Constituyentes Argentinas” (siete tomos, 1937-1940). 	<ul style="list-style-type: none"> - NEH. - JHNA/ANH (ingresso em 1931). - <i>Instituto de Investigaciones Históricas</i> (UBA).
Luis Mitre (1869-1950)	Faculdade de Direito – UBA.	<ul style="list-style-type: none"> - Professor e secretário do <i>Colegio Nacional de Buenos Aires</i>. - Administrador do jornal <i>La Nación</i> – dirigindo-o de 1909 a 1912 e de 1932 até sua morte em 1950²⁸. - Diretor Honorário do <i>Museo Mitre</i> (1914-1948). 	<ul style="list-style-type: none"> - JHNA/ANH (ingresso em 1915).
Luis María Campos Urquiza (1873-1963)	Faculdade de Direito – UBA (ABÁSOLO, 2008).	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor honorário do <i>Museo y Biblioteca de la Casa del Acuerdo de San Nicolás</i> (1937-?) (BLASCO, 2016a). 	
Ramón J. Cárcano (1860-1946)	Faculdade de Direito – <i>Universidad de Córdoba</i> (em 1879).	<ul style="list-style-type: none"> - Deputado nacional por Córdoba, em 1884 e 1910. - Governador de Córdoba, em 1913 e 1925. - Presidente do Conselho Nacional de Educação, em 1932. - Autor de diversas obras de caráter jurídico e histórico, como: “El general Quiroga y la expedición al desierto” (1882), “La universidad de Córdoba” (1892), “Historia de los medios de comunicación y transporte en la Argentina” (1893), “Estudios coloniales” (1895), “La 	<ul style="list-style-type: none"> - JHNA/ANH (ingresso em 1901). Atuou como presidente desta instituição nas gestões de 1919-1923 e de 1931-1934.

²⁷ Consultado em <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/r/ravignani.htm>. Acesso em 11/06/2015.

²⁸ Consultado em <http://www.museomitre.gov.ar/directores.htm> e em http://elpais.com/diario/1982/08/14/agenda/398124003_850215.html. Acesso em 12/06/2015.

		reforma universitaria” (1901), “La misión Mitre en el Brasil” (1913), “De Caseros al 11 de Septiembre” (1919), “Juan Facundo Quiroga” (1931), “La Guerra del Paraguay, sus orígenes y sus causas” ²⁹ .	
Enrique Udaondo (1880-1962)	Não realizou estudos universitários	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor do <i>Museo Histórico e Colonial de Luján</i> (entre 1923 e 1962). - Comissionado Escolar na organização do <i>Museo Popular de las Conchas</i>, em Tigre (1917). - Contribuiu na organização dos museus de Chascomús, San Nicolás e San Antonio de Areco, durante a década de 1930. - Entre os trabalhos que publicou, estão: “Apuntes históricos del pueblo de San Fernando, Provincia de Buenos Aires, desde su fundación hasta el presente. 1806-1902” (1902), “Rasgos biográficos de D. Juan Bautista Peña”³⁰ (1908), “Plazas y calles de Buenos Aires” (1910), “Don Juan de Lezica y Torrezuri”³¹ (1914), “Congresales de 1816. Apuntes biográficos” (1916), uma resenha histórica da igreja do <i>Pilar - Recoleta</i> (1918), “Reseña Histórica del Templo de San Ignacio. 1722-1922” (1922), “Guía del Cementerio de la Recoleta”, “Árboles Históricos de la República Argentina”, “Centenario de Ayacucho”, “Acuerdos del Extinguido Cabildo de la Villa de Luján 1771-1790”; “Diccionario Biográfico Argentino” (1938) e “Diccionario Biográfico Colonial Argentino” (1945)³². 	<ul style="list-style-type: none"> - JHNA/ANH (ingresso em 1922). - Presidiu a <i>Comisión Honoraria de Parques de la Provincia de Buenos Aires</i> (1938-1947). - Membro da <i>Sociedad Rural Argentina</i> (BLASCO, 2009). - Membro da <i>Sociedad Forestal Argentina</i>. - Vogal da <i>Comisión Nacional de la Reconquista</i>. - Membro honorário do <i>Instituto Nacional Sanmartiniano</i>.
Rómulo Zabala (1888-1949)	Não realizou estudos universitários	<ul style="list-style-type: none"> - Vice-diretor do <i>Museo Mitre</i>. - Secretário do Conselho Nacional de Educação, no começo da década de 1930 (CATARUZZA, 2003, p. 127). - Cônsul em Boston (EUA) nomeado pelo Poder Executivo (1941) (COMISIÓN..., 1942, N. 4, p. 661). - Autor de “Historia de la Pirámide de Mayo”, “Historia de la ciudad de Buenos Aires”, “La enseñanza de la historia en las escuelas primarias de Hispanoamérica” (1933) – as duas últimas com Enrique de Gandía³³. 	<ul style="list-style-type: none"> - JHNA/ANH (ingresso em 1922). Foi vice-presidente da JHNA na década de 1920 (?). - <i>Instituto Bonairense de Numismática</i>.

²⁹ Consultado em: http://www.anav.org.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=334:carcano-ramon-a-dr-cj&catid=43:de-numero-fallecidos&Itemid=69. Acesso em 19 de março de 2015.

³⁰ Segundo Blasco (2011), a biografia de Juan Bautista Peña valorizava o trabalho cumprido pelos ascendentes espanhóis do autor. Seu avô, Juan Bautista, foi governador provisório da província de Buenos Aires em 1854, ao passo que seu bisavô, Francisco de la Peña Fernández, teve atuação política no Vice-reino do Rio da Prata (BLASCO, 2011, p. 34).

³¹ A obra *Don Juan de Lezica y Torrezuri* destacava o trabalho do “patriota cavaleiro”, membro do Cabildo de Luján, e o recordava como o verdadeiro “pai” da cidade por ter tramitado a elevação do povoado à categoria de Vila (BLASCO, 2011). Élica Blasco alerta para o fato de que Udaondo reconhecia, em nota de pé de página do livro, possuir vínculo de parentesco com o personagem estudado. A autora ainda ressalta que o vínculo de parentesco identificado entre Udaondo, Enrique Peña e o Interventor Nacional na província, José Luis Cantilo, propiciou estudos sobre as linhagens coloniais, reorientando as evocações coletivas locais nesse período (2011, p. 35-36).

³² Conforme Cortabarría, Jorge, “Enrique Udaondo: 50º aniversario de su muerte”. Consultado em: <http://www.lapaginadelujan.com/modules/news/article.php?storyid=6458>. Acesso em 19/01/2016.

³³ Em “Orígenes de la Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas”, por Dr. Enrique de Gandía. Consultado em http://www.ancmip.org.ar/muestradetalle.asp?rubro=54&tipo=1&desc_rubro=Historia#top. Acesso em 12/06/2015.

Benjamín Villegas Basavilbaso (1884-1967)	Faculdade de Direito – UBA (em 1915).	<ul style="list-style-type: none"> - Alferes de navio – <i>Escuela Naval Militar</i> (entre 1906-1911)³⁴. - Professor de História da <i>Escuela Naval</i>. - Professor de Direito Administrativo na UNLP (entre 1922-1946). - Interventor da UNLP (em 1945 e entre 1955-1956). - Atuou como juiz correcional da Capital Federal (1937) e como juiz da Câmara de Apelações Criminais e Correcionais (em 1944, renunciando em 1946). - Foi Ministro da Intervenção federal em San Juan (1934) e Ministro da Intervenção em Buenos Aires (1941). - Juiz da Corte Suprema de Justiça da Nação (entre 1956-1958 e entre 1958-1964). - Publicou “Combate naval de San Nicolás” (1911), “Derecho administrativo: limitaciones a la propiedad” (1949/1952), e numerosas colaborações no “Boletín del Centro Naval”. 	<ul style="list-style-type: none"> - JHNA/ANH (ingresso em 1926). - <i>Sociedad de Historia Argentina</i>. - <i>Academia Nacional de Ciencias</i> de Buenos Aires (membro fundador).
Nicolás A. Avellaneda		<ul style="list-style-type: none"> - Professor de História (Cf. COMISIÓN..., 1943, N. 5, p. 227). - Autor de “Antecedentes y causas de la ley del Congreso del año 1880 incorporando los Batallones provinciales al Ejército Nacional” (1941); também colaborou na obra “Apoteosis de don Bernardino Rivadavia” (1931), organizada por Manuel Carlés. 	
Héctor Cipriano Quesada (1875-1954)		<ul style="list-style-type: none"> - Diretor do <i>Archivo General de la Nación</i> (1931-1952)³⁵. - Publicou os trabalhos: “Barranca Yaco” (1934), “El alcalde Álzaga” (1936), “El escudo nacional” (1933), “Entre los legajos del archivo” (1941), “Páginas de Lord Kendal” (1941), “Papeles del archivo” (1942), “El colegio de la Santísima Trinidad” (1945). 	
Tenente Cel. Félix Best³⁶		<ul style="list-style-type: none"> - Professor de História Militar do <i>Colegio Militar de la Nación</i>. - Autor de “Compendio de las campañas militares argentinas más importantes, realizadas desde 1810 hasta nuestros días” (1933-1934). 	
Secretário José Luis Busaniche (1892-1959)	Faculdade de Direito – <i>Universidad Nacional del Litoral</i> (em 1919).	<ul style="list-style-type: none"> - Subsecretário de Justiça e Instrução Pública em Santa Fé (1925-1928). - Professor no <i>Instituto Nacional del Profesorado</i> do Paraná (1930-1938). - Professor no <i>Instituto Nacional del Profesorado</i> de Buenos Aires (a partir de 1941). - Professor adjunto na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, cátedra de História Argentina³⁷. 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Junta de Historia y Numismática Americana</i> – correspondente na filial Santa Fé (ingresso em 1929). - Fundou a Editorial Solar.

³⁴ Consultado em TANZI, Héctor J. Historia Ideológica de la Corte Suprema de Justicia de la Nación. <http://www.ijeditores.com.ar/articulos.php?idarticulo=62008&print=2>. Acesso em 19/11/2015.

³⁵ Conforme: LEGADO, 2016, p. 9. A informação também aparece no Boletim da CNMMYLH (COMISIÓN..., 1941, p. 605).

³⁶ Dentre os representantes do Exército que integraram a *Comisión* ao longo do período, incluímos no Quadro 2 somente o primeiro deles, sendo importante destacar a dificuldade em encontrar mais informações profissionais sobre esses integrantes.

³⁷ Consultado em: <http://www.argentinahistorica.com.ar/autores.php?autor=7>. Acesso em 07/01/2016.

		<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhou como tradutor a partir de 1930, traduzindo ao espanhol, especialmente, textos de viajantes estrangeiros na Argentina (FONTANA; ROMAN, 2011). - Publicou: “Estanislao López y el federalismo del Litoral” (1927), “Representación Nacional en Santa Fe: actas y otros documentos” (1928), “Rosas en la historia de Santa Fe” (1929), “Santa Fe y el Uruguay” (1930), “Formación histórica del Pacto Federal” (1931), “Diario de don Manuel Diez de Andino” (1932), “El bloqueo francés de 1838 y la misión Cullen: federalismo y rosismo” (1934, reeditado y ampliado en 1945), “Nuevas comprobaciones sobre la Misión Cullen” (1936), “Lecturas de Historia Argentina. Relatos de Contemporáneos, 1527-1870” (1938), “San Martín visto por sus contemporáneos” (1942), “Rosas” (1945), “Historia Argentina” (inconcluso na data de sua morte em 1959). 	
Mario José Buschiazzo (1902-1970)	Escola de Arquitetura – UBA (em 1927)	<ul style="list-style-type: none"> - Arquiteto na Direção Geral de Obras Públicas da Nação. - Professor de História no <i>Colegio Nacional “Almirante Guillermo Brown”</i>. - Professor de História da Arte no <i>Instituto Nacional de Profesorado Secundario</i>. - Professor na Faculdade de Ciências Exatas, Físicas e Naturais da UBA (a partir de 1933, disciplina de História da Arquitetura). - Diretor fundador do <i>Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas</i> (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UBA). - Alguns livros publicados: “La arquitectura colonial en Hispano América” (1940), “Buenos Aires y Córdoba em 1729, según cartas de los PP. Gerbasoni y Cattaneo” (1941), “Por los valles de Catamarca” (1942), “Estudios de arquitectura colonial en Hispano América” (1944), “La estancia jesuítica de Santa Catalina” (1949), “Argentina, monumentos históricos y arqueológicos” (1959), “Historia de la arquitectura colonial em Ibero América” (1961) (DE PAULA, 1996-1997b). 	<ul style="list-style-type: none"> - Membro correspondente da <i>Academia Nacional la Historia del Panamá</i> (a partir de 1937). - Membro correspondente da <i>Sociedade Geográfica de Postosí</i> (a partir de 1938). - Membro da <i>Junta de Historia Eclesiástica Argentina</i> (a partir de 1942) - ANH (ingresso em 1964).

Fonte: Elaborada pela autora, com base nas fontes e autores referidos no quadro.

O Quadro 2 nos permite chegar a diversas constatações. A primeira delas é que a maioria dos integrantes da *Comisión* possuía título acadêmico e boa parte era egressa da *Universidad de Buenos Aires*. Entre eles predominou a escolha pela carreira de Direito, mesmo que muitos não tenham exercido a advocacia. É interessante observar como a graduação em Direito permitia que estes estudiosos lecionassem diversas disciplinas, prática que parece ter sido bastante comum naquele período e que não se restringiu à Argentina³⁸. Vale notar que a

³⁸ Ao estudar os debates travados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em torno da constituição da história como saber e do reconhecimento dos historiadores, Gomes (2012) mostrou que estes homens podiam ter formações

formação universitária na área das humanidades recém havia sido criada no momento em que os futuros vogais da *Comisión* adquiriram seus diplomas. Fundada no ano de 1896, Filosofia e Letras foi a quarta faculdade da UBA³⁹, porém, vinte anos depois de sua fundação ela ainda encontrava dificuldades em ter seus títulos reconhecidos para a docência no ensino médio, assim como não possuía grande influência na formação da opinião pública e nem na consolidação de uma elite dirigente, que seguia mais vinculada à outras faculdades da mesma Universidade, como a de Direito (BUCHBINDER, 1997, p. 43).

Na primeira organização da Faculdade de Filosofia e Letras, emitia-se o título de Doutor em Filosofia e Letras, que era conferido depois de o aluno ter sido aprovado nos exames gerais e apresentado uma tese⁴⁰. Esse primeiro plano foi reformado em 1899, definindo-se requisitos para o ingresso à Faculdade: ter completado os estudos de ensino secundário nos colégios nacionais, possuir o título de professor normal e realizar um exame de ingresso. Os cursos também passaram a se dividir em gerais e especiais: no primeiro caso, se respeitava basicamente os princípios do plano anterior; no segundo, os alunos podiam escolher um grupo de matérias – sete ou oito na área da Filosofia, da História ou da Literatura – e mais o curso de Ciência da Educação. Ao finalizar os cursos, os alunos do primeiro caso recebiam o título de Doutor em Filosofia e Letras, ao passo que os do segundo obtinham o título de Professor na área escolhida. A criação da FFL, assim, se inseria no processo de consolidação de uma instância específica para a formação de professores, haja vista que, até então, os cargos nas escolas de ensino médio eram exercidos por graduados universitários (como em Direito) ou por indivíduos que tivessem demonstrado uma particular aptidão ou contassem com um certo prestígio em determinados campos de saber (1997, p. 34-35)⁴¹.

bastante diferentes: eram praticantes do jornalismo e do magistério, sendo professores de muitas disciplinas (como a Filosofia, a Língua Pátria e a História), ainda que a carreira de Direito fosse o seu melhor celeiro. Miceli (2001), por sua vez, analisando o caso dos escritores em São Paulo, mostrou que as carreiras seguidas pelos intelectuais das décadas de 1920 e 1930 dependiam da história social de suas famílias. Enquanto os escritores pertencentes aos ramos destituídos estavam bastante propensos a investir nas áreas mais arriscadas da produção intelectual, como o romance social ou as ciências sociais, os herdeiros da classe dominante se voltavam para as modalidades de trabalho intelectual mais rentáveis e gratificantes no campo do poder, entre elas, as áreas do pensamento político e jurídicas (2001, p. 81). No caso argentino, Altamirano (2010), Buchbinder (1997) e Eujanian (2003) apontam um quadro semelhante, que mencionaremos a seguir.

³⁹ Fundada em 1821, a *Universidad de Buenos Aires* passou por um longo processo de organização e estruturação, que durou quase todo o restante do século XIX. Entre os primeiros departamentos criados, estavam o de Ciências Exatas, o de Medicina e o de Jurisprudência (HALPERIN DONGHI, 1962).

⁴⁰ Nesse momento inicial, os estudos se distribuíam em quatro anos: os três primeiros constituíam o período de licenciatura e o quarto o de doutorado. Para ser admitido nos cursos de doutorado era indispensável ter obtido o título de licenciado (BUCHBINDER, 1997).

⁴¹ O acesso a esses cargos se dava por meio dos vínculos pessoais dos aspirantes, já que imperava um sistema baseado na recomendação e no acesso aos círculos políticos. Esse fator explica o baixo número de alunos na Faculdade, já que os títulos emitidos por ela representavam pouca perspectiva de lucro. Por anos seguidos, discutiu-se a necessidade de o Ministério de Justiça e Instrução Pública garantir aos seus diplomados a preferência para o

Apesar de não disporem de um diploma universitário, Udaondo e Zabala haviam adquirido reconhecimento por sua atuação em museus e também como colecionadores e numismáticos. Neste mote, é interessante o que diz Pomian (1984, p. 54), referindo-se ao caso europeu, sobre o prestígio conferido ao colecionador, na medida em que eles “testemunham o gosto de quem [...] adquiriu [as peças], ou as suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda a sua riqueza ou generosidade”. O fato de não possuírem formação acadêmica, assim, parece ter sido pouco relevante diante da experiência profissional de ambos. A respeito de Rómulo Zabala é interessante sublinhar que se tratava de um estudioso da história e conhecedor da casa de Bartolomé Mitre, pois sua mãe havia trabalhado ali como governanta até o falecimento do ex-presidente, que ocorreu em 1906. Durante sua juventude, o vogal da *Comisión* exerceu cargos consulares no exterior e também trabalhou como jornalista, editorialista e chefe de arquivo no Jornal *La Nación*, de propriedade da família Mitre. Posteriormente, Zabala chefiou o arquivo do *Museo Mitre* e foi seu vice-diretor. Foi nos salões dessa casa, transformada em museu em 1907, que a *Junta de Historia y Numismática Americana* passou a se reunir a partir de 1918, transformando-se no cenário de uma nova geração de historiadores (BLASCO, 2015c), como veremos logo adiante. Ficam evidentes, portanto, os vínculos preexistentes entre o vogal Zabala e o vogal Luis Mitre, bem como entre Zabala e os demais membros da CNMMYLH que também faziam parte da *Junta*.

Sobre o caso específico de Udaondo, Blasco (2009) mostrou que o vogal conhecia amplamente o ambiente do colecionismo privado e os mecanismos de compra-venda-intercâmbio de objetos. Procedente de família abastada, ele compartilhou das pautas culturais da alta sociedade portenha e, desde jovem, relacionou-se com os colecionadores e estudiosos da história⁴². Além disso, participou de maneira intensa das atividades de organização do *Museo Histórico y Colonial de la Provincia de Buenos Aires*, na cidade de Luján, e do *Museo Popular de las Conchas*, em Tigre. Em relação a esse último, Udaondo foi um dos colecionadores que mais contribuiu com a formação do seu acervo, doando objetos que havia coletado como “turista” ao longo de suas viagens ou obtido em suas experiências cotidianas como historiador e colecionador – entre eles, mais de sessenta quadros e pinturas de diversas épocas, moedas e

emprego de professores nos colégios nacionais e nas escolas normais. Além disso, o incremento no número de alunos inscritos nos cursos especiais (que davam o título de Professor) em detrimento do número de inscritos no curso geral (que expedia o título de Doutor) mostra os limites de uma instituição consagrada à prática das humanidades e da pesquisa, uma vez que era maior a demanda por cursos que emitiam um título profissional (BUCHBINDER, 1997, p. 35-37).

⁴² Enrique Udaondo também era sobrinho de Enrique Peña, um dos fundadores da *Junta de Historia y Numismática Americana* (BLASCO, 2011).

medalhas, jornais do século XIX, um modelo de ornamentação indígena, uma cabeça antiga de terracota e uma pedra de Salta⁴³. Na passagem da década de 1910 para a de 1920, momento em que o personagem contribuiu com a criação dos museus mencionados, se vivenciava na Argentina o clima de renovação historiográfica e de institucionalização da História como disciplina, conforme aprofundaremos em seguida. Contudo, em espaços institucionais como o da *Junta de Historia y Numismática Americana*, os historiadores ainda conviviam com colecionadores e *amateurs* (BLASCO, 2009, p. 105).

Mesmo sem constar no quadro acima, é importante considerar que boa parte dos membros da CNMMYLH era proveniente de famílias destacadas no âmbito econômico ou político, como é o caso de Luis Mitre, neto do historiador e ex-presidente argentino Bartolomé Mitre; de Luis María Campos Urquiza, neto de outro ex-presidente, o General Urquiza (COMISIÓN..., 1941, p. 605); de Enrique Udaondo, já mencionado; de José Luis Busaniche, secretário da *Comisión* de 1939 em diante, membro da elite santafesina e, por seus vínculos familiares, bastante próximo de figuras importantes da atividade política e cultural (COUDANNES, 2007); de Nicolás Avellaneda, neto do ex-presidente Avellaneda; e mesmo de Cárcano, que ainda jovem lançou-se em uma exitosa carreira política (DONGHI, 1962)⁴⁴, entre outros. É de se notar aqui que a *Comisión* estava composta por, pelo menos, três descendentes diretos de presidentes do chamado período da “organização nacional” – Mitre, Urquiza e Avellaneda –, momento histórico que, como veremos no decorrer na tese, foi bastante valorizado nas práticas da instituição.

Relacionando estas informações sobre a origem social de parte dos membros da *Comisión* com os dados sobre a sua formação, recordamos que as universidades e seus institutos, nesse período, funcionavam como bastiões das elites tradicionais (ALTAMIRANO, 2010). No caso específico da UBA, desde o século XIX, esta cumpria uma função importante como centro de socialização das elites, sendo que alguns de seus institutos, como a Faculdade

⁴³ Ainda conforme Blasco (2009), o êxito alcançado por Udaondo para formar esses museus sem recorrer à solicitação de fundos públicos – somado à difusão de seus trabalhos sobre as árvores históricas e sobre o nome das ruas e praças de Buenos Aires –, o fazia merecedor de aceitação e respeito por boa parte da elite política que, então, o convocava para participar de novas iniciativas em torno da pesquisa e preservação de lugares históricos. Para a formação dos acervos dos museus mencionados, o vogal contara com o apoio de particulares. Segundo a autora, era frequente a circulação de objetos não só entre amigos e parentes, mas esta prática também fazia parte das estratégias dos colecionadores interessados em aumentar suas coleções (2009, p. 92).

⁴⁴ Ao graduar-se em Direito pela *Universidad de Córdoba* no início da década de 1880, Cárcano redigiu uma tese na qual atacava as disposições discriminatórias da legislação contra pessoas nascidas de uniões contrárias à santidade do matrimônio. Com esse trabalho, chamou a atenção dos grupos governantes do conservadorismo liberal, fazendo disso o ponto de partida para sua carreira política (DONGHI, 1962, p. 128). Apesar de ser filho de um imigrante político italiano (que chegou a ser cônsul da Itália na Argentina) e de sua mãe pertencer à elite cordobesa, Cárcano não pertencia ao patriciado local. Contudo, sua acelerada carreira política lhe permitiu ocupar espaços importantes na política provincial e nacional (CARMAN, 2013).

de Direito e Ciências Sociais, exerciam um papel essencial como âmbito de recrutamento de quadros políticos. Os membros do professorado e de corpos diretivos universitários ocupavam posições proeminentes nos âmbitos parlamentares, ministeriais e judiciais (BUCHBINDER, 1997). Se tomarmos a formação acadêmica dos integrantes da *Comisión* como um fator para a sua designação ao organismo, é válido considerarmos o que diz Bourdieu (2002) sobre a importância do diploma para o capital cultural, tendo esse tanto valor quanto tem a moeda para o capital econômico. Segundo o autor, a objetivação operada pelo diploma confere autoridade a quem o possui e legitima a relação estabelecida entre diplomas e cargos (BOURDIEU, 2002).

Na Argentina das primeiras décadas do século XX, a profissionalização de diversas ocupações começava a conferir valor a um título, cuja obtenção poderia ser vista como um caminho para a ascensão social de todos aqueles que provinham da classe média imigrante ou nativa. Entretanto, no caso dos literatos e historiadores, os espaços acadêmicos não representavam uma rota de ascensão necessariamente exitosa: nos meios intelectuais, “o título competia com formas de reconhecimento mais arraigadas [...]” e, mesmo para o Estado, “os antecedentes acadêmicos não eram uma via de ascensão segura para ocupar uma cátedra na universidade”, ao menos até os anos posteriores à Reforma Universitária, quando se instalou o regime de concursos e a condição de professor suplente se transformou em um mérito importante para os aspirantes (EJANIAN, 2003, p. 76-77). Ao longo de toda a década de 1910, a Faculdade Filosofia e Letras da UBA era a que tinha menos autonomia e se encontrava mais vulnerável à intervenção da esfera política, posto que os recursos necessários para mantê-la dependiam, quase exclusivamente, das relações que seus agentes asseguravam com determinados setores do poder político e do aparato estatal, como trataremos logo adiante.

Com relação ao arquiteto Mario Buschiazzo, já na primeira sessão de constituição da CNMMYLH, Levene expôs ao Ministro da Instrução Pública que o havia encarregado de realizar um projeto preliminar de restauração de algumas salas do Cabildo de Buenos Aires (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 188). Duas sessões depois, no dia 8 de junho de 1938, o grupo tratou da situação de Buschiazzo, que inclusive havia sido designado como assessor da extinta *Superintendencia de Museos y Lugares Históricos*, criada um ano antes. Ficou decidido que a *Comisión* se utilizaria dos serviços do referido profissional para realizar os trabalhos de inventário dos monumentos e lugares históricos no interior do país (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 191). Membro de uma família de arquitetos e neto de imigrantes italianos, Mario Buschiazzo frequentou a Escola de Arquitetura da UBA. Iniciou sua carreira docente em 1933, tendo se tornado professor titular por concurso em 1941 e professor emérito em 1967. Vale notar que

seu ingresso na *Academia Nacional de la Historia* se deu de forma tardia, apenas em 1962, quando do falecimento de Martín Noel. Tal fato, possivelmente, se deve ao conflito pessoal entre ambos os arquitetos, proveniente da crítica de Buschiazzo às publicações da *Academia Nacional de Bellas Artes (Cuadernos de Arte Argentino y Sudamericano)*, que eram editadas por Noel (GUTIÉRREZ, 1996-1997).

Em Buenos Aires, o título de arquiteto podia ser obtido pela UBA desde 1878, cursando-se os quatro primeiros anos de engenharia. A Escola de Arquitetura foi criada em 1901 e funcionou como dependente da Faculdade de Ciências Exatas, Físicas e Naturais até 1947, quando se estabeleceu a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (DE PAULA, 1996-1997). Assim, as primeiras gerações de arquitetos locais da Argentina receberam a forte influência de uma formação técnica, destinada aos engenheiros. Foi com o auge da construção de edifícios públicos e com as mudanças tipológicas nas residências privadas que os arquitetos se consolidaram como profissionais. O interesse pelo “embelezamento público” os colocou no centro da cena durante o período do centenário da independência do país, momento em que os princípios da arte urbana eram postulados como “projeto pedagógico e civilizatório para a sociedade em seu conjunto” (NOVICK, 2008, p. 113)⁴⁵.

Ao longo da década de 1930, o ofício de arquiteto foi sendo, progressivamente, requisitado pelo Estado devido ao desenvolvimento da obra pública. Segundo Parera (2012), foi em 1932 que, pela primeira vez, um arquiteto alcançou o cargo mais alto dentro do departamento técnico nacional que se dedicava especificamente a obras de arquitetura, que era a Direção Geral de Arquitetura, dependente do Ministério de Obras Públicas da Nação. Desde sua criação em 1906, todos seus diretores haviam sido pessoas com o título de engenheiro civil. Para a autora, esse reconhecimento indica que, no interior do campo profissional, a visão negativa do arquiteto como empregado da administração pública passava por mudanças⁴⁶: começava a prevalecer a identificação das capacidades destes profissionais com a abordagem dos problemas arquitetônicos e urbanísticos que afetavam as cidades. Daí que dezenas de arquitetos jovens, em sua maioria graduados pela Escola de Arquitetura da UBA, começaram a

⁴⁵ Novick (2008) explica que as profissões de higienista, engenheiro e arquiteto estiveram estreitamente ligadas à gestão pública, de modo que o seu surgimento revela a ampliação das incumbências da administração do Estado. No momento da formação do Estado nacional, os higienistas foram os primeiros a se apresentarem como “especialistas”, perfil que, em seu momento, os engenheiros e os arquitetos também atribuíram a si mesmos. Foi o ideário do movimento higienista, de começo do século XX, que levou à consagração da figura chave do especialista como profissional capaz de atribuir racionalidade à política pública por meio da ciência e das técnicas.

⁴⁶ Superava-se, assim, o estereótipo pejorativo associado ao “empregado público” como figura parasitária do Estado, uma vez que suas tarefas teriam uma orientação técnica e administrativa (BALLENT, 2002 apud PARERA, 2012, p. 141).

integrar as filas da repartição⁴⁷. Emergia no período de entreguerras um novo perfil técnico voltado para a tarefa de educar a população e assessorar o governo, a partir da racionalidade científica (NOVICK, 2008). Ainda que os partidos e a política estivessem no centro de tudo e dificultassem a consolidação de uma administração profissional, esse discurso técnico e antipolítico vigorou, especialmente, nos novos órgãos criados ao longo da década (DEVOTO; FAUSTO, 2008). Apesar de toda a demanda envolvendo os profissionais da arquitetura, a sua regulamentação, isto é, o estabelecimento de normas relativas às responsabilidades e deveres implícitos na prática da profissão, se deu somente em 1944 – junto com a regulamentação dos ofícios de agrimensor e engenheiro –, após anos de debates e reivindicações (PARERA, 2012).

O Quadro 2, em última instância, nos mostra que, enquanto alguns dos vogais da *Comisión* lecionavam História, Sociologia e Direito nas principais universidades e institutos do país (como Ravignani, Levene, Mitre, Villegas Basavilbaso, Avellaneda e Best), outros eram numismáticos (Zabala, por exemplo), colecionadores de objetos antigos e obras de arte, responsáveis por museus (como Udaondo, Mitre, Campos Urquiza e Zabala) e arquivos (caso de Quesada), e que uma parcela desses membros também havia assumido cargos políticos (como Ravignani, Cárcano e Zabala). Para além de membros da elite argentina e/ou detentores de um diploma acadêmico, o que todos parecem ter em comum é o fato de haverem realizado algum trabalho de caráter histórico e possuírem vínculos com diferentes instituições históricas ou culturais, ressaltando-se a sua massiva participação na *Academia Nacional de la Historia*. Tais qualificações, como indicamos no início do capítulo, fazem jus a recomendação do decreto de criação da CNMMYLH, que determinava que esta fosse constituída por pessoas com reconhecido domínio da “história pátria”. Por outro lado, as relações de trabalho – e, possivelmente, também pessoais –, previamente mantidas pelo grupo em outras instituições, parecem ter sido igualmente determinantes para a sua admissão no novo organismo.

1.1. Os agentes da CNMMYLH, laços profissionais e a institucionalização da História

Para entendermos melhor quem eram os agentes da *Comisión*, é necessário que retrocedamos alguns anos antes da criação do organismo e examinemos seus vínculos profissionais. Como afirmamos, boa parte deles pertencia à *Academia Nacional de la Historia*,

⁴⁷ Ainda segundo Parera (2012), nesse período, a equação ‘capacidade técnica-vinculação política’ se tornou crucial na análise do pessoal contratado, dependendo do nível hierárquico em que ele se encontrava dentro da esfera estatal. No caso dos empregados técnico-administrativos do Estado, a grande maioria conseguia ingressar na função pública através de um processo de seleção que seguia critérios qualitativos de experiência e especialização técnica. Sua progressão na carreira administrativa se dava por meio de procedimentos regulamentares aprovados em cada repartição.

mas a trajetória de alguns desses membros perpassa a própria profissionalização da disciplina histórica na Argentina. Quando a *Comisión* foi criada, em 1938, a História era uma disciplina autônoma, com normas e práticas socioprofissionais relativamente delimitadas. O novo organismo surgia, então, como mais um espaço para a afirmação da figura do historiador. Além disso, a inserção dos membros da *Academia* no órgão nacional de preservação do patrimônio histórico concedia ao relato histórico daquela corporação um caráter de “história oficial”, conferindo-lhe autoridade frente à profusão de narrativas nacionais que emergiam naquele contexto. Possibilitava ainda que a versão da história sustentada pela *Academia* fosse disseminada a um público mais amplo, antes restrito a um universo acadêmico menor.

Após quatorze anos de governo da União Cívica Radical (UCR)⁴⁸, um golpe de Estado, realizado em 6 de setembro de 1930, marcou o retorno dos conservadores à presidência da Argentina. Esse episódio deu fim ao ciclo aberto em 1916 com Hipólito Yrigoyen, no qual se elegeram os primeiros governos através do voto secreto, obrigatório e universal, garantido pela Lei Sáenz Peña de 1912. Os anos seguintes, caracterizados pela fraude eleitoral e por uma crise institucional, foram comumente descritos como “década infame” ou “República impossível” (LOSADA, 2016). O golpe dependeu de um acordo entre os dois maiores líderes militares do país na época, os generais Uriburu e Justo, que possibilitou a transição de governo quase sem resistência.

O retorno dos conservadores ao poder deve ser compreendido no contexto de uma série de dissidências e fraturas partidárias, ocorridas ao longo dos anos 1920⁴⁹. Além disso, a base para a construção de uma democracia política liberal não havia sido suficientemente firme, já que persistiam práticas como caudilhismo, clientelismo, intolerância e fraude eleitoral (ANSALDI, 2000). Entre os partidários do golpe e opositores de Yrigoyen também estavam alguns agrupamentos políticos que começavam a se chamar nacionalistas – em alguns casos, vinculados ao catolicismo –, cujos membros teriam uma atuação destacada na década seguinte. Finalmente, as dificuldades econômicas advindas da crise de 1929 intensificaram o conflito

⁴⁸ Nascida da oposição ao regime conservador e fundada em 1891, a UCR é um movimento político de contornos difusos. Para seu principal dirigente, Hipólito Yrigoyen, representava a “causa da reparação nacional”. O único princípio motor da UCR foi a exigência do sufrágio universal. Todos os que tinham boas razões para sentirem-se excluídos da vida política argentina se identificaram com o radicalismo. Em sua base social heterogênea, encontravam-se tanto notáveis provincianos sem lugar na república oligárquica, como filhos de imigrantes que desejavam se incorporar à vida política argentina (QUATTROCCHI-WOISSON, 1995, p. 44-45).

⁴⁹ Conforme Ansaldo (2000), entre 1924 e 1925, os radicais de oposição a Hipólito Yrigoyen, encabeçados pelo próprio presidente Alvear, deram origem à União Cívica Radical Antipersonalista, conformando dois partidos que se enfrentaram nas eleições nacionais de 1928. O Partido Socialista também se dividiu em três entre os anos de 1915 e 1927. Tais fraturas afetaram fortemente o tronco partidário e inviabilizaram uma ação conjunta entre radicais e socialistas – enquanto forças partidárias da democracia política – contra a dominação oligárquica.

político, ao passo que se multiplicavam as mobilizações contra o governo na opinião pública (CATTARUZZA, 2009).

José F. Uriburu assumiu como presidente provisório em 1930, mas uma nova disputa política se formou entre os grupos que participaram do golpe. Justo era uma figura mais próxima dos dirigentes liberais (em especial, os radicais antipersonalistas), tendo sido Ministro da Guerra no governo de Alvear, enquanto que Uriburu era apoiado pelos conservadores e pelos nacionalistas – ele tinha aspirações de instaurar um regime nacional-corporativo, conforme modelos que estavam em voga na Europa, ainda que em suas condutas predominasse uma incerteza em relação ao futuro sistema político. Para além dessas diferenças entre os dois líderes, o movimento de 1930 buscava mais um retorno ao passado, uma volta a uma suposta “idade de ouro” que teria imperado na primeira década do século XX: a restauração da Argentina conservadora que as elites consideravam degradada pela democracia yrigoyenista (DEVOTO; FAUSTO, 2008; DEVOTO, 2006). É importante destacar, contudo, que, entre o golpe de estado de 1930 e o de 1943, as disputas políticas foram múltiplas, não se tratando apenas de um enfrentamento entre autoritários e democráticos (CATTARUZZA, 2009). Daí também o aparecimento de narrativas históricas e de políticas de memória durante o período, decorrentes da oposição ao radicalismo e de seus desdobramentos.

Em meio a tal conjuntura, a disciplina histórica foi adquirindo cada vez mais importância para o Estado, então preocupado com a fixação de discursos sobre o passado e com a formação da identidade nacional. A seguir, explicitamos os fatores ou condições que levaram à profissionalização da História na Argentina e a participação de alguns dos futuros membros da CNMMyLH nesse processo. Na medida em que as práticas de seleção do patrimônio nacional estiveram pautadas tanto pelo caráter histórico e histórico-artístico dos monumentos quanto pelos embates historiográficos e políticos daquelas décadas, é sumamente importante fazermos essa volta ao início do século para entender melhor nosso problema de pesquisa.

1.1.1. A *Nueva Escuela Histórica* e a profissionalização da disciplina

Como vimos no Quadro 2, os agentes designados para a CNMMyLH interagiam já em diferentes instituições histórico-culturais. Alguns dos seus integrantes, como Levene e Ravnigani, possuíam apenas um ano de diferença de idade e graduaram-se em Direito pela UBA – respectivamente, em 1906 e 1909 –, momento em que pode ter surgido alguma proximidade

entre eles⁵⁰. Ambos, ao longo da década e 1910, participaram do grupo que atuou no processo de renovação historiográfica e contribuiu para a institucionalização do estudo da história no país, o que se costumou chamar de *Nueva Escuela Histórica* (NEH)⁵¹. Conforme diferentes autores (BUCHBINDER, 1994; PRADO, 2001; CATARUZZA, 2001, 2003; MYERS, 2004; DEVOTO, 2006; PAGANO; GALANTE, 2006; PAGANO; DEVOTO, 2009), de uma atividade intelectual praticada mais ou menos livremente durante o século XIX, a história se transformou em uma disciplina profissional no decorrer das três primeiras décadas do século XX.

Até esse momento, na Argentina, a produção histórica era realizada por uma rede de círculos privados e por intelectuais e historiadores que se vinculavam por laços de parentesco com os personagens estudados⁵². A herança historiográfica do século XIX se condensava em um número muito reduzido de historiadores, entre os quais figuravam Domingo Sarmiento – cujo pertencimento ao grupo de “historiadores pioneiros” foi bastante questionado após a exigência de parâmetros metodológicos mais rígidos para a disciplina –, Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López⁵³ – estes, em geral mais reconhecidos como “pais” da historiografia no país (MYERS, 2004). Para Myers, uma primeira sistematização da prática historiográfica se deu somente no final do século XIX, momento em que o positivismo erudito tomou forma em um conjunto de obras marcadas pela ampliação temática e por seu rigor no manejo de fontes históricas. Foi no auge do trabalho de tais historiadores da primeira década do século XX que novas correntes de pensamento somadas a um novo “clima de época” começaram a influir nesse incipiente espaço institucional. Colaborava para tanto o chamado “espírito do Centenário”, que, devido às comemorações da independência, colocou a disciplina histórica no centro do debate

⁵⁰ Sirinelli (2003) alerta para as “solidariedades de origem”, como as de idade ou de estudos, que muitas vezes constituem a base de “redes” de intelectuais, as quais, no caso dos historiadores citados, parecem mesmo ter contado para a sua futura filiação à *Nueva Escuela Histórica*, à ANH e à CNMMYLH. No entanto, um estudo mais aprofundado sobre a origem das relações dos membros da *Comisión* e dos valores por eles compartilhados amparado pela noção de “geração”, nos moldes propostos por Sirinelli (2003), excederia os objetivos dessa tese.

⁵¹ O grupo originário da NEH estava conformado basicamente por Ravignani, Levene, Diego L. Molinari, Luis M. Torres e Rómulo Carbia e constituído na Seção de História da Faculdade de Filosofia e Letras da UBA (PAGANO; DEVOTO, 2009).

⁵² Conforme Buchbinder (1994, p. 61), os historiadores da segunda metade do XIX eram “bibliófilos y coleccionistas”. Para escrever a “Historia de Belgrano”, por exemplo, Bartolomé Mitre se utilizou de 5000 documentos e, para a “Historia de San Martín”, 12000, mas poucos destes materiais eram de repositórios públicos. López, por sua vez, criticava Mitre por se basear em fontes oficiais, compreendidas como suspeitas. Para ele, a crítica do historiador, além do uso das grandes fontes da opinião pública, deveria ser a lei da história.

⁵³ Conforme Saab et al (2001), a escrita da história realizada por Vicente López se aproximava da prosa ficcional, suporte, então, considerado necessário para fazer “reviver” o passado. Apesar das acusações de subjetividade que recebia López, seus textos escolares (especialmente, o *Manual de Historia Argentina*) tiveram enorme alcance entre professores, modelando a consciência histórica de gerações de alunos. López escrevia com certa “ressurreição dramática dos fatos”, ao estilo de Michelet, fazendo vibrar os leitores (2001, p. 69). Sua história também retratou uma classe política: a oligarquia liberal portenha.

nacional. Contava-se ainda com a visita de Ortega y Gasset, em 1916, que gerou uma renovação filosófica e uma ampliação de problemáticas no campo das ciências sociais. Também tomava forma – e era expressão do que já vinha acontecendo – o movimento historiográfico da denominada NEH (MYERS, 2004).

De um modo geral, as duas primeiras décadas do século XX trouxeram consigo uma abertura cultural e científica no âmbito universitário. Defendia-se tanto uma renovação metodológica em relação às práticas de pesquisa, que levou à criação de seções de investigação na UBA – estatutariamente possíveis desde 1905 –, como também a uma renovação nas orientações e conteúdos, a qual, no caso da Seção História da universidade mencionada, foi marcada pela polêmica em torno aos historiadores sem formação especializada (HALPERIN DONGHI, 1962). Para os mentores da NEH, o documento (as fontes históricas, em geral aquelas produzidas pelo Estado) e a crítica a esse constituíam os elementos centrais na formação de uma historiografia nova (BUCHBINDER, 1994).

Tal renovação proposta pela NEH parece ter seguido o modelo empreendido pela escola metódica francesa, que teve seus princípios fundamentais expostos em dois textos: o manifesto escrito por Gabriel Monod quando do lançamento da “Revue Historique”, em 1876, e o guia redigido por Charles-Victor Langlois e Victor Seignobos, em 1898 (BOURDÉ; MARTIN, 1983). A escola metódica buscou impor uma investigação científica que se afastasse de qualquer especulação filosófica, visasse à objetividade absoluta no domínio da história e tivesse como base a crítica aos documentos, sendo responsável por fundar a história como disciplina científica na França. Para Langlois e Seignobos, a tarefa prioritária do ofício do historiador era a elaboração do inventário de todos os documentos disponíveis, protegendo-os do esquecimento e da destruição através de um trabalho de publicação de fontes manuscritas em obras impressas – tarefa à qual também se dedicaram os integrantes da NEH em seu momento inicial.

Além disso, os metódicos propuseram e elaboraram obras de síntese, como a “História da França”, organizada por Lavissee entre 1900 e 1912 (BURKE, 2010). Os membros da NEH igualmente idealizaram uma obra síntese da história argentina que, finalmente, começou a ser editada em 1927. A história metódica chegou à Argentina pelo manual de Langlois e Seignobos, a “Introduction aux études historiques”, e pelas conferências proferidas pelo professor espanhol Rafael Altamira, em visita à Argentina em 1909. Com base nesses preceitos, a “historiografia científica” passaria supostamente a abolir a interpretação dos fatos e a se distanciar definitivamente da literatura, o que conferiu aos textos históricos uma aura de objetividade e contribuiu para a elaboração da imagem do historiador como profissional (EUJANIAN, 2003).

Outro elemento a ser considerado aqui é que os novos historiadores, como Levene e Ravignani, pertenciam a uma geração que não tinha filiação com as elites tradicionais e tampouco havia sido protagonista dos acontecimentos que historiavam. Por essa razão, acreditavam possuir as condições necessárias para converterem-se em profissionais autênticos, livres das paixões com as quais estariam imbuídos os historiadores precedentes (SAAB et al, 2004).

A renovação historiográfica proposta pela NEH teve repercussão, especialmente, na UBA e na UNLP, onde se reivindicava essa metodologia mais “racional” e “científica”. Em 1909, Emilio Ravignani destacava duas premissas a partir das quais deveria reescrever-se a história argentina: a superação do “partidarismo”, isto é, a exigência da imparcialidade, e a devida atenção à crítica documental, a ser presidida pelas tarefas de busca, coleta e edição de documentos. Diego Luis Molinari alertava no mesmo sentido e sublinhava a “errônea interpretação dos acontecimentos, falseada pela ignorância e pelo ‘partidarismo’ realizado pelos diletantes em história”, como Mitre, López e Groussac. A nova versão do passado precisava corrigir essas insuficiências, primando pelo rigor metodológico (PAGANO; DEVOTO, 2009, p. 146-147).

Apesar ter sido incentivada pelo decano da Faculdade de Filosofia e Letras da UBA já em 1904, a Metodologia Histórica só foi introduzida no curso a partir de 1917, quando o ensino da disciplina começou a ser modificado. Neste ano, o decano apresentou uma moção para que o diretor da Seção de Investigações Históricas fosse encarregado de dar um curso sobre fontes da História Americana e Argentina. Após a Reforma universitária de 1918 – que tomou corpo em Córdoba e teve entre suas principais reivindicações a mudança no sistema de acesso dos professores às cátedras, uma reforma no ensino e uma maior abertura para alunos de classe média – ocorreram novas mudanças no ensino e na organização dos estudos históricos da FFL. O lugar da metodologia histórica no plano de estudos da Seção de História foi reforçado com a criação de uma disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, que formava parte do curso preparatório e os integrantes da NEH logo começaram a aceder às cátedras da matéria. Muitos deles já colaboravam na Seção de História, mas, até aquele momento, ainda não haviam ocupado postos de professor na instituição. Em 1919, Luis M. Torres foi designado professor suplente de Arqueologia e, em 1920, Emilio Ravignani – diretor da Seção desde o final da década – assumiu como titular de História da América (BUCHBINDER, 1997, p. 64-65).

Assim, as proposições da NEH tiveram origem tanto nas correntes de pensamento provenientes da Europa e nos modelos metodológicos lá praticados quanto foram possibilitadas pelo marco institucional que a expansão do sistema universitário nacional criou nas décadas de

1900 e 1910. Para Myers (2004), a NEH representou o primeiro esforço sustentado para profissionalizar a disciplina histórica e inseri-la dentro do sistema educativo, em todos os seus níveis. Como indicamos, além do papel desses primeiros “historiadores”, as mudanças institucionais ocorridas durante o período foram fundamentais para dar estabilidade à disciplina. Entre eles estavam a já mencionada criação da Faculdade de Filosofia e Letras da UBA (1896) e a (re)fundação da Universidade Nacional de La Plata (1905), que garantiram à disciplina uma inserção ampla e permanente no ensino superior (MYERS, 2004). A Seção de História na UBA (criada em 1905) – e futuro Instituto de Investigações Históricas (1921) – se transformou no principal marco da NEH, desenvolvendo um programa de publicação de séries de fontes documentais e divulgando a metodologia “científica” de pesquisa. Já em La Plata, o ensino da história esteve presente desde a inauguração da Seção de Filosofia, História e Letras (1909), mas a verdadeira institucionalização da disciplina nesta universidade só se deu com a reforma universitária⁵⁴. A Universidade de Córdoba, por sua vez, abrigou um núcleo pequeno de historiadores e, assim como nas universidades do Litoral, Cuyo e Tucumán durante as décadas de 1920 e 1930, lá também se verificou uma institucionalização da disciplina – ainda que, até a segunda metade do século XX, Buenos Aires e La Plata tenham constituído os principais centros dos estudos históricos no país (MYERS, 2004).

Eujanian (2003, p. 69) igualmente ressalta que a profissionalização da História na Argentina esteve associada, predominantemente, à estabilização do método e à conformação de espaços acadêmicos emissores de títulos que habilitavam para o exercício da docência e da investigação científica, ou seja, com a organização das universidades e de seus institutos. Referindo-se aos integrantes da NEH – como Emilio Ravignani, Rómulo Carbia, Diego Luis Molinari e Ricardo Levene –, Devoto adverte que “se eles não foram os primeiros historiadores profissionais” do país, foram os que criaram a historiografia profissional (DEVOTO, 1993 apud EUJANIAN, 2003, p. 70). É possível dizer, portanto, que os membros da NEH atuaram no processo de profissionalização da disciplina histórica, conformando os novos espaços institucionais e impulsionando “uma imagem de historiador profissional em conflito com outras disponíveis para a mesma época” (2003, p. 71).

É nesse sentido que o autor adverte para o fato de que a profissionalização da historiografia na Argentina não pode ser associada exclusivamente com a estruturação de instâncias acadêmicas, devendo-se considerar a instauração de práticas e normas de

⁵⁴ Em 1921, a Faculdade de Ciências da Educação da UNLP (criada em 1913) foi transformada em Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação e colocada sob a direção de Ricardo Levene (MYERS, 2004, p. 70).

disciplinamento socioprofissional. De acordo com ele, ao longo da década de 1910, o grupo da NEH travou um debate com os historiadores precedentes. Naquele momento, como vimos, os representantes da nova escola ainda não haviam ocupado definitivamente as cátedras universitárias de história, nas quais estavam assentados os membros de uma geração que não refletia a imagem do historiador científico e profissional esperada pelos novos historiadores. Estes últimos, do mesmo modo, ainda não haviam produzido obras que traduzissem em resultados as promessas da Seção de História da UBA; suas funções haviam se concentrado na coleta e publicação de séries documentais, atividade também realizada por outras instituições.

Assim, a escolha pela NEH de um alvo prioritário – no caso, Paul Groussac⁵⁵ – se explica pela necessidade que tinha de consolidar suas posições e pretensões acadêmicas: como Groussac era o único historiador do século XIX ainda considerado autoridade na disciplina e disposto a fazer uso desse privilégio contra as aspirações da nova geração, a negação de sua autoridade se tornou uma condição indispensável para o crescimento e reconhecimento dos jovens da NEH (EUJANIAN, 2003, p. 79-80). Através dos embates travados na revista *Nosotros*, Groussac foi acusado pelo estilo de sua escrita (um tanto próxima da literatura), por sua falta de objetividade e pelo desconhecimento da bibliografia sobre os temas que tratava – polêmicas que geravam o campo no qual os historiadores tinham fixadas as suas posições e questionavam as hierarquias estabelecidas (2003, p. 86). Uma vez resolvida a contenda com os historiadores da matriz do século XIX – e estabelecidos critérios de diferenciação entre profissionais e *amateurs* –, “a profissionalização criou um conjunto de mediações entre a sociedade e os especialistas que contribuiu para distanciar entre si ambas as esferas” (2003, p. 87) e instaurou as regras e práticas que deveriam reger o trabalho do historiador.

⁵⁵ Segundo Buchbinder, no final do século XIX, Groussac desempenhou um papel fundamental na configuração de uma esfera específica para a prática das atividades intelectuais na Argentina. Na revista *La Biblioteca*, que editava como diretor da Biblioteca Nacional, escreveu um artigo criticando severamente um trabalho de Norberto Piñero, por não respeitar certas regras básicas do exercício da tarefa de historiador, não efetuar esclarecimentos nem introduzir notas explicativas. A preocupação com a especificidade das ocupações intelectuais foi uma constante no seu discurso, desenvolvido por meio da revista, onde ele buscava diferenciar o exercício destas atividades em relação às das profissões liberais. Com a criação da Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, Groussac foi designado membro titular do Conselho Acadêmico que regeria a nova instituição (BUCHBINDER, 1997). Nascido em 1848, em Toulouse, França, Paul Groussac imigrou para a Argentina em 1866, passando a trabalhar em reconhecidas instituições de ensino em Buenos Aires. Mais tarde, assumiu o cargo de Inspetor Nacional de Educação. No começo da década de 1880, o texto “Estudio Histórico sobre el Tucumán” e sua exposição no Congresso Pedagógico Internacional, realizado em Buenos Aires em 1882, suscitaram comentários e críticas, inscrevendo-o no horizonte da intelectualidade argentina do período. Fixou-se, então, na capital do país, onde dirigiu o jornal político “Sud-América”, que lhe outorgou grande visibilidade. Em 1885, foi nomeado Diretor da Biblioteca Nacional, cargo que ocupou até o seu falecimento, em 1929. Entre as tarefas que empreendeu neste período, se destacam a confecção de catálogos dos diversos materiais existentes na Biblioteca, a sua mudança para um edifício com melhores condições do que aquele em que se encontrava e a criação de uma seção importante de cópias de documentos guardados no Arquivo das Índias de Sevilha. Cada uma dessas ações foi bastante difundida e Groussac tornou o seu cargo reconhecido e destacado na Argentina, tal como era na Europa (BRUNO, 2006).

É importante salientar ainda que, em meio à disputa do grupo da NEH com Groussac, também estava em jogo a obtenção de recursos do governo. Assim, o processo de profissionalização da historiografia igualmente se deve ao privilégio que os agentes da NEH deram aos vínculos com o Estado. Naquele momento de institucionalização, era fundamental obter o reconhecimento da sociedade e de um Estado do qual requeriam recursos para edificar a base documental que sustentaria uma “nova história” (Eujanian, 2003, p. 97). Ao desqualificar Groussac, os historiadores da NEH questionavam o caráter científico de sua historiografia, mas também reivindicavam o genuíno direito de suceder a quem dirigia uma instituição pública, a Biblioteca Nacional, dedicada à mesma tarefa que eles pretendiam realizar.

Segundo Eujanian, o problema central para os novos historiadores – que se dedicariam em tempo integral ao estudo e ao ensino da história e cujos recursos viriam basicamente de sua atividade acadêmica – não era tanto deter o monopólio do saber histórico, mas extrair do campo figuras com autoridade que pudessem questionar sua legitimidade e o seu lugar como historiadores no espaço que estavam ajudando a conformar. Como mostrou Buchbinder (1997), durante as duas primeiras décadas de funcionamento da Faculdade de Filosofia e Letras, seus professores haviam sido recrutados entre médicos e advogados. Ante a inexistência de um sistema que possibilitasse a dedicação exclusiva à tarefa docente na Universidade e a falta de uma tradição de instrução formal nas disciplinas que se ofereciam na FFL, muitos dos cargos docentes haviam sido ocupados por pessoas que se dedicavam a estas atividades em seu tempo livre⁵⁶. É fato que alguns desses professores chegaram a fazer de sua dedicação ao ensino, à pesquisa e à ciência a sua tarefa central. Mas somente após a Reforma universitária de 1918 e, sobretudo, a partir dos anos 1920, se acelerou uma mudança no conjunto de professores da faculdade, decorrente tanto das condições políticas e sociais externas à universidade quanto da aposentadoria ou falecimento de vários dos docentes que integravam os seus quadros desde o começo do século. Em um lapso de dez anos da Reforma universitária, a composição do professorado se modificou substancialmente e se criou uma carreira acadêmica com pautas e mecanismos de avanço claramente delimitados, o que fez com que a FFL fosse recrutando seu pessoal docente e técnico entre seus próprios egressos. Nesse período, a faculdade também foi se constituindo, cada vez mais, como um centro de pesquisa científica (BUCHBINDER, 1997, p. 84-99).

⁵⁶ Conforme o autor, o salário dos professores, nas primeiras décadas de funcionamento da FFL, constituía a décima parte do que eles percebiam como juízes ou fiscais de Câmara, sendo, em alguns casos, até doado para que a instituição adquirisse livros e equipamentos (BUCHBINDER, 1997).

Desse modo, se os recursos teóricos, conceituais e metodológicos propostos pela NEH para a realização da tarefa historiográfica podem ser considerados modestos, a base institucional na qual ela surgiu e se expandiu foi bastante eficaz (PAGANO; DEVOTO, 2009). As condições para a atuação e o reconhecimento da NEH na historiografia argentina só ficaram estabelecidas quando o seu programa apareceu como “uma fórmula adequada e atrativa para o governo”, que passou a sustentar a profissão do historiador – através da investigação, das instituições que a garantem e dos meios de difusão e socialização desse conhecimento –, mas também levou a uma nacionalização do discurso histórico (PRADO, 2001, 16). É importante lembrar que naquele momento era forte o desejo, por parte do Estado, de educar a população – em especial, os filhos de imigrantes, mas também os setores populares *criollos* – para transformá-los em patriotas e cidadãos, ainda que não tenha existido uma absoluta uniformidade ideológica nesses intentos de nacionalização das massas (CATTARUZZA, 2003, p. 107). Faz-se válida, nesse contexto, a assertiva de Guimarães (2006) sobre a existência de uma profunda relação entre profissionalização, disciplinarização, constituição do campo da história e os Estados nacionais modernos, com o fito de constituir a identidade nacional.

Bertoni (2007) constatou que, já nas últimas décadas do século XIX, o governo argentino criou novos programas escolares com preferência por temas nacionais: a geografia do país, suas tradições, história e organização política. Ainda que “a federalização da cidade de Buenos Aires, em 1880, tenha significado o marco definitivo da consolidação política do Estado Nacional, o mesmo não podia ser afirmado em relação à construção da nacionalidade” (BEIRED, 2010, p. 45). Naquele momento, a questão da identidade nacional assumia uma importância diferente devido a dois fatores: a afluência da imigração massiva e o clima de expansão colonial imperialista, que levou a uma nova etapa de construção das nações e das nacionalidades na Europa. Ampliada a campanha do governo para atrair imigrantes, durante a década de 1880, grupos enormes de estrangeiros se somaram à população do país sem sinais de uma progressiva integração⁵⁷ (BERTONI, 2001). Para as classes dirigentes e os intelectuais

⁵⁷ Segundo Devoto (2009), o censo nacional de 1895 mostrou como a imigração pesava cada vez mais na sociedade argentina, em relação aos anos anteriores. Os imigrantes compunham, então, 25% do total da população, já havendo uma significativa porcentagem de seus descendentes entre os argentinos. A presença de imigrantes se acentuava nas províncias de Buenos Aires e Santa Fé, onde viviam 8 de cada 10 estrangeiros residentes no país. Devido às redes sociais pré-migratórias e pós-migratórias e à preferência étnica, uma boa parte dos recém-chegados vivia em casa ou propriedade de um conacional e trabalhava em fábrica de pessoas da mesma nação, reforçando laços entre membros do mesmo grupo estrangeiro (DEVOTO, 2009). As manifestações patrióticas realizadas pelas coletividades de estrangeiros, por ocasião das festas nacionais, também foram percebidas como motivo de apreensão pelas elites locais. Em 20 de setembro, por exemplo, os italianos comemoravam a definitiva unificação da Itália, ao passo que a comunidade espanhola foi particularmente ativa ao comemorar o quarto centenário do descobrimento da América. Desde a perspectiva das elites argentinas, a presença dos imigrantes nas associações de trabalhadores, em comícios do Partido Socialista e em movimentos políticos variados, paralela a

argentinos, logo se fez necessário um forte empreendimento de construção da nacionalidade. Os filhos de imigrantes nascidos no país deveriam tornar-se argentinos plenos, pela língua, pelos costumes e pela manifesta adesão à pátria. Com tons variados, conforme cada governo e suas autoridades educativas, o desejo de se utilizar da história na construção da identidade nacional ganhou novo impulso durante as comemorações do Centenário da independência do país (CATTARUZZA, 2001)⁵⁸.

Tais preocupações resultaram na construção de uma leitura nova do passado. Os intelectuais do Centenário encontraram as raízes do “argentino” na cultura indo-americana (em menor medida), na tradição hispano-católica, no *criollo* e no *gaucho* (DEVOTO, 2009). Conforme Terán (2008), a querela pela nacionalidade desdobrou os intelectuais em dois grupos⁵⁹: o daqueles que apostavam em uma mescla cosmopolita que definiria a identidade argentina no futuro – inspirados pelo mito alberdiano do “crisol de raças” – e aqueles que vinculavam a identidade nacional a um passado e a um tipo *criollo*⁶⁰ – esse último, recebendo maior adesão entre os círculos dirigentes. Assim, de nômades e bárbaros durante boa parte do oitocentos, os *gauchos* e *criollos* passaram a ser percebidos como símbolo da identidade argentina nas primeiras décadas do novo século.

uma violência realizada por grupos anarquistas, começava a ser percebida como outra séria ameaça. Somavam-se ainda os efeitos não desejados da urbanização, que se referiam tanto a questões de salubridade quanto aos costumes (BARBERO; DEVOTO, 1983; DEVOTO, 2009). No início do novo século, a onda imigratória continuou crescendo e contava, então, com a presença de novos grupos, como sírio-libaneses e russos, que traziam uma maior heterogeneidade cultural e religiosa (BERTONI, 2007).

⁵⁸ Com o objetivo de conformar a identidade nacional, as elites argentinas se utilizaram dos exemplos europeus que indicavam três vias: o serviço militar obrigatório, a educação e a política. Os três instrumentos reunidos, para o presidente Saénz Peña (1910-1914), estavam destinados a resolver o problema da nacionalidade por meio da integração dos filhos de imigrantes. José Ramos Mejía, escritor e presidente do Conselho Nacional de Educação (entre 1908 e 1913), afirmava que para combater o cosmopolitismo e formar a nacionalidade argentina era necessário amparar-se em uma autêntica religião cívica que, segundo os moldes das religiões tradicionais, fosse capaz de inculcar uma fé através de ritos. Mejía implementou normas sistemáticas nas escolas, marcadas por atos que incluíam o hino, cantos patrióticos, culto à bandeira, festas cívicas, além de conteúdos específicos a serem estudados. Toda esta prática se complementava com uma nova campanha contra as escolas próprias das coletividades estrangeiras, que alcançou seus objetivos nas grandes cidades. A partir de 1917, o Ministério de Educação passou a interferir mesmo nas escolas étnicas das áreas rurais, ao determinar a incorporação de um professor argentino como condição para seu funcionamento (DEVOTO, 2009).

⁵⁹ Conforme observou Funes (2006), algumas das questões que marcaram a aparição pública do intelectual moderno latino-americano, nas primeiras décadas do século XX, envolvem o lugar que estes pensadores ocupavam em relação à sociedade e ao Estado, os temas mais relevantes a serem discutidos e como eles se colocavam diante da tradição. Esses homens foram responsáveis por pensar objetos, áreas de reflexão e as primeiras identificações como grupo, ainda que muitos deles tenham descartado o uso da palavra “intelectual” para definirem-se naquele momento. A autora ainda pondera que os campos cultural e político estavam em um processo embrionário de organização na década de 1920, não podendo ser considerados como campos já definidos e capazes de engendrar suas próprias regras de legitimidade, mas como espaços que ainda estavam por estruturar-se (2006, p. 65).

⁶⁰ Terán (2008) aclara que o termo “criollo” já havia experimentado uma resignificação ao longo do tempo. Na Argentina, como em toda a América espanhola, a palavra era usada para designar os filhos de espanhóis nascidos na América. Posteriormente, expandiu seu significado e abarcou também os mestiços filhos de brancos e índias, de onde surgiria o *gaucho*. Daí que, muitas vezes, os termos “criollo” e “gaucho” se sobreponham (TERÁN, 2008, p. 174).

Após as comemorações do Centenário, a preocupação com a formação da nacionalidade foi ampliada pela abertura do sistema político, já que a promulgação da Lei Saénz Peña, em 1912, estabeleceu o voto secreto universal (masculino) e obrigatório para cidadãos nativos ou naturalizados, o que incluía a participação dos estrangeiros. Logo, para além das preocupações em torno de uma “perda da tradição” argentina e dos conflitos relacionados à massiva presença de imigrantes no país, com a participação destes nas eleições, a elite passava a temer também a perda da hegemonia política (FUNES, 2006; TERÁN, 2008; BARBERO; DEVOTO, 1983). Por esta data, o regime conservador enfrentava a oposição do movimento radical liderado por Hipólito Yrigoyen e boa parte da classe dirigente percebia os riscos de tal situação, que se complexificava pelo ativismo sindical e político do anarquismo. A Lei do sufrágio universal foi proposta com o intuito de controlar a oposição e encontrar novas bases de legitimidade política. No entanto, as eleições de 1916, que deram vitória à União Cívica Radical e desalojaram os conservadores da presidência, representaram um forte golpe a estes afãs reformistas (TERÁN, 2008; FALCÓN, 2000).

Explicitado o quadro em que a disciplina histórica veio a se institucionalizar na Argentina – cujo processo alguns membros da CNMMYLH ajudaram a consolidar – e o fato de que sua prática profissional adquiriu importância para um Estado interessado na difusão de discursos sobre o passado e na formação da identidade nacional, atentaremos agora para as relações estabelecidas entre os integrantes da *Comisión* enquanto membros da *Academia de la Historia* e o poder público federal.

1.1.2. Os membros da CNMMYLH, a *Academia Nacional de la Historia* e o Estado

Os historiadores da NEH, aos poucos, foram ocupando importantes cargos nas universidades e em outros meios institucionais, o que contribuiu para a visibilidade da escola histórica e gerou uma prolongada tradição historiográfica (PAGANO; DEVOTO, 2009). Apesar de haverem travado um embate com historiadores precedentes, no qual defenderam a necessidade de uma história mais objetiva e menos literária, os integrantes da NEH não entraram em disputa com os membros da *Junta de Historia y Numismática Americana* (CATTARUZZA, 2007); ao contrário, alguns deles foram incorporados como acadêmicos da entidade⁶¹. Em 1915 e em 1931, respectivamente, Levene e Ravignani foram designados

⁶¹ A participação dos integrantes NEH na *Junta* foi bastante desigual: Luis M. Torres já havia ingressado em 1901, ao passo que Ravignani tornou-se membro somente em 1931 e Torre Revello em 1937. Carbia e Molinari, no entanto, nunca fizeram parte da entidade (PAGANO; DEVOTO, 2009). A tardia incorporação de Ravignani à *Junta*, se comparada à de Levene, é explicada por Girbal de Blacha (1995) devido ao interesse em reafirmarem-se

membros da instituição que viria a ser reconhecida como produtora oficial do discurso científico sobre o passado (CATTARUZZA, 2003). Além deles, no decorrer das primeiras décadas do século XX, vários dos futuros vogais da *Comisión* também foram incorporados a ela. Originalmente criada com a denominação de *Junta*, em 1893, e convertida na *Academia Nacional de la Historia*, em 1938, a entidade foi ampliando a sua participação em decisões dos poderes públicos que envolviam temas referentes à história nacional, como parte de sua estratégia corporativa (GIRBAL DE BLACHA, 1995).

Desde a década de 1920, a *Junta-Academia* vinha estreitando relações com o governo, através do assessoramento prestado em diversas atividades, como nomes para estabelecimentos educativos, ruas, estações de trens, homenagens, etc., e em contrapartida contava com o financiamento para suas atividades e publicações. O investimento recebido do governo nacional para a edição da *Historia de la Nación Argentina* em diversos tomos, por exemplo, marcou a realização de um projeto antigo da instituição (PAGANO; GALANTE, 2006), para o qual diversos acadêmicos – não necessariamente membros da *Junta-Academia* – foram convidados a colaborar (GIRBAL DE BLACHA, 1995). Ao final daquela década, a instituição e seus membros já dispunham de “poder simbólico” – o “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer” (BOURDIEU, 2010, p. 14) – suficiente para fazerem-se “reconhecidos” como autoridade no que se referia à escrita da história e aos consensos sobre o passado.

Avaliando as instituições extra universitárias do período, Myers (2004) considerou que a *Junta-Academia* também desempenhou um importante papel na definição do campo de estudos da história – assim como destaca a função dos arquivos públicos nesse processo, que foram reorganizados em função dos novos critérios metodológicos. Segundo o autor, “por sua estreita relação com o governo nacional e pelo prestígio acumulado em sua etapa como *Junta*, [a *Academia*] logrou converter-se em uma das poucas instituições extra universitárias com capacidade de dispensar signos de legitimidade aos praticantes da disciplina” (2004, p. 71). Assim, entendemos que a institucionalização da disciplina histórica na Argentina foi se dando por meio de uma conjunção de fatores, como a proposta de renovação metodológica da NEH; a expansão do sistema universitário nacional; a instauração de práticas de disciplinamento socioprofissional; o trabalho e o reconhecimento de instituições não universitárias, como a

as relações entre a *Junta* e a universidade como âmbitos intelectuais complementares – haja vista que Ravignani era o diretor do *Instituto de Investigaciones Históricas* da UBA. Foi com o mesmo intuito que teria se dado a designação de Luis M. Torres, membro do mesmo Instituto, para o cargo de vice-presidente da *Junta* entre 1931-35.

JHNA; o financiamento estatal para a realização das atividades da disciplina. Até mesmo as obras publicadas pelos representantes da NEH e seus sucessores, que ajudaram a constituir um modelo de escrita histórica profissional (MYERS, 2004), parecem ter contribuído na configuração desse campo histórico e da profissionalização da disciplina. A profissão do historiador foi se tornando reconhecida, sendo necessários determinados requisitos, como formação adequada e rigor metodológico, para exercê-la. A aplicação do método era entendida como garantia de cientificidade e, ao mesmo tempo, como meio de distinguir os novos historiadores (CATTARUZZA, 2001). Foi baseada nessas premissas que, nos anos 1930 e 1940, a *Academia* se utilizaria de sua posição para cooptar ou excluir do campo da historiografia a distintas personalidades – como foi o caso de Manuel Gálvez, rejeitado por sua falta de formação acadêmica (MYERS, 2004).

Os historiadores da *Junta-Academia* seguiram ampliando sua participação em repartições do Estado, especialmente a partir da chegada de Augustín P. Justo à presidência da Nação, em 1932. Cárcano assumiu a presidência do Conselho Nacional de Educação no mesmo ano e Zabala a Secretaria Geral do mesmo órgão (BLASCO, 2015). O Conselho seguidamente solicitava a colaboração da corporação para conferir dados e dar a conhecer feitos do passado nacional. Do mesmo modo, outras repartições públicas preocupadas com a preservação dos monumentos históricos solicitavam o auxílio da entidade. Essa colaboração era retribuída com um adequado respaldo financeiro oficial que permitiu à *Junta* adquirir coleções de moedas e bibliotecas, e realizar suas publicações (GIRBAL DE BLACHA, 1995)⁶².

Com o convite para celebrar o II Congresso de História da América, realizado em 1937, a *Junta* procurou ampliar ainda mais seu prestígio e inserção na esfera do poder político. A própria comissão honorária do congresso era um símbolo de sua envergadura, sendo encabeçada pelo presidente da República, o General Justo. Já a comissão organizadora do evento era presidida por Ricardo Levene e contava com Emilio Ravignani e outros membros correspondentes da *Junta*. Entre os representantes argentinos que apresentaram trabalhos no Congresso, encontramos vários integrantes da entidade que, em seguida, também seriam nomeados para a CNMMYLH: Emilio Ravignani (na seção de história política), José Torre Revello (na seção de história social e na de história artística), Padre Guillermo P. Furlong

⁶² Por volta de 1935 em diante, as conexões da *Junta* com o poder político chegavam a esferas governamentais ainda mais altas. Em visita ao Rio de Janeiro, no ano de 1936, Levene encontrou até mesmo Getúlio Vargas, fazendo-lhe chegar uma carta do presidente argentino Augustín P. Justo, que formulava declarações em favor da cultura e da paz na América (GIRBAL DE BLACHA, 1995, p. 139), parte de um “pacto intelectual” assinado entre Brasil e Argentina sobre revisão do ensino e dos textos de grande projeção na formação da infância e da juventude.

(história artística e história literária), Ismael Bucich Escobar (seção conceito e interpretação da história), Ricardo Levene (seção metodologia do ensino) e arquiteto Mario Buschiazzo (história artística). Constava ainda no programa o nome do Cel. Félix Best como apresentador na seção de história militar e naval, ao lado de outro general conhecido, Juan Perón (GIRBAL DE BLACHA, 1995).

Em janeiro de 1938, através de um decreto assinado pelo presidente Justo antes de deixar o governo, a *Junta* foi reconhecida oficialmente como *Academia Nacional de la Historia*, contando com Ricardo Levene na presidência – cargo que assumiu até a sua morte em 1959 –, Rómulo Zabala como vice-presidente e Enrique Udaondo como segundo vice-presidente. O decreto de criação explicitava os objetivos da mudança, sendo “conveniente a intensificação da cultura histórica e patriótica e a constante colaboração que [a Academia] pode prestar ao governo da nação” (GIRBAL DE BLACHA, 1995, p. 140). No discurso inaugural da *Academia*, Ricardo Levene enfatizou as futuras funções da entidade, que deveriam ser marcadas tanto pelas pesquisas originais e publicações de obras, periódicos e documentos, quanto pela intervenção na reforma do ensino da história americana e argentina e na organização de congressos. Foi nesse contexto de fortes relações entre o poder público e a referida corporação de historiadores que a CNMMYLH foi criada.

O novo organismo surgiu, assim, no ano da transição da presidência do general Justo para a de Roberto Ortiz. Em 1931, Agustín Justo tinha vencido as eleições à presidência graças ao afastamento da UCR do pleito⁶³. Ele governou o país de 1932 a 1938⁶⁴, entregando o governo a um representante da mesma coalização política. Antigo militante radical e Ministro da Fazenda de Justo, Ortiz foi indicado como o candidato mais aceitável para sucedê-lo e garantir o débil equilíbrio entre as forças no poder. Ao iniciar seu mandato, o novo presidente parecia orientar-se para o término da fraude eleitoral, mas seu estado de saúde o obrigou a tirar sucessivas licenças e a renunciar em 1942, deixando o quadro político bastante instável. Seu sucessor, o vice-presidente conservador Ramón Castillo, acabou sendo deposto por outro golpe

⁶³ Entre seus apoiadores estavam o Partido Demócrata Nacional, o Partido Socialista Independente e a União Cívica Radical Antipersonalista – aliança que se costumou chamar de “Concordância” –, mas a relação entre eles era complexa e instável. O afastamento da UCR das eleições, entre 1931 e 1935, e a prisão de seus dirigentes e ativistas tiveram o efeito de ratificar a identidade partidária destes (CATTARUZZA, 2009). Assim, o novo governo se manteve no poder recorrendo sistematicamente à fraude nas eleições. A restauração apenas formal do sistema político era resultado da impossibilidade dos setores conservadores de competirem abertamente com sucesso contra a UCR em eleições limpas. Isso resultava em um sistema liberal “muito debilitado em sua legitimidade e com muitas tensões na frente militar, onde os radicais seguiam tendo peso” (DEVOTO; FAUSTO, 2008, p. 224).

⁶⁴ Durante o governo de Justo, a imprensa opositora circulou com intensidade, gerando fortes debates públicos; as negociações com a Inglaterra por um novo tratado comercial e a fraude eleitoral, entre outras questões, também levaram à mobilização de vários setores intelectualizados (CATTARUZZA, 2009).

militar em junho de 1943, que deu fim aos governos da Concordância (LÓPEZ, 2018; DEVOTO; FAUSTO, 2008).

Foi nessa conjuntura de finais dos anos trinta e início dos quarenta que se estruturou o órgão de preservação do patrimônio nacional argentino. Examinando a composição inicial da *Comisión* (Quadro 1) – entre o presidente, o secretário e os dez vogais –, verificamos que nove deles eram também membros da *Academia*. Nos anos seguintes, e considerando as substituições de alguns integrantes do organismo, ao menos sete deles seguiram pertencendo à *Academia*: Ricardo Levene, Ramón Cárcano, Emilio Ravignani, Luis Mitre, Enrique Udaondo/Guillermo Furlong, Rómulo Zabala e Benjamín Villegas Basavilbaso. Tais dados, assim, indicam o predomínio da referida corporação de historiadores em políticas financiadas pelos órgãos públicos durante os governos da Concordância e sua inegável influência na criação da CNMMYLH. Por isso a importância de conhecermos o “lugar de fala” dos membros da instituição estudada, isto é, a posição ocupada por eles no âmbito historiográfico, político e cultural para compreendermos como se dava a “distribuição do capital científico” naquele momento (BOURDIEU, 2004, p. 23-24).

Pelas relações acima expostas, notamos também que os profissionais da *Comisión* já mantinham entre si profícuas relações de trabalho, oriundas do âmbito universitário ou da *Junta-Academia*, a partir das quais estabeleceram vínculos com o Poder Executivo. Sem dúvida, os vogais nomeados para a *Comisión* eram reconhecidos como estudiosos da história e possuíam prestígio, autoridade e “capital simbólico” para deliberar sobre o passado. Contudo, consideramos que a sua nomeação para a instituição estudada tenha se dado principalmente pelas relações que possuíam com alguns representantes do Estado e pelo lugar que ocupavam na *Academia de la Historia* naquele momento, entidade que havia assumido “a tarefa de dar legitimidade política” ao governo vigente (GIRBAL DE BLACHA, 1995, p. 138).

Acerca desta questão, é válida a consideração de Sirinelli (2003) a respeito dos grupos de intelectuais que, segundo ele, se organizam “em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades [...] que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar” (2003, p. 248). Nesse sentido, é possível pensar que de fato existiam afinidades e interesses em comum entre estes historiadores que atuavam juntos há mais de dez anos quando da criação da *Comisión* – para alguns dos membros, essas relações excederiam os vinte anos. O autor indica ainda que o meio intelectual costuma se constituir em torno de “estruturas elementares da sociabilidade”, como a redação de revistas, o conselho de uma editora ou os

antigos “salões”, comumente definidas como “redes”. Logo, a corporação de historiadores congregada na *Junta-Academia* também pode ser vista como uma rede ou estrutura de sociabilidade, na medida em que as relações ali constituídas se expandiram para outras instituições, garantindo, como acabamos de mostrar, o seu lugar dentro da CNMMyLH. Evidenciam-se, sem dúvida, afinidades entre esses historiadores e um desejo de continuar convivendo como grupo.

No entanto, e como já expressamos em nota anterior, um estudo das “redes” formadas por estes historiadores, buscando reconstituir suas trajetórias e as relações que os ligam – a “geração” poderia ser uma delas (SIRINELLI, 2006) –, excederia os objetivos desta tese, que tem por foco as práticas de seleção e definição do patrimônio histórico e artístico nacional realizadas durante os primeiros anos de funcionamento da CNMMyLH. Trabalhar com a ideia de “rede”, como vem sendo largamente utilizada nas ciências sociais e cujas definições e finalidades são variadas (SILVEIRA, 2013), nos exigiria um estudo muito maior das interações estabelecidas entre o grupo, além de outras fontes de pesquisa. De qualquer forma, esperamos ter explicitado os vínculos profissionais que preexistiam entre os membros da *Comisión*, ao mostrar sua participação na NEH, na conformação do campo de estudos da história e na *Junta-Academia*, entidade essa que parece ter sido o principal local de conjunção, ou estrutura de sociabilidade, dos vogais da instituição estudada.

1.1.3. Tensões no campo profissional: narrativas nacionais em conflito

Embora a *Junta-Academia* tenha se destacado ante ao governo durante a década de 1930, sendo frequentemente convocada a dirimir questões concernentes ao passado nacional, é importante salientar que a instituição não foi a única a dedicar-se à pesquisa e ao estudo da história no período. Tanto no governo radical quanto durante a restauração conservadora, distintas entidades foram fundadas: organizaram-se variadas comissões de lugares históricos para a definição dos “autênticos” atributos dos símbolos pátrios, para a revisão de textos, além de institutos de pesquisa, como o *Centro de Estudios Históricos Argentinos* (1932), criado em La Plata; o *Instituto Nacional Sanmartiniano* (1933), o *Instituto Juan Manuel de Rosas* (1938) e a *Sociedad de Historia Argentina* (1931), fundados na cidade de Buenos Aires; as juntas de estudos históricos das províncias; além do já antigo *Instituto de Investigaciones Históricas* da UBA, marco da NEH. Muitas destas entidades passaram a disputar a obtenção de recursos, o controle do acesso aos cargos nas diferentes instituições do governo, a autoridade científica, etc. (CATTARUZZA, 2003).

Essa profusão de entidades reflete o clima intelectual e político do período, marcado por um intenso debate em torno da história nacional. Desde a década de 1920, foi se verificando um crescimento do nacionalismo e do conservadorismo no país. Este fenômeno se desenvolveu tanto por influência das correntes ideológicas e políticas europeias que se adaptaram conforme as condições internas, quanto como uma resposta às problemáticas locais já mencionadas: o conflito social crescente, o temor da classe dirigente à perda progressiva de poder político frente aos novos grupos sociais em ascensão, o aumento do cosmopolitismo e a “desagregação cultural” como consequência do grande impacto imigratório (BARBERO; DEVOTO, 1983).

Com a interrupção da institucionalidade democrática de 1930 e as consequências da crise econômica de 1929, que geraram enorme descrédito da opinião pública no Poder Executivo (HALPERÍN DONGHI, 2003; DEVOTO, 2006), ampliaram-se as expressões nacionalistas no país. Referindo-se a um contexto mais amplo, Hobsbawm (1990) e Wasserman (2013) expõem que foi no âmbito das classes médias e num momento particular do desenvolvimento econômico, similar ao vivenciado pela Argentina naqueles anos, que os movimentos nacionalistas se manifestaram mais concretamente, avigorando as demandas pelas origens da nação e as críticas aos modelos estrangeiros adotados pelos seus governos. Em tal conjuntura, o certo consenso que existia entre a comunidade acadêmica argentina desde o processo de profissionalização da disciplina histórica – sobre as questões que deviam ser abordadas por esses profissionais e, especialmente, sobre a necessidade de distanciarem a produção historiográfica de influências não acadêmicas – foi abalado pela “exacerbação da luta entre fascismo e antifascismo, pela mobilização universitária e pela utilização do passado como meio de resolver disputas acadêmicas e pessoais”, introduzindo-se tensões neste campo profissional (RODRÍGUEZ, 2001, p. 39).

Surgiram, então, vozes que pretendiam reexaminar a “estirpe liberal” da Argentina moderna e discutir qual tradição política era autenticamente nacional⁶⁵. Em meio às distintas entidades histórico-culturais que foram fundadas no período, um grupo de nacionalistas reunido em torno ao *Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas* propôs a necessidade de se revisar a interpretação do passado nacional construída pelas instituições oficiais que, segundo eles, teriam fins políticos opostos às verdadeiras necessidades do país. Esse grupo

⁶⁵ O primeiro desses fenômenos teve várias expressões, sendo que a mais evidente delas foi o crescimento dos grupos que se filiavam ao nacionalismo em algumas de suas versões de direita e que, em certos casos, chegaram a manifestar seu apoio aos governos de Hitler e de Mussolini. Durante os anos vinte, vários destes grupos haviam assumido posições elitistas, conservadoras e tradicionalistas, receosos frente à sociedade de massas e à ampliação dos direitos políticos. Ao longo dos anos trinta, contudo, se expandiram as proposições que assumiam a questão social e valorizavam os apelos à mobilização das massas (CATTARUZZA, 2009, p. 149).

queria construir uma visão alternativa do passado, centrando sua crítica no regime político liberal surgido com o golpe de 1930, na dependência econômica e nas classes dirigentes que buscavam seus modelos no exterior. A época de Rosas, valorizada por sua alegada oposição ao domínio estrangeiro e defesa dos interesses nacionais, aparecia para esse grupo como um bom ponto de partida para reexaminar a história do país e reconstruir o panteão de heróis nacionais (RODRÍGUEZ, 2001).

Segundo Halperín Donghi (2006), a utilização do passado nesse momento aparecia como uma tentativa de oferecer o aval da história para a crítica à Argentina do presente, que se organizava em torno de dois motivos centrais: primeiro, o repúdio da democratização política, que entregou o destino do país a dirigentes sem solidariedade com os interesses que – aos olhos dos revisionistas – eram os da nação mesma; segundo, a denúncia do modo de inserção da Argentina pós-independente no mundo e do vínculo desigual com a Grã Bretanha. Representar os interesses nacionais era, de acordo com tal perspectiva, o dever primeiro do governante. Para os membros dessa corrente, a época de Rosas era considerada como um “paraíso perdido” (2006, p. 21), sobretudo, devido a dois aspectos atribuídos ao seu governo: um seria sua capacidade de liderança sobre as classes e os grupos da sociedade, integrando a todos sem identificar-se com nenhum; o outro residiria na oposição de Rosas ao estrangeiro e em sua resistência ao domínio inglês. Desse modo, o surgimento do *Instituto Juan Manuel de Rosas* e de sua revista, no final dos anos trinta, seu deu como reação à crise do regime neoconservador (2006, p. 29).

De acordo com os argumentos revisionistas, a visão oficial do passado era sustentada pela *Academia Nacional de la Historia* que, também em 1938, se organizara sobre a antiga base da *Junta de Historia y Numismática Americana*, criada por Bartolomé Mitre no final do século XIX. Como mostrou Cattaruzza (2009, p. 153), para o grupo revisionista, a visão da *Academia* se tratava de uma “versão liberal, portenha e falsa da história nacional, e ela constituía o que chamavam de história oficial”. O surgimento do Revisionismo histórico é, pois, inseparável do avanço do nacionalismo, que fez da defesa de Rosas e da impugnação da ordem que se acreditava reinante desde 1852 as suas frentes de batalha mais características (CATTARUZZA, 2001, p. 447).

Explica Galasso (2004) que é devido ao enfrentamento de diversas ideologias que surgem as correntes historiográficas; não necessariamente precisam haver diferenças metodológicas entre elas, mas diferentes interpretações sobre o ontem que repercutem no hoje. Entre as distintas correntes presentes na Argentina, o autor elucida que a “História oficial”

nutrida pela *Academia* – também denominada liberal ou “mitrista” – é assim chamada porque 1) foi ensinada por muitas décadas nos diversos níveis de ensino, 2) predominou nos meios de comunicação de massa, 3) está presente nos discursos e na iconografia oficial, e 4) se levanta nas estátuas das praças e nas denominações de ruas e localidades. Essa vertente historiográfica é também:

Liberal porque interpreta e valoriza os acontecimentos históricos desde um enfoque ideológico liberal-conservador. Um liberalismo que se ampara no econômico, com livre mercado e abertura ao exterior, mas que se esvazia do conteúdo democrático que teve na Revolução Francesa de 1789 e se impregna de uma concepção elitista e antipopular (2004, p. 3).

Finalmente, o autor esclarece que a corrente é “mitrista” porque o ex-presidente e historiador Bartolomé Mitre (1821-1906) foi seu principal impulsor. Em resumo, a História oficial promoveu uma visão do passado argentino desde a ótica da oligarquia, formada pelos grandes estancieiros e comerciantes importadores e exportadores de Buenos Aires, apresentando-a como uma soma de virtudes. Mitre, seu principal gestor, assegurou o predomínio de suas ideias com a fundação do jornal *La Nación*. Devemos recordar aqui que um herdeiro direto do ex-presidente e diretor deste jornal – Luis Mitre – foi designado e figurou como membro da *Comisión* no decorrer de toda a sua primeira gestão, ainda que não tenhamos acusado a sua participação em nenhuma das sessões do organismo.

É importante salientarmos que, ao longo de toda a década de trinta, o passado foi constantemente reinterpretado pelas diferentes filiações políticas. Os adversários do radicalismo, por exemplo, imediatamente após o golpe de Estado de 6 de setembro de 1930, interpretaram Yrigoyen como um novo Rosas e os radicais logo contestaram que era Uriburu o herdeiro distante do rosismo. De forma geral, o radicalismo costumava propor uma visão do passado nacional que, em traços gerais, se acomodava à perspectiva tradicional: “Maio era concebido como o momento fundacional; a ditadura rosista era criticada” e “se reivindicavam os heróis da organização nacional” (CATTARUZZA, 2001, p. 435-436).

O centro da polêmica revisionista foi o lugar que se atribuía a Rosas na historiografia argentina. Não obstante, o revisionismo não foi um movimento intelectual nascido às margens da cultura local: seus membros (entre eles, Ernesto Palacio, Julio Irazusta, Manuel Gálvez e Carlos Ibarguren) dispunham de instrumentos de legitimação no campo intelectual, como participação e reconhecimento em instituições, prêmios recebidos, relações com o poder público e sucessos de venda de livros. Havia muitas participações cruzadas de membros entre as variadas instituições; inclusive, entre os fundadores do *Instituto Juan Manuel de Rosas*, estava um dos vogais da CNMMYLH, Benjamín Villegas Basavilbaso, e o primeiro secretário

do órgão, Ismael Bucich Escobar, além de outros membros da *Junta-Academia* (CATTARUZZA, 2007). As sucessivas aproximações de Ravignani à questão rosista também demonstram que, mesmo no marco de severas diferenças de interpretações, um diálogo e certas aproximações entre as duas correntes não era impensável⁶⁶. Ainda assim, persistiam divergências de fundo: o que estava em jogo não era precisamente uma interpretação ou outra do passado, mas uma definição ideológica, liberal ou nacionalista, liberal ou católica, pluralista ou integrista, democrática ou autoritária (MYERS, 2004, p. 78-79). Em suma, eram muitos os itinerários que se abriam nos anos 1930 e os cruzamentos ideológicos que afetavam o mundo político tiveram uma influência decisiva no modo com que cada grupo – inclusive o da CNMMYLH, que nos interessa mais de perto nesta tese – interpretava a história da sociedade (CATTARUZZA, 2001).

Apesar da contenda envolvendo versões mais liberais ou nacionalistas do passado, na segunda metade dos anos 1930, todos os grupos políticos pretendiam ser legitimamente nacionais e acusavam seus adversários de cúmplices de algum imperialismo e de trabalhar como agentes à serviço de interesses estrangeiros (CATTARUZZA, 2009). Isso ajuda a explicar porque os governos do período deram especial ênfase à elaboração de uma “liturgia patriótica” composta por celebrações, monumentos, identificação de lugares históricos e fixação de efemérides, atuando novamente, sob a fórmula do “fortalecimento da consciência nacional”. Semelhante aos anos do Centenário, porém em clima ideológico diverso, as burocracias estatais apelaram a mais de um registro para dar cumprimento às funções identitárias, simbólicas e coesivas que se julgavam necessárias naquele momento, recuperando desde os gaúchos aos heróis, do folclore à história, e acolhendo uma variada gama de empreendimentos onde os historiadores profissionais ocuparam um lugar destacado, mas não exclusivo (PAGANO; DEVOTO, 2009, p. 171), e entre os quais se encontravam os membros da CNMMYLH.

Paralelo ao ativismo nacionalista, se desenvolvia um processo mais amplo de integração do país, sendo que alguns de seus argumentos foram empregados pelo Estado a fim de garantir a unidade nacional. Foi nesse momento que se criaram a *Dirección General de Parques Nacionales* e a *Dirección Nacional de Vialidad*, bem como se deu o crescimento da empresa estatal argentina dedicada à exploração e venda do petróleo, a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*, devido, entre outras razões, à ampliação das rodovias e ao uso crescente do automóvel.

⁶⁶ Como já mencionamos, o membro da *Comisión* Emilio Ravignani foi deputado pela União Cívica Radical entre 1936 e 1943 e entre 1946 e 1950. Apesar do governo de Rosas ter sido criticado e visto como uma ditadura pelos radicais, em seus estudos, Ravignani compreendeu os caudilhos de maneira positiva, como personagens que ajudaram a projetar a unidade nacional. No mesmo sentido, vale notar que, apesar de filiado ao partido radical, Ravignani havia sido designado como membro da *Junta-Academia* em 1931, de reiterada tradição liberal.

Tratavam-se de repartições que desenvolviam atividades vinculadas ao controle do território, à sua integração e à chegada do Estado a zonas remotas. O Conselho Nacional de Educação igualmente designou funções nacionalizadoras às escolas, terreno fértil para a propagação desse tipo de ação (CATTARUZZA, 2009, p. 150). É possível notar, portanto, que o processo de construção da nacionalidade argentina, iniciado no final do século XIX, ainda não estava concluído. A criação da CNMMYLH deve ser percebida entre as várias medidas efetuadas pelo Estado para integrar o território e os seus cidadãos, visto que foi encarregada da proteção de um patrimônio situado nas mais diversas regiões do país e de sua definição como Monumento ou Lugar Histórico “Nacional”.

De modo geral, a vertente revisionista encontrou pouco espaço no âmbito acadêmico do final dos anos trinta e permaneceu situada fora dos circuitos oficiais. Nessa conjuntura, o Estado necessitava de um discurso legitimador que dificilmente procederia do revisionismo ou do *Instituto de Investigaciones Históricas* – sediado na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA e dirigido por Emilio Ravignani, de conhecida militância radical (PAGANO; GALANTE, 2006). A versão da história nacional construída pela *Academia*, portanto, foi a que melhor atendeu aos interesses dos governos da década de 1930, devido ao seu caráter mais conservador. Sem exaltar o regime de Rosas nem criticar a dependência econômica do país, os membros da *Academia* conferiam destaque aos feitos da independência e do projeto oligárquico de consolidação do Estado federal, mais funcionais ao regime de Justo. Suárez e Saab (2012) concordam que a opção pelos homens reunidos na *Junta-Academia* significava deixar de lado a outra corrente dos historiadores revisionistas, vinculados a uma vertente nacionalista mais agressiva, entre os quais se encontravam os que haviam acompanhado o golpe de Uriburu e que, devido à reorientação política implementada pelo presidente Justo, haviam ficado marginalizados do poder. Além disso, comparados aos nacional-revisionistas, os homens da *Junta* eram uma garantia de moderação e previsibilidade (SUÁREZ; SAAB 2012).

Segundo Girbal de Blacha (1995), os próprios intelectuais da *Junta*, que desempenharam um papel fundamental na construção de mitos unificadores,

[...] pretendían y lograban inculcar esa cultura nacional, de modo mucho más explícito después del Centenario, al ponerse en evidencia los primeros síntomas de deterioro del ‘progreso’ [...] y especialmente con una función imperativa de nacionalismo integrador después de la crisis de 1930 (GIRBAL DE BLACHA, 1995, p. 129).

Para Suárez e Saab (2012), Levene e seu grupo souberam agregar dois ajustes ideológicos: em primeiro lugar, a opção pelo viés conservador que a corporação vinha assumindo, talvez por previsão do curso que os acontecimentos tomariam após a destituição de

Yrigoyen; e em segundo, a *Junta* se somava ao clima nacionalista que dava tom à década, porém sem renunciar aos dogmas liberais que ela mesma havia erigido e, por isso, sem comprometer-se com o catolicismo integrista que na época ganhava notável força. De forma sumária, a principal conquista do revisionismo residiu na organização de uma imagem da “história oficial”, que resultou muito eficaz (CATTARUZZA, 2007).

Assim, a postura política assumida por esta corporação de historiadores somada ao seu capital cultural e científico parecem ter sido os fatores decisivos para que o Estado a reconhecesse como interlocutora privilegiada entre as demais entidades que se dedicavam ao estudo da história no período. Ressaltamos que a relação estabelecida entre historiadores e o Estado, nesses anos, não parece ter partido apenas deste último, tendo sido também buscada pelos primeiros no intuito de consolidar suas ambições historiográficas e profissionais. Dessa forma, não compreendemos o fenômeno como uma manipulação estatal ou uma mera adesão dos intelectuais ao projeto ideológico do governo, ao contrário, ambos os atores parecem ter buscado estabelecer relações com interesses mútuos e variados, que acabaram levando à elaboração e à veiculação de uma versão específica do passado, como veremos ao longo da tese.

Para além do espaço que os historiadores da *Academia* obtiveram na CNMMyLH e junto ao Poder Executivo federal, outros vínculos foram se construindo no mesmo período, sobretudo, no âmbito provincial. Em 1939, foi instituída a *Junta de Estudios Históricos de la Provincia de Buenos Aires*, formada pelas mesmas personalidades. Esta recebeu caráter oficial do governo para pesquisar sobre o passado histórico da província, colaborar com questões relacionadas ao ensino de história e assessorar em comemorações. Igualmente, seus membros auxiliaram na criação de “parques evocativos”, como o *Museo y Parque Criollo Ricardo Güiraldes*, de San Antonio de Areco. Também em 1939, o governador Manuel Fresco criou a *Comisión Central Honoraria de Parques Provinciales*, que foi presidida por Enrique Udaondo e passou a depender do Ministério de Obras Públicas da Província de Buenos Aires. Na mesma época, a *Junta de Investigaciones Históricas de Rosario*, na província de Santa Fé, inaugurou o *Museo Histórico Provincial*, com forte apoio da CNMMyLH (BLASCO, 2012).

Como procuramos mostrar até aqui, o campo historiográfico e a profissão do historiador já estavam relativamente configurados quando a *Comisión* foi criada. Entretanto, com o avanço das ideias nacionalistas na década de 1930, se introduziram fissuras no interior dessa comunidade acadêmica, fazendo emergir uma profusão de narrativas em torno do passado nacional. Considerando esse contexto, a CNMMyLH parece ter surgido como mais um lugar para a afirmação da figura do historiador e, notadamente, da história oficial-liberal sustentada

pela *Academia de la Historia*, proposição que buscaremos verificar ao longo da tese – em particular no capítulo 3, onde analisamos quais eventos e personagens do passado foram privilegiados pelas declaratórias de monumentos e lugares históricos. Como mostrou Bourdieu (2004, p. 34-35), o grau de autonomia de uma ciência depende do grau de necessidade de recursos econômicos que ela exige para se concretizar, mas depende, sobretudo, “do grau em que o campo científico está protegido contra as intrusões [...] e do grau em que é capaz de impor suas sanções positivas ou negativas”. Daí a necessidade da *Academia* de consolidar suas posições no campo – inserindo-se cada vez mais nas redes do Estado –, ante a concorrência de diferentes tradições historiográficas e políticas que se manifestavam. Tal contexto de disputas também ajuda a explicar porque, em diversas situações, a *Comisión* procurou colocar-se como única “porta-voz autorizada” (BOURDIEU, 2008) do governo e impor-se frente a demandas de outras comissões histórico-culturais então existentes.

Exemplos disso podem ser encontrados nas atas de sessões do organismo. Logo no primeiro ano de trabalho da CNMMYLH, foi possível perceber a preocupação de seus membros em dar a conhecer as suas competências. O *Instituto Argentino de Monumentos e Cultura Histórica* havia proposto a criação de um museu da civilização argentina, que abarcaria desde os tempos geológicos até os dias atuais. Ao discutir-se a questão, o vogal Ravignani considerou que, embora pudesse ser apreciada a colaboração de entidades e de particulares, devia-se fazer constar que a *Comisión* reunia os especialistas mais qualificados. Como forma de dar seu consentimento, Levene recordou o trabalho do organismo na criação do *Museo Histórico Sarmiento*, que havia sido recebido com o êxito e aplauso que todos conheciam. Finalmente, o grupo resolveu que, se a instituição proponente dispunha dos recursos para levar o museu adiante, estava em seu direito fazê-lo (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 246).

Em reunião no ano de 1940, debateu-se o fato de os membros da antiga *Comisión “Pró cuna del héroe”*, de Yapeyú, terem organizado algumas ações que, aos olhos do grupo, se sobrepunham à autoridade do órgão. Levene propôs colocar de imediato uma placa em frente ao *templete* da casa de San Martín com o nome da instituição que presidia e o vogal Gallo complementou, sugerindo que esta resolução poderia ser estendida a todos os museus e monumentos dependentes da CNMMYLH (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 580). Na mesma sessão, tratou-se do convite enviado pela *Sociedad de Historia Argentina* para o ato de colocação de uma placa na casa em que viveu o Almirante Brown. Levene se manifestou alegando que correspondia à CNMMYLH realizar atos dessa natureza, que, inclusive, estavam em seus planos. O vogal Zabala então sugeriu que se fizesse um pedido junto à Intendência

Municipal para alertar sobre as competências da CNMMyLH a este respeito e solicitar que, em caso de colocação de placas comemorativas, o organismo fosse informado a fim de evitar a superposição desta classe de homenagens. Houve assentimento (1941, N. 3, p. 580).

A solicitação parece ter surtido efeito, já que posteriormente a *Comisión* recebeu da municipalidade o informe sobre a colocação de uma placa na rua *24 de Noviembre*, a pedido do *Instituto de Investigaciones Históricas “Juan M. de Rosas”*. Diante disso, na sessão de 25 de novembro daquele ano, aprovou-se a seguinte resolução:

Los miembros de la Subcomisión de Monumentos y Lugares Históricos que suscriben, consideran que el homenaje a hechos y hombres de significación histórica no debe quedar librada a los particulares e instituciones, pudiéndose prestar a movimientos diversos de opinión desde el punto de vista histórico y aún artístico. Por eso, juzga esta subcomisión que debe solicitarse de la Municipalidad quiera adoptar como norma general la resolución de que la entidad asesora que desempeña esas funciones es esta Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos, sin que esto implique en absoluto desconocer la autonomía de la jurisdicción Municipal (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 622).

É muito significativo que tal resolução tenha sido tomada pela *Comisión* justamente na ocasião de uma solicitação advinda do *Instituto Juan Manuel de Rosas*, entidade que representava a corrente revisionista, antagônica à *Academia*. Por sua vez, em 1941, o *Instituto Sanmartiniano* solicitou autorização para dirigir os atos públicos e divulgar os acontecimentos históricos relacionados ao Libertador San Martín. Ressalvando o propósito patriótico do Instituto, a CNMMyLH resolveu que, por disposições legais, não correspondia ao governo entregar a uma entidade privada uma função que deveria ser exercida pelos organismos públicos do Estado (COMISIÓN..., 1942, N. 4, p. 29). Na resolução, desta vez emitida pela Subcomissão de Regulamento e Fazenda, observou-se que a Lei Nº 12.665, em seu artigo 9º, atribuía à CNMMyLH funções de caráter histórico-cultural e que o decreto regulamentar desta lei, em seu art. 2º inc. 21, lhe havia conferido a atribuição de “constituir patronatos para a valorização da cultura histórica e dos bens histórico-artísticos”. O parecer reiterava, por fim, que, sendo a CNMMyLH um organismo público dependente do Ministério da Justiça e Instrução Pública, correspondia a este órgão a redação de um projeto pertinente e “a ação relacionada com a direção e divulgação da vida pública e privada do Libertador” (1942, N. 4, p. 753).

A *Comisión* entrevistou até mesmo na nomenclatura de entidades dedicadas ao estudo e à celebração da história no país. Em nota recebida do *Instituto Argentino de Monumentos y Cultura Histórica*, este comunicava que havia sido considerada e excluída a palavra “monumento” do nome do Instituto, atendendo-se à sugestão da CNMMyLH (1942, N. 4, p. 665, 706). Igualmente, o *Museo Escolar Sarmiento* (de Buenos Aires) teve o seu nome

modificado para *Oficina de Ilustraciones, decorado y cinematografía escolar Domingo F. Sarmiento*, de acordo com o pedido da CNMMyLH para evitar confusões com o Museu Histórico de mesmo nome (1942, N. 4, p. 665). Enquanto “porta-voz autorizada”, compreendemos que a instituição conseguia “agir com palavras em relação a outros agentes” porque “sua fala concentra[va] o capital simbólico acumulado pelo grupo” (BOURDIEU, 2008, p. 89), o que lhe concedeu tal posição de controle.

De modo geral, os procedimentos aqui citados refletem a necessidade que o novo organismo teve de informar às demais instituições histórico-culturais sobre as suas incumbências e competências legais, resguardadas pela Lei Nº 12.665/1940. Mas, para além dessas convenções, próprias da etapa de implantação do órgão, as decisões tomadas também revelam a postura hegemônica que a CNMMyLH assumiu, ao se apresentar como a única instituição com poder de efetuar ou autorizar comemorações públicas em torno do passado e de personagens nacionais. Sem dúvida, isso só foi possível devido à anuência que a corporação possuía junto aos representantes do Poder Executivo, o que, como apontou Blasco (2012, s/p), lhe permitiu “cercear a liberdade dos cidadãos para determinar quais figuras, acontecimentos e restos materiais eram representativos do passado” e merecedores de recordação.

Obviamente, muitos outros atos vinculados à celebração do passado foram aprovados pela CNMMyLH. As atas das sessões de reuniões abundam de exemplos nesse sentido, como é o caso da solicitação enviada pela *Asociación “Pro Tradiciones Patrias”*, que requeria autorização para comemorar o dia do Hino (11 de maio) na praça do Cabildo (1942, N. 4, p. 680). Sublinhamos, assim, que as incumbências da *Comisión* não se restringiram à seleção e instituição do patrimônio histórico e artístico nacional, mas envolveram tarefas bem mais audaciosas. Estas, em seu conjunto, mostram que o órgão pretendeu controlar quase a totalidade das ações de celebração do passado e de recordação histórica que eram realizadas no país, criando projetos referentes a: nomenclatura de ruas, estações e praças, que deveriam ser aprovadas pela instituição; ereção de monumentos comemorativos; constituição de um panteão nacional; colocação de placas em casas de personagens históricos, a ser realizada somente pela CNMMyLH; diretrizes para museus; etc. Em resumo, essas ações mostram que CNMMyLH buscou atribuir para si o papel de gestora de todos os atos dedicados à comemoração do passado, num grande “trabalho de enquadramento da memória” nacional (POLLAK, 1992, p. 206).

1.2. A CNMMyLH, um projeto de quem?

O Boletim nº 3 da CNMMYLH veiculou em suas páginas uma narrativa da trajetória da criação do órgão de preservação do patrimônio no país. A *Academia Nacional de la Historia*, ainda em sua etapa como *Junta*, havia começado a receber consultas referentes ao patrimônio histórico do país. Em 1936, Miguel Cárcano – filho de Ramón Cárcano e então Ministro da Agricultura – propôs a reconstrução das ruínas históricas de *San Ignacio*, situadas na província de Misiones. Tal iniciativa teria levado Ricardo Levene, Rómulo Zabala e Emilio Ravignani a constituírem uma comissão, conforme segue:

Es un proyecto de significación, el del Ministro de Agricultura y académico de número doctor Miguel Ángel Cárcano, proponiendo que la Junta de Historia intervenga en la restauración de las Ruinas Jesuíticas de Misiones. De este pensamiento surge claramente la necesidad de prestar toda la atención a este pedido, como ya lo ha resuelto la Junta. Autorizado el Presidente a llevar adelante el propósito y después de un cambio de ideas con el autor doctor Cárcano y con los señores Zabala y Ravignani, se constituirá una Comisión Protectora de Monumentos Históricos, reclamada por la opinión del país (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 229).

No mesmo Boletim, foram descritos outros antecedentes para a criação do organismo: um pronunciamento da *Junta* de 1928 já teria sugerido a elaboração de um catálogo com todos os monumentos da República, empreendimento que repercutiu em muitas instituições culturais, para as quais a *Junta* se tornou uma referência obrigatória no que competia às decisões sobre os lugares históricos do país (GIRBAL DE BLACHA, 1995, p. 27). Em outro momento, no ano de 1935, o deputado nacional Carlos Alberto Pueyrredón apresentara um projeto sobre a proibição do comércio de documentos e objetos históricos, alvitando igualmente a necessidade de um organismo de preservação do patrimônio histórico nacional. Segundo o projeto, mesmo os documentos e objetos que não pertenciam ao Estado estavam proibidos de sair do país sem antes terem sido oferecidos à venda à Nação por um preço razoável (COMISIÓN..., 1941, p. 231).

Nova recomendação teria se dado durante o já mencionado II Congresso de História da América, realizado em Buenos Aires em julho de 1937, quando se aprovaram importantes resoluções sobre a conservação de monumentos históricos e discutiu-se a necessidade “impostergável” de inventariar o patrimônio histórico-artístico e obter a lei para a sua conservação (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 11). Durante esse evento, estabeleceu-se um acordo de “Cooperação internacional sobre conservação de monumentos e obras de caráter histórico-artístico”⁶⁷, que recomendou aos governos da América: 1ª) o cumprimento da apresentação de

⁶⁷ O acordo contou com a seguinte comissão, designada pela presidência do II Congresso: Presidente: R. Levene; vice: Clarence Haring (EUA); Max Fleiuss e Pedro Calmón (Brasil); Felipe Ferrerio e Mario Falcao Espalter (Uruguai); Rómulo Zabala (Presidente do *Instituto Bonaerense de Numismática y Antiguidades*) e E. Ravignani

Luis Fernan Cisneros, acerca da Cooperação Internacional sobre conservação de monumentos históricos, aprovada em 1933, em Montevideu, durante a VII Conferência Internacional Americana; 2ª) a realização de inventário de seu patrimônio histórico-artístico, com o propósito de ordená-lo e classificá-lo; 3º) o fomento à criação de institutos ou laboratórios de arte, com o propósito de pesquisa e divulgação; e 4ª) a criação de patronatos, juntas e sociedades de “Amigos de populações, monumentos ou obras histórico-artísticas”, como meio de educar o povo para que colaborasse em sua defesa e conservação (COMISIÓN, 1941, N. 3, p. 230-231). Ainda que as recomendações do Congresso tenham se destinado aos governos americanos, vale recordar que elas estavam em sintonia com as práticas de preservação dos monumentos ao redor do mundo (CHOAY, 2006; CHUVA, 2009).

Finalmente, anexou-se o anteprojeto de lei da CNMMYLH com uma nota prévia, pela qual se informava que o documento havia sido redigido por Ricardo Levene e discutido pelos membros do organismo em várias de suas sessões. De acordo com o relatado no Boletim Nº 3, portanto, depreende-se que uma comissão destinada à salvaguarda do patrimônio histórico e artístico no país foi sendo idealizada no decorrer das décadas de 1920 e 1930 a partir das iniciativas da *Junta*, do projeto de proibição do comércio de documentos e objetos históricos e dos esforços do Congresso de História da América. Devemos salientar, entretanto, que esta é a história apresentada pela própria *Comisión*, apagando-se possivelmente tanto interesses políticos quanto profissionais, no intuito de estabelecer uma genealogia respeitável e técnica e de conferir uma identidade profissional à instituição. Tal qual mostrou Blasco (2012, s/p), entre a instalação do *Museo Histórico Nacional* em 1890 e o decreto de 1938 que criou a CNMMYLH “se esconde um processo cultural complexo que envolve um amplo conglomerado de indivíduos e instituições de tipo muito diverso”. Em 1913, por exemplo, havia sido sancionada a Lei Nº 9080, pela qual se declarava de propriedade da Nação as ruínas e os restos arqueológicos e paleontológicos de interesse científico – demanda que revela o desenvolvimento e a importância da arqueologia e da paleontologia naquele momento (BLASCO, 2012; PODGORNÝ, 2004). A efetiva regulamentação dessa lei só se deu em 1921, após anos de pressão da JHNA. Através dela se estabeleceu que correspondia ao Ministério da Instrução Pública da Nação – com o assessoramento dos museus Nacional de História Natural, do Etnográfico da Faculdade de Filosofia e Letras da UBA e do de La Plata – conceder as autorizações para a exploração dos restos arqueológicos e paleontológicos existentes na Argentina.

(Diretor do *Instituto de Investigaciones Históricas* - Argentina), entre outros representantes de países americanos (COMISIÓN, 1941, N. 3, p. 230).

Tais pressões da *Junta* também contribuíram para a criação do *Patronato Nacional de Sitios y Monumentos Históricos*, sob decreto do Ministério de Relações Exteriores e Culto de 1919, cuja sede passou a ser a mesma da JHNA: o *Museo Mitre*. O Patronato tinha o objetivo de realizar o inventário das “ruínas, monumentos e construções históricas” do país, devido ao seu “alto interesse para a cultura nacional”, e defender o patrimônio histórico e artístico existente, velando para que as eventuais reparações nas ruínas se ajustassem “a critérios de finalidade histórica e dignidade artística” (BLASCO, 2012, s/p; PAGANO, 2014, p. 48). Apesar das diretrizes estabelecidas, o Patronato parece ter se dissolvido em meio a controvérsias políticas, pois até a constituição da *Superintendencia Nacional de Museos y Monumentos Históricos*, criada em novembro de 1937, não se encontraram referências às suas ações (BLASCO, 2012; 2009).

Os congressos Pan-Americanos de Arquitetos – realizados em Montevideu em 1920, em Santiago do Chile em 1923, em Buenos Aires em 1927 e no Rio de Janeiro em 1930 – igualmente foram lugares de debates sobre a importância da preservação do patrimônio histórico das nações americanas, discussão que esteve vinculada ao estudo das arquiteturas nacionais (URIBARREN, 2008). Outro importante protagonista, durante esses anos, foi o político e também membro da JHNA, José Luis Cantilo, quem incentivou a criação de museus, como o Colonial da cidade de Luján. A declaração do Cabildo de Buenos Aires como Monumento Nacional, em 1933, pela Lei 11.688 – que foi salvo da demolição graças aos esforços do então diretor do *Museo Histórico Nacional*, Federico Santa Coloma Brandsen –, parece ter fomentado ações posteriores e chamado a atenção das autoridades públicas para o tema do patrimônio histórico (BLASCO, 2012).

Devemos atentar ainda para a existência de bens que foram declarados como Monumentos Históricos Nacionais antes mesmo do surgimento da *Comisión* e que resultaram da solicitação de agentes variados, quais sejam: a *Casa donde nació Domingo Faustino Sarmiento*, na cidade de San Juan (Lei 7.062/1910), o *Templo de San Francisco*, na cidade de Mendoza (Decreto 528/1928), o *Templo de la Merced*, na cidade de Tucumán (Decreto 687/1928), a *Iglesia Matriz* da cidade de Jujuy (Decreto 1347/1931), o *Templo y Convento de San Domingo de la Orden Religiosa de Predicadores* existente na cidade de La Rioja (Decreto 2056/1931), a *Casa donde nació Fray mamerto Esquiú*, na província de Catamarca (Lei 12.191/1935), o *Palacio San José*, na província de Entre Rios (Lei 12.261/1935), e o *Cabildo de Salta* (Lei 12.345/1937). Essas declaratórias, concedidas através de decretos ou de leis votadas no Congresso Nacional, são igualmente expressões do valor que alguns grupos da

sociedade argentina passaram a conferir aos bens considerados históricos naqueles anos prévios à criação da CNMMYLH.

Especialmente a partir da década de 1930, um conjunto de museus locais e regionais começou a ser criado em diversas províncias do país (BLASCO, 2007). Mas durante toda a primeira metade do século XX apareceram museus organizados por meio da ação de colecionadores e aficionados pela ciência – um trabalho, na maioria das vezes, realizado de forma individual –, que resultaram em instituições estatais ou privadas. Alguns dos museus organizados em capitais provinciais também tiveram sua origem em coleções de museus escolares, com forte cunho regional. Para a formação das coleções históricas e dos arquivos documentais, seus promotores procuraram estabelecer contato com Ricardo Levene, então Diretor do Arquivo Histórico da Província de Buenos Aires, quem os assessorava e estimulava a formação de arquivos e a definição de comemorações locais. Diversos indivíduos como sacerdotes, jornalistas, comerciantes e profissionais variados – os “intelectuais de província” – foram responsáveis pela organização de um repertório de práticas culturais que ajudou a salvaguardar o patrimônio histórico, arqueológico, natural e documental do país (PUPIO; PIANTONI, 2017).

É importante mencionar ainda que, segundo o *curriculum vitae* do arquiteto Mario Buschiazzo, elaborado por ele mesmo, a organização da *Comisión* e da Lei Nº 12.665 teve como ponto de partida um estudo e proposta que ele elaborou em 1936 e encaminhou ao Subsecretário da Instrução Pública, enquanto atuava como arquiteto encarregado das restaurações em monumentos históricos (DE PAULA, 1996-1997b). Em sua biblioteca pessoal, Buschiazzo contava com os primeiros textos de autores italianos e franceses que tratavam da preservação dos monumentos históricos em seus países, materiais que teriam lhe fornecido o conhecimento necessário sobre as legislações vigentes referentes ao tema para colaborar com a redação da lei argentina (GUTIÉRREZ, 1996-1997). Assim, foram diversos os agentes e as ações não citadas no relato institucional, mas que contribuíram para a preservação e a instituição do patrimônio histórico, etnográfico, arqueológico e documental na Argentina e, de uma forma ou de outra, concorreram para a criação da CNMMYLH em 1938.

No tocante à influência das leis estrangeiras, Levene explicou que as havia levado em consideração como contribuição geral durante a redação do anteprojeto⁶⁸, porém observou que elas não se adaptavam às necessidades do país. Em suas palavras, o “espírito” desse projeto era

⁶⁸ Conforme Levene, as leis mais interessantes eram a francesa, de 1914, a inglesa, de 1882 (seguida de suas modificações), a belga, de 1931, e a italiana, de 1902 (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 11).

“eminente argentino”, pois nenhuma das legislações estrangeiras reunia numa só lei os museus e os monumentos e, além disso, também buscava “harmonizar a ação conjunta da Nação e das Províncias” para a conservação e a tutela de seus lugares e monumentos históricos (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 11, 189).

No final do ano de 1937, o governo argentino criou a *Superintendencia Nacional de Museos y Monumentos Históricos*, sob o decreto N° 118.588, que foi extinta com a criação da *Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos* em abril de 1938. O decreto de criação desta retomou muitos pontos esboçados na constituição do *Patronato Nacional de Sitios y Monumentos Históricos* de 1919, mas além do inventário e da elaboração de pareceres sobre a situação dos bens, determinava-se desta vez a preparação de uma legislação nacional que garantisse a sua proteção (BLASCO, 2009, p. 342). O novo organismo se justificou ainda pela necessidade de unificar “todo o relativo ao culto das glórias nacionais, à guarda e conservação dos lugares históricos, dos monumentos, templos, edifícios e museus onde se guardam e se exibem os troféus e relíquias” do passado, já que estes se encontravam “submetidos às mais diversas jurisdições”, pois dependiam de quatro ministérios diferentes, de municipalidades ou de governos provinciais e de congregações religiosas⁶⁹. O documento ressaltava que essa dispersão vinha dificultando a necessária administração, estudo e conservação do patrimônio nacional, mas é possível que tal unificação também refletisse algumas preocupações políticas daquele momento, voltadas para uma maior eficiência na administração pública (PARERA, 2009).

No teor do referido decreto, chama a atenção a menção ao “culto” dos eventos nacionais, para além das tarefas de inventário e conservação dos bens históricos a serem cumpridas pelo órgão. Esse propósito também foi mencionado pelo ministro da Instrução Pública durante a primeira sessão da CNMMyLH citada no início do capítulo, ocasião em que ele discorreu exatamente sobre a “função docente” que a nova comissão poderia cumprir no país, “aclarando pontos escuros da história, identificando lugares [então] esquecidos, levando a cabo uma tarefa sistemática de demarcação dos mesmos, mediante placas comemorativas, que expliquem ao povo o sentido da recordação histórica” (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 186). A manifestação do ministro indica que a CNMMyLH também foi pensada para atender a um compromisso de educar a população, uma “missão” social com fins patrióticos, e “aclará-la” a respeito de eventos históricos considerados importantes pelo governo. A ênfase na função pedagógica a ser assumida pela instituição ainda pode ser explicada pelo fato de ela ter sido criada como

⁶⁹ Cf. ARGENTINA. Decreto N° 3.390/1938.

dependente do Ministério da Instrução Pública. Anos depois, quando esta passou a depender da Secretaria de Cultura da Nação, por exemplo, a questão cultural substituiu a educativa, abrindo espaço para olhares advindos de outras áreas – como a antropologia, a sociologia, a etnografia, etc. – em detrimento da história (PAGANO, 2014).

O projeto que resultou na Lei Nº 12.665 foi inicialmente elaborado para contemplar os problemas associados aos monumentos e museus de caráter histórico. Entretanto, durante a sessão de votação do projeto na Câmara dos Deputados da Nação, em 20 de setembro de 1940, realizou-se uma alteração em seu texto, por sugestão do deputado e arquiteto Carlos Noel, pela qual se incluiu a palavra “artísticos” aos bens que viriam a ser patrimonializados (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 254). Já na sessão do Senado, os parlamentares discutiram a respeito da inclusão dos diretores dos museus no corpo colegiado da *Comisión*, o que o senador Palacios não considerou conveniente porque, se o organismo teria a gerência sobre os museus históricos, seus diretores deveriam também responder a ele. O senador Guillermo Rothe reiterou que não era conveniente que os funcionários sujeitos à supervisão da CNMMyLH pudessem exercê-la sobre si mesmos, o que foi aceito após certa divergência de opiniões⁷⁰ (1941, N. 3, p. 243-246). Depois de passar novamente pela Câmara e pelo Senado, com as devidas alterações, o projeto foi aprovado em 30 de setembro de 1940. Vale observar que, do projeto de lei original, foi eliminado o artigo que permitiria a criação de um fundo próprio para o novo órgão e uma partida anual no orçamento nacional, indicando-se, assim, os limites do apoio ao projeto da CNMMyLH. Uma vez sancionada a Lei Nº 12.665, seus membros redigiram o projeto de regulamento do órgão, que entrou em vigência rapidamente, cujo decreto foi emitido pelo Poder Executivo nacional em 7 de fevereiro de 1941⁷¹.

À luz das intervenções explicitadas nessa seção, entendemos que a organização de um órgão de preservação do patrimônio histórico e artístico, em nível federal, não foi uma ideia completamente nova na Argentina de finais da década de trinta, mas, sim, a culminância de uma série de projetos anteriores que partiram de atores distintos. O principal avanço nesse momento se deu no âmbito legal, com a elaboração de uma legislação específica e de um dispositivo jurídico, a “declaratória”, tomada nesta tese como o “rito de instituição”

⁷⁰ Havia-se resolvido incluir apenas o diretor do *Museo Histórico Nacional* como um dos membros natos do organismo, além do presidente da *Academia Nacional de la Historia* e do diretor do *Archivo General de la Nación*, que já constavam no projeto. Porém este trecho acabou sendo subtraído do projeto pela própria *Comisión* após ter passado pelo Senado, para dar-lhe um caráter mais geral e não estabelecer taxativamente a presença de determinados membros (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 243-255). Recordamos que a presidência da *Academia de la Historia* à época era ocupada por Ricardo Levene, redator do projeto de lei, enquanto que a direção do *Archivo General de la Nación* estava à cargo do vogal Héctor Quesada.

⁷¹ Cf. ARGENTINA. Decreto Nº 84.005/1941.

(BOURDIEU, 2008) pelo qual edifícios e lugares foram consagrados como patrimônios da Nação – assunto ao qual retornaremos no capítulo seguinte. Tal avanço legal deve ser percebido ainda como resultado da formação profissional de boa parte dos membros da *Comisión*, que, para além de historiadores, haviam obtido seu título universitário nas faculdades de Direito. Nos dedicamos, por ora, a analisar com mais profundidade o trabalho desenvolvido por Ricardo Levene como presidente do organismo, entre 1938 e 1946.

1.3. Atuação e centralidade de Ricardo Levene

Durante a discussão parlamentar que votou o projeto de lei da CNMMYLH, o deputado Noel pediu a palavra para elogiar o trabalho desenvolvido pela instituição desde 1938:

[...] deseo destacar ante la Honorable Cámara: labor intensa, labor inteligente, que se refleja en interesantísimas fundaciones de museos y de restauraciones, de placas conmemorativas e de una serie de hechos que hablan muy elocuentemente de su presidente y de sus miembros (COMISIÓN..., 1941, p. 251).

O mencionado reconhecimento do trabalho da *Comisión* e de seu presidente se refere a apenas algumas dentre as muitas atividades que Ricardo Levene se propôs a desempenhar e através das quais alcançou grande notoriedade. Pela sua centralidade em diferentes instituições histórico-culturais (RODRÍGUEZ, 2001), sua extensa lista de publicações, somadas aos cargos que possuía nas universidades de La Plata e Buenos Aires, o presidente da *Comisión* merece atenção especial. Por esta razão, lançaremos mão de alguns dados da sua trajetória profissional e exploraremos a sua atuação na CNMMYLH, buscando compreender também as relações que se estabeleceram entre ele, os demais membros da instituição e o poder público. É importante observar que estamos compreendendo a noção de trajetória conforme a proposição de Bourdieu (1996a, p. 81), “como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”, posições estas vinculadas a diversos outros sujeitos. A trajetória de Levene, deste modo, só pode ser compreendida na medida em que consideramos “o conjunto de relações objetivas” que o vincularam “ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço” (1996a, p. 82), motivo pelo qual as diversas instituições em que atuou e as relações sociais que construiu no campo histórico vêm sendo ressaltadas em nosso trabalho.

Antes de chegar à presidência da *Junta-Academia* e da CNMMYLH, o historiador já atuava como professor junto às faculdades de Direito e Filosofia e Letras da *Universidad de Buenos Aires* (UBA), bem como da Faculdade de Humanidades da *Universidad Nacional de*

La Plata (UNLP). Após se graduar como doutor em Jurisprudência e Leis pela UBA no ano de 1906, Ricardo Levene foi professor de história no *Colegio Nacional Mariano Moreno* até 1928⁷². Iniciou seu trabalho na universidade por volta de 1911, como professor substituto da disciplina de Sociologia na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA. Desde 1914, passaria a atuar como professor também na UNLP, aonde chegou a ocupar o posto de presidente da universidade entre 1930-1931 e entre 1932-1935⁷³. Enquanto conquistava espaço como professor universitário, Levene participou da NEH, contribuindo para o processo de profissionalização da História no país. Suas publicações abrangeram temas variados como História Argentina, História Americana, Direito e Ensino de História.

Como vimos no Quadro 2, fora do âmbito acadêmico, Levene criou e dirigiu a CNMMYLH, a *Comisión Revisora de la Enseñanza de la Historia y Geografía Americana* e o *Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires* (em La Plata) – ocupando esse último posto graças aos vínculos que mantinha com José Cantilo, então governador da província de Buenos Aires e membro da *Junta de Historia y Numismática Americana* (PAGANO e DEVOTO, 2009). Foi membro correspondente de diversas academias e institutos histórico-geográficos em outros países, como Uruguai, Equador e Brasil. Em 1938, conduziu a transformação da *Junta* em *Academia Nacional de la Historia*, presidindo-a até a sua morte, em 1959. Embora os membros da *Junta* tenham formado uma comissão para estudar essa questão, “foram as gestões pessoais de Levene ante o presidente da República e o ministro de Instrução Pública que ativaram a iniciativa” (GIRBAL DE BLACHA, 1995, p. 138). Ao analisar as atividades da *Junta*, Girbal de Blacha observou que em toda a sua trajetória (de 1901 a 1937), 38% das dissertações e/ou leituras realizadas pela corporação haviam se desenvolvido na última década de sua história, ou seja, sob a ação personalíssima de Ricardo Levene.

Seu percurso profissional, assim, confirma a variedade e o alcance das atividades desempenhadas pelo historiador, sem desconsiderar as relações pessoais e profissionais que ele manteve, fundamentais em sua ascensão profissional. Para Escudero (2009; 2010), a rede de relações nacional e internacional de Levene foi funcional para a consolidação da tradição historiográfica que ele assumiu, ainda que suas teses tenham sido bastante questionadas por historiadores de outras vertentes teóricas. Ao analisar os inúmeros discursos públicos de Levene, o autor constatou a sua condição bastante singular de historiador e integrante de

⁷² Consultado em *Biblioteca Nacional de los Maestros*. http://www.bnm.me.gov.ar/la_biblioteca/biblioteca_levene/biografia.php. Acesso em 28/07/2014.

⁷³ Conforme “Presidentes da UNLP”. Consultado em http://www.unlp.edu.ar/articulo/2008/4/3/presidentes_de_la_unlp. Acesso em 26/10/2015.

numerosas instituições culturais, que o levou a pronunciar, com frequência, discursos de “abertura” em eventos ou reuniões nacionais e internacionais, caracterizando-o como historiador-orador.

No que se refere ao seu papel na CNMMyLH, já mencionamos que Levene foi determinante no processo de criação do organismo, havendo se encarregado da redação do projeto que culminou na Lei Nº 12.665. Queremos ressaltar ainda a sua ativa participação enquanto presidente do órgão. A partir das atas de sessões da *Comisión*, podemos observar que ele foi responsável por boa parte das sugestões propostas durante as reuniões, as quais costumavam ocorrer, em média, a cada três ou quatro semanas. Apenas para citar alguns exemplos, ele organizou as publicações anuais do *Boletín* da instituição; trouxe planos para as futuras publicações do organismo, preparando volumes com textos e imagens dos monumentos e lugares históricos do país⁷⁴; escreveu o regulamento dos museus históricos dependentes da *Comisión* e instituiu as visitas guiadas nessas instituições; propôs ações vinculadas à figura de Sarmiento (concretizando a criação do *Museo Histórico Sarmiento*, na casa do Congresso de 1880⁷⁵, e do *Museo Casa de Sarmiento*, no local de nascimento do ex-presidente); recomendou a impressão de retratos de San Martín, Moreno, Rivadavia e Belgrano para serem distribuídos nas escolas; escreveu o anteprojeto de lei sobre a ereção de monumentos comemorativos e a designação histórica de ruas, povoados, lugares e estações nacionais⁷⁶; apresentou o projeto

⁷⁴ Até julho de 1946, momento em que Levene e a maioria dos membros renunciaram aos seus cargos na *Comisión*, a instituição havia publicado diversos volumes, entre os quais citamos aqueles que foram redigidos ou organizados por seu presidente: *Memoria correspondiente al año de 1938* [e sucessivas até 1945]; *Restauración de las salas capitulares y creación del Museo del Cabildo y de la Revolución de Mayo* (1940); *La Restauración del Cabildo de Buenos Aires* (1940); *Colección de tarjetas postales con vistas de los Museos Histórico Nacional, Mitre, Histórico Sarmiento, Casa del Acuerdo de San Nicolás y Palacio San José de Concepción del Uruguay* (1940); *Colección de tarjetas postales con vistas del Cabildo de Buenos Aires restaurado* (1940); *Colección de tarjetas postales con vistas de los monumentos históricos de la provincia de Córdoba* (1940); *Colección de láminas de San Martín, Sarmiento, Mitre, Avellaneda, Urquiza y Alberdi* (de 1938 à 1941); *Ley Nº 12.665 sobre Museos, Monumentos y Lugares Históricos* (1941); *Monumentos y Lugares Históricos de la República Argentina* (1944), este último proposto por Ricardo Levene na sessão do dia 8 de junho de 1943. Relação de publicações conforme: COMISIÓN..., 1948, N. 9, p. 2.

⁷⁵ Na sessão do dia 8 de agosto de 1938, Levene trouxe para conhecimento dos membros o decreto de criação do *Museo Histórico Sarmiento* e se referiu aos trâmites para obter da municipalidade a casa histórica do Congresso de 1880, onde funcionaria o novo museu, afirmando que já tinha realizado duas reuniões com o intendente sobre o assunto (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 208).

⁷⁶ O mencionado anteprojeto de Lei foi exposto à CNMMyLH e aprovado por unanimidade na sessão do dia 21 de dezembro de 1942 (COMISIÓN..., 1943, N. 5 p. 577).

para criar o *Museo y Biblioteca de Rivadavia*, em Cádiz⁷⁷, entre tantas outras atividades⁷⁸. Em geral, as sugestões propostas por Levene eram imediatamente aprovadas pelo grupo de vogais⁷⁹.

Entendemos que redigir regulamentos, projetos de lei e demais publicações para a *Comisión* se trata de uma tarefa bastante custosa. Ainda que o trabalho na instituição contasse com o auxílio de um secretário e de auxiliares⁸⁰ (para as demandas que chegavam de todo o país diariamente e mais as tarefas de secretaria), estivesse dividido em três subcomissões⁸¹ (das quais o presidente também fazia parte) e que vários projetos e estudos fossem incumbidos aos membros do organismo, é visível que Levene se encarregava de muitas atividades que exigiam um alto grau de comprometimento. O presidente parecia também frequentar a sede da *Comisión* várias vezes durante o intervalo entre as sessões oficiais com os membros, pois nelas informava sobre as diferentes solicitações e correspondências que haviam chegado – fossem da sociedade civil a respeito de questões vinculadas à preservação do patrimônio nacional, fossem dos poderes públicos –; relatava as ações que tinha realizado naquele intervalo de tempo – como encontros com o Ministro de Instrução Pública e demais autoridades, visitas a instituições, conversas com diferentes agentes visando a preservação e restauração de bens patrimoniais, entre tantos encaminhamentos –; e apresentava as resoluções tomadas durante as reuniões com cada uma das três subcomissões.

Sobre a dedicação de Levene para com a CNMMYLH, nos parecem válidas as considerações de Bourdieu (2002) sobre o ato de doar. Remetendo a Malinowski, o autor observou que um “banqueiro tribal” acumulava mantimentos para poder distribuí-los e assim entesourar um capital de obrigações e dívidas que seriam quitadas sob a forma de homenagens,

⁷⁷ Conforme “Labor realizada por la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos. Memoria correspondiente al año de 1945”, redigida por Ricardo Levene (COMISIÓN..., 1946, N. 8, p. 13). Ao descrever as atividades do ano, Levene utiliza expressões ora em primeira pessoa ora em nome da *Comisión*, demonstrando quais atividades estiveram sob sua responsabilidade.

⁷⁸ A fala do vogal Bartolomé Gallo atesta o que acabamos de afirmar sobre as frequentes sugestões de Levene à frente da *Comisión*: em discurso durante a colocação de placa na *Plaza de Mayo* alusiva aos eventos que ali ocorreram em 25 de maio de 1810, Gallo expressou que diversas outras datas poderiam ter sido escolhidas para a colocação da placa naquele lugar histórico, mas o dia 25 de maio foi escolhido por sugestão de Ricardo Levene (COMISIÓN..., 1942, N. 4, p. 437).

⁷⁹ A postura atuante e propositiva de Levene parece ter sido habitual também nas outras instituições das quais fazia parte e não somente na CNMMYLH. Girbal de Blacha (1995) mostrou que o seu desempenho na *Junta* foi igualmente enérgico, atuando ele como “um verdadeiro organizador, integrante permanente de quase todas as comissões de estudo que se formavam na corporação” (1995, p. 133).

⁸⁰ Conforme os artigos 6º e 7º do Regulamento Interno da CNMMYLH, a secretaria deveria estar aberta ao público todos os dias, sendo o secretário encarregado de: lavrar a ata das deliberações e resoluções; preparar as comunicações encomendadas pelo presidente e pela *Comisión*; preparar e colocar em dia os assuntos destinados à reunião da *Comisión* e das subcomissões (COMISIÓN..., 1942, N. 4, p. 682).

⁸¹ O Decreto Regulamentar da CNMMYLH, Nº 84.005/1941, determinou que esta passaria a se organizar em subcomissões compostas de três vogais e presididas por Levene, sendo elas: 1) Subcomissão de Museus, 2) Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos, e 3) Subcomissão de Regulamento e Fazenda (COMISIÓN..., 1942, N. 4 p. 682).

respeito, fidelidade e, eventualmente, de trabalhos e serviços. A reflexão do autor nos incita pensar que a ‘doação’ ou o empenho de Levene à frente da *Comisión* – mas também fora dela, nas outras instituições para as quais trabalhou – não deve ser vista como um mero ato altruísta ou desinteressado. É muito provável que ele acreditasse na “causa” assumida, em benefício da educação e da formação da “consciência histórica” do povo, mas também é notável que seu empenho lhe assegurava uma ampla sorte de benefícios: reconhecimento e respeito como intelectual e historiador, autoridade para deliberar sobre a história, postos de comando em diferentes organismos, poder de controlar cargos na área, ou seja, capitais de variada espécie. Conforme observou Rodríguez (2001), a posição central ocupada por Ricardo Levene no âmbito cultural, educativo e em meio aos historiadores lhe “permitia controlar cargos docentes e de pesquisa, publicações e tomar decisões sobre vários dos elementos que permitem a edificação de uma memória coletiva, como os livros de textos para o ensino primário e secundário e o patrimônio cultural” (2001, p. 43). Não encontramos indícios de que Levene ou os demais vogais do organismo tenham recebido remuneração pelas funções desempenhadas – existem somente dados para os cargos de auxiliares e secretário da instituição –, afinal, tratavam-se de nomeações honoríficas a pessoas que já ocupavam cargos de destaque em outras instituições públicas ou privadas.

A intensa agenda de atividades da *Comisión* encabeçada por Levene gerava, igualmente, vínculos positivos com o governo. São várias as passagens em que o trabalho da instituição e de seu presidente é elogiado pelos agentes do poder público – como foi o caso da citação feita acima, do deputado Noel. As boas relações com o governo também podem ser percebidas pela reiterada presença das autoridades nas cerimônias realizadas pelo organismo. Durante as celebrações do cinquentenário do *Museo Histórico Nacional*, por exemplo, o presidente da *Comisión* informou aos demais membros que tais atos “havam alcançado o mais completo êxito” e que também havia contribuído para isso a presença do Presidente da Nação durante a cerimônia e dos Ministros de Justiça e Instrução Pública, do Interior, da Guerra e da Fazenda, do cardeal, do intendente municipal, de delegações dos governos do Uruguai, Chile e Paraguai, além de representantes de instituições culturais (COMISIÓN..., 1940, N. 2, p. 425). No mesmo sentido, a inauguração do Cabildo de Buenos Aires, logo de sua restauração em 1940, se deu com a participação do Ministro da Instrução Pública, do Ministro da Guerra, de representantes do Exército e da Armada, de instituições culturais, além de grande quantidade de público, à qual se seguiram elogios pela obra de restauração. O vogal Avellaneda falou da emoção ao assistir à inauguração do edifício restaurado, resultado do trabalho desenvolvido pelo espírito

patriótico de Levene e demais membros da *Comisión*. Segundo ele, “a ideia de restituir o Cabildo em suas formas primitivas não era nova, mas o fato constituía algo novo e transcendental para o sentimento da tradição” (COMISIÓN..., 1941, N. 2, p. 599).

Assim como estes atos, muitos outros que se seguiram ao longo da gestão de Ricardo Levene contaram com a participação do Presidente da República ou do Vice-Presidente, além de ministros, representantes dos governos das províncias ou das cidades e do Exército, o que revela a importância do órgão de preservação do patrimônio naquele período, a dimensão do capital simbólico e social que este mantinha, mas também o prestígio de seu presidente. Era Levene quem dialogava diretamente com os mais altos postos do governo e, por vezes, trazia dos representantes do Estado “expressões lisonjeiras” ao grupo (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 196). Outro exemplo da boa relação que tinha com o governo pode ser depreendido do relato de sua conversa com o Presidente da Nação e com o Ministro da Instrução Pública, no ano de 1938, sobre a necessidade de encarar o assunto do edifício do *Museo Histórico Nacional*. Nesta, Levene afirmava já ser hora de se fazer o novo e amplo local que todos esperavam, tendo falado com “insistência” ao senhor Ministro, que se manifestou de acordo com o projeto. Conforme Levene, havia-se que aproveitar o momento e a boa disposição do senhor Presidente e do Ministro, de modo que os demais membros do organismo concordaram em logo reunir a Subcomissão de Museus e o diretor da referida instituição para formular um anteprojeto (COMISIÓN..., 1940, p. 434). Tal manifestação do presidente da *Comisión* revela também sua sagacidade ao saber reconhecer o seu lugar e o momento oportuno para investir em determinados projetos.

Em retribuição ao apoio recebido do Estado, Levene não hesitava em expressar agradecimentos e elogios às autoridades pelos auspícios recebidos em prol da preservação do patrimônio histórico do país, tanto pessoalmente quanto em discursos públicos. Por exemplo: em visita ao *Museo Histórico Nacional* junto dos vogais, para que pudessem estimar a quantidade e importância das “reliquias” de Sarmiento lá contidas e que integrariam o *Museo Histórico Sarmiento*, Levene se referiu à nova e elevada política do Presidente da Nação, Dr. Ortiz, e do Ministro de Instrução Pública, Dr. Coll, em favor da fundação e melhoramento dos museus históricos (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 190). Nas atas das sessões da *Comisión*, o historiador igualmente anunciava o seu reconhecimento ao senhor Presidente da Nação e ao Ministro da Instrução Pública por terem, por exemplo, assistido ao ato de inauguração da primeira parte da restauração do Cabildo e também por seu interesse na continuação destas obras. Informava na mesma sessão que havia comparecido com os demais membros da

Comisión e os diretores de museus à presidência da República para entregar pessoalmente uma medalha de ouro ao Presidente Ortiz, como presente pelas salas restauradas. Na ocasião, Ortiz havia expressado seu desejo “de levar adiante os trabalhos de restauração do Cabildo de acordo com o projeto do arquiteto Buschiazzo” (COMISIÓN..., 1940, N. 2, p. 480). Ainda na ocasião deste ato, Levene discursou sobre a importância histórica do Cabildo e, em seguida, passou a palavra para o Ministro Jorge Coll, destacando antes:

[...] el sentimiento generoso y la preocupación patriótica que inspiran al Ministro de Justicia e Instrucción Pública, y mientras extiende la labor educacional, sintetizada en el Proyecto Orgánico de Ley Nacional de Educación Común de Instrucción Primaria, Media y Especial, el profesor universitario y magistrado que siempre ha sido el doctor Jorge Eduardo Coll toma a su cargo la conferencia doctrinaria que es expresión de su espíritu constructivo y moderna orientación de sus ideas en el estudio de las ciencias sociales (COMISIÓN..., 1940, p. 99-100).

Ao elogiar o trabalho do Ministro, Levene revelou a formação e a ocupação de Jorge Coll. Buscando breves dados sobre sua trajetória profissional, verificamos que o Ministro foi professor de Direito na UBA a partir de 1918, tendo se dedicado ao estudo de problemas sociais, como os menores abandonados e infratores, e fundado o Patronato Nacional de Menores, em 1924⁸². Tal informação indica que Coll e Levene foram colegas de trabalho na Faculdade de Direito da UBA, levando-nos a supor que suas relações prévias também podem ter contribuído para a posição ocupada por Levene à frente de comissões governamentais, como a CNMMYLH. Vale lembrar que o decreto de criação do organismo se deu justamente no governo de Roberto Ortiz, enquanto Jorge Coll atuava como Ministro da Justiça e Instrução Pública.

Quando da substituição do presidente Ortiz pelo vice Ramón Castillo, Levene e os vogais da *Comisión*, acompanhados pelos diretores dos museus, organizaram uma visita ao novo Ministro da Instrução Pública, Guillermo Rothe, para apresentarem o trabalho que estavam realizando⁸³ (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 593). Como vemos, mesmo em momentos de transição política, Levene e os membros da *Comisión* demonstravam conhecer os meandros que lhes permitiriam continuar à frente do organismo, fazendo-se notar ante as autoridades. Já na sessão de 14 de junho de 1943, o presidente da *Comisión* relatou que no dia 11 havia comparecido, com os vogais do organismo e diretores de museus, para apresentar seus cumprimentos ao Sr. Ministro de Instrução Pública e

⁸² Consultado em <http://www.derecho.uba.ar/derechoaldia/notas/seminario-permanente-sobre-historia-de-la-facultad-de-derecho-la-impronta-de-jorge-eduardo-coll-en-el-derecho-argentino/+3173> e em http://ief9016.mza.infed.edu.ar/sitio/index.cgi?wid_seccion=1&wid_item=39. Acesso em 19/02/2016.

⁸³ Por ocasião da saída do Ministro Coll, o vogal Villegas Basavilbaso também sugeriu que se enviase a ele uma nota, reconhecendo a especial atenção prestada aos assuntos da *Comisión* enquanto ministro da Justiça e Instrução Pública (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 588).

[...] ofrecer la renuncia de sus cargos, con motivo de los acontecimientos que son de pública notoriedad [...] Recordó el Sr. Presidente que había manifestado sus deseos de colaborar patrióticamente con el Sr. Ministro, pero también había puesto a la disposición del mismo su renuncia como la de los señores vocales. El Señor Ministro – dijo el Sr. Presidente – había tenido las expresiones más generosas, manifestando que nunca hubiera perdonado privarse de la colaboración de la Comisión Nacional y que había pensado ir a saludar al Sr. Presidente y a los vocales en su sede de la Comisión Nacional. Desde el Ministerio de Instrucción Pública fueron el Presidente y los señores vocales y directores de Museos a la Casa de Gobierno donde presentaron sus saludos al Señor Presidente de la Nación General Pedro Pablo Ramírez quien tuvo palabras alentadoras para la labor que desarrolla esta Comisión Nacional (COMISIÓN..., 1944, N. 6, p. 575).

Na citação acima, é mencionada a visita ao novo Ministro da Instrução Pública e ao novo Presidente do país, em decorrência das extremas mudanças políticas ocorridas no início daquele mês⁸⁴. Tais situações indicam que Levene e os demais vogais da *Comisión* souberam como agir para alcançar seus propósitos e continuar seu trabalho em torno da instituição e preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Eles tinham o “sentido do jogo” dos lugares em que circulavam, isto é, possuíam “as vantagens sociais daqueles que nasceram num determinado campo” e que, “por uma espécie de ciência infusa”, têm o domínio das leis [não escritas] daqueles espaços (BOURDIEU, 2004, p. 27). Segundo o sociólogo francês, “essa arte de antecipar as tendências [...] que está estreitamente ligada a uma origem social e escolar elevada e que permite apossar-se dos bons temas em boa hora, bons lugares de publicação (ou mesmo de exposição) etc. é um dos fatores que determinam as diferenças sociais mais marcantes nas carreiras científicas” (2004, p. 28). Sem dúvida, Levene reunia esse conhecimento “inato” ao campo devido à sua origem universitária, soube “antecipar tendências” anos antes, ao apontar a necessária renovação da historiografia no país, como integrante da NEH e, de alguma forma, também contribuiu para a valorização da disciplina histórica pelo Estado, garantindo seu lugar no novo espaço profissional que se conformava.

⁸⁴ Em 4 de junho de 1943, o militar Arturo Rawson liderou um golpe que depôs Ramón Castillo, assumindo provisoriamente o governo por três dias. Em 7 de junho, assumia a presidência da nação o Ministro da Guerra de Castillo, Pedro Pablo Ramírez, quem se manteve no poder até fevereiro de 1944 (HALPERÍN DONGHI, 2008). Desde 1942, o poder da Concordância já vinha se fragmentando devido à falta de legitimidade da restauração conservadora e ao seu projeto liberal que carecia de um desenho futuro, para uma sociedade em transformação. A fragmentação de seu quadro político culminou, assim, em um novo golpe militar, em 1943. A indicação de um sucessor fraudulento pelo presidente Castillo bastou para detonar o golpe, mas também contribuiu para isso a aparição de um grupo militar com certa coesão, o GOU (Grupo de Oficiais Unidos). A confusão se completou com a súbita renúncia do presidente recém designado, o general Rawson, visto que o gabinete por ele escolhido não foi grato aos nacionalistas. Assumiu, então, o general José Pedro Ramírez, que foi Ministro da Guerra no governo de Castillo. O golpe nacionalista e de tendência germanista coincidiu justamente com o momento em que os aliados começavam a vencer a guerra. Contudo, “os partidos políticos que comemoraram a solução militar começaram imediatamente a pressionar para que o governo convocasse eleições livres e instaurasse uma democracia sem fraudes” (DEVOTO; FAUSTO, 2008, p. 253).

É, justamente, o “domínio das leis” daqueles espaços onde estava inserido e o conhecimento sobre como proceder diante das sucessivas mudanças de governo que parecem ter auxiliado Ricardo Levene a conservar, durante tantos anos, os cargos que ocupava. Já para o período em que o peronismo chega ao poder, Rodríguez (2001) lembra que o historiador se manteve à margem: não apoiou aos antiperonistas, nem defendeu com firmeza sua política em matéria educativa e cultural. À primeira vista, “tal concentração de cargos e funções em uma área chave para o controle da memória coletiva e do saber histórico por parte de alguém que não proclamava abertamente sua lealdade a Perón, dificilmente poderia ser aceita por um governo cujo propósito era identificar os símbolos e mitos patrióticos já existentes com os símbolos e mitos peronistas” (2001, p. 44). Apesar disso, Levene conseguiu manter sua posição acadêmica e institucional entre 1945 e 1955. A autora explica esse fato por sua grande capacidade de adaptação e, em se tratando do período subsequente ao estudado até aqui, também pela necessidade do regime peronista de legitimar suas políticas culturais e educativas, mantendo figuras prestigiosas na função pública.

As boas relações de Levene com o Ministério da Instrução Pública e com o Poder Executivo de modo geral podem ter ajudado a garantir o orçamento necessário para as obras da *Comisión*. Em sessão do ano de 1942, leu-se uma nota do Ministro de Obras Públicas comunicando que, de acordo com o pedido da CNMMYLH, havia-se determinado o reajuste de \$160.000 (cento e sessenta mil pesos), somados aos \$60.000 (sessenta mil) já vigentes, no plano de trabalhos públicos da Direção Geral de Arquitetura destinado às “obras de restauração e conservação de monumentos e lugares históricos, públicos ou privados” (COMISIÓN..., 1943, N. 5, p. 502). Diante da informação, o vogal Benjamín Villegas fez moção para que se enviasse uma nota de agradecimento ao Ministro por sua especial colaboração com a *Comisión*, ao passo que o vogal Campos Urquiza destacou o empenho de Levene nas gestões que garantiram essa contribuição (1943, N. 5, p. 502).

Dentre as visitas que a *Comisión* realizava às autoridades, muitas delas visavam a solicitação de recursos para alguma obra em especial. Levene relatou que, no aniversário do ex-presidente Avellaneda, visitara o Presidente da Nação com Rómulo Zabala e o Cel. Gallo a fim de solicitar o auspício do Poder Executivo para o Projeto de Lei da *Comisión* sobre a expropriação da Casa de Avellaneda em *Tucumán* e fundação de um museu e biblioteca:

El señor Presidente expresó su simpatía por el proyecto y prometió ocuparse preferentemente del asunto. Con este motivo el Dr. Avellaneda [vogal da *Comisión*] manifestó que había recibido informes favorables del Ministerio de Justicia e Instrucción Pública para lograr la adquisición de algunos objetos que

pertenecieron al Ex-Presidente para destinarlos al Museo que ha de fundarse en la Casa del Prócer [...] (COMISIÓN..., 1943, N. 5, p. 570).

O trecho acima indica que a visita já começava a surtir o efeito esperado. Ainda no ano de 1942, o governo atendia às solicitações da *Comisión*, consentindo um recurso específico para as obras de restauração de monumentos históricos, questão primordial à execução do seu trabalho. Nesse sentido, Levene informou que havia sido incluída no orçamento geral da Nação a soma de \$1.000.000 (um milhão) de pesos para a restauração e conservação de monumentos históricos públicos ou privados, acrescentando que se tratava de

[...] una verdadera conquista de valor excepcional que se congratulaba en hacer conocer a los señores vocales; que en sus reiteradas gestiones ha contado con el auspicio decisivo del Señor Presidente de la Nación Dr. Castillo y de los señores Ministros Rothe y Oría quienes mantuvieron siempre su apoyo en las alternativas que ha sufrido la sanción del presupuesto. Con la nueva partida [...] podría ampliarse la ‘Oficina monumentos históricos, Ley 12.665’ en la Dirección General de Arquitectura con personal especialista, ya que el arquitecto Sr. Buschiazzo [...] está recargado de trabajo. Agregó el Dr. Levene que en el almuerzo anual que realiza la Comisión Nacional, una vez terminadas sus tareas en el mes de diciembre, creía que debían ser invitados de honor los señores Ministros Rothe y Oría, lo que se resolvió de conformidad (COMISIÓN..., 1943, N. 5, p. 552-553).

Para além do vultoso orçamento previsto, destinado às obras dos monumentos históricos, a citação nos permite observar, mais uma vez, as favoráveis relações estabelecidas entre *Comisión* e poder público e também o cuidado de Levene em retribuir o patrocínio recebido através de um convite de honra para almoço.

Deve ficar claro, contudo, que a celeridade e boa vontade do governo em apoiar e subsidiar os projetos da *Comisión* não resultou apenas do prestígio de Levene e dos demais membros do organismo nem das relações positivas que se construíram entre eles e alguns agentes do Estado. Como já salientamos, o vínculo com os historiadores adequados era algo que também interessava ao governo, na medida em que a história e seu ensino eram tomados como instrumentos para a construção da nacionalidade argentina (CATTARUZZA, 2003) e a definição de um patrimônio “nacional”, nos lugares mais recônditos do país, ajudava a integrar seu território e cidadãos. Recordamos que a narrativa histórica professada pela *Junta-Academia* também se alinhava à ideologia política dos governos da Concordância, representando o retorno dos conservadores ao poder. Nesse sentido,

[...] la convergencia de los historiadores con el Estado encontró en la figura de Ricardo Levene un gestor altamente dotado para la tarea institucional que ya venía desarrollando desde la Junta de Historia y Numismática Americana. Sin duda, Levene conocía acabadamente el oficio del historiador que, sumado a una notable capacidad de trabajo, le permitió llevar a cabo una producción

pocas veces igualada en número de publicaciones (SUÁREZ; SAAB, 2012, p. 213).

Conforme os mesmos autores, a longa marcha de Levene até o topo da corporação de historiadores se assentava na sólida rede institucional que ele foi tecendo, tanto para o interior quanto para o exterior do país. A acumulação de cargos e honrarias, distanciada de toda suspeita de filiação partidária, teria lhe conferido o papel de interlocutor privilegiado de um Estado para o qual a história se apresentava como um recurso estratégico de legitimação (SUÁREZ; SAAB, 2012). Seja pela centralidade que adquiria ou pela sagacidade com que atuava no meio, Levene foi nomeado presidente da CNMMyLH, mas também de outras comissões e instituições histórico-culturais da época.

Por último, queremos nos referir às relações existentes entre Levene e os demais membros da *Comisión* e sobre como a atuação de seu presidente era percebida por eles. Conforme mostramos, o trabalho de Levene na instituição foi constante, realizando tarefas que exigiam comprometimento e dedicação e que ajudaram a garantir o apoio necessário às atividades de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Nesse sentido, os boletins da CNMMyLH nos permitem observar que o desempenho de seu presidente era visto com admiração pelos demais vogais – ao menos, é o que se registrou em ata.

Exemplo disso pode ser observado nas tratativas de criação do *Museo Histórico Sarmiento*, entre 1938 e 1939, o qual seria instituído num prédio que pertencia à municipalidade, no atual bairro Belgrano, em Buenos Aires. A casa já era considerada histórica por ali ter funcionado o Congresso da Nação, em 1880, quando se ditaram leis como a que declarou a cidade de Buenos Aires Capital Federal. Apenas seis dias depois do encaminhamento feito pela *Comisión*, o Presidente da Nação assinou o decreto que criou esse museu, valendo-se da antiga lei (Nº 8.109, ditada em 1911) que previa essa fundação, porém sem resultados há 25 anos (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 69). A rapidez com que se deu a criação da instituição pode sugerir a importância concedida à *Comisión* pelo governo, mas é importante ressaltar que essa também era uma obra de interesse do próprio Ministério da Instrução Pública⁸⁵. Diante dos inúmeros trâmites necessários para o estabelecimento do novo museu, Levene foi parabenizado por seus colegas pela maneira como realizou e facilitou a sua criação, tendo conversado com o intendente municipal e tomado as medidas necessárias para a desocupação da casa onde ele

⁸⁵ Na primeira reunião da CNNMMyLH, o Ministro da Instrução Pública já havia mencionado que lhe seria encomendada a organização do *Museu Sarmiento*, para o qual se contaria com as “reliquias” do prócer guardadas no *Museo Histórico Nacional*. Devido ao interesse dos presentes no novo museu, o ministro fez a leitura do decreto, sendo felicitado pela amplitude da homenagem, pelos termos e conceitos utilizados, ajustados à personalidade do homenageado (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 187).

seria organizado (1939, N. 1, p. 211). Zabala também pediu um “voto de aplauso” à Levene pelos intensos trabalhos realizados para a preparação da lei orgânica da entidade, a criação do *Museo Histórico Sarmiento* e as homenagens tributadas ao prócer na ocasião do cinquentenário de sua morte. O pedido foi aprovado especialmente por Cárcano e recebeu assentimento de todos (1939, N. 1, p. 219).

Conduta semelhante de Cárcano foi registrada quando esse parabenizou Levene por sua iniciativa de facilitar ao governo da Nação a aquisição dos manuscritos do poema *Tabaré*, de Zorilla de San Martín: “A atitude do doutor Levene demonstrava seu espírito e era muito satisfatório para a Comisión a forma com que havia procedido seu presidente e [agregou] que o ministro doutor Coll assim o havia resumido em seu discurso com ‘altura moral’” (COMISIÓN..., 1940, N. 2, p. 449). Em outros trechos das atas, aparecem elogios semelhantes dos vogais ao trabalho do presidente e, ao final de 1945, novamente encontramos felicitações de Zabala a Levene por mais uma edição do Boletim da *Comisión*. Os demais membros aderiram aos cumprimentos e Campos Urquiza observou que “o Boletim refletia as atividades do senhor Presidente” (COMISIÓN..., 1946, N. 8, p. 560), o que indica que essa também era uma tarefa dirigida por Levene.

De um modo geral, as decisões dos membros se davam de forma coordenada. No primeiro ano de funcionamento do organismo, um dos participantes (Cel. Best) perguntou se não chegara o momento de se nomearem subcomissões internas para repartirem o trabalho, ao que Zabala considerou que a presidência podia fazer as designações. Best manifestou que seria conveniente autorizar o presidente a tomar as resoluções que tenham certa urgência, como fazer as designações de delegados e representantes ante outras corporações, o que foi aprovado por todos (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 213). Tal diálogo nos leva a crer que havia bastante consenso e afinidade entre o grupo, além de respeito à hierarquia, pois foi de comum acordo – não consta registro contrário – que o presidente tivesse o poder de designar os vogais para tarefas variadas e resolver outras demandas antes de consultá-los.

Raras vezes, encontramos indícios de desacordos entre eles; quando isso ocorre, o redator da ata informa os nomes dos vogais que haviam votado a questão de modo contrário. Um exemplo de discordância mais prolongada se deu durante a restauração do Cabildo de Buenos Aires – também sede da *Comisión*. Udaondo não havia concordado com a demolição das construções históricas em seu interior, porque nelas ainda restavam partes antigas, de calabouços, que deveriam ser salvas. Levene, então, explicou que o projeto do arquiteto Buschiazzo já havia sido aprovado e que a parte do edifício realmente valiosa e histórica era o

seu corpo exterior. Udaondo manifestou que não esteve presente na oportunidade em que se aprovou o projeto e Ravignani concordou, pois sempre entendeu que só seriam demolidas as partes modernas. O arquiteto afirmou que de fato existiam no interior do edifício partes antigas confundidas com as modernas e, por fim, decidiram que, na próxima reunião com o diretor geral de arquitetura, tratariam de conciliar e, dentro do possível, evitar a demolição (COMISIÓN..., 1940, N. 2, p. 481).

No entanto, como o projeto já havia sido aprovado, não foi possível impedir a destruição dos fragmentos referidos por Udaondo, por se tratarem de partes que sofreram alterações muito grandes, conforme a opinião dos arquitetos Buschiazzo e Noel (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 531). Udaondo, então, pediu que se registrasse em ata a sua opinião sobre a necessária conservação daquelas construções antigas. Em sessão posterior, Levene relatou sobre o pedido de renúncia de Udaondo, por não estar de acordo com a mencionada demolição. O presidente considerou que não deveriam aceitar esta renúncia, pela valiosa colaboração de Udaondo, e dois membros foram encarregados de lhe pedirem para retirá-la (1941, N. 3, p. 548-549). Finalmente, Udaondo permaneceu na *Comisión*, mas a discussão revela um desacordo de caráter mais conceitual – a antiguidade *versus* a autenticidade como critério para a preservação – do que pessoal, evidenciando ainda o respeito pelo posicionamento do membro.

Uma solicitação da *Sociedad de fomento y turismo* da cidade de Chascomús, província de Buenos Aires, gerou novo tipo de desacordo entre os vogais da CNMMYLH. A entidade havia pedido a declaração como Monumento Nacional do mausoléu existente na cidade, dedicado aos caídos na Batalha de Chascomús contra Juan Manuel de Rosas. Para o vogal Villegas Basavilbaso, a *Comisión* não deveria apoiar solicitações de entidades particulares. Levene contestou que se deveria fomentar o interesse das comissões populares e que a aprovação da CNMMYLH era sempre vista com simpatia, além de constituir um estímulo importante que poderia ser muito eficaz aos fins para os quais o organismo havia sido criado. Campos Urquiza lembrou que não era a primeira vez que a *Comisión* prestava seu apoio a entidades “não oficiais”. Já o coronel Best opinou que, com esse procedimento, algumas personalidades dignas de recordação seriam preteridas enquanto outras receberiam homenagens mesmo que possuíssem “menos méritos”. O vogal Campos Urquiza e o presidente observaram que logo chegaria “o momento de honrar a memória de todas as figuras dignas de recordação”, mas não se podia deixar de lado as iniciativas particulares quando se tratavam de homenagens merecidas (COMISIÓN..., 1940, N. 2, p. 441). Por fim, se decidiu que o mausoléu erigido em Chascomús seria declarado Lugar Histórico, o que levou o coronel Best a pedir que seu voto

constasse como contrário, porque entendia que se devia proceder de forma geral e não começar as homenagens “pelo contrário”.

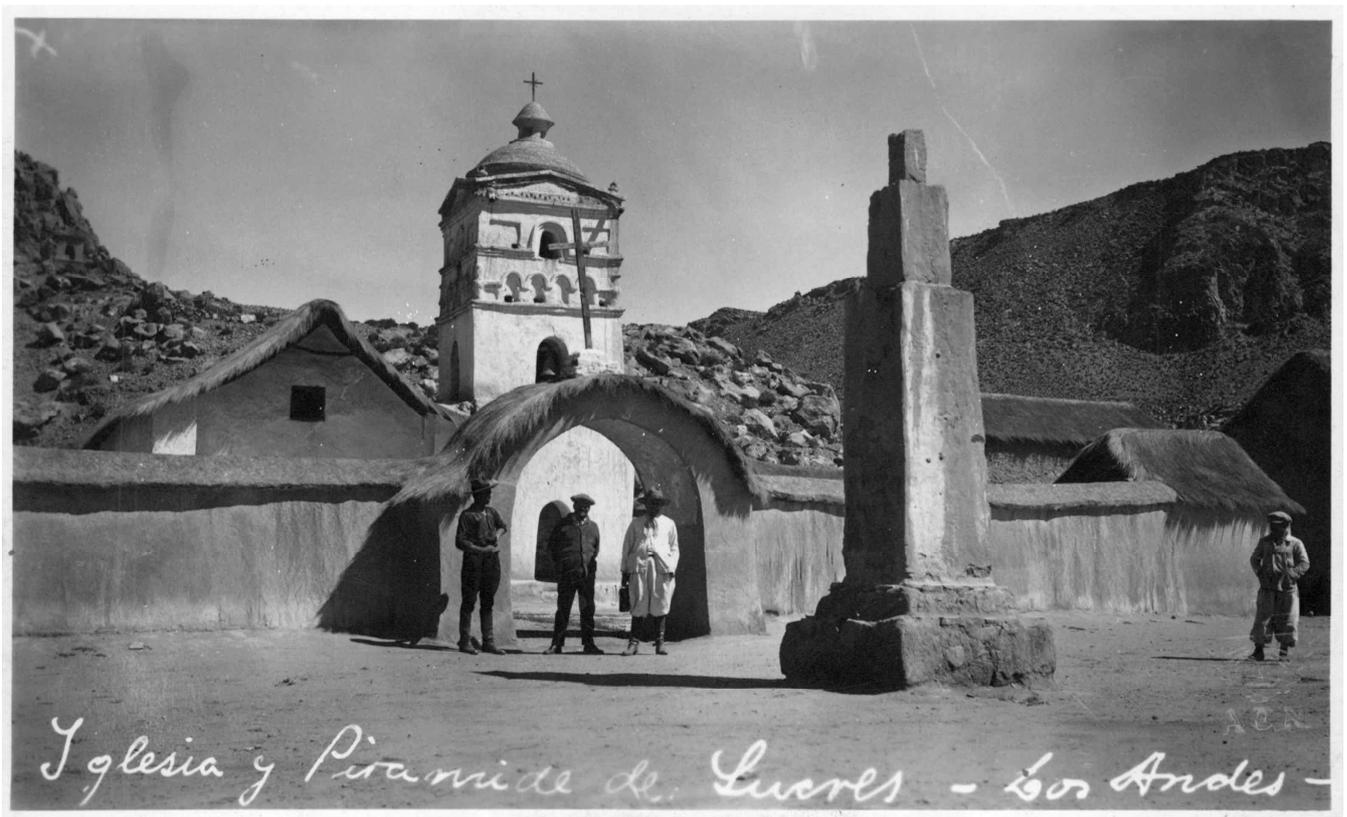
Outras discordâncias ocorreram em torno de quais bens deveriam ser adquiridos pelo organismo, como foi o caso do *Convento de San Isidro*, em Jesus Maria, Córdoba. A *Comisión* entendia que tal bem poderia ser adquirido pela *Asociación Cultural Española*, que se responsabilizaria por sua conservação, e só então seria declarado Monumento Nacional, passando a ter superintendência conjunta. Porém, Urquiza discordava, insistindo na compra do edifício que estava à venda por um preço baixo. Levene contestou sua proposta, ressaltando a economia desta solução que surgia, especialmente em relação aos trabalhos de conservação do bem (COMISIÓN..., 1942, N. 5, p. 663-664). Como vemos, se tratavam de desacordos bastante comuns, característicos de reuniões decisórias. Se existiram contendas mais graves entre os membros durante a gestão presidida por Ricardo Levene, elas dificilmente seriam relatadas no *Boletín* da instituição, destinado à ampla distribuição em bibliotecas e instituições histórico-culturais, nacionais e internacionais.

De forma conclusiva, analisando a atuação de Levene como presidente da CNMMYLH, foi possível verificar a realização de uma série de atividades que lhe garantiram aceitação e prestígio. Constatamos, igualmente, um profícuo relacionamento com o Ministério da Justiça e Instrução Pública, do qual a instituição dependia, e com os presidentes da Nação em exercício. A reiterada presença dos representantes do governo nas celebrações da *Comisión* e a agilidade na aprovação de orçamentos para o seu funcionamento são indícios do capital simbólico acumulado por aquela corporação de historiadores e confirmam a existência de relações positivas entre Levene, os demais vogais da instituição e o poder público.

O estudo revelou ainda que o historiador tinha o domínio dos meios capazes de mantê-lo à frente da *Comisión*, mesmo em momentos de transição política. Além de se dedicar à escrita da história, o intelectual tomou para si tarefa de despertar na população uma “consciência histórica”, valendo-se de vínculos previamente estabelecidos, entre eles, aquele construído desde a *Junta-Academia*. Enquanto “gestor quase oficial do campo” historiográfico (MYERS, 2004, p 73), a atuação de Levene foi determinante no desenvolvimento de uma enérgica política de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional argentino. No próximo capítulo, nos dedicamos a analisar os procedimentos estabelecidos para o desenvolvimento desta política de preservação, os critérios definidos para a seleção dos bens e o papel de diferentes agentes nesse processo.

CAPÍTULO 2

Definindo o patrimônio da nação: determinações legais, práticas de trabalho e agentes envolvidos



Igreja de Susques, Jujuy, Argentina.

Fonte: Argentina. Archivo General de la Nación - Dpto. Doc. Fotográficos. Inventario 129230.

El edificio del Cabildo es el monumento civil más valioso de la arquitectura colonial de Buenos Aires. El público le profesa simpatía y respeto al mismo tiempo, asociándolo a la Pirámide que mandó levantar el propio Cabildo en 1811, en el primer aniversario de la Revolución de Mayo, y a la Plaza de la Victoria, llamada así desde 1808, símbolos y escenarios de recuerdos comunes y gloriosos de la historia argentina (COMISIÓN..., 1940, N. 2, p. 89).

O excerto do discurso acima, proferido pelo presidente da CNMMYLH, Ricardo Levene, durante cerimônia realizada no Cabildo de Buenos Aires em 1939, é bastante significativo para a abertura deste capítulo. Por um lado, expõe a importância que os monumentos e os restos materiais do passado assumiam naquele contexto, enquanto símbolos representativos de um tempo pretérito a ser perpetuado na memória coletiva. Ao referir-se aos “símbolos e cenários de recordações comuns e gloriosas”, Levene alertava para o papel desses elementos na construção de uma identidade concebida como “nacional” e compartilhada por todos os cidadãos do país – desde a Puna andina de Jujuy até a Terra do Fogo, no extremo sul do país. Por outro lado, o trecho também nos dá indícios a respeito dos critérios de seleção empregados pela instituição para definir quais bens seriam alçados à categoria de patrimônio nacional. O Cabildo, sem sombra de dúvidas, era um desses bens: ele remetia ao feito “magno” da história argentina (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 16) e era também um exemplar da arquitetura colonial, muito apreciada àquela época.

Conforme indicamos, desde o final do século XIX os restos materiais do passado vinham adquirindo crescente importância no país. Os objetos considerados “históricos”, que haviam pertencido a homens públicos, despertavam o interesse e a preocupação de letrados e colecionadores, como é o caso de Adolfo Carranza, responsável pela criação do *Museo Histórico Nacional* em 1890-91. Para ele, os objetos históricos deviam ser “salvos do esquecimento ou da indiferença” para “inculcar” no público visitante “amor e admiração” pelo passado do país⁸⁶. Segundo Carman, o MHN foi uma instituição singular, “onde se moldou uma memória visualizável e materializada por meio de um conjunto de vestígios concretos do passado nacional” (2013, p. 69). Essa valorização dos edifícios e objetos históricos estava vinculada com a chamada “questão nacional” (BERTONI, 2001) e, nas décadas seguintes, foi acentuada por meio de políticas estatais que visaram fortalecer a consciência e a integração da

⁸⁶ Citado por Carman, 2013, p. 67. A autora se refere a “uma nova relevância” que os restos materiais do passado adquiriram na Argentina durante as duas últimas décadas do século XIX. Como exemplo, ela menciona o caso da Pirâmide da Praça de Maio que, àquela altura, gerou toda uma polêmica sobre a sua conservação, demolição ou transformação. Enquanto para alguns a reivindicação da Revolução de Maio implicava o respeito ao monumento tal qual havia sido construído, para outros a demolição da velha pirâmide e sua substituição por um monumento moderno era a melhor forma de honrar a memória daquele feito (2013, p. 31).

nação (CATTARUZZA, 2001; 2007; PAGANO; DEVOTO, 2009; BALLENT; GORELIK, 2001).

Ao conceder visibilidade ao passado, a preservação do patrimônio histórico também assumia um papel importante na institucionalização da história como disciplina. Conforme mostraram Guimarães (2007) e Oliveira (2013), os monumentos e a criação de museus contribuíram para que a História adquirisse um novo valor e se tornasse mais acessível. Por meio do patrimônio, o passado podia ser percebido como um domínio separado do presente, tornando-se objeto de estudo científico. No novo regime de historicidade que se abria com a modernidade, a materialidade dos objetos passava a atuar como uma “evidência”, como uma “prova” (HARTOG, 2013) desse tempo pretérito. Tais ideias podem ser observadas na continuação do discurso de Ricardo Levene que citamos na abertura do capítulo:

Los restos materiales trasmudan mágicamente el pasado ideal en la tradición viva que es fuerza moral y es esplendor de las naciones, conciliándose hondamente el progreso con la cultura o creaciones del espíritu y aun con el desenvolvimiento económico de la civilización. Los pueblos con alma propia y destino manifiesto transmiten sus tradiciones de padres a hijos, de generación en generación, profesan el culto del pasado y son capaces de crear los nuevos valores, transmitiéndolos a su vez hasta la más remota posteridad. Si se omite el cumplimiento de este imperativo del deber y el legado material y moral se prodiga o se abandona, los hijos acusan con razón a los padres y los pueblos a sus antepasados (COMISIÓN..., 1940, N. 2, p. 92).

Nesse pronunciamento de caráter um tanto romântico⁸⁷, Levene compreende os vestígios históricos materiais como forma de se converter o passado em tradição viva – a “riqueza das nações” – e ainda de conciliar o progresso com a cultura já existente. Ele revela, assim, uma maneira de se relacionar com o tempo, na qual coexistem os regimes antigo e moderno de historicidade: o passado é tomado como modelo para o futuro, porém em uma perspectiva evolutiva (CATROGA, 2006), em que se articulam o chamado ao passado e a abertura ao porvir (HARTOG, 2007, p. 208). O mesmo pode ser observado na fala de Levene durante a inauguração do *Museo Histórico Juan Martín de Pueyrredón*⁸⁸, em 1941, quando se referiu ao “florescimento dos estudos históricos”:

⁸⁷ Analisando diferentes discursos pronunciados por Ricardo Levene na mesma época, Escudero (2009) considera que a posição acadêmica e científica desse historiador se conciliava abertamente com concepções românticas. Por um lado, ele acreditava na verdade histórica e na objetividade da historiografia baseada nos documentos; por outro, entendia que a história à serviço do Estado guiava a política e condicionava a consciência coletiva a um rumo que garantiria à nação “a unidade no espaço e a continuidade no tempo” (ESCUDERO, 2009).

⁸⁸ O mencionado museu, localizado no município de San Isidro (província de Buenos Aires), foi criado na casa que pertenceu a Juan Martín de Pueyrredón. No processo de independência, em 1816, o general foi nomeado pelo Congresso de Tucumán como Diretor Supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata, cargo que exerceu até 1819. Consultado em <http://museopueyrredon.org.ar/museo/>. Acesso em 02/09/2016.

Así en el mundo como entre nosotros nunca ha reverdecido más lozano que ahora un nacionalismo fecundo e ilustrado. La cultura histórica ha inspirado los sentimientos de admiración y solidaridad con las generaciones fundadoras y constituyentes de nuestra patria y sus individualidades ejemplares y es formativa de la consciencia y del imperativo social en el sentido de continuar el esfuerzo de las generaciones precedentes.

Para su expansión horizontal esa cultura necesita fundarse en sólidas bases. Una de ellas es la restauración de los monumentos históricos y artísticos, la conservación y ordenación de los objetos y documentos escritos, el oro moral, el patrimonio común, los libros abiertos para las lecciones y el ejemplo del pueblo. Así se levantan los templos del culto de la patria y se extiende el amor a la Historia como ciencia social, que no consiste en una simple acumulación de datos concretos o de bienes materiales, sino en la elevación del espíritu, la facultad para conocer y razonar, y sobre todo la exaltación del sentimiento que enciende la fe en los destinos y en los ideales colectivos (COMISIÓN..., 1942, N. 4, p. 335).

Logo de início, podemos notar a referência ao nacionalismo, ideologia então bastante difundida em boa parte do mundo. Em seguida, o excerto nos permite novamente observar a importância que os monumentos e os restos materiais do passado assumiam naquele momento, sobretudo para aquele grupo de historiadores que integrava a CNMMYLH. Tais monumentos são apresentados como meio de se acessar o tempo pretérito – de atingir o “invisível” (POMIAN, 1984) –, assim como os “livros” seriam capazes de dar “lições” ao porvir e servir de “exemplo” ao presente e ao futuro. Outra vez, Levene manifestou a sua concepção da história baseada no modelo renovado da *historia magistra* (HARTOG, 2007), ao referir-se às gerações vindouras como responsáveis por dar continuidade ao esforço das “gerações fundadoras da pátria”.

É digno de destaque ainda a referência à “História como ciência social”, vista não como “uma simples acumulação de dados concretos ou de bens materiais”, mas enquanto “faculdade para conhecer e inferir”, como “exaltação do sentimento que inflama a fé nos destinos e nos ideais coletivos”. Na sequência do discurso, o presidente da *Comisión* assinalou o valor crescente que a “ciência e arte históricas” adquiriam junto a povos jovens, reforçando o caráter que pretendia conferir à disciplina. Como mostrou Catroga (2006), foi a partir do século XIX que se procurou fazer da história uma ciência, capaz de avaliar o passado e auxiliar no delineamento dos rumos coletivos. Essa parece ter sido uma questão importante para os membros do órgão que estudamos, lembrando que parte deles contribuiu com o processo de institucionalização da disciplina durante as primeiras décadas do século XX e, em seguida, passou a ocupar cadeiras nas universidades e na *Junta-Academia Nacional de la Historia*. Ao referirem-se à importância do passado e de seus vestígios como “provas” do tempo decorrido,

os historiadores buscavam garantir o lugar e a autoridade da disciplina histórica naquele contexto.

De modo semelhante, no discurso em homenagem ao Congresso de Tucumán (evento em que se assinou a declaração de independência da Argentina), realizado em 8 de julho de 1940, Levene expôs sua visão do passado e alertou para a necessidade de

[...] estudiar los antecedentes nacionales y comprender la evolución de nuestro propio pasado, [...] vida palpitante y no crónica muerta que viene hacia nosotros, situándonos, en el tiempo y el espacio, en la dirección ascendente de sus tradiciones. La historia está hecha por el pueblo y para el pueblo, es escuela de formación a los hombres públicos, maestra de la vida que adoctrina en el nacionalismo ilustrado, fuente perenne de juventud, la juventud de la historia, como la de la humanidad que nunca muere y asciende constantemente (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 345).

Mais uma vez, podemos verificar em suas palavras uma compreensão da história como ciência que permite perceber a “evolução” do passado rumo ao progresso, mas sem deixar de valorizar sua função de “escola de formação” e “mestra da vida”. É por meio da materialidade “visível” dos objetos antigos que a história podia ser acessada e alçada ao *status* de disciplina. Analisando, de modo geral, as coleções, Pomian (1984, p. 51) trouxe considerações importantes para a discussão que aqui realizamos. Segundo ele, a função dos objetos de coleção “é a de se oferecerem ao olhar”. Ao integrarem uma coleção, os artefatos perdem o seu valor de uso e adquirem um valor de troca, convertendo-se em objetos preciosos, sagrados; eles se transformam, então, em fontes de prazer estético, ou são preservados por permitirem a aquisição de conhecimentos históricos, científicos, ou simplesmente por conferirem prestígio a quem os adquire. Passam a representar o invisível, aquilo que está muito longe no espaço e no tempo, ou ainda que está para além de qualquer espaço físico e de qualquer fluxo temporal, na eternidade. Podemos dizer assim que os monumentos selecionados pela CNMMYLH também operam como objetos intermediários entre os espectadores que os olham e o invisível (POMIAN, 1984, p. 65), isto é, o tempo passado. Dotados de um significado simbólico, estes bens tanto atuam como testemunhos da história, quanto permitem a identificação desta como um domínio distante do presente, procedimento fundamental para o reconhecimento da disciplina histórica e para a afirmação do historiador como portador de um conhecimento legítimo sobre o passado (GUIMARÃES, 2007).

As décadas de 1930 e 1940, assim, configuraram o auge das políticas estatais de valorização dos bens históricos na Argentina, então compreendidos como símbolos do passado adequados para servirem de exemplo ao presente e contribuírem na formação da identidade nacional. Foi nesse momento que se estabeleceu a proteção do patrimônio histórico e artístico

da nação, com a criação da *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* e de um instrumento jurídico específico. Por meio desse novo organismo, foram conformadas as práticas de seleção e instituição de diferentes bens como “Monumentos Históricos Nacionais” ou “Lugares Históricos Nacionais” – entre outras categorias formuladas posteriormente –, ato que garantiria a sua salvaguarda e, até mesmo, a sua restauração.

O Decreto N° 3.390 do Poder Executivo nacional que criou a *Comisión*, em 28 de abril de 1938, em seu artigo 2º, incumbiu os homens designados para atuar no organismo de elaborarem o projeto de lei que regularia o seu funcionamento. Redigido em seguida por Levene e aprovado pelos demais membros do grupo, o projeto foi logo encaminhado para a votação no Congresso Nacional⁸⁹. A Lei N° 12.665, sancionada pelo Congresso em 30 de setembro de 1940, regulamentou a criação da CNMMYLH e determinou que essa passava a ter “administração imediata sobre os museus, monumentos e lugares históricos nacionais”, em conjunto com as respectivas autoridades das instituições, quando se tratassem de entidades e bens provinciais ou municipais (art. 1º). Definia ainda que:

Los bienes históricos y artísticos, lugares, monumentos, inmuebles propiedad de la Nación, de las Provincias, de las Municipalidades o instituciones públicas, quedan sometidos por esta Ley a la custodia y conservación del gobierno federal, y en su caso, en concurrencia con las autoridades respectivas (art. 2º).

Além do valor histórico conferido a certos bens, podemos notar que a lei também destacou a proteção daqueles considerados de valor artístico. Em seu artigo 4º, estabeleceu que o organismo realizaria a “classificação e formularia a lista de monumentos históricos do país” com a aprovação do Poder Executivo. Desse modo, a proteção definitiva dos bens, isto é, a sua declaratória como patrimônio, seria concedida por meio de um decreto que, muitas vezes, declarou vários bens ao mesmo tempo. Salientamos, assim, que a CNMMYLH não possuía autonomia para declarar um bem como patrimônio: embora o órgão realizasse todo o levantamento dos edifícios e lugares considerados de interesse histórico e histórico-artístico existentes no país, deliberando quais deveriam ser protegidos, a sua declaratória dependia, em última instância, do Poder Executivo. Tais medidas centralizadoras conferiam ao Estado o papel

⁸⁹ Mensagem do Poder Executivo encaminhada ao Congresso da Nação: “Tengo el honor de someter a vuestra honorabilidad el proyecto de ley que se acompaña referente a la creación de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos. [...]. La iniciativa del Poder Ejecutivo establece un régimen adecuado y técnico para el gobierno de los museos, la clasificación de los lugares históricos y la adquisición y conservación de inmuebles, reliquias y documentos de propiedad del Estado o de particulares que se consideren de carácter histórico o histórico-artístico. Dios guarde a vuestra honorabilidad. Roberto M. Ortiz. Jorge E. Coll”. Cf. COMISIÓN..., 1941, N. 3 p. 239.

exclusivo de definir e controlar o que seria o patrimônio nacional (AGUIAR; CHUVA, 2014). Tendo em vista que decretos não exigem apreciação legislativa, mas resultam da elaboração e aprovação exclusiva do Executivo, podemos identificar traços de caráter mais autoritário na concepção desse dispositivo.

A formulação da referida lei denota ainda a influência do modelo francês de política de preservação, que – como exposto no capítulo anterior – foi uma das legislações nas quais Levene se inspirou para elaborar a norma argentina e cujo peso pode ser sentido até no nome escolhido para a instituição, já que a congênere francesa também foi denominada “Comissão de Monumentos”. Nesse país, frente à ameaça de destruição dos bens que foram nacionalizados após a Revolução, se produziu uma estrutura centralizada de conservação do patrimônio, que, por longo tempo, foi “a característica da gestão francesa dos monumentos históricos” (CHOAY, 2006, p. 119). Enquanto na Inglaterra a proteção dos grandes monumentos podia ser realizada por associações eruditas, na França essa tarefa tornou-se assunto de Estado. No caso argentino, a feição centralizadora do órgão pode ser percebida ainda pela sua composição: além de ser formado por apenas dez membros, contava com o auxílio de um único delegado para cada província ou território nacional, sendo este responsável pelo levantamento de todos os bens de interesse histórico e artístico existentes em sua jurisdição e pela implementação da política de patrimônio em nível local. Como abordaremos em seguida, esses delegados atuaram como interlocutores da *Comisión* no interior do país e podem ser compreendidos como agentes do aparato de integração e centralização do Estado.

2.1. Construindo as práticas de trabalho do órgão: o censo de monumentos e os critérios de seleção dos bens

A Lei Nº 12.665, em seu artigo 9º, também definiu que era necessário expedir um decreto regulamentar com as funções do novo órgão e esse foi, igualmente, redigido pelos vogais da *Comisión*. Após ser enviado ao Ministro da Justiça e Instrução Pública em dezembro de 1940, o Decreto Nº 84.005 foi assinado pelo vice-presidente em exercício, Ramón Castillo, em 7 de fevereiro de 1941, com muito poucas alterações. Composto de treze capítulos e 43 artigos, o Regulamento estabeleceu as atribuições e faculdades da CNMMYLH, retomou o ponto da formulação da lista de bens de interesse histórico ou histórico-artístico (art. 2º) e determinou a confecção de um “Registro” desses bens (art. 3º). Conforme seu art. 3º, tal registro abarcaria os Monumentos e Lugares Históricos que se encontrassem dentro da jurisdição territorial da República (fossem do domínio da Nação, das Províncias, dos Municípios ou da

Igreja Católica), os bens existentes nos museus públicos e privados e nos estabelecimentos da Igreja Católica, assim como os bens móveis de particulares de interesse histórico ou histórico-artístico⁹⁰. Para a formação do Registro, no que se relaciona aos bens móveis, a *Comisión* teria o poder de solicitar às autoridades públicas provinciais, municipais e eclesiásticas correspondentes a nômima dos bens históricos e histórico-artísticos existentes em seus museus ou outros estabelecimentos, ou ainda, no caso da instituição religiosa, nas igrejas, capelas, colégios e conventos (art. 4º)⁹¹. Como vemos, além da preservação de monumentos, o Regulamento da *Comisión* chegou a prever a elaboração de um registro dos objetos históricos – os bens móveis – existentes em todo o país, estivessem eles em poder de museus, igrejas ou mesmo em mãos de particulares.

A respeito desses registros, tanto o de bens móveis quanto o de bens imóveis, Uribarren (2008, p. 57) relatou não ter encontrado dados, após o ano de 1941, que atestem a sua confecção, alertando ainda para o fato de que a Lei Nº 12.665 não contemplava a declaração de bens móveis. Ainda em novembro daquele ano, Levene propôs a abertura do livro de “Registro de Bens Móveis Históricos”, o qual foi aprovado pelos vogais da *Comisión*. Ele salientou que a organização deste registro requeria uma grande dedicação e “minuciosa classificação de dados e antecedentes” (COMISIÓN..., 1942, N. 4, p. 769). A pesquisa que realizamos no arquivo institucional da CNMMyLH mostrou que, ao menos, a solicitação desta lista de bens foi realizada. Mediante correspondência enviada em dezembro de 1941 aos delegados de Corrientes⁹², Entre Ríos⁹³ e San Juan⁹⁴, por exemplo, verificamos que a instituição os convocou a realizarem os trâmites, junto aos governadores e autoridades eclesiásticas das províncias, relacionados à “formação do Registro de Bens Móveis Históricos”. Como no citado regulamento também estavam compreendidos os bens móveis de particulares, se solicitava que os delegados iniciassem o censo destes em suas jurisdições, colocando-se em contato com os proprietários. O teor da carta recordava que era necessário ter a autorização dos proprietários para a confecção das listas e, para tanto, deveriam assegurar-lhes que a realização dessas não afetaria o domínio privado.

Nos anos seguintes da gestão de Levene, de fato, não encontramos novos dados referentes aos registros. Somente em 1947 parece ter havido uma retomada dessa tarefa, quando

⁹⁰ Vale observar aqui outra possível influência da legislação francesa, já que esta também dividiu o patrimônio em duas categorias, as de bens móveis e imóveis, por requererem tipos diferentes de tratamento (CHOAY, 2006).

⁹¹ Cf. ARGENTINA. Decreto Nº 84.005/1941.

⁹² ACNMMYLH, pasta “Casa de los Martínez/ Correspondencia con el Sr. Delegado”, 002 W.

⁹³ ACNMMYLH, pasta “Correspondencia con el Sr Delegado”, 003 E.

⁹⁴ ACNMMYLH, pasta “Correspondencia con el Sr Delegado/Varios”, 005 J.

o presidente interino em exercício, Cel. Aníbal Imbert, designou os mesmos delegados da CNMMyLH nas províncias e territórios nacionais para que procedessem à confecção da “lista de bens históricos, de acordo com as informações que obtivessem das autoridades provinciais, municipais e eclesiásticas” a respeito de suas respectivas jurisdições (COMISIÓN..., N. 10, 1948b, p. 23). Em meio à correspondência trocada com o delegado de Corrientes, Francisco Manzi, tomamos conhecimento de que este enviou, em junho de 1947, uma lista de “móveis históricos” do Museu Colonial de Corrientes, do qual era diretor honorário, destinada ao censo que a *Comisión* estava por realizar. Nesta lista, ele arrolou uma série de objetos que considerava “verdadeiras relíquias que testemunham a gloriosa época do passado histórico de Corrientes”⁹⁵. Informava ainda que já havia solicitado a colaboração do governo da província para a realização desse censo de bens móveis, porém, até o momento, não havia recebido resposta e, por essa razão, se adiantava, enviando a lista dos objetos do mencionado museu. Essas correspondências atestam, assim, que a CNMMyLH seguiu empenhada em cumprir com o disposto no Decreto regulamentar N° 84.005/41, mesmo nos anos posteriores à gestão de Levene.

Já no que se refere à confecção do Registro dos bens imóveis, o organismo deveria elaborar o “censo geral” de “monumentos e lugares históricos e histórico-artísticos situados dentro da jurisdição territorial da República”⁹⁶ (art. 5°). Como é possível notar, são diversos os termos utilizados na legislação e o mesmo ocorre nas correspondências e boletins da instituição, o que pode ocasionar certa confusão. Aclaramos, portanto, que a “lista”, o “censo” ou o “mapa geral”⁹⁷ de bens consistiu na primeira ação empreendida pela CNMMyLH com o intuito de inventariar os monumentos e lugares históricos e artísticos existentes no país – e que, em momento oportuno, seriam encaminhados ao Poder Executivo com o pedido de declaração. Por sua vez, o Registro dos bens móveis e imóveis não foi concretizado na gestão de Levene, aparecendo novas tentativas nos anos seguintes, ao que tudo indica igualmente sem sucesso. Supomos que a determinação da confecção do “Registro” tenha sido inspirada por legislações estrangeiras, como é o caso dos Livros Tombo criados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no Brasil a partir de 1937. Neste país, tais livros constituíram o instrumento jurídico de proteção dos bens. Já na Argentina, o instrumento legal criado para tal fim foram as declaratórias concedidas por meio de decretos do Poder Executivo, o que parece ter tornado inútil a confecção do Registro.

⁹⁵ ACNMMYLH, pasta “Casa de los Martínez/ Correspondencia con el Sr. Delegado”, 002 W.

⁹⁶ Cf. ARGENTINA. Decreto N° 84.005/1941.

⁹⁷ A expressão “mapa geral de monumentos e lugares históricos do país”, tarefa que se encontrava “em execução”, aparece na correspondência enviada aos delegados da CNMMyLH no dia 12 de julho de 1940, como veremos mais adiante.

Em notas de novembro de 1947, os delegados de San Luis⁹⁸, de Entre Rios⁹⁹, de Corrientes¹⁰⁰, entre outros, foram informados de que a CNMMYLH iria realizar:

[...] el registro de los monumentos históricos así declarados por el P. E., según lo dispone el Art. 4º de la Ley 12.665 y el Decreto Reglamentario de la misma. Para la confección de dicho Registro en las condiciones que dispone la Ley, se hace necesaria la colaboración del señor Delegado, que me permito solicitar por medio de la presente nota. A tal fin, le envío una lista de los edificios que han sido declarados monumentos históricos situados en la jurisdicción de esa Provincia, rogándole quiera informar sobre los puntos que se mencionan a continuación:

- 1º) Ubicación del monumento del ejido de la ciudad donde se encuentra [...]
- 2º) Propietario o propietarios
- 3º) Situación legal de inmueble
- 4º) Tasación aproximada
- 5º) Estado de conservación actual
- 6º) Todos los antecedentes históricos que sea posible reunir sobre el edificio, así como también la fecha de su construcción y quienes la dirigieron.

Tais cartas deixam claro que a CNMMYLH estava se referindo apenas aos bens que já haviam recebido a declaratória do Poder Executivo nacional. O delegado de Corrientes comunicou, em carta de 14 de novembro de 1947, que estava preparando a documentação solicitada¹⁰¹. O delegado de Jujuy, por sua vez, no final de janeiro de 1948, recebia nova carta da instituição pela qual se reiterava o pedido referente ao censo de monumentos¹⁰². Contudo, a pesquisa realizada nos arquivos do organismo reforça nossa suposição de que nenhum desses registros tenha sido, efetivamente, concluído, haja vista, inclusive, a falta de conhecimento dos atuais profissionais atuantes na *Comisión Nacional de Monumentos, de Lugares y de Bienes Históricos* (CNMLyBH), “sucessor” da CNMMYLH, sobre eles. Considerando que o dispositivo jurídico de proteção dos Monumentos e Lugares Históricos era o decreto e que a Lei Nº 12.665 não previa a declaração de bens móveis, reiteramos que a confecção dos registros, possivelmente, tornou-se vazia de sentido.

Em última instância, as várias tentativas de confecção do Registro de bens móveis e imóveis existentes nas diferentes jurisdições do país ilustram as dificuldades e os limites encontrados na estruturação de uma nova instituição pública, com normas e métodos ainda por consolidar. Como foi dito, a redação do Regulamento da CNMMYLH, assim como do próprio projeto da Lei Nº 12.665, competiu aos homens designados membros do organismo na ocasião

⁹⁸ ACNMMYLH, pasta “Correspondencia con el Delegado/Pedidos declaratorias/Varios”, 006 D.

⁹⁹ ACNMMYLH, pasta “Correspondencia con el Sr Delegado”, 003 E.

¹⁰⁰ ACNMMYLH, pasta “Casa de los Martínez/ Correspondencia con el Sr. Delegado”, 002 W.

¹⁰¹ ACNMMYLH, pasta “Casa de los Martínez/ Correspondencia con el Sr. Delegado”, 002 W.

¹⁰² ACNMMYLH, pasta “Correspondencia con el Sr. Delegado”, 003 Y.

de sua fundação. É por essa razão que também se faz fundamental o estudo das práticas de trabalho da primeira gestão do órgão, porque nela não apenas se estabeleceram os critérios de seleção dos bens culturais, mas se encarregaram seus integrantes de elaborarem os procedimentos legais de implementação da política federal de preservação do patrimônio histórico e artístico argentino. É sumamente importante, portanto, analisarmos a etapa prévia à emissão das declaratórias.

A primeira ação de levantamento dos bens imóveis teve início já em 1938 e envolveu a colaboração de delegados residentes nas províncias e territórios do país, responsáveis pelo envio de fichas com dados dos bens considerados de interesse, além da contribuição dos próprios vogais da *Comisión* e de seu arquiteto adstrito. No tocante a essas práticas, a Lei Nº 12.665/1940 mencionava a designação de delegados locais, pertencentes aos museus históricos ou outras instituições existentes nas diferentes regiões do país. Porém, a Memória do primeiro ano de trabalho da *Comisión* já relatava a preocupação dos vogais em estabelecer contato imediato com delegados “especialmente designados nas Províncias e Territórios Nacionais”, expressando que sua “contribuição valiosa” consistiria “em levantar o censo geral de restos, ruínas, edifícios, lugares, objetos e monumentos” através de “prévia pesquisa de autenticidade e crítica histórica fundamentada” (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 17), orientação que também denota uma determinada perspectiva histórica.

Conforme a ata da reunião do dia 22 de agosto de 1938, diante do risco de demolição de uma casa histórica em Buenos Aires, o vogal Cel. Félix Best propôs que se iniciasse o inventário dos lugares históricos previsto pelo decreto de criação da *Comisión*. Como contribuição à tarefa, ofereceu cópias do censo de “monumentos rememorativos” elaborado pelo exército em todo o país, assim como uma resenha sobre os lugares históricos em Salta realizado por alguns militares e civis, sugerindo que em cada província se realizasse algo semelhante. O vogal Campos Urquiza também destacou a importância desse censo, de modo que Levene decidiu requerer as informações pertinentes aos governadores das províncias para completar o trabalho do Exército, agregando-lhe os lugares históricos, além de solicitar um modelo de ficha para servir de base ao empreendimento e fazê-lo de forma homogênea em todos os locais. Os vogais Best e Campos Urquiza foram designados para a realização da tarefa (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 212).

O modelo de ficha destinado ao inventário de Lugares e Monumentos Históricos foi apresentado pelo Cel. Best na sessão do dia 19 de setembro de 1938 e logo se apontaram sugestões de nomes para delegados nas províncias e territórios nacionais (COMISIÓN..., 1939,

p. 219), cujas designações seriam discutidas na sessão vindoura. O modelo de ficha elaborado por Best para o censo foi, finalmente, aprovado na sessão do dia 24 de outubro de 1938, com algumas modificações.

MINISTERIO DE JUSTICIA E INSTRUCCION PUBLICA
Comisión Nacional de Museos
y de Monumentos y Lugares Históricos

Ficha N°

EDIFICIO DEL CABILDO:
BOLIVAR 65

CENSO DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTORICOS 1)

Acontecimiento histórico 2)

Fecha 3)

Monumento o lugar histórico Nombre 4)

Ubicación 5)

¿Fué declarado monumento nacional o provincial? Sí - No. 6) Número
de la Ley y fecha de su promulgación

Propiedad 7)

Conmemorado por 8)

Ley N° del 9) con 10)

obra del 11)

nacionalidad inaugurad .. el 12)

en 13)

Observaciones o agregados 14)

Modelo de ficha aprovado para o censo de Monumentos e Lugares Históricos (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 233).

Junto do modelo de ficha para o censo de “Censo de Monumentos e Lugares Históricos”, os membros da *Comisión* redigiram uma esclarecimento sobre a forma correta de seu preenchimento e explicitaram o significado de cada um dos termos (item 1 da ficha):

Monumento Histórico. Además de la acepción corriente del vocablo “monumento”, es decir, de su sentido conmemorativo, la Comisión Nacional le da el siguiente, que interesa a quienes llenarán las fichas:

Monumentos históricos, son todos los edificios en que han ocurrido acontecimientos importantes y de transcendencia histórica: como casas, palacios, templos, etc.

Lugares Históricos son los demás accidentes o elementos topográficos que han servido de escenario a hechos históricos, no comprendidos en la de monumentos: como ciudades, campos, ríos, montañas, quebradas, lomas, paisajes, puentes y caminos (COMISIÓN..., N. 1, 1939, p. 234).

Tal aclaração mostra que os Monumentos Históricos se tratavam, basicamente, de bens materiais ou edificados, isto é, o patrimônio arquitetônico. Já os Lugares Históricos compreendiam ambientes naturais ou acidentes geográficos e apresentavam uma definição bastante abrangente ao incluir, entre eles, as cidades. Cada declaratória indicava, assim, a sua categoria: se o bem ou local passava a ser um Monumento Histórico Nacional (MHN) ou um Lugar Histórico Nacional (LHN). Nos anos seguintes, também foram declarados bens na categoria Árvore Histórica, assim como se criou a subcategoria Sepulcro Histórico dentro da de MHN¹⁰³. Vale notar que a menção a “acontecimentos importantes” e “feitos históricos” como justificativa para a declaração dos bens é também indício de uma perspectiva historiográfica tradicional, que prioriza a narração dos fatos, em geral, centrando-se no papel das elites políticas e militares e na descrição cronológica dos acontecimentos.

A respeito dos vocábulos escolhidos para as categorias de bens, Choay (2006) observa que, até a década de 1960, o termo mais corrente para se referir ao patrimônio histórico foi justamente “monumento histórico”, o qual só a partir de então – com a ampliação da noção de patrimônio que hoje engloba todas as formas de manifestação cultural, tangíveis ou intangíveis – passou a significar apenas uma parte da “herança” do passado. Como vemos na descrição de “Monumento Histórico” acima, a *Comisión* demonstrou conhecer a acepção do termo em seu sentido comemorativo – empregado para lembrar, advertir algo¹⁰⁴ –, porém explicitou o seu significado dentro das práticas desenvolvidas pelo organismo, usando-o para designar o patrimônio histórico edificado. O termo “Lugar Histórico”, por sua vez, parece ter sido criado pela instituição devido à necessidade de se referir a locais ou a bens não arquitetônicos, mas que, aos olhos dos agentes estatais, eram representativos da história argentina e mereciam ser alçados à classe de patrimônio nacional.

Fazendo referência ao trabalho do historiador da arte Alois Riegl, Choay ressalta que o monumento histórico é uma invenção do Ocidente, datado da segunda metade do século XIX, enquanto que o monumento (comemorativo) é uma criação deliberada, cuja utilidade foi pensada *a priori* para fins de rememoração. Assim,

¹⁰³ Mais recentemente, a CNMMYLH estabeleceu novas categorias de bens, como Monumento Histórico-artístico nacional, Bem de Interesse Histórico, Bem de Interesse Histórico-artístico, Conjunto Urbano-arquitetônico de Interesse Nacional, entre outros. Cf. PAGANO, 2014; DE MASI; MENA, 2009.

¹⁰⁴ Ao pontuar a diferença entre os vocábulos “monumento” e “monumento histórico”, Choay (2006) explica que o sentido original do termo monumento – *monumentum* – derivou de *monere*, que significa lembrar, advertir. Tratava-se de um objeto – uma coluna, um arco de triunfo, um obelisco, um totem – criado para lembrar algo importante. Ao longo dos séculos, o termo foi adquirindo outros significados, como o de “testemunho” do passado, de uma estética grandiosa e bela, ou ainda o sentido de encantamento provocado pela proeza técnica de sua construção.

[...] o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado e criado como tal; ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes [...]. Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial (CHOAY, 2006, p. 25-26).

Tal qual o “documento/monumento”, o monumento histórico “é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1992, p. 545). Considerar esta especificidade do monumento histórico é fundamental em nosso trabalho, uma vez que coube aos membros da CNMMYLH determinar quais edificações e lugares eram dignos de serem preservados para a posteridade e consagrados como patrimônio “nacional”, ante um universo de referentes possíveis. Ainda que casas, igrejas, santuários e demais lugares tenham servido a seus fins próprios, foi a seleção desse grupo, marcada por seus critérios, que os instituiu como bens culturais de toda a coletividade argentina. Em outras palavras, qualquer artefato cultural, independentemente da função para a qual foi criado, pode ser investido de uma função memorial ou vir a servir como suporte de informação “para se entender a sociedade que os produziu ou reproduziu *enquanto objetos históricos*” (MENESES, 1994, p. 20, grifos do autor).

A explicação sobre o significado dos termos “Monumento Histórico” e “Lugar Histórico”, que acompanha a ficha do censo, é também imprescindível para conhecermos a natureza dos bens que a CNMMYLH considerou merecedores de proteção. Fica claro que, desde o início, o foco da instituição foram os bens considerados de caráter histórico, o que pode ser notado até mesmo no nome escolhido para o órgão. O próprio decreto de criação da instituição, expedido em 1938, ratificava que eram os lugares, museus, casas, igrejas, entre outros, “onde se desenvolveram os episódios fundamentais da história argentina e da organização nacional” (COMISIÓN..., 1939, p. 5), o alvo do organismo recém-criado. A discussão parlamentar em meio à qual se votou a Lei Nº 12.665/1940 também evidenciou a predominância do “valor histórico” como critério básico de seleção dos bens proposto pelos vogais do órgão, momento em que se incorporou a palavra “artísticos” ao seu teor. Foi desse modo que o artigo 3º da lei de regulamentação da CNMMYLH demarcou os critérios que orientariam a seleção do patrimônio nacional:

El Poder Ejecutivo a propuesta de la Comisión Nacional, declarará de utilidad pública los lugares, monumentos, inmuebles y documentos de propiedad de particulares que se consideren **de interés histórico o histórico-artístico** a los efectos de la expropiación; o se acordará con el respectivo propietario el modo de asegurar los fines patrióticos de esta ley. Si la conservación del lugar o monumento implicase una limitación al dominio, el Poder Ejecutivo indemnizará al propietario en su caso (Lei Nº 12.665/1940, grifo meu).

Tais critérios, como vemos, foram descritos de forma muito breve, sendo a qualidade de histórico ou histórico-artístico a única diretriz estabelecida pela Lei. Essa abrangência, por sua vez, deixava em aberto a própria definição do que seria “histórico”, concedendo autonomia aos agentes do órgão para determinarem o que implicava tal qualificação. Esta definição foi então explicitada pela *Comisión* na continuação da ficha elaborada para o censo, em seu item 2, intitulado “Acontecimento Histórico”:

A este enunciado corresponderá la mención a solo un hecho histórico importante. Así resultará que, para algunos monumentos o lugares (ciudades, edificios e iglesias), aparecerán varias fichas, de cuya consideración surgirá la jerarquía histórica de éstos.

En este lugar se indicará, entonces, bien, un hecho político (tratado de paz, alianza, pacto, leyes, convención, armisticio, fundación de ciudad, etc.) o un hecho de guerra (invasión, concentración, pasaje de un gran obstáculo, natural, u otra actividad operativa, una batalla o combate, organización de fuerzas y otros acontecimientos relacionados con aspectos militares y con los hombres que en ellos intervinieron); o un hecho de carácter social (nacimento, vida, episodios, fallecimiento de un prócer o héroe, etc.); o un acto de índole cultural (fundaciones de escuelas, bibliotecas, imprentas, periodismo, lugares de representaciones teatrales, exposiciones, obras de valor artístico, traducciones y folklore); o de índole económico-financiero (bancos, colonización, medios de comunicación, caminos, cambios, industrias, etc.) o de carácter religioso (reducciones, misiones, ofrendas, oratoria sagrada, etc.); u otro vinculado a los demás aspectos importantes de la evolución nacional. Si el hecho histórico trascendente es poco o mal conocido y la persona que redacte la ficha lo cree conveniente, puede hacerlo por separado y adjuntar a aquélla una narración sucinta y fundada del mismo (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 234).

A descrição acima é particularmente importante por esclarecer quais classes de eventos do passado seriam privilegiadas pelo órgão no momento da escolha dos bens. Desde essa perspectiva, seriam considerados “acontecimento histórico”: feitos políticos diversos, feitos bélicos, feitos de caráter social, atos de índole cultural, atos de índole econômica, atos de caráter religioso ou outros relacionados a aspectos da evolução nacional. Nas descrições de cada um desses atos, destaca-se novamente uma perspectiva historiográfica focada nos acontecimentos políticos e militares e nos feitos associados a heróis ou outros personagens considerados importantes para a construção da Nação. A aclaração revela também o interesse por edifícios e lugares representativos de um determinado tipo de eventos da história argentina, chegando-se a mencionar diretamente aqueles vinculados à “evolução” do país. Essa definição denota, mais uma vez, a compreensão que os vogais da *Comisión* tinham da História, como ciência capaz de avaliar o passado e auxiliar no encaminhamento dos rumos futuros. Evidentemente, ao priorizar monumentos e lugares históricos associados a acontecimentos específicos, a instituição

efetuava a omissão de outros, operação que não é de modo algum natural e expressa uma visão histórica específica.

Na continuação da aclaração, informava-se aos responsáveis pelo preenchimento da ficha que o item 3 se referia à data em que ocorreu o fato histórico e o item 4 ao nome pelo qual o monumento ou lugar era chamado. Seguiam-se os itens sobre a sua localização; sobre se o bem já havia sido declarado Monumento Nacional ou Provincial, com espaço para o número da Lei e data de sua promulgação; a quem ele pertencia; quem havia promovido a sua comemoração (se Nação, Província, Município, Comissão, etc.); o meio de rememoração (se era monumento, estátua, busto, obelisco, pirâmide, farol, placa, etc.); se era obra de algum artista, com data de inauguração e local exato. O último item da ficha estava reservado a observações, caso fosse necessário mencionar outros dados importantes relacionados ao bem. Todas essas informações sobre a forma de preenchimento da ficha constavam no verso do documento e, no final de 1938, um conjunto com 50 fichas foi remetido a cada um dos delegados locais, como indicam as correspondências trocadas com eles. Como vemos, toda a ficha foi pensada para a recomendação de bens considerados como imbuídos de valor, predominantemente, histórico.

De modo elucidativo, trazemos à baila uma conversa efetuada entre os membros da *Comisión*, em reunião de agosto de 1939, que expõe a questão da construção das suas práticas de trabalho e dos critérios de seleção dos bens. Nela, Levene informou que o Poder Executivo havia remetido ao Congresso os projetos de lei sobre a criação do panteão nacional e sobre a declaração como Monumento Nacional do Convento e Campo de Batalha de San Lorenzo, ambos emitidos pela CNMMYLH. Com isso, ele observava “que se podia dizer que havia triunfado o critério da mesma, da maneira de encarar tais assuntos” (COMISIÓN..., 1940, N. 2, p. 450). Como naquele momento a Lei N. 12.665 ainda não havia sido promulgada, as declaratórias de monumentos tiveram de ser encaminhadas por meio de projetos de lei a serem aprovados pelo Congresso Nacional¹⁰⁵. A fala de Levene, assim, alude à estruturação das práticas de trabalho do organismo que, por estarem ainda em seu estágio inicial, dependiam de anuência superior. Ao serem encaminhadas pelo Poder Executivo ao Congresso, a *Comisión* podia considerar que tanto os critérios empregados na seleção dos bens quanto os procedimentos desenvolvidos por seus membros haviam sido aprovados pelo governo.

¹⁰⁵ Esse foi o caso dos cinco primeiros bens declarados através das leis 12.365/1938, 12.569/1938, 12.621/1939, 12.622/1939 e 12.648/1940. São eles, respectivamente: Colégio Nacional de Monserrat (Manzana Jesuítica), Sede del Congreso de 1880 (Museo Histórico Sarmiento), Pirâmide de los Libres del Sur (en Dolores), Mausoleo de Chascomús e Convento de San Carlos Borromeo - Campo de la Glória (em San Lorenzo).

Com sentido semelhante, logo após a Lei Nº 12.665 ter sido sancionada, em reunião da *Comisión* de 14 de outubro de 1940, Levene informou que o texto legal era o mesmo do anteprojeto formulado por eles. Afirmou que, a partir de então, a *Comisión* dispunha “do instrumento para desenvolver uma grande ação”, pois a lei contemplava os problemas associados aos museus e monumentos e adotava as novas restrições ao domínio dos bens móveis e imóveis de interesse público (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 600). O vogal Benjamin Villegas agregou que a sanção da Lei, tal como havia sido enviada, era algo muito satisfatório para a *Comisión* e Levene observou que a “autoridade técnica” dessa havia triunfado. Assim, a primeira gestão da CNMMyLH, que teve Ricardo Levene como seu presidente, foi um período fundamental para o órgão, no qual se adotaram os critérios que passaram a orientar o trabalho de definição do patrimônio histórico e artístico nacional e foi constituído um conjunto de práticas pensado para se normatizar a proteção de tais bens.

Os valores atribuídos aos monumentos e lugares selecionados pela *Comisión* voltarão a ser discutidos no capítulo 3, mediante a análise dos bens declarados entre 1938 e 1946. Em seguida, exploramos o papel desempenhado por outros importantes agentes do organismo: os delegados locais.

2.2. Os delegados da CNMMyLH nas províncias e territórios nacionais

Em meio à construção das práticas de trabalho do novo organismo, foram também sugeridos nomes para os cargos de delegados nas províncias e territórios. Em razão da extensão de Buenos Aires, decidiu-se determinar delegados por zonas; quanto aos territórios nacionais, resolveu-se nomear como delegados os governadores dessas divisões territoriais (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 223). Vale lembrar que as antigas terras indígenas na Argentina, ocupadas durante as campanhas militares do século XIX, foram incorporadas como “territórios nacionais” em 1884, passando a depender diretamente do governo nacional. Os territórios criados eram nove: Chaco, Formosa, Misiones, La Pampa, Neuquén, Rio Negro, Chubut, Santa Cruz e Terra do Fogo (RUFFINI, 2011)¹⁰⁶. Em 1890 se anexou mais um território, o de Los Andes, cuja vigência esteve limitada pela complexidade de seu espaço e habitantes (FAVARO, 2012). Este território desapareceu em 1943, sendo redistribuído entre as províncias de Salta, Jujuy e Catamarca. A partir da pesquisa realizada nos arquivos institucionais da *Comisión*,

¹⁰⁶ A lei de 1884, definiu que estes territórios poderiam ser declarados províncias quando atingissem mais de 60 mil habitantes. A sua transformação em províncias, contudo, só ocorreu entre 1951 e 1955, com exceção da Terra do Fogo, que recebeu este status em 1990 (RUFFINI, 2011).

localizamos parte da correspondência trocada entre essa e seus delegados locais. Tal documentação nos ajuda a compreender o processo de escolha desses delegados.

Em carta de 20 de setembro de 1938, encaminhada à Hernán Gomez, o presidente da CN agradecia e aceitava a sua proposição de colaborar com ela em assuntos históricos da Província de Corrientes; afirmava também que, em breve, lhe subministraria os materiais necessários para o seu trabalho. Já no dia 29 de novembro do mesmo ano, Levene agradecia a aceitação de Gomez ao cargo de delegado na mencionada província e informava que lhe remetia 50 formulários de fichas para o censo de monumentos e lugares históricos, assim como as instruções correspondentes, destinadas a facilitar a tarefa que “tão gentilmente” havia aceitado desempenhar¹⁰⁷. Em outra carta do mesmo dia, o secretário da *Comisión* informava ao referido delegado que era conveniente que ele começasse o trabalho, tomando para si uma parte da tarefa e que, quando tivesse oportunidade de encontrar-se com o doutor Díaz de Vivar, o convidasse a completá-la.

Justo Díaz de Vivar havia sido designado delegado honorário na província de Corrientes, juntamente com Hernán F. Gomez, para os efeitos de “colaborar na tarefa de levantar o censo de monumentos e lugares históricos, velar pela conservação dos mesmos e demais atividades vinculadas à função que foi encomendada a esta Comissão”. As correspondências enviadas, em 19 de outubro de 1938, a Díaz de Vivar, designando-o para o referido posto¹⁰⁸, ao Presbítero Alfonso Hernandez, como delegado na província de San Juan¹⁰⁹, e a Victor Saa, como delegado honorário na Província de San Luís¹¹⁰, entre outras, nos dão indícios acerca de como foram escolhidos os representantes da instituição nas diferentes províncias e territórios do país. Por meio dessas cartas, que eram iguais em teor, o presidente da *Comisión* manifestava que “conhecendo sua competência nos estudos históricos e tendo em conta sua disposição para colaborar nestas tarefas”, o organismo considerava desde então a sua aceitação.

De modo semelhante se deu a designação do delegado da Província de Jujuy, Horacio Carrillo, em novembro de 1942: sua nomeação se justificaria devido à “reconhecida prática [versación] histórica” do delegado e seus “acreditados sentimentos patrióticos”¹¹¹. Com base nos casos mencionados, podemos dizer que as designações de delegados envolveram um saber reconhecido no domínio da história de suas províncias. Assim como a escolha dos vogais da

¹⁰⁷ ACNMMYLH, pasta “Iglesia de Susques”, 008 Y.

¹⁰⁸ ACNMMYLH, pasta “Casa de los Martínez/ Correspondencia con el Sr. Delegado”, 002 W.

¹⁰⁹ ACNMMYLH, pasta “Correspondencia con el Sr Delegado/Varios”, 005 J.

¹¹⁰ ACNMMYLH, pasta “Correspondencia con el Delegado/Pedidos declaratorias/Varios”, 006 D.

¹¹¹ ACNMMYLH, pasta “Correspondencia con el Sr. Delegado”, 003 Y.

Comisión esteve baseada, sobretudo, no reconhecimento de seu trabalho enquanto historiadores, os delegados também usufruíam de capital cultural e social (BOURDIEU, 1996b, 2004) considerado necessário para o desenvolvimento das tarefas solicitadas pelo órgão de preservação do patrimônio.

É possível que certos delegados já mantivessem relações prévias com os membros da CNMMyLH, como é o caso de Carlos Heras, membro da *Academia Nacional de la Historia* e professor da Universidade de La Plata, nome que foi sugerido por Ricardo Levene para ocupar o cargo de delegado na Província de Buenos Aires (COMISIÓN..., N. 3, 1941, p. 595), e de Francisco Silva, membro da Academia de História de Córdoba e designado delegado nesta província (URIBARREN, 2008). Outro exemplo que encontramos dessas relações prévias é o do delegado de Santiago del Estero, Alfredo Gargaro. Em correspondência que tratava do caso do Convento e Igreja de São Francisco, Gargaro perguntou pela data da última reunião anual da *Academia Nacional de la Historia* – da qual Levene era presidente – para que pudesse assisti-la. Ao despedir-se, deu mais uma prova de seu vínculo com o presidente da *Comisión*, saudando-o como “seu invariável amigo”¹¹². Vale observar ainda que, no caso da carta de designação do delegado do Território de Los Andes – Benjamin Davalos Michel –, não foi mencionado o seu conhecimento sobre a história da região, haja vista que se tratava da pessoa encarregada da governação daquele território e não de um especialista em história¹¹³.

Nos anos posteriores à gestão de Ricardo Levene, percebemos uma continuidade no critério de escolha dos delegados. Por meio de correspondência de 19 de outubro de 1951, encaminhada ao Diretor Geral de Cultura do Ministério de Educação, referente à vacância dos cargos de delegados honorários nas províncias de Córdoba e Jujuy, a *Comisión* propunha para tais postos os nomes de Ricardo Smith, para Córdoba, e Eliseo Peña Sánchez de Bustamante, para Jujuy. Informava que o primeiro era catedrático da Universidade Nacional de Córdoba e o segundo era presidente do Superior Tribunal de Justiça de Jujuy e, por isso, desejava saber se existia algum impedimento para oferecer-lhes os referidos cargos. Em seguida, encontramos uma nota de Eliseo Peña agradecendo o mandato oferecido, que estaria de acordo com sua “decidida vocação histórica”¹¹⁴. Através de outra carta, verificamos que o nome de Peña para o mencionado cargo foi indicado pelo Delegado da *Comisión* em Salta, Miguel Angel Vergara,

¹¹² ACNMMMLH, pasta “Templo de San Francisco”, 009 G.

¹¹³ Carta do dia 19 de outubro de 1938. Por meio desta, o delegado era convocado, em caráter honorário, “a colaborar na tarefa de levantar o censo de monumentos e lugares históricos, velar pela conservação dos mesmos e demais atividades vinculadas à função que foi encomendada a esta Comisión”. ACNMMMyLH, pasta “Iglesia de Susques”, 008 Y.

¹¹⁴ ACNMMMyLH, pasta “Correspondencia con el Sr. Delegado, 003 Y.

conforme consulta solicitada pelo órgão. Vergara informava que o Doutor Eliseo Peña possuía “um cultivado espírito amante da cultura, da tradição e de toda a história de Jujuy”, encontrando-se nele todas as qualidades para que representasse “dignamente” a instituição. Assim, o saber reconhecido sobre a história das províncias e a recomendação de nomes feita por algum dos agentes da instituição parecem ter se mantido como critérios para a designação de novos delegados.

Quadro 3: Delegados da CNMMYLH por Província/T. Nacional entre 1938-1947

Prov./ T. N.	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
Buenos Aires	-	Carlos Heras/ Francisco L. Romay (por Chascomús e Dolores)	Enrique Udaondo/ Francisco L. Romay (por Chascomús e Dolores)	Francisco L. Romay (por Chascomús e Dolores)	Ano em que a <i>Comisión</i> é dissolvida	Dr. Bartolomé J. Ronco (região centro e oeste); Dr. Enrique Barba (La Plata)			
Catamarca	Presbítero Alfonso de la Vega	Presbítero Alfonso de la Vega	Eng. C. Sánchez Oviedo	Eng. C. Sánchez Oviedo	Eng. C. Sánchez Oviedo	Eng. C. Sánchez Oviedo	Presbítero Ramón Rosa Olmos	-	Frei Salvador Narváez
Chaco	Dr. Gustavo Rodolfo Lagerheim	Gov. Gustavo Rodolfo Lagerheim	Gov. Dr. Florencio Solari	Gov. Cel. Alberto J. Castro	-	Gov. Major Carlos Martínez	Gov. Major Carlos Martínez	-	Dr. Antenor Farías
Chubut	Gov. José Manuel Baños	Gov. José Manuel Baños	Gov. José Manuel Baños	Gov. Cap. Frag. Gregorio Báez	-	Raúl Riobó			
Córdoba	Dr. Francisco V. Silva	Dr. Francisco V. Silva	Dr. Francisco V. Silva	Dr. Francisco V. Silva	Dr. Francisco V. Silva	Dr. Francisco V. Silva	Dr. Francisco V. Silva	-	Luis Roberto Altamira
Corrientes	Dr. Hernán F. Gómez e Dr. Justo Díaz de Vivar	Dr. Hernán F. Gómez e Dr. Justo Díaz de Vivar	Dr. Hernán F. Gómez	Dr. Hernán F. Gómez	Dr. Hernán F. Gómez	Francisco L. Manzi	Francisco L. Manzi	-	Francisco L. Manzi
Entre Ríos	Dr. César Pérez Colman	Dr. César Pérez Colman	Dr. César Pérez Colman	Dr. César Pérez Colman	Dr. César Pérez Colman	Dr. César Pérez Colman	Dr. César Pérez Colman	-	Dr. César Pérez Colman
Formosa	Gov. Tte. Cel. Federico Zambianchi	Gov. Tte. Cel. Federico Zambianchi	Gov. Tte. Cel. Federico Zambianchi	Gov. Cel. Conrado Sztyrle	-	Rolando Hertelendi			
Jujuy	-	-	-	Dr. Horacio Carrillo	Dr. Horacio Carrillo	Dr. Horacio Carrillo	Dr. Horacio Carrillo	-	Dr. Jorge Villafañe
La Pampa	Gov. Gal. de Brigada Miguel Duval	Gov. Gal. de Brigada Miguel Duval	Gov. Gal. de Brigada Miguel Duval	Gov. Gal. de Brigada Miguel Duval	Gov. Gal. de Brigada Miguel Duval	Gov. Gal. de Brigada Miguel Duval	Gov. Gal. de Brigada Miguel Duval	-	Dr. Juan L. Páez

La Rioja	-	-	Dr. Dardo de la Vega Díaz	-	Dr. Dardo de la Vega Díaz				
Los Andes	Gov. encarreg. B. Dávalos Michel	Dr. B. Dávalos Michel	Gov. Dr. B. Dávalos Michel	-	-	-	-	-	-
Mendoza	F. Morales Guinazú e A. Ordoñez Riera	F. Morales Guinazú e A. Ordoñez Riera	F. Morales Guinazú	-	F. Morales Guinazú				
Misiones	Luis Cirilo Romaña	Gov. Luis Cirilo Romaña	Gov. Esteban Gervasio Semilla	Gov. Eng. Eduardo N. Otaño	-	Aparicio P. Almeida			
Neuquén	Gov. Cel. Enrique Pilotto	Gov. Cel. Enrique Pilotto	Gov. Cel. Enrique Pilotto	Gov. Cel. Bartolomé A. Peri	-	Emilio Belenguer			
Rio Negro	Gov. Eng. Adalberto Pagano	Gov. Eng. Adalberto Pagano	Gov. Eng. Adalberto Pagano	Gov. Cel. Rodolfo N. Lebrero	-	Ing. Miguel Montenegro			
Salta	Gen. Ricardo Solá e Monseñor Miguel A. Vergara	Gen. Ricardo Solá e Monseñor Miguel A. Vergara	Gen. Ricardo Solá	-	Gen. Ricardo Solá				
San Juan	Presbítero Alfonso Hernández	Presbítero Alfonso Hernández	Presbítero Alfonso Hernández	Presbítero Alfonso Hernández	Presbítero Alfonso Hernández	Presbítero Alfonso Hernández	Presbítero Alfonso Hernández	-	Eng. Augusto Landa
San Luis	Víctor Sáa	Víctor Sáa	Víctor Sáa	Víctor Sáa	Víctor Sáa	Víctor Sáa	Víctor Sáa	-	Dr. Juan Sáa
Santa Cruz	Gov. Tte. Nav. Manuel Gregores	Gov. Tte. Nav. Manuel Gregores	Gov. Tte. Nav. Manuel Gregores	Gov. Tte. Nav. Manuel Gregores	Gov. Tte. Nav. Manuel Gregores	Gov. Tte. Nav. Manuel Gregores	Gov. Tte. Nav. Manuel Gregores	-	Cel. Rafael Lascalea
Santa Fe	Dr. Salvador Dana Montaña	Dr. Salvador Dana Montaña	Dr. Salvador Dana Montaña	Dr. Salvador Dana Montaña	Dr. Salvador Dana Montaña	Dr. Salvador Dana Montaña	Dr. Salvador Dana Montaña	-	José Carmelo Busaniche
Santiago del Estero	Dr. Alfredo Gargaro	Dr. Alfredo Gargaro	Dr. Alfredo Gargaro	Dr. Alfredo Gargaro	Dr. Alfredo Gargaro	Dr. Alfredo Gargaro	Dr. Alfredo Gargaro	-	Orestes di Lullo
Tierra del Fuego	Gov. Cap. Frag. Gregorio Báez	Gov. Cap. Frag. Gregorio Báez	Gov. Cap. Frag. Gregorio Báez	-	-	-	-	-	Gov. Cap. de Navio Mario Sánchez Negrete
Tucumán	Dr. Lizondo Borda	Dr. Lizondo Borda	Dr. Lizondo Borda	Dr. Lizondo Borda	Dr. Lizondo Borda	Dr. Lizondo Borda	Dr. Lizondo Borda	-	Dr. Lizondo Borda

Fonte: Elaborada pela autora a partir da listagem de delegados publicada no início de cada boletim da CNMMYLH, números 1-10¹¹⁵.

¹¹⁵ A partir de 1948, a relação de delegados deixou de constar nas páginas iniciais dos boletins, assim como foram suprimidas as atas de reuniões do órgão, motivo pelo qual não pudemos complementar a lista até 1955, ano final do período abarcado pela tese. Entretanto, por meio das comunicações transcritas na Seção Monumentos e Lugares Históricos do referido periódico, foi possível perceber que os delegados seguiram assessorando a *Comisión*. Um

A relação de delegados da CNMMyLH designados nas províncias e territórios nacionais nos permite observar a permanência e a substituição dos delegados ao longo dos anos, sendo que muitos deles se mantiveram no posto durante toda a primeira gestão do órgão. Os títulos a frente de seus nomes também indicam que uma parte considerável dos delegados se tratava de engenheiros e doutores diplomados, enquanto os governadores dos territórios que ocuparam a função eram, em sua maioria, procedentes do Exército e da Marinha argentina. Seus títulos como tenentes, coronéis, generais de brigada e capitães de fragata denotam o alcance das Forças Armadas nas administrações da Concordância, aliança que chegou ao poder justamente por meio do acordo com os militares. Entre os nomes de delegados, apareceram ainda alguns religiosos, indivíduos que podemos abranger na categoria de “produtores/mediadores culturais” ou até mesmo na de “intelectuais de província”. Martínez (2013) explica que o intelectual de província é aquele que, em seu espaço, ocupa uma posição análoga a de um intelectual da capital, ainda que subordinada se olharmos a relação de um espaço com o outro. Ele aparece circunscrito a uma delimitação política estatal específica e que pode ser “o centro de uma rede mais ampla da qual fazem parte povoados e cidades menores” (2013, p. 173). Já a categoria de “mediadores culturais” aparece no campo da cultura em um lugar subordinado ao que normalmente chamamos “intelectuais”, ainda que não se possa dizer taxativamente que um determinado agente seja um produtor ou somente um reproduzidor de bens culturais. Tais figuras, muitas vezes, pertencem simultaneamente a outro campo que não o intelectual, como o religioso, o jornalístico, o docente, etc. (MARTÍNEZ, 2013).

Os informes dos delegados para o censo de monumentos e lugares históricos começaram a ser recebidos já em 1939. Segundo a ata de sessão do dia 10 de abril desse ano, o delegado de Mendoza enviara uma lista de lugares históricos daquela província, além de solicitar o pagamento da despesa que tivera com fotógrafo durante a realização da tarefa (COMISIÓN..., 1940, N. 2, p. 421). Nos meses seguintes, o organismo também recebeu fichas dos delegados de Santiago del Estero (Alfredo Gargaro), Tucumán (M. Lizondo Borda), Salta (Ricardo Solá), novamente de Mendoza (F. Morales Guiñazú) e da Capital Federal (Mario. J. Buschiazzo), o que levou os vogais a discutirem sobre a maneira como foram elaborados os informes (COMISIÓN..., 1940, N. 2, p. 434-435). Na ata do dia 24 de julho do mesmo ano, verificamos que haviam chegado novas fichas dos delegados da Catamarca, Santa Cruz e Capital Federal (1940, N. 2, p. 443).

exemplo é o delegado de Tucumán, Manuel Lizondo Borda, que assinou um informe no final de 1949 (COMISIÓN..., 1952, N. 12, p. 258).

Esses informes continuaram sendo recebidos nos anos subsequentes, porém o maior volume se concentrou entre os anos de 1939 e 1941. Na sessão do dia 17 de junho de 1940, o vogal Cel. Gallo (quem ocupou o lugar de Félix Best na *Comisión*) informou sobre o censo de monumentos históricos do país, tarefa que lhe havia sido encomendada. Gallo observou que nem todos os delegados de províncias haviam enviado as fichas e que muitas das recebidas precisavam ser depuradas (COMISIÓN..., 1941, p. 560-561). Nesse sentido, pudemos encontrar uma correspondência datada de 12 de julho de 1940, na qual a *Comisión* solicitava aos delegados Hernán Gómez¹¹⁶ (província de Corrientes), Presbítero Alfonso Hernández¹¹⁷ (província de San Juan) e Victor Saa¹¹⁸ (província de São Luís) “o imediato envio das fichas referentes a monumentos e lugares históricos” de suas áreas de competência. Informava ainda que, “como a maioria dos senhores delegados já haviam concluído essa tarefa”, se encontrava “em execução o mapa geral de monumentos e lugares históricos do país”, por isso rogava aos destinatários que concluíssem o quanto antes a tarefa encomendada.

No ano seguinte, em abril de 1941, o vogal Gallo relatou novamente dificuldades na realização do inventário de monumentos e lugares históricos, destacando que a tarefa dependia da qualidade das fichas enviadas pelos delegados das províncias. Segundo o vogal, muitas delas não vinham acompanhadas da fotografia correspondente e dos dados mais indispensáveis, expondo alguns casos. O delegado de Catamarca, por exemplo, trazia como única referência para justificar o caráter de monumento da Catedral daquela localidade o fato de que nela o Frei Mamerto Esquiú havia pronunciado um famoso sermão. Informava ainda que para a determinação dos lugares históricos do interior era necessário o conhecimento da história provincial em todos os seus pormenores, o que tornava a tarefa longa e difícil. Solicitou, por fim, que se pedissem as fotografias produzidas pelos delegados, uma vez que também estavam preparando um número especial do Boletim, dedicado aos monumentos provinciais (COMISIÓN..., 1942, N. 4, p. 679-680).

Na mesma sessão, de abril de 1941, foi aprovado pelos vogais presentes o projeto de Regulamento Interno da CNMMYLH – elaborado por Levene, Ravnani e Campos Urquiza – , cujo artigo 8º determinava sobre os delegados do organismo. Conforme o teor do texto, a *Comisión* teria em cada uma das províncias ou territórios nacionais um ou mais delegados que exerceriam sua representação e deveriam cumprir algumas funções, como encaminhar um levantamento de monumentos e lugares históricos, manter arquivo com todas as comunicações

¹¹⁶ ACNMMYLH, pasta “Casa de los Martínez/ Correspondencia con el Sr. Delegado”, 002 W.

¹¹⁷ ACNMMYLH, pasta “Correspondencia con el Sr Delegado/Varios”, 005 J.

¹¹⁸ ACNMMYLH, pasta “Correspondencia con el Delegado/Pedidos declaratorias/Varios”, 006 D.

recebidas e livro copiador de todas as notas e informes encaminhados, e promover a formação de sociedades ou patronatos para a cultura histórica com prévia aprovação da *Comisión* (1942, N. 4, p. 683). O mencionado artigo estabelecia ainda que, no caso de os delegados não responderem às solicitações do organismo, seriam substituídos. Em relação ao delegado de Catamarca, cujas fichas vieram incompletas de acordo com o relato de Gallo, verificamos que, no boletim do ano seguinte, um novo delegado foi designado para a localidade. As designações e substituições de delegados continuaram ocorrendo nos anos posteriores por motivos diversos (renúncias ao cargo por terem muitas atividades, por mudança de residência, por doença, etc.), tanto para as províncias quanto para os territórios nacionais, mas muitos deles se mantiveram no cargo, conforme visto no Quadro 3 acima.

Por meio da correspondência trocada com o delegado Benjamin Davalos Michel – encarregado do governo do Território Nacional de Los Andes – verificamos que, em julho de 1939, esse enviou um informe à *Comisión* com três fichas de monumentos e lugares históricos existentes naquele território, além de antecedentes dos mesmos bens, conforme a missão encomendada pela instituição. Para nossa felicidade, e por ser uma prática incomum, essas três fichas foram arquivadas junto da correspondência – caso único entre a documentação consultada no arquivo da instituição. Elas se referem aos seguintes bens: 1) Igreja de Susques, 2) “Água Colorada” e 3) Ruínas de Incahuasi¹¹⁹. Dos três, apenas o lugar “Água colorada” não foi incluído na lista para ser declarado como Lugar Histórico.

Tal como o vogal Gallo havia se queixado a respeito da qualidade do preenchimento das fichas, pudemos constatar que aquela referente às Ruínas de Incahuasi foi redigida de forma bastante incompleta, faltando a maioria das informações, entre elas “Acontecimento Histórico” e “Data”. No caso da ficha do lugar “Água Colorada”, o acontecimento ao qual esse estava vinculado era a “invasão e combate das forças do *montonero* Felipe Varela”, ocorrida na “segunda quinzena do mês de outubro de 1867”. Chama a atenção uma folha anexada à ficha, intitulada “Informação referente à perseguição de Montonero Felipe Varela”, na qual se expunham dados coletados com um morador, e assinada por ele, que informava ter visto as tropas de Felipe Varela quando criança, em 1867. Muito provavelmente, por se tratar de um relato oral, sem documentação que comprovasse o fato, a Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos resolveu não incorporar o espaço proposto à lista de lugares a serem declarados. Além disso, podemos supor que o fato histórico em questão não foi considerado suficientemente relevante pela *Comisión* para ser convertido em patrimônio nacional.

¹¹⁹ ACNMMYLH, pasta “Iglesia de Susques”, 008 Y.

Alguns anos mais tarde, em nota de 16 de fevereiro de 1943, Levene compartilhava com o mencionado delegado a lista de monumentos e lugares históricos situados naquele território, que, oportunamente, seria enviada ao Poder Executivo com o pedido de declaração. Para tanto, rogava a Benjamin Dávalos que informasse se esses lugares poderiam ser sinalizados de forma precisa, enviando-lhes os dados convenientes. Pedia ainda que o delegado propusesse o pedido de declaração de “outros” monumentos e lugares de “verdadeira hierarquia histórica, que a seu juízo possam ser incluídos na nômima definitiva que se elevaria ao Poder Executivo”¹²⁰. Em 15 de junho do mesmo ano, a *Comisión* lhe encaminhava nova nota com o projeto dos bens daquele território a serem declarados e solicitava que o delegado respondesse se estava de acordo com o projeto e se havia ampliações por fazer, “tendo em conta o critério rigorosamente histórico que havia adotado esta *Comisión Nacional*”.

A lista dos bens do Território de Los Andes manteve-se bastante enxuta, formada apenas pela Igreja de Susques (atualmente localizada na Província de Jujuy) e pelas Ruínas de Incahuasi (hoje pertencentes à Província de Catamarca), o que pode explicar a preocupação da *Comisión* no sentido de ampliar esta nômima. Averiguamos que o trabalho do ano de 1943 foi dedicado, especialmente, às declaratórias de Monumentos e Lugares Históricos situados nos territórios nacionais. Foram declarados 12 lugares no T. N. de Neuquén, 4 lugares no T. N. de Santa Cruz, 6 lugares no T. N. de La Pampa, 1 monumento e 10 lugares no T. N. de Misiones, 4 lugares no T. N. do Chaco, 4 lugares no T. N. de Rio Negro, 1 lugar no T. N. da Terra do Fogo, além dos dois monumentos acima mencionados – Igreja de Susques e Ruínas de Incahuasi –, antes pertencentes ao Território de Los Andes, totalizando 44 bens (COMISIÓN..., N. 6, 1944, p. 12-14). O quadro abaixo mostra a distribuição dos bens declarados ao longo de todo o território argentino durante a primeira gestão da CNMMYLH:

Quadro 4: Bens declarados por Província/T. Nacional entre 1938-1946

Província/T. N.	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	Total
Buenos Aires		2		1	12	2	1	3	3	24
Catamarca				5		1			1	7
Chaco						4				4
Cidade de B. Aires	1				22	2		2	78	105
Córdoba	1		1	15			1	1	3	22
Corrientes					11			2	6	19
Entre Rios					6				3	9

¹²⁰ ACNMMYLH, pasta “Iglesia de Susques”, 008 Y.

Jujuy				11		1				12
La Pampa						6			1	7
La Rioja					1				4	5
Mendoza				6	1			1	6	14
Misiones						10		1		11
Neuquén						12				12
Rio Negro						4				4
Salta				9	2	2	2	2	6	23
San Juan				4					4	8
San Luis				3						3
Santa Cruz						4				4
Santa Fé			1		10		1		10	22
Santiago del Estero					7				1	8
Terra do Fogo						1				1
Tucumán				7			1		3	11
Total Geral	2	2	2	61	72	49	6	12	129	335

Fonte: Elaborada pela autora com base nos de decretos de declaratórias.

A título de comparação, na capital federal e nas províncias também foram declarados novos monumentos e lugares históricos durante o ano de 1943, mas em menor número, apenas em caráter complementar à lista já existente, totalizando outros 7 bens. Ainda que algumas províncias e territórios tenham tido um número menor de bens declarados – como é o caso do Chaco, de Rio Negro, de São Luís, de Santa Cruz e da Terra do Fogo –, o quadro nos permite constatar a ocorrência de monumentos e lugares históricos em toda a extensão do país, sendo que os únicos dois territórios nacionais não contemplados no período analisado foram Chubut e Formosa, ainda que a *Comisión* tenha designado os governadores destas unidades da República como seus delegados.

O interesse em ampliar a lista de bens referente ao Território de Los Andes, bem como em declarar monumentos e lugares históricos em, praticamente, todas as províncias e territórios, pode ser compreendido quando consideramos a recente incorporação de alguns desses territórios ao traçado nacional. O caso de Susques é um exemplo disso, já que, até o final do século XIX, a região havia formado parte da Bolívia e, depois, do Chile. Somente no ano de 1900 essa área foi incorporada à Argentina, como parte da recém-criada Governação de Los Andes, tal qual ocorreu com parte da Puna do Atacama¹²¹. O mesmo acontecia em relação às

¹²¹ A Governação ou Território de Los Andes estava conformada pelos departamentos de Susques, Pastos Grandes, Antofogasta de la Sierra e San Antonio de los Cobres – este último incorporado em 1902 para servir de capital do novo território. Diferentemente do que ocorreu com o resto dos territórios nacionais, que se transformaram em províncias, Los Andes foi dissolvido em 1943 e seus departamentos foram repartidos entre as províncias vizinhas. O de Susques passou a integrar a Província de Jujuy, o de San Antonio de los Cobres e Pastos Grandes passou a

terras incorporadas ao território nacional após as campanhas de ocupação do “deserto”, como mencionamos mais acima. A anexação de tais áreas tornou necessária a implementação de políticas por parte do Estado que visavam a uma efetiva incorporação da população (TOMASI, 2012).

Por volta de 1940, o mapa da Argentina podia ser dividido em duas partes, cada uma com quase metade da superfície total do país: havia 14 províncias autônomas constituídas com autoridades próprias e representação no governo nacional, de acordo com o sistema federal, e 10 Territórios Nacionais, dependentes do governo central, considerados como “entes geográficos administrativos” (MASOTTA, 2001). Como parte do processo de construção da nação, os habitantes de toda a extensão do país precisavam ser transformados em cidadãos argentinos. Tal qual ressaltou Favaro (2012), o Estado, enquanto instância de dominação social, monopoliza normas dentro de um espaço para criar identidade e impor ordem. Porém, a tentativa de unificação territorial não faz desaparecer as diferenças regionais. De acordo com a autora, “o Estado no capitalismo postula a cidadania como seu fundamento principal, pelo qual todos os habitantes são iguais no território e tem os mesmos direitos”, mas essa não foi a situação dos habitantes territorianos da Argentina, que não obtiveram a igualdade de direitos cidadãos no amplo espaço nacional (2012, p. 9).

Além da questão dos novos territórios, é importante considerar que a Argentina experimentou um longo e violento processo de organização nacional, repleto de conflitos entre os grupos dominantes das principais áreas do seu território inicial. As tradicionais 14 províncias introduziram tensões e fraturas territoriais na construção do Estado argentino, processo que levou tempo para ser minimamente superado, pois as elites bonaerenses e as do litoral se enfrentaram e dividiram o espaço nacional. Fora da área central, as elites foram se constituindo vinculadas em maior ou menor grau com suas províncias vizinhas, em uma situação dominante ou subordinada em relação às províncias próximas e à área central. A consolidação do Estado teve como chave a relação entre o governo e as burguesias provinciais, em um complicado processo de unificação econômica e política, para concretizar a formação de uma economia nacional (FAVARO, 2012). Essa extensa trajetória de desacordos entre as províncias argentinas também parece ter exigido do Estado um esforço de coesão nacional.

Ainda conforme Favaro (2012), diferente de outros países, na Argentina o avanço da fronteira se deu lentamente em função de uma modalidade que marcou todo o curso da

fazer parte da Província de Salta e o departamento de Antofogasta de la Sierra foi incorporado à Catamarca (TOMASI, 2012).

ocupação: a ausência de uma ideia força, consequência da falta de uma pressão populacional, gerando, por sua vez, a adoção de uma atitude de apropriação especulativa das novas terras, orientadas geralmente à criação de gado ou à exploração de minerais. O Estado era quem assumia, quase exclusivamente, a tarefa de criar as condições de ocupação, frente à falta de impulso inicial dos setores mais dinâmicos da sociedade. Aos poucos, tais espaços foram sendo integrados ao mercado nacional a partir da presença do próprio Estado, que ampliou algumas atividades e produtos para o consumo interno da escassa população existente, exceto aqueles que interessavam à instância central, como o petróleo do Território de Chubut e Neuquén ou a fruticultura do Rio Negro. Nas palavras de Favaro:

Las clases en los espacios de referencia tuvieron, en general, un origen popular, con importante presencia de inmigrantes, permanencia de población nativa – cada vez más excluida y relegada a áreas poco productivas – que se fue incorporando a las obras concretadas por parte de la instancia central, por las inversiones extranjeras en la explotación de recursos mineros y naturales y por los intereses en la instalación de empresas. Se conformaron burguesías [...] cuyo poder económico se remontaba mayoritariamente al momento de la ocupación, aunque ese poder se ampliaría y consolidaría partir de los años sesenta con el control de los nuevos estados provinciales; con el predominio – a veces con alternancia – de expresiones locales de los partidos nacionales (FAVARO, 2012, p. 17).

Sobretudo, com a nova configuração econômica mundial que se abriu nos anos 1930, o governo argentino passou a promover uma integração territorial que fosse capaz de gerar novos mercados. Conforme Ballent e Gorelik (2001), a crise de 1930 foi lida pelos atores técnicos e políticos como um sintoma que revelava a necessidade de uma maior intervenção do Estado na economia. Em relação ao território, essas questões se traduziram em um incremento das obras públicas, especialmente marcado pela construção de uma rede de estradas e pela modernização das condições da vida rural. Além disso, a substituição de importações obrigou o Estado a realizar obras vinculadas à produção industrial e energética. Segundo os autores citados, “o lema do momento era ‘modernizar o campo’ e ‘urbanizar o país’, em outras palavras, construir um território coeso e homogêneo sobre a base de nova infraestrutura e de novo equipamento” (2001, p. 151). A política cultural de declaração de edifícios e lugares situados em toda a extensão do país, portanto, se associava a um projeto maior do governo que, empenhado em “fazer” a nação (HOBBSAWM, 1988), voltava-se para a promoção da unidade territorial, econômica e também simbólica. A presença de agentes da esfera federal nos territórios nacionais surgia como mais uma forma de contato com esses habitantes, contribuindo para a sua integração como cidadãos argentinos.

Retomando os trabalhos da *Comisión*, a declaratória da Igreja de Susques envolveu ainda uma correspondência com outros agentes do patrimônio cultural, para além do delegado daquele território. Em nota destinada ao presidente da CNMMYLH, de 6 julho de 1942, Eduardo Casanova, Chefe da Seção de Arqueologia do *Museo Argentino de Ciencias Naturales “Bernardino Rivadavia”*, informava ter recebido uma carta assinada por várias pessoas do departamento de Susques (então Território de Los Andes), as quais conheceu durante suas viagens pela região da Puna:

Son nativos auténticos, descendientes de los antiguos pobladores indígenas e hijos o parientes cercanos de los que fueron estudiados por Boman en su conocida obra. No entiendo claramente que es lo que desean, aunque creo que tratan de ofrecer sus servicios en cuanto a proporcionar informes, que deben suponer necesarios para la declaración de su Iglesia como monumento nacional; en ellos la fe es muy viva y frecuentemente, como en otros lugares de la Puna, el sostenimiento y refacciones de la iglesia corren por su cuenta. Por si pudiera ser útil le envío la nota que me han mandado junto con la carta dirigida a Ud.; quizá fuera interesante recabar los documentos que tienen, dado que, como bien lo sabe el señor Presidente, se encuentran a veces, datos interesantes en esos antiguos papeles¹²².

Consta também, junto desta documentação, a carta que os referidos moradores enviaram à Eduardo Casanova, sendo essa assinada e certificada por um delegado com carimbo do Ministério do Interior. Nela, rogam que o arqueólogo faça chegar suas mensagens à CNMMYLH:

Los que suscribimos tenemos el alto honor de dirigirnos ante Ud. para solicitarle por su digno intermedio nos dé una manita a nosotros pobreres (sic) parias olvidados de los Gobiernos y necesitados de los hombres bien intencionados que nos presten apoyo en quienes podemos confiarnos una persona única que tenemos en Ud. le somos deudores de muchos servicios. Ahora queremos significarle a Ud. que habiendo sido informado en un periódico Titulado “La Provincia”, periódico (salteño) de fecha 28 de mayo último, en la que se publica en dicho periódico un artículo titulado “La Iglesia de Susques seria declarada pronto Monumento Nacional. En atención de la misma creemos ser nosotros los en este acto para poder dar informes e datos evidentes desde la creación de la Iglesia, tenemos informaciones he documentos que nos acrediten en nuestro poder, somos sucesores de los mismos fundadores de este Templo en cuestión. Rogamos Sr. Dr. que mucho estimaremos nos dé una manito ante la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos, que también nos dirigimos a esa dependencia por separado dirigido al Dr. Levene, como asi mismo rogamos de Ud. si le fuera pocibles haga presente estos antecedentes que adjuntamos. Confiado en Ud. nos honramos en dirigirle la presente y también adjuntamos una copia de un inventario que obra en nuestro poder desde el año 1887 y barios (sic) documentos que también podemos remetérselos con mucho gusto. Tenemos muchos objetos que creemos ser interesantes a esa dependencia.

¹²² ACNMMYLH, pasta “Iglesia de Susques”, 008 Y.

Como vemos, os moradores do povoado de Susques, ao saberem que a sua igreja era objeto de interesse do governo e que seria elevada à Monumento Nacional, solicitaram que o arqueólogo lhes desse “uma mãozinha”, enquanto “pobres párias” esquecidos dos governos. Buscando o significado da palavra “pária” no Dicionário da Língua Espanhola, encontramos o seguinte: “Pessoa excluída das vantagens que gozam as demais, e inclusive de seu trato, por ser considerada inferior”¹²³. Essa definição do termo é importante porque remete diretamente ao problema-chave que enfrentavam os habitantes dos Territórios Nacionais. Excluídos do direito de participação no sistema político nacional, a única instância formal de representação dos territorianos se dava no nível municipal. Através de sucessivas campanhas militares, essas terras incorporadas foram organizadas como entidades jurídicas que, diferentemente das províncias históricas, constituíam meras divisões administrativas, carentes de autonomia e com direta dependência do poder central. Com a materialização deste marco jurídico, o governo buscou alcançar dois objetivos essenciais: por um lado, integrar a população dispersa em centros urbanos, onde pudessem exercitar a participação política nos municípios e, gradualmente, integrar-se às instituições da República; por outro, impulsionar o “progresso e a civilização” com as modificações aportadas ao meio geográfico, o fomento da imigração e o investimento público, em definitivo, a geração de bases sociais e materiais que sustentariam as futuras províncias. Enquanto isso, “a designação das autoridades constituía um atributo exclusivo do poder central, que enviava os governadores, nomeava os juízes, policiais, empregados públicos; arrecadava os impostos e ditava todas as leis” (BUCCIARELLI, 2012, p. 23). Ainda no que concerne aos direitos políticos, a limitação às capacidades eleitorais dos habitantes se justificava pelo grau de “incapacidade” e “minoridade” que lhes era atribuída pelo único fato de viverem fora da jurisdição da capital federal ou das tradicionais quatorze províncias (2012, p. 23).

É interessante notar também que estes moradores se apresentaram como os “sucessores” dos fundadores da igreja e detentores das informações a respeito da história do templo. Em outras palavras, pareciam querer dizer que, em caso de a Igreja ser declarada Monumento Nacional, eram eles quem deveriam ser consultados. A requisição dos referidos moradores de Susques pode ser melhor entendida através da carta que dirigiram a Levene. Nesta, eles afirmaram que, segundo a matéria de jornal mencionada, se solicitava ao Pároco

¹²³ Conforme *Diccionario de la lengua española – Real Academia Española*. Consultado em: <http://dle.rae.es/?id=Rvr23Qu>. Acesso em 13 de dezembro de 2017.

Capelão do Território “a emissão de dados sobre a Igreja de Susques”. Tendo isso em vista, expuseram:

[...] creemos también de interés para nosotros como sucesores de los antecesores he (sic) fundadores de este pueblo, que como también obran en nuestro poder algunos documentos que acrediten que la custodia se encuentra bajo dependencia de los sacristanes o Fabriquero, esto se ejerce desde su creación he actualmente análoga desde su creación de la Iglesia fue en el año 1598.

Actualmente se ejerce por sucesión desde los bisabuelos a abuelos de padres a nietos, como actualmente se encuentran en ejercicio a cargo de esta Iglesia, con apoyo del vecindario de esta misma, son los señores Primitivo Vilte y Ramón Vilte, el primero de los nombrados es sucesor de don Santiago Vilte, el Sr. Santiago Vilte fue sucesor del Sr. José Clemente Vásquez, este último sucedió el cargo de Fabriquero al yerno Sr. Vilte. Por estas mismas razones ofrecemos acumular barios (sic) documentos he informes que obran en nuestro poder como sucesores de estos antecesores que descendimos de los mismos, estamos dispuestos en servirlos si les fuéramos útiles, podemos mandar algunos datos o informes y copias de algunas documentaciones que mencionamos referentes de muchos años atrás desde nuestros fundadores primeros.

Na missiva, fica clara a razão de quererem “servir” à CNMMYLH com “dados”, “informes” e “cópias de documentações”, afinal, ao longo de muitas gerações, eram eles que haviam trabalhado para manter a Igreja, enquanto sacristães ou “fabriqueros”. Ainda segundo o Dicionário da Língua Espanhola, “fabriquero” é o encarregado, nas igrejas, “da custódia e do investimento dos fundos dedicados aos edifícios e aos utensílios e panos do culto”¹²⁴. Observamos também uma preocupação por parte desses moradores e “fabriqueros” em comprovar, por meio de documentos, que eram eles mesmos os descendentes dos fundadores do povoado, o que lhes garantia autoridade para falar sobre o tema e oferecer subsídios à CNMMYLH a fim de embasar a declaratória da igreja como Monumento. Parece ser esse o motivo do envio, em anexo à carta, da cópia de um inventário de 1887, no qual são descritas as características da igreja e dos objetos sagrados, bem como da casa paroquial, que se encontrava em mal estado de conservação, e do panteão católico àquela época. Entendemos, assim, que o que buscavam esses sujeitos do território de Susques era reconhecimento. Enquanto atores que lutavam “para quebrar a exclusão da cidadania plena” (BUCCIARELLI, 2012, p. 27), os territorianos de Susques parecem ter visto na declaratória da sua igreja local uma oportunidade de estabelecer vínculos com atores situados nas esferas do poder central, considerando que as

¹²⁴ Conforme *Diccionario de la lengua española – Real Academia Española*. Consultado em: <http://dle.rae.es/?id=HRy27I>. Acesso em 13 de dezembro de 2017.

limitações no exercício das capacidades eleitorais não impossibilitaram aos grupos a busca de modalidades próprias de representação e influência política (2012)¹²⁵.

Tais manifestações, por outro lado, nos permitem observar o valor que encerravam certos bens culturais locais, como a Igreja de Susques, para diferentes setores da população, muito aquém dos valores atribuídos pelo governo e seus agentes. Mostram que a ideia de patrimônio ou de “Monumento Nacional” podia ser perfeitamente assimilada pela comunidade local, ou, até mesmo, melhor assimilada, pois foram os referidos moradores que, desde longa data e muito antes da instituição do órgão federal de proteção do patrimônio pelo Estado, souberam conservar o templo e seus objetos sagrados. Finalmente, a documentação proveniente da localidade de Susques revela também a capilaridade das ações da CNMMyLH, que então eram difundidas via jornais.

Em resposta à Eduardo Casanova, Ricardo Levene agradeceu-lhe pela nota e também pelo envio da comunicação dos moradores de Susques. O presidente da *Comisión* lhe informou que a Capela havia sido incluída na lista de edifícios então encaminhada ao Poder Executivo para serem declarados Monumentos Históricos. Destacou ainda que o “inventário” enviado pelo grupo seria incorporado aos arquivos da *Comisión*; agradeceu o envio e pediu que essa comunicação fosse transmitida aos moradores que assinaram a carta. Não manifestou, contudo, maior interesse na documentação oferecida pelos sacristães do templo. Analisando a resenha da igreja em questão, publicada no decreto que a declara Monumento Histórico Nacional (Decreto 16.482/1943) e deferida pela *Comisión* na sessão do dia 06 de julho de 1942 – junto dos bens de Los Andes, Chaco e Misiones (COMISIÓN..., 1943, N. 5, p. 517) –, verificamos que ela foi aprovada na mesma data em que a carta de Eduardo Casanova, contendo a correspondência de Susques, foi enviada a Levene. Isso quer dizer que a documentação recebida não chegou a ser considerada pelos membros do organismo no momento da inclusão da igreja na lista de bens e tampouco suscitou alterações ou retificações. O teor da resenha que se fez constar no Decreto 16.482/1943 é o seguinte:

Esta capilla existente en el pueblo de Susques, cabecera del Departamento del mismo nombre, fue construida, según la tradición, por los padres jesuitas de la zona, hacia principios del siglo XVIII. Se venera en ella la Virgen de Belén, patrona de Susques, cuya imagen fue hallada bajo una piedra en el lugar donde se levantó la Iglesia. Las campanas fueron traídas de Chuquisaca. La Iglesia es de piedra, adobe y barro y el techo de madera de cardón.

¹²⁵ Nesse sentido, e apesar de estarem excluídos de direitos políticos plenos, os territorianos participaram da conformação de associações intermediárias e organismos com traços associacionistas de caráter étnico, social ou comunitário; se articularam com entidades corporativas existentes; tentaram mobilizar a opinião pública a partir de publicações periódicas; peticionaram junto às autoridades locais e nacionais através de manifestos e audiências; além de buscarem vínculos com agentes do poder central (BUCCIARELLI, 2012).

Nessa narrativa, portanto, excluiu-se o papel dos habitantes locais na conservação da capela e privilegiou-se o fato de ela ter sido construída pela Ordem jesuíta. Tal conteúdo é também um indicativo dos critérios utilizados pela instituição para solicitar a declaração da edificação como Monumento Histórico Nacional; foram os valores arquitetônicos e de antiguidade que contaram nessa seleção, independentemente do significado que o prédio pudesse ter para a comunidade local. Em conclusão, a partir do caso em tela, é possível dizer que a CNMMyLH acabou por reproduzir a “estrutura das relações de dominação e dependência” (BOURDIEU, 2002, p. 193), ao apropriar-se de elementos do campo de produção cultural local e privar seus habitantes de qualquer reconhecimento ou protagonismo no processo de declaração da capela como um patrimônio da Nação. Assegurou ainda a “estrutura da distribuição do capital”, conservando a autoridade de seus especialistas como únicos agentes aptos a deliberar sobre o tema.

Vale mencionar que a documentação encontrada no arquivo da *Comisión* referente aos bens do Território de Los Andes constitui um caso raro; são poucas as pastas-arquivo de monumentos e lugares históricos que contém correspondência desse teor. Em geral, esses arquivos guardam o material produzido sobre as restaurações realizadas nos edifícios, tais como avaliações e planos de trabalho enviados pelo Ministério de Obras Públicas; pedidos de intervenção feitos pelos proprietários dos bens; notas da Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos, aprovando ou não essas obras nos monumentos. Em alguns casos, abrigam também documentos que tratam da aquisição dos imóveis pelo governo, como ocorreu com a Quinta de Pueyrredón, adquirida pelo governo da Província de Buenos Aires em 1942. Desse modo, grande parte da correspondência arquivada sobre os bens declarados foi gerada no período posterior à sua declaração, sem incluir dados atinentes à contribuição dos delegados ao processo de escolha dos mesmos. Conforme fomos informados em nossa consulta aos arquivos da *Comisión*, as pastas-arquivo ordenadas pelos nomes dos bens guardam toda a documentação que a instituição possui sobre cada um deles, ou seja, a maior parte das fichas não foi preservada.

Para além do trabalho de levantamento dos monumentos e lugares de interesse histórico e artístico existentes no país, os delegados eram chamados a auxiliar em diversas outras atividades empreendidas pela CNMMyLH. Eles podiam ser convocados a supervisionar atividades do órgão voltadas aos museus, como ocorreu com o delegado Francisco V. Silva, em junho de 1939. A *Comisión* havia solicitado a abertura aos domingos do *Museo Histórico Provincial de Córdoba* e pediu que o referido delegado entrasse em contato com o diretor da

instituição para implementar tal determinação¹²⁶. Em alguns casos, os delegados chegaram a propor projetos, como fez Hernán Gómez (representante de Corrientes) que, em dezembro de 1940, recebeu uma resposta negativa do órgão referente ao seu projeto de fundação de uma Biblioteca “Sanmartiniana” no Templete de Yapeyú. A *Comisión* considerou que a proposta se distanciava do fim primordial para o qual havia sido construído o edifício e da circunstância que o mesmo rememorava¹²⁷.

Em março de 1942, diversos delegados foram chamados a colaborar com uma “exposição fotográfica histórica-artística de todos os monumentos declarados pelo Poder Ejecutivo” proposta pela *Comisión*, entre eles: Dardo de la Vega (La Rioja¹²⁸), Victor Súa (San Luis¹²⁹) e Cesar Pérez Colman (Entre Ríos¹³⁰). Na carta enviada com tal objetivo, solicitava-se que eles encarregassem “algum bom fotógrafo” de retratar os monumentos da sua província, cujo trabalho seria pago pela instituição¹³¹. Aos delegados também se requeria os nomes e endereços dos proprietários dos bens declarados Monumentos Históricos, para que pudessem enviar-lhes cópia do texto da Lei e o Regulamento respectivo¹³².

A colaboração dos delegados foi novamente solicitada no final do ano de 1945 para a elaboração da lista de sepulcros históricos. Eles foram encarregados de enviar uma relação completa dos sepulcros existentes em igrejas e cemitérios de sua província, acompanhada de fotos, que poderiam ser declarados históricos por tratarem-se do último abrigo de “individualidades exemplares”¹³³. De acordo com a correspondência encaminhada, ao ser obtida a declaração do Poder Ejecutivo, se solicitaria das autoridades municipais e dos cemitérios locais que fosse designado um funcionário para inspecionar os sepulcros e assegurar sua conservação, além de tributar, em todos os aniversários de morte das figuras sepultadas, uma homenagem que consistiria na colocação de flores. Em carta de janeiro de 1946, o delegado de Jujuy, Horacio Carrillo, manifestou que enviaria um escrito sobre “as poucas tumbas históricas” que se conheciam na província, apenas umas três ou quatro. A carta de Carrillo é interessante também por informar-nos a respeito da conservação dos arquivos históricos àquela

¹²⁶ ACNMMYLH, pasta “Correspondencia con el Sr Delegado/Varios”, 005 J.

¹²⁷ ACNMMYLH, pasta “Casa de los Martínez/Correspondencia con el Sr Delegado”, 002 W.

¹²⁸ ACNMMYLH, pasta “Censo de Monumentos y Lugares Históricos/Monumentos Conmemorativos”, 002 F.

¹²⁹ ACNMMYLH, pasta “Correspondencia con el Delegado/Pedidos declaratorias/Varios”, 006 D.

¹³⁰ ACNMMYLH, pasta “Correspondencia con el Sr Delegado”, 003 E.

¹³¹ Esta determinava ainda o formato a ser adotado para os negativos, de 6x6 cm. em película, pois não se aceitariam placas pelo risco de quebrarem-se durante o envio.

¹³² ACNMMYLH, pasta “Censo de Monumentos y Lugares Históricos/Monumentos Conmemorativos”, 002 F, “Correspondencia con el Delegado/Pedidos declaratorias/Varios”, 006 D.

¹³³ ACNMMYLH, pasta “Sepulcro Histórico/Cap. de San Ignacio/Censo de Monumentos y Lugares Históricos”, 003 T.

época. Em pesquisa realizada a pedido da *Comisión* sobre o Cabildo de Jujuy, ele relatava suas dificuldades em encontrar a documentação e seu temor de que esses papéis tivessem sido destruídos, pois: “um Intendente, há poucos anos, por haver “muito papel velho”, mandou várias cargas à praia do Xibi-xibi e os fez queimar, e só deixou desde 1925 em diante... Digame se não merecia um processo inquisitorial!”¹³⁴.

Como podemos ver, o problema em torno da questão salvaguarda-descarte de documentos antigos vinha já de longa data e os delegados da CNMMyLH, como oriundos que eram do universo de estudiosos da história, se sensibilizavam com o destino dado a esses papéis, devido ao seu valor como fonte histórica. Em suma, a contribuição dos delegados foi imprescindível para a realização das atividades do órgão nacional de preservação do patrimônio histórico, que deles dependia em muitas situações. A análise da documentação revelou que o papel desses profissionais consistiu, inicialmente, em enviar uma descrição de cada um dos bens de interesse histórico ou histórico-artístico existentes em sua jurisdição, cuja tarefa lhes exigiu certo trabalho de pesquisa. Além disso, atendiam a diversas solicitações da *Comisión*, no sentido de confirmar a localização e a veracidade dos fatos históricos aos quais estavam vinculados esses bens, atuando como vozes autorizadas locais. Os delegados podiam ser chamados ainda a averiguar o estado de conservação de edifícios localizados no interior do país, dependendo das denúncias e/ou demandas que a *Comisión* recebia. Além disso, eram instados a contribuir com projetos de divulgação cultural do órgão, como exposições.

Mesmo após a declaração dos bens por meio dos decretos do Poder Executivo, os delegados seguiram realizando um importante papel no que se refere ao resguardo desses monumentos e lugares históricos. A tarefa de levantamento do censo foi, sem dúvida, uma das mais importantes funções desempenhadas para o cumprimento de tal missão. Infelizmente, a ausência, nos arquivos da instituição, das fichas do censo preenchidas pelos delegados não permitiu que observássemos tensões em relação às orientações gerais da *Comisión*, como aponta Gonçalves (2009; 2016) para o caso brasileiro¹³⁵. Seria interessante comparar a lista de bens enviada pelos delegados com a lista final aprovada pela *Comisión* e encaminhada ao Poder Executivo para verificarmos dissonâncias. De todo modo, é muito provável que, sobretudo no caso das províncias e territórios mais distantes da capital, a relação de monumentos e lugares

¹³⁴ ACNMMMyLH, pasta “Correspondencia con el Sr. Delegado”, 003 Y.

¹³⁵ Em pesquisa sobre os colaboradores do SPHAN residentes nas unidades da federação, Gonçalves (2009; 2016) mostrou como os bens indicados por eles colocaram em causa a questão “regional” em contraponto à narrativa “nacional” instituída pelo órgão.

históricos remetida pelos delegados tenha sido apreciada positivamente pelos vogais da instituição, porém recebendo acréscimos em muitos casos, como veremos a seguir.

2.3. Os integrantes da CNMMyLH no trabalho de seleção dos bens

A partir do censo realizado pelos delegados, cabe-nos perguntar como os membros da CNMMyLH contribuíram no processo de definição do patrimônio nacional? As listas dos bens a serem declarados foram deliberadas pela Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos e, então, aprovadas pelos demais vogais do organismo para que, em momento oportuno, fossem encaminhadas ao Poder Executivo. O papel dessa subcomissão era, principalmente, deferir ou não as proposições de declaratórias recebidas, mas também responder as consultas de diferentes entidades relacionadas com a nomenclatura de ruas e praças, emitindo o seu parecer, entre outras funções. Cerca de dois meses depois da aprovação da Lei 12.665, na sessão do dia 23 de dezembro de 1940, Levene expôs que acreditava ter chegado o momento de solicitar ao Poder Executivo “que fossem declarados monumentos históricos alguns imóveis e monumentos do país”, de acordo com o estabelecido no art. 3º da Lei (COMISIÓN, 1941, N. 3, p. 624). Para tanto, considerava que deveriam proceder tal tarefa por regiões e que seria adequado começar pela Província de Córdoba, por ser essa a que possuía “mais notáveis monumentos arquitetônicos”.

O presidente seguiu explicando que já tinha a lista dos monumentos dessa província preparada e que, para cada um deles, seria feita “uma pequena nota ilustrativa para destacar seu valor histórico e artístico”. Eram eles: Igreja Catedral, Igreja da Companhia de Jesus, Convento de San Isidro, Igreja e Convento de Alta Gracia e a Capela de Candonga. Finalmente, Levene perguntou se a *Comisión* lhe dava aprovação para levar de imediato a solicitação ao Poder Executivo, o que foi acatado por unanimidade. Logo depois, o vogal Héctor Quesada propôs que fosse incluído na lista o edifício do Cabildo de Córdoba, havendo assentimento dos demais vogais. Levene observou ainda que “não se tratava da expropriação destes imóveis, mas de assegurar sua conservação mediante um acordo com seus proprietários e segundo os termos expressos no art. 4º da lei” (1941, N. 3, p. 624).

A proposição do vogal Quesada para se incluir mais um edifício na lista dos bens a serem declarados ilustra a forma como os vogais do organismo participaram da seleção desse patrimônio e também nos permite acompanhar as práticas de trabalho desenvolvidas pela *Comisión* para a obtenção das declaratórias. Dado o seu conhecimento sobre a história do país e suas viagens ao interior, tanto Levene quanto os vogais do organismo ajudaram a compor a

relação de monumentos e lugares históricos que seriam consagrados como patrimônio nacional. Outro agente importante nesse processo foi o arquiteto adstrito à instituição, Mario Buschiazzo, funcionário do Ministério de Obras Públicas. Frequentemente encarregado de realizar visitas às diversas regiões do país, o arquiteto produziu e enviou pareceres com regularidade à instituição, por meio dos quais informava a respeito da existência de bens de interesse histórico e artístico, sobre seu estado de conservação e/ou seu processo de construção, tópicos que exploraremos mais adiante.

Na mesma sessão de 23 de dezembro de 1940, o vogal Quesada, em concordância com Levene, propôs que a *Comisión* fizesse os trâmites para declarar como Monumento Histórico nacional a frente e o recinto principal do edifício que foi o Congresso da Nação, então ocupado pelo *Archivo General de la Nación*, na Praça de Maio, na Capital Federal. O projeto teve unânime aprovação. Por sua vez, o vogal Zabala expôs que se deveria tomar uma resolução idêntica para o edifício onde funcionou a Sala dos representantes da Província de Buenos Aires e que foi sede do Congresso Nacional Constituinte, entre 1824 e 1827 (1941, N. 3, p. 630). A proposição foi igualmente acatada.

Antes mesmo da aprovação da Lei N. 12.665/1940, portanto, esses agentes já vinham articulando a formação das listas de bens para serem declarados. Em reunião de abril daquele ano, ao discutirem sobre monumentos da província de Córdoba, o vogal Campos Urquiza lembrou de uma capela denominada de “Candongá”, que pertencera aos jesuítas e apresentava uma arquitetura muito interessante. Segundo ele, a mencionada edificação se encontrava em condições deficitárias por falta de cuidado. Propunha, nesse sentido, que a CN se encarregasse de sua conservação e o grupo assentiu para que se recorresse ao Ministério da Instrução Pública, pedindo que a capela fosse também cedida à *Comisión Nacional* (COMISIÓN..., N. 3, 1941, p. 543). Como recém mencionado, a Capela foi incluída na lista final proposta por Levene.

Em outra reunião, em julho de 1940, a Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos deu o seu parecer favorável ao projeto de Levene, pelo qual propunha que se solicitasse a declaração da casa em que nasceu Nicolás Avellaneda, situada em Tucumán, como monumento nacional (1941, N. 3, p. 574). Tanto por meio das atas de sessões da CNMMYLH quanto dos pareceres da referida subcomissão interna, podemos encontrar dados a respeito da inclusão de bens nas listas por sugestão dos membros do organismo, que complementaram, portanto, o censo realizado pelos delegados. Foi Ricardo Levene, por exemplo, quem propôs que o local situado na Praia de San Isidro, de onde partiu a expedição dos 33 orientais para o Uruguai – e que resultaria na emancipação desse país –, fosse declarado Lugar Histórico, sendo

essa colocação resolvida favoravelmente pela Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos, em 9 de setembro de 1941¹³⁶.

Outro caso é o do vogal Campos Urquiza que, em sessão de novembro de 1941, manifestou o desejo de assegurar a conservação da antiga casa dos Uriburu, em Salta. Como se tratava da “única casa colonial que se conservava na cidade”, o vogal havia conversado sobre o assunto com seu proprietário e estava autorizado por ele para manifestar à *Comisión Nacional* que o imóvel seria doado ao governo nacional desde que nela se fundasse uma pequena escola e que essa levasse o nome de José Evaristo Uriburu, ex-presidente da Nação. Levene considerou muito justa a homenagem ao ex-presidente e o grupo decidiu aguardar a formalização da doação para, então, enviar ao Poder Executivo o pedido de declaração da casa como Monumento Histórico (COMISIÓN..., 1942, N. 4, p. 771).

A lista dos bens da Província de Córdoba, enfim, foi enviada no dia 24 de dezembro de 1940, destacando-se “o evidente interesse histórico-artístico” desses monumentos (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 15; 447). O pedido de declaração, contudo, foi corrigido por nota de Levene na semana seguinte (em 2 de janeiro de 1941). Inicialmente, a *Comisión* havia solicitado que os bens da lista fossem declarados de “utilidade pública”, conforme estabelecido no art. 3º da Lei Nº 12.665. Daí que apenas a Igreja e Colégio da Companhia de Jesus foram declarados com base nesse artigo, sob o Decreto 80.860/1940, passando a depender diretamente da CNMMyLH. Os demais monumentos da lista só receberam a declaratória após a retificação, na qual Levene esclareceu que a sua proteção se daria com base no art. 4º – e não no 3º da Lei –, pelo qual se determinava que os proprietários não poderiam destruir os bens em todo ou em parte nem realizar neles reparações, restaurações sem aprovação da *Comisión*.

Esse ocorrido elucida como o procedimento legal de declaração do patrimônio histórico e artístico nacional ainda estava em construção e, a partir dali, assumiria um formato padrão. As listas dos bens selecionados pelo organismo passaram a ser enviadas à presidência da nação, cujo pedido de declaração se amparava, comumente, no art. 4º da Lei 12.665 ou, ainda, na parte final do art. 3º, que se referia à possibilidade de se acordar com o proprietário o modo de assegurar os fins patrióticos da Lei¹³⁷. O decreto do poder executivo, muitas vezes, era expedido na mesma data do recebimento da lista, indicando que a autoridade da *Comisión* era respeitada

¹³⁶ ACNMMYLH, pasta “Sitio Playa Sarandí Exp. 33 orientales”, 043 B.

¹³⁷ Conforme a Lei Nº 12.665/1940, caso a conservação do lugar ou monumento implicasse uma limitação ao domínio, a legislação previa que o Poder Executivo poderia indenizar o proprietário. Nas gestões que se seguiram à de Levene, porém, algumas declaratórias acabaram sendo revogadas devido à falta de recursos públicos para a aquisição dos imóveis e consequente indenização dos proprietários, questão que será abordada no Epílogo da tese.

e o saber de seus agentes era reconhecido e legitimado pelo governo. O decreto, em teoria, assegurava a proteção dos bens sob a tutela federal.

A partir do parecer elaborado pela Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos, tornou-se padrão também a *Comisión* encaminhar uma espécie de resenha ou nota ilustrativa de cada bem para informar o seu valor, que passou a ser incorporada ao texto dos decretos. Tais resenhas foram consideradas como fontes essenciais em nosso trabalho, por nos permitirem analisar os critérios de seleção dos bens adotados pela instituição, os quais serão tratados no capítulo seguinte.

2.4. A atuação do arquiteto Mario Buschiazzo

A tarefa de elaboração do censo de Monumentos e Lugares Históricos, bem como as ações posteriores de intervenção e conservação dos edifícios requeriam ainda um outro tipo de conhecimento e uma prática específica que os membros da CNMMYLH não possuíam. Deste modo, e já no começo de suas atividades, o organismo passou a ser assessorado pelo arquiteto Mario Buschiazzo, quem, segundo Levene, era “especialista em pesquisas relacionadas com a história da arte na América” (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 22). Como expusemos no capítulo anterior, Buschiazzo era funcionário da Direção Geral de Obras Públicas da Nação (DGA) desde o final dos anos 1920, passando a integrar o corpo docente da Escola de Arquitetura da Faculdade de Ciências Físicas e Naturais da UBA em 1933. No momento em que foi designado assessor técnico do órgão nacional de preservação do patrimônio, o arquiteto já era autor de uma série de artigos sobre a história da arte e da arquitetura latino-americana.

Tendo em vista a importância que as obras públicas assumiram para o Estado no início da década de 1930, haviam sido realizadas algumas modificações na estrutura da DGA, no intuito de alcançar-se maior especificidade técnica e coerência interna (PARERA, 2009). Já no ano de 1938, foi criada a Oficina de Patrimônio dentro da Divisão de Projetos para tratar das consultas enviadas pela recém organizada *Superintendencia de Museus y Lugares Históricos*. Com a ampliação das incumbências dessa repartição e sua transformação em CNMMYLH, a referida Oficina de Patrimônio da DGA foi reestruturada como Oficina de Lugares, Edifícios e Monumentos Históricos, encarregada então do estudo de critérios para a realização de intervenção nos bens e do levantamento de edifícios históricos existentes no país (PARERA, 2012, p. 147).

Entre as funções da CNMMYLH estabelecidas pelo Decreto Nº 3.390/1938, estavam as seguintes:

- d) Velar por la conservación de los edificios, monumentos, museos, reliquias y objetos de carácter histórico para evitar su destrucción, deterioro, o enajenación con fines comerciales y especialmente su expatriación; [...]
- g) Convenir con la Dirección General de Arquitectura del Ministerio de Obras Públicas las refacciones que sea necesario efectuar en los edificios sometidos a su contralor y aprobar y revisar los planos de las obras a ejecutarse para aconsejar modificaciones de distribución o de estilo.

Assim, sublinhamos o fato de que uma parte significativa do trabalho da CNMMYLH – referente à conservação e/ou restauração dos bens – foi realizado através do convênio com a Direção Geral de Arquitetura. Pelo artigo 4º da Lei Nº 12.665 definiu-se ainda que os imóveis históricos não poderiam “ser submetidos a reparações ou restaurações, nem destruídos em todo ou em parte [...] sem aprovação ou intervenção da Comissão Nacional”. Como esta não dispunha de um corpo técnico próprio para deliberar sobre as obras a serem executadas nos monumentos, foi necessário contar com o auxílio de um arquiteto proveniente do Ministério de Obras da Nação. Finalmente, o Decreto regulamentar Nº 84.005/41, em seu artigo 2º, determinou que o organismo tinha entre suas atribuições:

La custodia, conservación, refección y restauración de los muebles históricos e histórico-artísticos, de los lugares, monumentos e inmuebles del dominio de la Nación, y, en su caso, en concurrencia de las autoridades respectivas que se acojan a la Ley nº 12665, sobre los del dominio provincial, municipal y de la iglesia católica. [...]

Convenir con la Dirección General de Arquitectura del Ministerio de Obras Públicas, por intermedio del arquitecto que prestará servicios como adscrito a la Comisión Nacional, las refecciones y restauraciones que se efectúen en los inmuebles y lugares sujetos a la custodia y conservación y revisar los planos de las obras a ejecutarse, para aconsejar las modificaciones que estimare necesarias o convenientes, desde los puntos de vista histórico e histórico-artístico (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 272-273).

Buschiazzo trabalhou como adjunto da *Comisión* entre 1938 e 1947, realizando a ponte entre esse órgão e a DGA. Ao longo do período, efetuou visitas aos bens de interesse histórico e histórico-artístico situados em toda a extensão do território nacional. A cada viagem, enviava pareceres ao organismo com informações sobre o estado de diversos edifícios e sobre os valores que, a seu ver, tornavam um imóvel digno de conservação: os “elementos da época colonial” (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 489-492), as características “originais” das casas, a “arquitetura autêntica”, o “aspecto típico” dos povoados (COMISIÓN..., 1943, N. 5, p. 390-391; p. 375; p. 442). Para Uribarren (2017), a seleção dos Monumentos Históricos feita durante a primeira gestão da CNMMYLH carregou consigo a marca de Buschiazzo. Segundo a autora, durante suas viagens, o arquiteto produziu um vasto material fotográfico, que, muitas vezes, foi utilizado como “prova” da destruição ou das transformações que os edifícios – sobretudo, os coloniais – haviam sofrido ao longo do tempo, orientando suas argumentações sobre o que deveria ou não

ser consagrado como patrimônio nacional. Alguns dos pareceres elaborados pelo arquiteto serão tratados no capítulo seguinte, na seção referente aos bens declarados segundo o critério histórico-artístico.

Além de contribuir com a seleção dos imóveis que foram declarados como Monumentos Históricos, Buschiazzo também foi responsável pela restauração um grande número de bens espalhados pelo país, como o Cabildo de Buenos Aires, a Casa da Independência de Tucumán, o Cabildo de Salta, o Convento de San Francisco (em Santa Fé), a Missão jesuítica de San Ignacio (em Misiones), a Capela Mercadillo e a Posta de Sinsacate (em Córdoba), a Capela de Chichigasta, a Redução de Lules e a Capela de San Ignacio (em Graneros, Tucumán), a Casa de Sarmiento e o Convento de Santo Domingo (em San Juan), a Capela de Purmamarca (em Jujuy), a Casa onde morreu Sarmiento (no Paraguai), a Quinta de Pueyrredón, o Palácio San José (em Concepción el Uruguay), a Capela do Senhor dos Milagros (na Catamarca) e a Estanzuela de los Echagüe (em Santa Fé) (LIERNUR; ALIATA, 1992, p. 64). Em nível internacional, Buschiazzo ainda restaurou a Casa da Moeda de Potosí. Vale observar que muitos outros profissionais da DGA e do Ministério de Obras Públicas atuaram nas atividades de restauração dos edifícios históricos, como comprova a documentação pesquisada nos arquivos institucionais da CNMMYLH. Conforme Uribarren (2008), à experiência de Buschiazzo e do arquiteto Carlos Onetto – quem assumiu o posto de arquiteto adstrito à CNMMYLH em 1947 – somou-se a presença fundamental de artesãos e práticos em técnicas tradicionais, que trabalharam em diversas dessas obras.

Assim como os assuntos que chegavam eram repassadas à subcomissão concernente, algumas demandas também podiam ser diretamente encaminhadas à Buschiazzo. Em reunião do dia 10 de abril de 1944, por exemplo, leu-se uma nota do delegado da *Comisión* no Palácio San José, pela qual pedia que se resolvesse com a Direção Geral de Arquitetura a respeito da manutenção dos primitivos desagües do edifício, correspondentes às cisternas, porque a citada repartição projetava substituí-los por um novo sistema. Os membros resolveram informar a questão ao arquiteto adstrito (COMISIÓN..., 1945, N. 7, p. 479). Situação análoga se deu com a nota recebida do superior do Convento de São Francisco de Santiago del Estero, pela qual se pediam reparações no edifício do convento (1945, N. 7, p. 486). Observamos, assim, que devido ao seu conhecimento técnico, Buschiazzo atuou como o especialista autorizado a tratar das questões concernentes ao reparo e à restauração dos monumentos históricos nacionais. Sua participação na seleção do patrimônio nacional foi igualmente relevante, sendo possível notar a influência de suas ideias na lista dos bens declarados, como veremos no capítulo seguinte.

2.5. As solicitações de declaratórias via agentes externos

Para além dos agentes aqui mencionados, envolvidos na elaboração do censo de monumentos e lugares históricos, devemos salientar que nem todos os bens declarados foram selecionados ou recomendados pelos vogais, arquiteto e delegados da *Comisión*. Muitas das declaratórias foram solicitadas por agentes externos ao órgão, entre eles, representantes do poder público, de associações culturais, do Exército e da sociedade civil como um todo. Logo, considerar tais solicitações nos permite compreender melhor as práticas de trabalho da instituição.

Dentre os pedidos de declaração que partiram de representantes do poder público, encontra-se o projeto encaminhado, em 1942, pelo deputado nacional da província de Entre Rios, Juan Morrogh Bernard, solicitando a declaração da Igreja Paroquial da cidade de Concepción do Uruguai, Província de Entre Rios, a respeito da qual o presidente da Câmara requeria a opinião da *Comisión*. Esta, contudo, já havia sido declarada Monumento Histórico Nacional pelo Poder Executivo naquele mesmo ano, conforme pedido da própria *Comisión* (1943, p. 338-340). No caso das Igrejas de São Carlos e Los Molinos, localizadas em Salta, verificamos que o pedido de declaração foi realizado pelo senador daquela província, Carlos Serrey. Após escutar a opinião do delegado de Salta, a Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos decidiu solicitar a declaratória das igrejas em questão (1943, p. 361-362).

A declaração de monumento às *Ruínas Jesuíticas de Santa María*, em Misiones, também foi solicitada por um agente externo à *Comisión*, o governador da província, Eduardo N. Otaño. Esse expôs os antecedentes históricos das ruínas e ressaltou que o local poderia ser de atração para o turismo, motivos que, segundo ele, justificavam a declaração solicitada. Naquela ocasião, a *Comisión Nacional* já havia pedido ao Ministério de Obras Públicas a restauração destas ruínas e foi favorável à sua declaração como Monumento Histórico (1946, n. 8, p. 439). O interesse dos representantes do poder público em obter a declaratória dos monumentos locais pode ser interpretado como um meio de acumularem capital político e aumentarem seu prestígio junto as suas comunidades de origem. Ao encaminharem os referidos pedidos, seus autores demonstravam conhecer a história da cidade ou localidade, além de ver nesses empreendimentos uma oportunidade de desenvolvimento para tais áreas.

Em 30 de junho de 1941, foi deferido pela Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos o projeto da Direção de Passeios e Jardins da Municipalidade de La Plata, sobre a restauração do Forte de Barragán. Os antecedentes históricos deste projeto levaram a

subcomissão a incluir o bem na lista de monumentos históricos da Província de Buenos Aires, cuja declaração seria solicitada ao Poder Executivo oportunamente¹³⁸. Na reunião do dia 24 de novembro do mesmo ano, Levene se referiu às modificações que “havia sido necessário introduzir na lista de monumentos e lugares históricos de Mendoza, de acordo com os antecedentes expostos pelo doutor Ricardo Videla, ex-governador daquela província”:

Esta información se refiere al campamento del Plumerillo, la chacra de San Martín en los Barriales y el solar de San Martín en la ciudad de Mendoza. Dadas la importancia de los datos suministrados y sus conclusiones, que acreditan a su autor como muy versado en ese asunto, el señor presidente propuso que la colaboración del señor Videla fuera publicada en el próximo número del Boletín de la Comisión Nacional y así se resolvió (COMISIÓN..., 1942, N. 4, p. 770).

Por sua vez, de acordo com a decisão da Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos enviada ao Ministro da Instrução Pública, Guillermo Rothe, em 22 de outubro de 1941, a *Comisión* decidiu solicitar que a antiga igreja existente no distrito de Fiambalá, província de Catamarca, fosse declarada Monumento Histórico. No documento, os membros afirmavam ter considerado a nota do Interventor Nacional na referida província, Gustavo Martinez Zuviría, na qual informava ao presidente da Nação sobre a oportunidade de declarar a mencionada igreja como monumento histórico, por considerá-la “uma joia do mais puro estilo colonial” e por ter sido “construída no ano de 1770 [...] e apesar de sua antiguidade se conserva em bom estado e não foi restaurada até o presente. Nela se venera a imagem de São Pedro, trasladada desde Cuzco até Fiambalá”¹³⁹. É interessante notar aqui que a resenha da igreja enviada ao Poder Executivo foi elaborada com base no informe do mencionado interventor – já que contém o mesmo teor, reproduzido no Decreto 106.844/1941 – denotando, assim, que a CNMMYLH em geral considerava com atenção as solicitações que chegavam de agentes externos.

Alguns pedidos de declaração também partiram de militares, como ocorreu com o lugar do Combate de San Carlos. Em resolução da Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos de 3 de maio de 1943, essa foi favorável à proposição do Chefe do Estado Maior Geral do Exército, Gal. de Brigada Juan Pierrestegui, quem enviou um estudo sobre o combate de San Carlos e solicitou que o lugar onde existiu o forte de mesmo nome fosse declarado histórico¹⁴⁰. Outro caso foi o do pedido do Ministério da Guerra para que se declarasse como Monumento Histórico o *Fortín Cuatrerros*, localizado em Bahía Blanca. Levando em conta os antecedentes

¹³⁸ ACNMMYLH, pasta “Fuerte de Barragán”, 053 B.

¹³⁹ ACNMMYLH, pasta “Iglesia de Fiambalá”.

¹⁴⁰ ACNMMYLH, pasta “Combate de San Carlos”, 055 ?.

do edifício e os do General Daniel Cerri, que o fundou, os membros da citada subcomissão apreciaram que se deveria solicitar a declaração do Fortín (COMISIÓN..., 1945, N. 7, p. 482). Por sua vez, o também Chefe do Estado Maior do Exército, Gal. de Brigada Carlos Von der Becke, requereu a declaração dos lugares históricos onde ocorreram os combates de Pigüé e Tapalqué, na província de Buenos Aires (1946, p. 432). Recordamos aqui o papel assumido pelo Exército durante os governos da Concordância, cujo apoio permitiu a continuidade daquela administração. Já a partir de 1943, a presidência do país passou a ser ocupada diretamente por militares, fator que nos ajuda a entender as diversas declaratórias de bens do Exército, como os fortes, e de lugares de batalhas.

Outro exemplo de solicitações de declaratórias oriundas de agentes externos à *Comisión* ocorreu com a árvore Aguaribay localizada no terreno do Instituto Bernasconi, na cidade de Buenos Aires. O pedido de declaração da árvore como Lugar Histórico Nacional partiu da Associação “Amigos de la Patagonia”, porque sob ela teria estudado e trabalhado o Dr. Perito Moreno. Neste caso, a subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos emitiu parecer favorável, em agosto de 1940, considerando que a árvore referida era a mesma à qual se vinculava à memória de Moreno, estudioso responsável por importantes realizações científicas e educacionais (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 497). Do mesmo modo, a declaração do Colégio Nacional Central de Buenos Aires se deu por intermédio do diretor desta instituição, quem solicitou e fundamentou a importância do solar para ser declarado Lugar Histórico (1944, p. 632).

O pedido de declaração e aquisição da casa natal de Leopoldo Lugones, situada em Córdoba, partiu da Sociedade Argentina de Escritores e foi aceita pela Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos em fevereiro de 1944, levando em conta a importância de Lugones nas letras argentinas¹⁴¹. A respectiva solicitação, encaminhada ao Poder Executivo pela CNMMYLH em 23 de março de 1944, foi decretada apenas algumas semanas depois. Esse caso é interessante quando observamos que Lugones havia falecido poucos anos antes, em fevereiro de 1938. Já o pedido de declaração do *Fuerte de San Rafael*, localizado na Província de Mendoza, atendeu à solicitação dos moradores de San Rafael, mas o bem já constava no censo enviado pelo delegado daquela província (COMISIÓN..., 1943, N. 5, p. 366). Vale observar que quase não apareceram solicitações externas durante os anos de 1938 e 1939, questão que pode ser explicada pelo fato de a Lei Nº 12.665, que regulamentou o funcionamento da CNMMYLH, só ter sido aprovada em 1940.

¹⁴¹ ACNMMYLH, pasta “Casa de Leopoldo Lugones”, 004 X.

Dentre os poucos pedidos de declaratória negados que encontramos, está o do Inspetor de zona do Conselho Nacional de Educação, sobre uma antiga igreja localizada no Departamento de Acoyte, em Salta. O parecer foi dado porque a igreja carecia de antecedentes que o justificassem (1943, p. 536). Do mesmo modo, o Padre guardião do Convento de San Francisco, em Tucumán, encaminhou os antecedentes históricos do referido convento para que fosse declarado monumento histórico, ao que a *Comisión* respondeu que o bem não reunia as condições de antiguidade e características arquitetônicas para tal declaração (1943, p. 555).

Outro pedido negado que encontramos foi o da Comissão Pró Escola de Renca, de San Luis. Em 1945, a mencionada comissão requereu a declaração da Igreja e da Escola de Renca, mas a Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos entendeu que a solicitação se fundava no fato de que o povoado teria se organizado em meados do século XVIII e que foi berço de granadeiros de San Martín e dos primeiros governadores de San Luis. A subcomissão alegou, porém, que pela fotografia que lhe foi enviada a arquitetura da igreja não oferecia “caracteres originais” e parecia ter sido levantada na segunda metade do século XIX. Já a Escola de Renca, cujo edifício datava de 1874, “não podia constituir um monumento por sua arquitetura”; quanto a seus antecedentes históricos, ainda que “muito apreciáveis por sua antiguidade e por ter contado em suas salas com um ex-presidente da República, não bastavam como fundamento da declaração solicitada”¹⁴². Como vemos, foram os valores arquitetônico, de antiguidade e autenticidade ou originalidade que pautaram as decisões da CNMMYLH, motivando o indeferimento das declaratórias solicitadas. Tais valores outorgados aos bens pelo órgão são o foco do capítulo 3, de modo que voltaremos a discuti-los mais adiante.

O teor do Decreto 123.529/1942, que declarava como monumentos a Cella e Capela de São Francisco Solano e o Convento e Igreja de San Francisco, localizados em Santiago del Estero, mostra que o pedido de declaração de tais bens também partiu de agentes externos à *Comisión*. Por nota do dia 15 de maio de 1942, o presidente da Câmara de Deputados da Província de Santiago del Estero se dirigia ao presidente da CNMMYLH para encaminhar-lhe a resolução tomada, no sentido de solicitar que os referidos imóveis fossem declarados monumentos históricos nacionais¹⁴³. Esta declaratória, porém, envolveu toda uma discussão prévia, cujo cerne residiu na imprecisão dos fatos e documentos sobre o período de construção do Convento e seu possível traslado para um novo local no século XVII.

¹⁴² ACNMMYLH, pasta “Correspondencia con el Delegado/Pedidos declaratorias/Varios”, 006 D.

¹⁴³ ACNMMYLH, pasta “Templo de San Francisco”, 009 G.

Antes que o presidente da Câmara de Deputados de Santiago del Estero se dirigisse à *Comisión*, porém, outras pessoas e entidades se manifestaram em defesa da declaração desses bens, como é o caso do historiador Francisco M. Santillán, quem, em 21 de março de 1942, pedia que o organismo voltasse sua atenção à Cela-Capela e ao Convento de São Francisco, por não terem sido incluídos na lista de monumentos históricos declarados pelo Poder Executivo em janeiro daquele ano. Santillán informava que a primeira – apesar de não ser a mesma cela construída, segundo a tradição, pelas mãos do Santo – tinha sido reedificada com alguns de seus materiais originais, por sua vez, o Convento havia sido o “primeiro” a ser fundado pela Ordem Franciscana, dele havendo saído muitos religiosos que fundaram os conventos e as reduções de Salta, La Rioja, Catamarca, Tucumán, etc. A investigação da *Comisión* a respeito da autenticidade da Cela-Capela de São Francisco Solano, contudo, já estava em andamento desde o ano anterior, como mostra uma cópia de correspondência enviada ao Delegado Dr. Alfredo Gargaro, em dezembro de 1941, solicitando um “informe detalhado” e os documentos que indicassem provas contrárias à “tradição existente” sobre o local¹⁴⁴. Outra nota, datada de novembro de 1941, também atesta que os vogais Héctor Quesada e Nicolás Avellaneda submeteram à consideração da *Comisión* a inclusão da Capela de São Francisco na lista de monumentos e lugares históricos da província de Santiago del Estero, ao que o delegado Gargaro contestou no mês seguinte, alegando que o bem não poderia ser declarado monumento nacional por tratar-se de uma mentira. Afirmava ainda: “Eu quero salvar minha situação como historiador, mas se a Comisión Nacional de Monumentos y Lugares Históricos quiser manter uma falsidade por um princípio religioso, pode fazê-lo, o que eu não me presto”¹⁴⁵.

O delegado – que era advogado, membro da *Academia Nacional de la Historia* e logo se converteria em presidente da *Junta de Estudios Históricos de Santiago del Estero*, criada em 1942 (TENTI, 1995) – avisava, por fim, que remetia a lista dos lugares e monumentos históricos existentes na província, segundo ele, “pobre neste sentido, não obstante ser a cidade mais velha do país”. Em resposta do dia 26 de fevereiro, o delegado buscou esclarecer o assunto, afirmando que “só o processo imaginativo de uma crença religiosa poderia dar nascimento a uma mentira histórica” daquele tipo. Segundo ele, Santiago del Estero foi fundada pelo Capitão Aguirre em 1553. Francisco Solano teria chegado no ano de 1590, porém, iniciara uma peregrinação logo em seguida. O delegado Gargaro advertia que, mesmo que o Santo tivesse edificado uma cela para morar durante sua permanência transitória em Santiago del Estero, não se podia sustentar

¹⁴⁴ ACNMLH, pasta “Templo de San Francisco”, 009 G.

¹⁴⁵ ACNMLH, pasta “Templo de San Francisco”, 009 G.

que este local era o que então ocupava a Cela-Capela dentro da Igreja do Convento de São Francisco. Com base em alguns documentos, destacava que o território atual da cidade não era o mesmo de quando foi fundada por Aguirre e se valia de algumas cartas do século XVII que se referiam à necessidade de traslado do povoado devido às cheias do Rio Doce. Para Gargaro, também era impossível que a nova capela tivesse sido construída com “materiais originais”, porque esses seriam, indiscutivelmente, barro, madeira e palha; logo, elementos de fácil destruição.

Como é possível notar, a disputa sobre a declaração dos bens em questão envolvia tanto interesses locais, representados pela sociedade civil e por órgãos públicos da cidade de Santiago del Estero, quanto saberes de um campo científico em formação. Para o delegado Gargaro, o que estava em jogo era sua posição e prestígio no interior do campo historiográfico, razão pela qual se negava a reconhecer a autenticidade da referida Cela-Capela. Comprometido com as práticas e normas que regiam, de forma mais ou menos consensual, o trabalho do historiador na Argentina da época (EUJANIAN, 2003), o delegado procurou respeitar as evidências aportadas pelos documentos históricos consultados: se o Convento no qual viveu São Francisco Solano se localizava no antigo núcleo populacional da cidade, logo, sua Cela não podia ser autêntica. Gargaro empregava, assim, a noção de documento em voga desde o início do século, tomado como “prova” (LE GOFF, 1992) inquestionável. Para os seguidores da *Nueva Escuela Histórica* argentina, que se consolida no final da década de 1910, as fontes históricas e a crítica ao documento constituíam os elementos centrais da prática historiográfica (BUCHBINDER, 1994), preceito que parece ter sido seguido à risca pelo representante da *Comisión* em Santiago del Estero.

Mas a contenda continuou: com data de 6 abril de 1942, a *Comisión* também recebeu uma carta do Frei Luis. D. Recabarren, guardião do convento de São Francisco, na qual solicitava que se tomassem “em conta os antecedentes” daquela casa religiosa, que tinha “a altíssima honra de ser o ‘PRIMEIRO’ dos Conventos estabelecidos no território argentino em tempos da Colônia”. Explicava que o convento havia sido instituído em 1555, conservando-se dentro de seu quadro alguns vestígios do convento do século XVII, bem como a renomada Cela do missionário Francisco Solano, a qual já havia sido restaurada várias vezes e também declarada “Monumento Histórico Provincial” dez anos antes. O religioso seguiu por sete páginas se referindo à importância histórica do convento e à “abundante documentação oficial dos arquivos da Espanha e da República Argentina” que a comprovava. Destacava que a afirmação de que o convento havia mudado de lugar carecia de veracidade e oferecia os

documentos que estavam em seu poder para o estudo da CNMMyLH. Expunha ainda que, ao saber que se realizava uma pesquisa sobre os lugares históricos da província, pediu pessoalmente ao delegado Alfredo Gargaro que visitasse o convento, colocando a sua inteira disposição o Arquivo Conventual e quanta informação fosse necessária para verificar a antiguidade e os títulos desta casa religiosa. Relatava, ainda, que “o delegado Dr. Gargaro não se dignou a aceitar” sua pesquisa; “não se interessou em conhecer nenhum dado ou documento”, “recusando-se a constatar e conhecer os antecedentes históricos do primeiro Convento da República”. O delegado teria ainda manifestado que, como já havia informado que a *Iglesia de la Merced* era a mais antiga de Santiago, “NÃO PODIA RETIFICAR-SE e que não o faria”, mesmo reconhecendo seu erro. O Frei solicitava, por fim, que se fizesse “justiça histórica” a este convento e à Cela-Capela, frente ao “proceder apaixonado e incorreto”¹⁴⁶ do citado delegado, declarando-os como monumentos nacionais.

Já na reunião do dia 13 de abril de 1942, Levene relatou ao grupo que havia chegado uma nota do *Centro de Residentes Santiagueños*, solicitando que a referida Cela fosse declarada monumento nacional (COMISIÓN..., 1943, N. 5, p. 482). A resolução da Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos, naquela ocasião, aconselhou que se ampliassem os informes referentes à Cela conhecida por ser de São Francisco Solano (1943, N. 5, p. 485) e assim foi feito. No dia 20 de abril, a *Comisión* enviou nova consulta ao Delegado Gargaro, solicitando saber: 1) se existiam antecedentes sobre a construção do Convento de São Francisco no terreno que foi assinalado para esse fim à comunidade pelo governador Garro, em 1675; 2) se a localização atual do Convento coincidia ou não com a descrição registrada no documento apresentado por Ramirez Juarez; 3) se era possível estabelecer por documentos a distância que se media entre a localização da cidade primitiva e a cidade atual, para determinar se o primitivo Convento de São Francisco, no qual viveu Francisco Solano, permaneceu compreendido no novo núcleo populacional após a cidade primitiva ser destruída pelas cheias do Rio Doce.

A resposta do delegado foi redigida no dia 11 de maio, na qual relatava que era possível estabelecer a distância entre a localização da cidade primitiva e a atual, afirmando que o Convento no qual viveu São Francisco Solano não podia estar compreendido no novo núcleo populacional¹⁴⁷. Gargaro advertiu ainda que seu informe anterior estava embasado na documentação existente no Arquivo da Província e enfatizou que a Cela-Capela atual não podia ser a mesma de San Francisco Solano devido ao traslado do Convento para novo terreno.

¹⁴⁶ ACNMLH, pasta “Templo de San Francisco”, 009 G. A caixa alta consta no original.

¹⁴⁷ ACNMLH, pasta “Templo de San Francisco”, 009 G.

Segundo ele, da cidade de Aguirre, fundada em 1553, não havia nada na atual igreja e Convento de São Francisco. Alegava, por fim, que não bastava usar “a tradição” como fundamento, sendo indispensável o documento que o comprovasse. As colocações do delegado, assim, expressam claramente sua visão de história, pautada pela crítica à qual as fontes deveriam ser submetidas e pelo compromisso com a veracidade e a objetividade do conhecimento produzido pelo historiador (GUIMARÃES, 2010; EUJANIAN, 2003). Este novo informe enviado pelo delegado, muito provavelmente, não chegou a ser considerado pela *Comisión*, uma vez que foi escrito na mesma data em que o organismo emitiu o parecer favorável à declaração dos bens em questão.

Na sessão do dia 11 de maio de 1942, Levene se referiu a uma nota encaminhada ao vice-presidente da nação em exercício pelo governador de Santiago del Estero, pela qual solicitava que a Cela-Capela de San Francisco Solano fosse declarada monumento nacional (1943, N. 5, p. 488-489). Com todos esses clamores, a CNMMYLH resolveu pôr fim à discussão. Naquela data, aprovou a decisão da subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos, pela qual, após estudar os antecedentes e considerar os pedidos recebidos, aconselhava a declaração do Convento de San Francisco, em Santiago del Estero, e da Cela-Capela existente no mesmo convento, que recordava “a figura e a obra de San Francisco Solano, tão venerada nesta cidade e em todo o país”. A subcomissão considerava ainda que a veneração pela Cela-Capela havia começado cerca de duzentos anos antes, conforme mencionado na Breve Bula Episcopal de Benedicto XIV (COMISIÓN..., 1943, N. 5, p. 494). Em sua decisão final, mencionava que:

[...] dada la evidente antigüedad de la celda de San Francisco Solano en el Convento de San Francisco de Santiago del Estero, y la veneración tradicional de que es objeto por el pueblo de esta ciudad y en general por los católicos argentinos, corresponde se solicite del Poder Ejecutivo la declaración de Monumento Histórico.

Por otra parte, es tradición muy arraigada que la celda actual se reconstruyó hace muchos años con materiales de una celda anterior, donde era venerada igualmente la memoria del Santo¹⁴⁸.

Vale observar que, na sessão seguinte, do dia 8 de junho, quando se mencionou o recebimento da carta do presidente da Câmara de Deputados da Província de Santiago del Estero, o vogal Villegas Basavilbaso manifestou que não estava de acordo com a decisão da Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos sobre a declaração dos bens em questão, porque a Cela que se venerava não podia ser aquela onde habitou o santo. Levene respondeu

¹⁴⁸ ACNMLH, pasta “Templo de San Francisco”, 009 G.

que a Cela atual era do século XVIII e que já naquele momento foi considerada como sendo de Francisco Solano. O vogal insistiu em sua opinião “por não se haver comprovado a autenticidade” (1943, N. 5, p. 507).

Como vemos, nem entre os próprios vogais do organismo houve consenso a respeito da data de construção do Convento e se esse havia ou não sido translado para um novo local no século XVII. Mais do que a autenticidade da Cela-Capela, o que contou para a declaração dos dois monumentos históricos em questão foi a sua antiguidade e a “veneração tradicional” que a população mantinha pelo local, há tanto tempo atrelado à memória e obra do Santo Francisco Solano. Observamos, assim, um conflito entre “tradição” e “comprovação documental”, como duas formas de se encarar o que é autêntico. Prevaleceu o desejo de governantes e sociedade civil que, por diversos meios, pressionaram a CNMMYLH sobre o seu desejo de ver aquele local ser consagrado como Monumento Nacional. Considerando a resenha desses bens que foi encaminhada ao Poder Executivo com o pedido de sua declaratória, é possível notar que as reivindicações da Câmara de Deputados da Província de Santiago del Estero, de Francisco M. Santillán e do Frei Luis D. Recabarren foram atendidas¹⁴⁹. Mais do que isso, o caso suscita refletir sobre as relações estabelecidas entre os delegados da *Comisión* nas províncias e os demais atores que – por motivos diversos e, inclusive, políticos – se interessavam e estudavam o patrimônio histórico local. A designação como delegado do órgão nacional de preservação do patrimônio parece ter gerado uma espécie de hierarquia e conferido a eles certo “poder simbólico”, convertendo-os em voz autorizada, mas não única. O caso relatado pelo Frei Luis Recabarren não somente expõe a discordância acerca dos bens considerados dignos de serem declarados como monumentos naquela província, como revela a preocupação do delegado Gargaro em manter seu parecer inicial e preservar sua imagem ante a *Comisión* e, até mesmo, ante a comunidade de historiadores e a comunidade local. Em última instância, o conteúdo da correspondência de Frei Recabarren mostra que delegados desempenharam, sim, um papel importante na seleção dos bens a serem elevados à patrimônio nacional. Nesse caso, o Convento só foi declarado patrimônio porque houve grande clamor da população local, mas se tivesse dependido do delegado, não teria sido selecionado. A primeira lista de bens referentes à Província de Santiago del Estero foi declarada por meio do Decreto 112.099/1942 e nela

¹⁴⁹ Na resenha enviada sobre o Convento de São Francisco, consta exatamente: “O **mais antigo** da benemérita ordem propagadora do Evangelho no atual território da República. A veneração por este lugar começou há cerca de duzentos anos, porque já o menciona a pequena Bula episcopal de Benedito XIV” (1943, N. 5, p. 09, grifo meu).

constaram apenas quatro: Iglesia de Nuestra Sra. de la Merced (MHN), Reducción Jesuítica de Petacas (LHN), Vinará (LHN), Loreto Viejo (LHN) e Abipones (LHN).

A extensa documentação arquivada sobre o processo de declaração do Convento franciscano e da Cela-Capela nos permite compreender com maior profundidade como se deu o processo de seleção do patrimônio histórico e artístico nacional da Argentina. Na realização do inventário de bens, a instituição levou em consideração os informes dos delegados, os pareceres dos vogais e do arquiteto Mario Buschiazzo, mas também atendeu a demandas da sociedade civil e pressões políticas. Ao serem declarados como Monumentos e Lugares Históricos, os bens ficavam submetidos à Lei Nº 12.665, que determinava a sua proteção definitiva. O “rito de instituição” (BOURDIEU, 2008) de um edifício ou lugar do país como patrimônio nacional, portanto, consagrava-o definitivamente como símbolo de um determinado evento histórico, aumentando a “crença” em seu valor.

Se, no Museu Histórico Nacional da Argentina, o processo de conversão de objetos de uso cotidiano em “objetos históricos” podia dar-se apenas com o ato de passagem do âmbito familiar e privado ao espaço museológico (CARMAN, 2013), no caso dos monumentos e lugares selecionados pela CNMMYLH tal passagem ocorreu por meio da declaratória expedida pelo governo federal. Assim como no Museu de Luján – organizado pelo vogal da *Comisión*, Enrique Udaondo – era comum a consulta a historiadores e colecionadores, o rastreamento de sucessivos donos e o estudo do contexto histórico de pertencimento destes artefatos para comprovar-se a sua autenticidade (BLASCO, 2011, p. 147-148), com os monumentos e lugares históricos não foi diferente: a equipe de profissionais da *Comisión*, à qual se somava o arquiteto Buschiazzo e os delegados residentes nas províncias e territórios do país, cumpriu com as funções de investigar a autenticidade, a antiguidade e os antecedentes históricos dos bens a serem declarados.

Efetivada a sua declaratória, os monumentos e lugares históricos foram convertidos em “semióforos” (POMIAN, 1984), em artefatos escolhidos por portarem uma referência a algo que se queria tornar visível e lembrado, pelo seu valor simbólico. Destacamos, finalmente, que uma quantidade significativa do total de monumentos e lugares históricos protegidos na Argentina até os dias atuais foi declarada durante a primeira gestão da CNMMYLH, perfazendo um total de 335 bens entre 1938-1946. Excetuando-se os Lugares Históricos – e outras categorias criadas nas décadas seguintes, como Bens de interesse histórico, Bens de interesse histórico-artístico, Cidade histórica, Povoado histórico, Patrimônio histórico-cultural –, o Guia de “Monumentos Históricos Nacionais e outros bens declarados da República Argentina” (DE

MAIS; MENA, 2009) indica que, até o ano de 2007, haviam sido declarados no país 443 monumentos históricos e histórico-artísticos nacionais. Cabe-nos analisar, em seguida, quais valores foram atribuídos a esses bens.

CAPÍTULO 3
Os bens declarados



Redução de Alta Gracia, Córdoba, Argentina.
Fonte: Argentina. *Archivo General de la Nación* - Dpto. Doc. Fotográficos. Inventario 69064.

No texto de abertura do volume intitulado “Monumentos y Lugares Históricos de la República Argentina”, publicado em 1944, Ricardo Levene relatou que desde o começo das atividades da *Comisión* em 1938 e, especialmente, desde a promulgação da Lei 12.665 de 1940, a instituição havia:

[...] realizado una intensa labor de estudio previo acerca de los restos y los sitios históricos, fundada en la verdad y su comprobación documental, para obtener después del P. E. la declaración de Monumentos o Lugares Históricos, según los casos. La selección se ha hecho conforme a un riguroso criterio histórico o histórico-artístico teniendo en cuenta la antigüedad, el valor arquitectónico o la trascendencia del acontecimiento recordado (COMISIÓN..., 1944, N. 6, p. 303).

O volume aportava informação a respeito de 131 monumentos e 67 lugares históricos declarados e, segundo o presidente da *Comisión*, o trabalho já realizado não impedia que se solicitasse a declaração de outros bens ou que se realizasse o assinalamento de lugares onde tivessem ocorrido acontecimentos de significado para a história. Destacava ainda que a declaração de Monumentos e Lugares Históricos lhes assignava “alta hierarquia” e tornava possível a realização de dois fins superiores da Lei 12.665: sua conservação e restauração (1944, N. 6, p. 303-304). Desse modo, ainda que a CNMMyLH tenha encaminhado ao Poder Executivo, durante seus primeiros anos de atuação, as listas de bens existentes em cada uma das províncias ou territórios do país, o patrimônio histórico e artístico nacional continuou sendo incrementado posteriormente, a partir da solicitação de agentes diversos. Chama a atenção a preocupação com a “verdade” e com “sua comprovação documental” que tinha pautado a seleção dos bens, evidenciando que os membros do órgão haviam estendido as práticas metodológicas de seu campo profissional para a política de preservação do patrimônio histórico.

O excerto igualmente se refere aos critérios empregados pela instituição para proceder à seleção dos bens, sendo eles o “critério histórico” e o “critério histórico-artístico”, que levavam em conta a antiguidade, o valor arquitetônico ou a “transcendência” do acontecimento recordado. Tais critérios e valores, como apontamos anteriormente, foram expressos nas resenhas dos bens que a *Comisión* encaminhou ao Poder Executivo como justificativa para a sua declaração e que passaram a compor o teor dos decretos¹⁵⁰. São essas resenhas o objeto principal de análise deste capítulo, tomadas como fontes privilegiadas para aferirmos quais foram os valores atribuídos aos bens protegidos durante a primeira gestão da CNMMyLH. O exame desses valores nos permite vislumbrar a imagem da nação construída pelo órgão através

¹⁵⁰ Comumente, o texto dos decretos, assinados pelo presidente do país, indicava que “o valor histórico ou artístico” dos bens resultava “das referências aportadas pela *Comisión*”, ali, então, reproduzidas.

da política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, assim como analisar por que determinados bens foram selecionados em detrimento de outros.

Importante recordar aqui que os valores conferidos aos bens culturais não são naturais ou inerentes a eles, mas construídos pelos diferentes grupos e instituições. Podem ser compreendidos como uma “invenção” com a finalidade de “gerar discursos sobre a realidade” (PRATS, 1998). Tais sentidos são atribuídos aos bens *a posteriori*, independentemente do seu valor de uso primário. Ao serem patrimonializados pela CNMMyLH, os edifícios, praças, objetos e lugares naturais adquiriram um novo valor determinado, então, pelos interesses do órgão estatal e de seus agentes e ainda pelo significado que os bens, enquanto “semióforos”, podiam representar. Entre tantos existentes no país, os bens declarados foram sacralizados, investidos de um valor semelhante ao das relíquias por serem capazes de representar o passado e, assim, servirem de intermediários entre esse mundo “invisível” do qual fala a história e os espectadores do presente (POMIAN, 1984). Na esteira dessa alteração de valor dispensada aos objetos de coleção – que aqui estendemos aos bens culturais quaisquer que sejam quando se tornam alvo de ações de preservação –, Pomian (1984) se referiu igualmente a um novo “uso” conferido a esses bens, que é, justamente, o de serem expostos ao olhar em virtude do novo significado ou valor que lhes foi atribuído.

Guardadas as diferenças e especificidades em que o termo “uso” foi empregado pelo autor, essa reflexão nos conduz a pensar ainda em mais uma modalidade, a do “uso político do passado”. Entendido como uma “revisão instrumentalizada” de fatos históricos com fins políticos, ao longo da história esse uso foi frequentemente realizado no intuito de justificar “fenômenos de unificação nacional” e “formas de poder” ou para se construir uma imagem coerente da nação “através da mobilização de recursos oferecidos pelo passado” (HARTOG; REVEL, 2001, p. 8), caso do patrimônio histórico. Assim, ao longo do capítulo, buscamos igualmente compreender os usos ou apropriações feitas dos bens culturais com o objetivo não apenas de promover a “crença” em seu valor (BOURDIEU, 2008), mas também no relato histórico promovido pelos agentes da CNMMyLH.

Na análise das resenhas dos bens que foram “instituídos” como patrimônio nacional, pudemos confirmar a prevalência dos critérios histórico e histórico-artístico de seleção, tal qual estabelecido pela Lei N. 12.665 e pelas deliberações posteriores. A partir dessas duas orientações gerais, determinados valores ou significados foram sendo atribuídos a eles para justificar sua declaração, uns mais do que outros, quais sejam: o valor de antiguidade, o arquitetônico, o artístico, o de beleza, o de excepcionalidade, o de originalidade, o religioso, o

turístico, assim como o de “alto valor histórico”, além da ênfase a inúmeros acontecimentos e personagens pretéritos associados aos bens.

A metodologia utilizada para examinar os valores atribuídos ao patrimônio consistiu, primeiramente, na elaboração de uma base de dados com todos os bens declarados, sistematizada em ordem crescente pelo número dos decretos que concederam as declaratórias – ver Apêndice A e B. Em seguida, realizamos uma categorização desses valores com base nas resenhas de cada um deles¹⁵¹. Durante a categorização, identificamos três justificativas principais pelas quais os bens foram selecionados: 1) por aludirem a um acontecimento histórico ou serem considerados antigos, 2) por se referirem a um personagem histórico e/ou 3) por valores estéticos. Essas justificativas ordenaram a disposição da base de dados. Além destas, apareceram outras em quantidade muito inferior, que não se enquadraram nesses três pontos, como o valor de excepcionalidade, o de originalidade, o religioso e o turístico. Por último, e no intuito de ampliar nossa compreensão sobre os critérios que regeram a seleção dos bens, criamos mais uma coluna para verificar a tipologia de domínio dos bens (civil, religioso, militar, natural ou arqueológico). Tendo isso em vista, a base foi disposta da seguinte forma:

Pro- víncia	Bem declarado	Declara- do como (MH, LH, ...)	Nº do Decreto ou Lei	Declarado por				Tipo (civil, religioso, militar, natural, arqueológico)
				Acontecimento histórico ou Antiguidade	Personagem histórico	Valor estético (arquitetura, beleza, arte)	Outro valor	

Para categorizar os valores conferidos aos bens utilizamos palavras-chave, escolhidas a partir das informações expressas nas resenhas. Muitos dos bens reúnem dois ou mais valores pelos quais foram declarados, como é o caso do monumento *Casa del obispo José Colombres*, localizado em Tucumán, cuja resenha assim o descreve: “Um dos mais bonitos exemplares de casas coloniais do final do século XVIII. Pertenceu ao bispo Colombres, a quem se atribui a fundação da indústria açucareira no país” (COMISIÓN..., 1942, N. 4, p. 546). Desse modo, na coluna “Acontecimento histórico”, atribuímos a palavra-chave Antiguidade para este bem; na coluna “Personagem histórico”, a palavra Bispo Colombres; e, na coluna “Valor estético”, as palavras-chave Beleza e Arquitetura colonial. Dependendo das referências aportadas pela

¹⁵¹ As resenhas podem ser consultadas diretamente nos decretos que concederam as declaratórias (acessados no arquivo da CNMMyLH), mas também nos boletins da instituição, já que a maioria dos decretos e das resenhas dos bens deliberadas pela *Comisión* foi publicada na Seção Monumentos e Lugares Históricos.

Comisión, um monumento pode ter recebido palavras-chave em apenas uma dessas colunas ou em todas elas.

Queremos ressaltar que a atribuição das palavras-chave foi realizada, rigorosamente, com base nas resenhas dos bens. É muito provável que, no tempo transcorrido entre a declaração dos monumentos aqui analisados e os dias atuais, outros valores tenham sido conferidos a eles por parte do poder público ou da sociedade e justificado o seu *status* de patrimônio¹⁵², porém, é a explicação dada pela CNMMyLH para a preservação desses bens, no momento de sua declaração, o foco desse trabalho. Assim sendo, ainda que o monumento Cabildo da cidade de Córdoba, por exemplo, remeta à ocupação espanhola na região, esse fato não consta entre as palavras-chave da coluna “Acontecimento histórico”, mas apenas aquelas derivadas da sua resenha: Antiguidade, por ter sido construído no século XVIII, e Arquitetura, pela menção às suas “grandes linhas arquitetônicas”¹⁵³. Porém, isso não impede que, na análise da narrativa histórica apresentada a partir do conjunto dos bens selecionados, consideremos esse Cabildo como representante do período colonial, o que, em última instância, acaba remetendo à ocupação espanhola. Em síntese, reconhecemos que categorizações *a posteriori* sempre possuem limitações e é por essa razão que procuramos nos concentrar no conteúdo das resenhas de maneira estrita, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre os critérios empregados pela *Comisión* para a definição do patrimônio nacional, em seus primeiros anos de atuação.

Ainda, no intuito de homogeneizar a categorização, sempre que uma data tenha aparecido como justificativa para a preservação do bem, lhe atribuímos a palavra-chave Antiguidade na coluna “Acontecimento histórico”. Destacar a data de edificação do monumento, em nosso entender, é valorizar a passagem do tempo, qualidade que se aproxima do valor histórico. Como havia observado Alois Riegl (2014), no seu famoso texto de 1903 sobre o “culto moderno dos monumentos”, o valor de antiguidade repousa em “traços físicos” que sinalizam a sua degradação. Esta se exprime pelo efeito óptico da decomposição da superfície do monumento, o que tornaria esse valor acessível a todos. Riegl identificou dois tipos de valores nos monumentos: os de memória e os de contemporaneidade ou atualidade. Justamente, na tipologia de memória, estariam os valores de antiguidade e histórico, sendo que a qualidade deste último residiria em sua dimensão “documental”, em sua capacidade de servir

¹⁵² O próprio Guia “Monumentos Históricos Nacionais e outros bens declarados da República Argentina” (DE MASI; MENA, 2009), elaborado pela *Comisión* na última década, aporta outros e novos motivos que justificam a declaração desses monumentos, muitas vezes, decorrentes da pesquisa histórica, por meio da qual se amplia o conhecimento sobre os fatos ocorridos em suas imediações.

¹⁵³ A frase exata que encontramos na resenha do monumento Cabildo da cidade de Córdoba, é: “del siglo XVIII, de grandes líneas arquitectónicas” (Cf.: Decreto 90.732/1941).

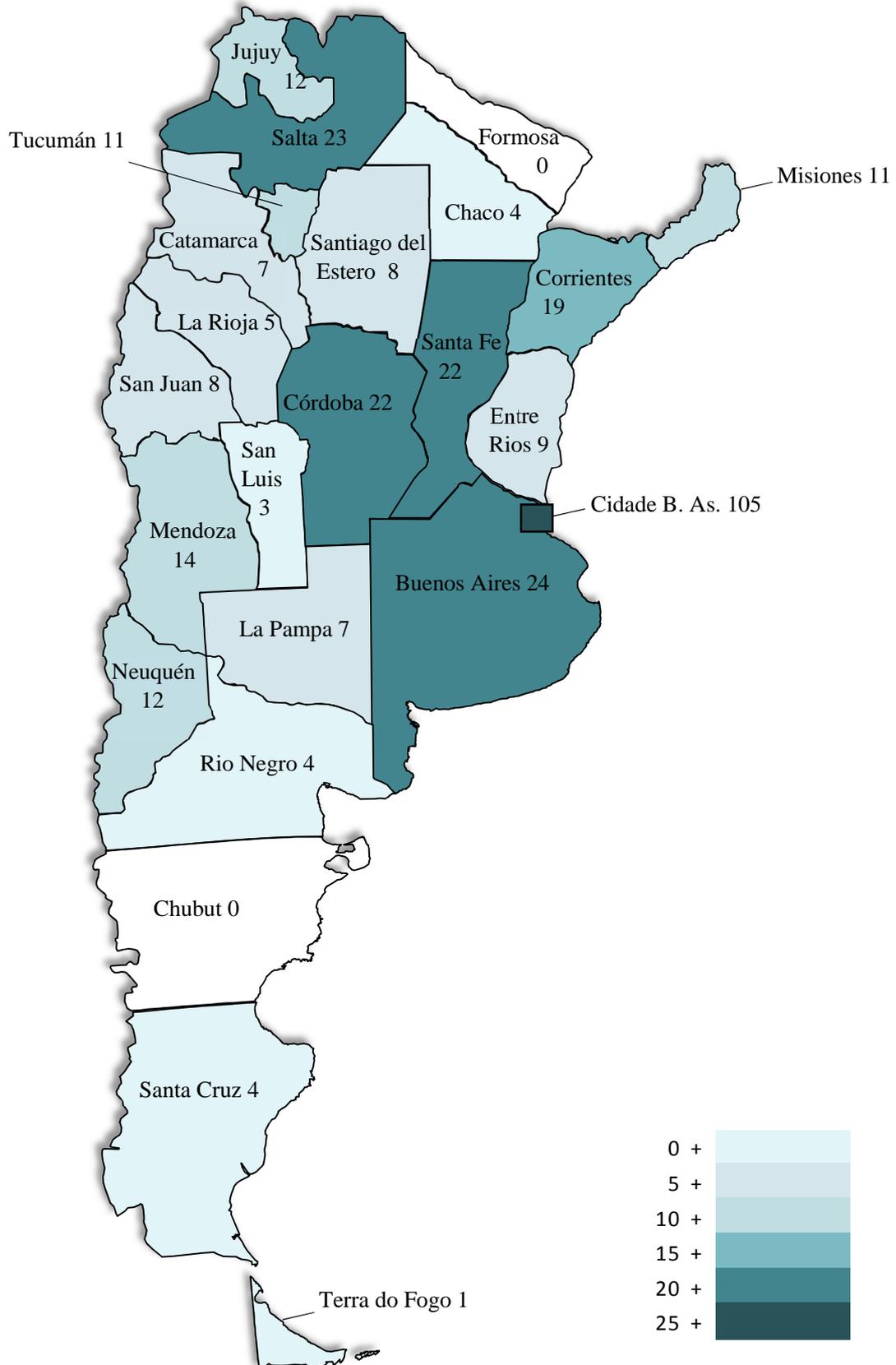
como “testemunho de uma época”, razão pela qual deveria ser mantido o mais fiel possível a seu aspecto original. Conforme Choay (2006), o valor histórico atribuído aos bens também pode ser compreendido como um valor cognitivo ou educativo, na medida em que os monumentos históricos são portadores de conhecimentos vários – história política, dos costumes, da arte, etc. – e propiciam o sentimento nacional.

A expressão “valor histórico” também foi utilizada pelos agentes da *Comisión* para justificar a declaração dos bens e, por isso, tratamos essa como mais uma palavra-chave. Diferentemente da Antiguidade, que remete à passagem do tempo, nos casos da expressão “valor histórico” notamos que ela estava associada a fatos históricos específicos. Esta diferença pode ser vista, por exemplo, na resenha do monumento *Finca Castañares*, situado na província de Salta e declarado no ano de 1941: “Vinculada à ação do Exército do Norte, de alto valor histórico, onde se abraçaram os generais San Martín e Belgrano” (Decreto 95.687/1941). Finalmente, também utilizamos palavras-chave para identificar o acontecimento histórico ou os personagens a serem celebrados com a declaração do bem.

Ao longo da primeira gestão da CNMMyLH, foram declarados 335 bens, subdivididos em 4 categorias: 120 Monumentos Históricos (MH), 88 Lugares Históricos (LH), 9 Árvores Históricas (AH) e 118 Sepulcros Históricos (SH). Como é possível notar pela nomenclatura das categorias, a qualidade de histórico foi o principal critério observado na seleção dos bens, sendo que apenas 5 dos 335 bens não obtiveram palavras-chave nas colunas “Acontecimento histórico” e “Personagem Histórico”. A categorização dos valores realizada com as palavras-chave também nos permitiu constatar que o critério histórico-artístico adotado pela *Comisión* foi bastante significativo, tendo sido mencionados valores estéticos nas resenhas de 78 bens. Quanto aos demais valores apontados, contabilizamos 10 bens na coluna “Outro valor”, entre os quais se sobressaíram o valor religioso e o turístico. Além dessa hierarquização que privilegiou a qualidade histórica e histórica-artística no ato de seleção daquilo que seria definido como patrimônio nacional, o organismo efetuou ainda uma hierarquização entre os temas históricos de interesse, que, como se verá, determinou a eleição (ou a exclusão) do bem.

Abaixo, trazemos o mapa que elaboramos com a disposição do patrimônio declarado em toda a extensão do território argentino durante o período em questão:

Mapa 1: Incidência de bens declarados por Província/T. Nacional entre 1938 e 1946:



Fonte: Elaborado pela autora com base nos decretos de declaratórias.

O Mapa 1 nos permite fazer diversas constatações iniciais, que serão aprofundadas ao longo desse capítulo. De imediato, chama atenção o fato de que as províncias com maior número de bens declarados no período encontram-se próximas umas das outras – Buenos Aires, Córdoba e Santa Fé –, com exceção de Salta, localizada no noroeste do país. Essa concentração geográfica dos bens responde à história política e militar da região, tanto em sua etapa independente quanto na fase da administração colonial, que se desenrolou em torno do eixo Rio da Prata-Alto Peru. No caso de Córdoba, se sobressai a declaração de um grande número de bens de tipo religioso (12 de 16 MH), o que também ocorreu na província de Jujuy que, embora tenha tido um número menos expressivo de bens declarados no geral, acusou uma quantidade alta de Monumentos Históricos, equivalente à província de Buenos Aires, quase todos formados por capelas consideradas “de alto valor histórico e artístico” (Decreto 95.687/1941) pela CNMMyLH. Apesar disso, os bens de tipo religioso podem ser encontrados em quase todas as províncias ou territórios nacionais e constituem um número significativo em cada uma delas. Logo atrás, temos a província de Corrientes, com 19 bens declarados, em sua maioria Lugares Históricos que se referem tanto às antigas Missões jesuíticas quanto às batalhas da Guerra da Tríplice Aliança, por exemplo.

A cidade de Buenos Aires também se destaca no Mapa por conter um número de bens muito superior ao das províncias e territórios nacionais, compreendendo 31% do total declarado entre 1938 e 1946. No entanto, se analisamos conjuntamente o Quadro 5 abaixo, veremos que esse alto número foi alcançado em razão dos Sepulcros Históricos existentes nos cemitérios e igrejas da cidade, que perfazem 66% do seu total. Já nas demais categorias, a capital federal obteve um número semelhante de declaratórias. Na próxima faixa de cor do Mapa, podemos verificar que o Território Nacional de Misiones, localizado na fronteira com o Brasil e o Paraguai, a província de Mendoza e o território de Neuquén, situados no limite com o Chile, a província de Tucumán, mais ao norte, e a já citada província de Jujuy, localizada na divisa com o Chile e a Bolívia, obtiveram um número significativo de bens declarados. Numa leitura inicial, é possível supor que estas províncias ou territórios tenham recebido uma atenção especial da CNMMyLH por se situarem em regiões fronteiriças e distantes da capital do país, já que naquele momento era manifesto o desejo do Estado de promover uma integração territorial e econômica, para a qual também era importante integrar seus habitantes como membros da nação. Conforme mostramos no capítulo anterior, a correspondência enviada pela *Comisión* ao delegado responsável pelo Território Nacional de Los Andes – que, em 1943, foi

dissolvido e repartido entre as províncias de Jujuy, Salta e Catamarca – revelou o interesse na ampliação do número de bens a serem declarados naquele território, corroborando essa ideia.

Na sequência, temos as províncias ou territórios de Santiago del Estero, Catamarca, La Rioja, San Juan e La Pampa com um número menor de bens declarados. Por sua vez, os territórios do Chaco, Rio Negro, Santa Cruz, San Luis e Terra do Fogo encontram-se na faixa de azul mais claro do Mapa. Tratam-se de lugares conhecidos por serem as terras onde houve maior resistência indígena, anexadas somente durante as campanhas militares do Estado argentino no final do século XIX. Em consonância com o Quadro 5, vale notar que estes territórios, juntamente com Neuquén, obtiveram apenas declaratórias de Lugares Históricos, sem contar com nenhum Monumento, Árvore ou Sepulcro. Isso pode ser explicado pela escassa ocupação espanhola, *criolla* ou mesmo argentina na região e indica um desprestígio, comum à época, em relação aos bens patrimoniais tanto dos grupos indígenas que, originalmente, viviam ali, quanto de grupos mais recentes, oriundos da imigração europeia e/ou limítrofe. Por último, observamos que os territórios de Formosa e Chubut não tiveram nenhum bem declarado no período analisado. Estes dois Territórios Nacionais também integraram as terras que foram incorporadas ao Estado a partir da Lei de 1884.

Assim sendo, as tradicionais 14 províncias – que já compunham as Províncias Unidas do Rio da Prata quando da promulgação da Independência, em 1816 – foram as que contaram com um maior número de declaratórias. Apesar disso, é notória a ocorrência de monumentos e lugares históricos em toda a extensão do país – com a exceção de apenas dois territórios –, sendo esse um indicativo das preocupações do governo daquele período, cujas políticas parecem ter idealizado não apenas a integração territorial no plano material, por meio do incremento de estradas e obras públicas, mas também no plano simbólico, utilizando-se de suportes variados como o patrimônio histórico para a construção da identidade nacional.

Quadro 5: Bens declarados por Província/T. Nacional e categoria entre 1938 e 1946:

Província/T. N.	MHN	LHN	AH	SH	Total
Cidade de B. Aires	20	4	3	78	105
Buenos Aires	12	10	2		24
Salta	19	1		3	23
Córdoba	16	3	1	2	22
Santa Fe	9	3	1	9	22
Corrientes	3	11		5	19
Mendoza	5	3	1	5	14

Jujuy	12				12
Neuquén		12			12
Misiones	2	9			11
Tucumán	7	1		3	11
Entre Rios	4	2		3	9
San Juan	2	2		4	8
Santiago del Estero	3	4		1	8
Catamarca	6			1	7
La Pampa		6		1	7
La Rioja		1	1	3	5
Chaco		4			4
Rio Negro		4			4
Santa Cruz		4			4
San Luis		3			3
Terra do Fogo		1			1
Total	120	88	9	118	335

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos decretos de declaratórias.

Além de apresentar os bens declarados por província ou território nacional, o Quadro 5 os planifica em número por categoria. É interessante notar que o total de Monumentos Históricos (MH) é ligeiramente maior que o de Lugares Históricos (LH), sem haver uma discrepância entre ambas categorias no período analisado. Como explicamos no capítulo anterior, diferentemente dos MH que eram formados pelo patrimônio material ou edificado, os LH se tratavam de ambientes naturais ou acidentes geográficos, na maioria das vezes compostos por lugares de batalhas, sítios de antigas missões jesuíticas (em alguns casos, com a existência de escassos restos materiais) e lugares de fundações de cidades. Acreditamos que a categoria de LH foi criada, convenientemente, para atender ao projeto da CNMMYLH de celebração de determinados acontecimentos do passado nacional, como mais uma forma de tornar o passado visível, mesmo quando não havia marcas materiais que o atestassem. Se considerarmos que muitos dos LH declarados sequer possuíam uma demarcação que indicasse o seu reconhecimento – como, por exemplo, no caso do lugar denominado *Riachuelo*, em meio ao rio Paraná, onde se deu o primeiro combate naval da Guerra da Tríplice Aliança; ou do lugar *Luan Lauquen*, onde o Exército Expedicionário pernitoou durante a campanha do deserto de 1879 – é notório o caráter de “invenção” desses bens como patrimônios, ainda que todo o patrimônio cultural possa ser entendido como uma invenção e uma construção social (PRATS, 1998). Em outras palavras, cremos que a principal razão para a declaração desses lugares isentos de vestígios materiais tenha sido o interesse dos agentes do Estado – e entre os quais estavam

incluídos representantes de corporações, como as Forças Armadas – na exaltação dos eventos históricos aos quais estavam vinculados.

A quantidade de bens declarados por ano – rever Quadro 4, no capítulo 2 – pode ser um indicativo da clareza em relação à imagem da nação que a *Comisión* pretendia construir através da preservação dos bens culturais. Lembrando que a Lei Nº 12.665, que regulamentou o funcionamento da CNMMYLH, só foi sancionada no final de 1940, notamos que a grande maioria das declaratórias de MH e LH estiveram concentradas nos três anos seguintes à sanção dessa norma legal: em 1941 com 61 bens; 1942 com 72; e 1943 com 49, sendo que nesse último ano foram encaminhadas prioritariamente as declaratórias dos bens situados nos territórios nacionais. No ano de 1946, houve um novo pico de bens declarados, chegando à soma de 129, mas esses se tratam quase tão somente de Sepulcros Históricos, cuja listagem começou a ser levantada após o término do censo de Monumentos e Lugares Históricos existentes em todo o país. Finalmente, a categoria Árvores Históricas teve 9 exemplares declarados, dos quais 8 se deram no ano de 1946 e, em linhas gerais, mantiveram uma continuidade no que tange ao intento de celebração do período de “origem” da nação e dos personagens ligados a esse e a outros processos históricos considerados mais relevantes pelo órgão.

Em relação à última coluna da base de dados, que foi pensada para identificarmos a tipologia de domínio dos bens, chegamos a algumas constatações. Excetuando os 118 Sepulcros Históricos, restaram 217 bens¹⁵⁴. Desse total, 56 trataram-se de monumentos e lugares de tipo civil; 87 de tipo religioso; 16 de tipo militar; 27 de tipo natural; 7 que classificamos como domínio “indefinido”; e 3 de domínio arqueológico. Há ainda outros 20 bens de domínio natural que classificamos como “lugares de combate”, por aludirem a batalhas que foram travadas em campos, praias ou rios. Finalmente, há 1 MH (*o Convento de San Carlos y Campo del Combate de San Lorenzo*) que classificamos como sendo de tipo religioso e também de tipo natural/lugar de combate. Os bens de domínio religioso, como vemos, se sobressaem no conjunto das declaratórias analisadas, sendo compostos por igrejas, catedrais, capelas, reduções jesuíticas, conventos e alguns colégios de ordens religiosas. Tal categorização denota, portanto, a importância que a CNMMYLH conferiu à Igreja católica na conformação da nação, ainda que muitas dessas declaratórias também se expliquem pela valorização do legado colonial no território argentino.

¹⁵⁴ Devido à dificuldade em determinarmos a tipologia de domínio dos Sepulcros Históricos – em alguns casos, civil, em outros, religioso –, optamos por não realizar tal classificação para esta categoria de bens.

São várias as questões que se abriram durante as décadas de trinta e quarenta e foram promovendo diferentes leituras e apropriações do passado, entre as quais se enquadram as ações do Estado voltadas para a instituição do patrimônio nacional. A ascensão dos militares ao poder acarretou uma valorização do papel do exército na conformação do Estado argentino e, conseqüentemente, produziu uma exaltação dos lugares onde ocorreram as batalhas das campanhas do “deserto” e da guerra do Paraguai. Por outro lado, o surgimento de querelas no interior do campo historiográfico, boa parte delas oriundas de disputas simbólicas relativas ao cenário político nacional, orientaram a valorização de determinados eventos históricos em detrimento de outros – caso, por exemplo, dos governos de Juan Manuel de Rosas, tratados com despreço pela corporação de historiadores representada pela *Academia de la Historia*, da qual advinha boa parte dos membros da CNMMYLH. Demandas como esta explicam a preferência por certos bens culturais da parte dos agentes do órgão de proteção do patrimônio, tendo em vista os valores ou significados associados a eles. Nesse sentido, os restos materiais do período colonial e os bens associados à Revolução de Maio, à Independência e à consolidação do Estado nacional argentino foram privilegiados por operarem como testemunhos daquele passado e difundirem a imagem da Argentina como uma nação já definida antes mesmo do seu processo de independência e consolidada graças à gesta heroica dos homens que administraram o país após 1852. Há ainda outras questões que influenciaram a seleção dos bens, como os motes das pesquisas em desenvolvimento na época – que aparecem nas resenhas dos monumentos declarados por seu valor arquitetônico –, as descobertas de sítios arqueológicos e o interesse na integração do território nacional. Enfim, uma diversidade de problemáticas cujos referentes passaram a ser objeto de “ativações patrimoniais” (PRATS, 1998).

Nas seções seguintes, discutiremos os valores ou significados atribuídos aos bens, atentando, primeiramente, para o critério histórico. Logo depois abordaremos os bens declarados segundo o critério histórico-artístico estabelecido pela CNMMYLH, analisando os valores de caráter estético conferidos aos monumentos. Por último, atentaremos para os valores que extrapolam ou se sobrepõem a esses dois critérios, tomando como objeto os bens declarados por sua importância turística e religiosa. Em muitos casos, conforme já mencionado, a *Comisión* atribuiu, concomitantemente, valores históricos e estéticos como justificativa para a preservação dos bens.

3.1. Os bens declarados segundo o critério histórico (1938-1946)

Numerosos eventos considerados históricos foram comemorados pela CNMMYLH através das declaratórias de patrimônio. Para fins de análise, ao longo desta seção, procuramos agrupar os bens conforme os acontecimentos associados a eles, sempre respeitando o conteúdo mencionado em suas resenhas. No caso dos bens relativos ao período colonial, decidimos considerar a etapa da ocupação espanhola na região do Rio da Prata como um evento histórico em si mesmo, especialmente porque não foram explicitados episódios muito específicos. Na declaratória de muitos deles, mencionou-se somente a data ou o século em que foram construídos, denotando que, para a *Comisión*, esses bens também possuíam um valor de antiguidade. A presença dos jesuítas no território argentino, porém, foi bastante recorrente nas declaratórias, motivo pelo qual elas foram reunidas e analisadas a partir desse evento comum.

Quanto aos personagens históricos, decidimos realizar uma análise mais genérica, em razão do grande número de indivíduos citados – somente no caso dos Sepulcros Históricos são 118 nomes. Os personagens mais citados, no entanto, podem ser contemplados ao longo do texto, em sua relação com os acontecimentos históricos privilegiados nas declaratórias. Esta seção, portanto, busca verificar quais foram os principais temas recordados pela CNMMYLH no processo de seleção e instituição do patrimônio nacional, indagando sobre as razões destas escolhas e os usos ou apropriações feitas deles.

3.1.1. Os bens históricos da Revolução de Maio e da Independência

Em 25 de maio de 1810, ante a crise da monarquia espanhola provocada pela invasão napoleônica à península ibérica, os membros do Cabildo de Buenos Aires instauraram a *Primeira Junta Gubernativa de las Provincias del Río de la Plata*, fiel ao rei espanhol. Seus integrantes, assim, juraram uma dupla fidelidade: ao rei Fernando VII, preso na França, e à nova Junta, com sede em Buenos Aires e que havia se declarado suprema (TERNAVASIO, 2016). Considerando que o mito de origem da Argentina se encontra tanto na declaração da independência de 1816 quanto na revolução de 1810 (ENTIN, 2016), iniciamos tratando dos bens protegidos pela CNMMYLH em alusão a esses eventos.

Foi nessa perspectiva que, pelo Decreto 120.412/1942, se declarou como MH a *Pirâmide de Mayo*, inaugurada na *Plaza de Mayo* “no primeiro aniversário da Revolução, em 25 de maio de 1811”. A citada praça também foi declarada como LH pelo Decreto 122.096/1942, por ter sido “o glorioso cenário da Revolução de Maio”. Situado em frente à Praça, o Cabildo de Buenos Aires já havia sido declarado alguns anos antes pela Lei

11.688/1933, mas, como veremos, ele foi considerado pela CNMMyLH o “lugar de maior significado histórico do país”, junto com a *Casa de la Independencia*.

Um evento prévio à Revolução de Maio, mas de grande relevância para a sua eclosão, recebeu notável atenção do órgão de preservação do patrimônio, já que foi mencionado na resenha de sete bens: trata-se das chamadas Invasões Inglesas. Três desses bens se situam na província de Buenos Aires e foram declarados pelo Decreto 120.411/1942: o *Cabildo de Luján*, que além de se tratar de um edifício de arquitetura colonial, “serviu de prisão a um grupo de soldados ingleses depois das invasões”; o LH *Quilmes*, onde desembarcaram as tropas inglesas que depois foram derrotadas em Buenos Aires (25 de junho de 1806); e *Perdriel*, “lugar onde se realizou o combate entre as tropas invasoras inglesas e as defensoras comandadas por Juan Martín de Pueyrredón, em 1º de agosto de 1806”. Outros dois bens associados ao evento apareceram no Decreto 120.412/1942: a *Casa de Santiago de Liniers*, “onde viveu o herói da reconquista”, e a *Iglesia de Santo Domingo*, que “foi baluarte durante as invasões inglesas” e nela se conservam “vários troféus, bandeiras e galhardetes tomados das tropas britânicas”. Finalmente, as declaratórias da *Plaza de Mayo* e da *Plaza San Martín* (Decreto 122.096/1942) também evocaram “a conquista e a defesa da cidade, em 1806 e 1807” e a “heroica defesa do povo de Buenos Aires contra a segunda invasão inglesa”, respectivamente.

O fato de a resistência às Invasões Inglesas ter sido referida em sete bens indica o quanto esses acontecimentos eram estimados pela *Comisión*. Frente à invasão de Buenos Aires, o vice-rei de Sobremonte retirou-se para o interior do território, conduta que provocou a primeira grave crise de autoridade no Vice-reino do Rio da Prata, levando à convocação de um Cabildo Aberto, em agosto de 1806. Para enfrentar os ingleses, os próprios habitantes de Buenos Aires e de outras regiões organizaram corpos de milícia voluntários, que saíram vitoriosos nas duas ocasiões. Quando da crise de 1810, provocada pelo avanço napoleônico na península ibérica, Buenos Aires já contava com esse novo poder militar organizado durante as Invasões Inglesas (GOLDMAN, 1998). Logo, valorizar os conflitos de 1806 e 1807 implicava não apenas reforçar uma imagem heroica dos *criollos* contra os ingleses, mas atribuir protagonismo aos primeiros e, até mesmo, reascender as disputas entre a capital e o resto das províncias (TERNAVASIO, 2016). A exaltação dos episódios em questão permitia afirmar ainda a perspectiva de que a nacionalidade argentina havia sido definida antes da Revolução de maio de 1810, ideia fortemente presente nas argumentações dos historiadores ao longo do século XX.

Dando continuação à análise dos eventos mobilizados pelas declaratórias de Monumentos e Lugares Históricos, constatamos que as batalhas travadas entre o exército

revolucionário e as tropas realistas espanholas, desencadeadas nos anos que se seguiram à revolução de 1810, foram referidas de forma recorrente. A Batalha de Suipacha (atual Bolívia), por exemplo – que liberou o Alto Peru do domínio espanhol, em novembro de 1810 –, foi citada na resenha da *Casa natal do general Antonio González Balcarce* (Decreto 120.412/1942), onde nasceu “o vencedor de Suipacha”. Já a declaratória do LH *La Candelaria* (Decreto 16.482/1943), localizado na província de Misiones, mencionou que se tratava do lugar onde Belgrano se estabeleceu com seu quartel general, em 1810, na campanha ao Paraguai.

As ações do Exército do Norte – também chamado Exército Auxiliar do Peru, por estar encarregado de atuar desde o noroeste argentino até o Alto Peru (atual Bolívia), território que era abrangido pelas Províncias Unidas do Rio da Prata naquele momento – foram citadas nas resenhas de alguns MH localizados em Salta (Decreto 95.687/1941), como: a *Catedral*, “consagrada como Panteão dos Heróis do Norte, pois nela repousam os restos do general Güemes e de D. J. F. Zuviría”; a *Finca Castañares* e a *Posta de Yatasto*, ambas por estarem vinculadas à “ação do Exército do Norte”. No LH denominado *Casa Quinta donde se encuentra el Nogal de Saldán* (Decreto 104.179/1941), situado na província de Córdoba, o Exército do Norte foi novamente mencionado, ainda que a ênfase tenha sido dada ao personagem José de San Martín, que descansou à sombra dessa nogueira e viveu nessa propriedade em 1814, “quando, afetado por uma doença, teve que declinar da frente do Exército do Norte”. O LH *Loreto Viejo*, localizado na província de Santiago del Estero (Decreto 112.099/1942)¹⁵⁵, pertenceu à família do general Belgrano e foi declarado porque ali o prócer costumava passar temporadas de descanso, “durante sua permanência à frente do Exército do Norte”. De modo semelhante, o MH *El Carmen de Güemes* (Decreto 2.478/1943), situado em Salta, foi declarado por tratar-se da finca “habitada pelo general Güemes e serviu de acampamento ao Exército que, durante vários anos, guardou a fronteira norte do país contra as forças realistas do Alto Peru”.

O citado decreto dedicado aos bens de Salta (95.687/1941) também concedeu a declaratória ao MH *Fuerte de Cobos*, por ter servido como “sede do Exército Revolucionário Argentino”, e ao LH *Campo de la Batalla de Salta* que, como se sabe, alude à vitória de Belgrano no comando do Exército do Norte, quando esse enfrentou as tropas realistas, em 1813. Estas duas frentes já haviam se confrontado no ano anterior, na batalha de Tucumán, com o mesmo desfecho, o que garantiu ao governo revolucionário o controle provisório de uma vasta

¹⁵⁵ *Loreto Viejo* foi inicialmente declarado como MHN, mas sua categoria foi alterada para LHN (pelo Decreto 3.635/1948) a pedido da própria CNMMYLH, porque as construções que teriam motivado a declaratória já haviam desaparecido há muito tempo.

área do antigo Vice-reino do Rio da Prata. A batalha de Tucumán foi igualmente referida na declaração do *Campo de la Ciudadela o de las Carreras* como LH (Decreto 98.076/1941).

Por sua vez, o combate de San Lorenzo foi recordado através da declaratória do *Convento de San Carlos y Campo del Combate de San Lorenzo*, localizados na província de Santa Fé (Lei 12.648/1940), onde se realizou a batalha contra as forças realistas que navegavam pelo rio Paraná, em fevereiro de 1813. Segundo a CNMMYLH, o citado bem memorava a “brilhante ação militar” deflagrada em San Lorenzo (COMISIÓN..., N. 3, 1941, p. 459; 461), entre as tropas espanholas e os soldados de San Martín. O combate foi novamente citado na declaração da Árvore Histórica denominada *Pino del Convento de San Lorenzo* (Decreto 3.038/1946), à cuja sombra “o General San Martín escreveu parte do Combate de San Lorenzo”. A resenha do LH *Plaza San Martín* (Decreto 122.096/1942), localizado na cidade de Buenos Aires, também fez referência às ações prévias de treinamento do regimento empenhado nesse combate, pois foi no quartel do bairro de Retiro que “o General San Martín formou o Regimento de Granadeiros a cavalo que triunfou em San Lorenzo e com o exército dos Andes levou a independência ao Chile e ao Peru”.

O tema das batalhas que sobrevieram à revolução de 1810 ainda foi apontado na declaratória da *Iglesia de San Carlos Borromeo*, localizada em Salta (Decreto 137.845/1942). Esta foi considerada patrimônio nacional por suas qualidades estéticas, mas também por se vincular a alguns episódios da “guerra da Independência” e porque “em seus altares foram celebrados ofícios de ação de graças pela vitória de Tucumán, em 1812, e de Salta, em 1813”. Outra dessas batalhas foi mencionada na declaração do LH denominado *La entrada del Arroyo de la China* (Decreto 112.756/1942), situado na província de Entre Rios, onde se realizou “o combate (26 de março de 1814) entre as forças do capitão do navio Jacinto de Romarate e o capitão Notter da esquadra do Almirante Brown”. Esse combate envolveu a perseguição aos realistas comandada pelo norte-americano Tomas Notter, que morreu na batalha, a qual se encerrou com a derrota dos revolucionários (MORASAN, 2013). Por sua vez, a resenha do MH *Capilla de San Roque* (Decreto 104.179/1941) indica que essa formava parte do antigo hospital de Bethlemitas, onde foram atendidos “os soldados da Independência”. Finalmente, a declaração do *Lugar de la Antigua Bateria “Libertad”* (Decreto 112.765/1942), situado em Rosário, celebrou o local onde Belgrano içou “pela primeira vez a bandeira nacional”, em 1812.

Como é possível notar, as ações militares recordadas através desse conjunto de bens se situam no contexto do processo revolucionário, iniciado com a Revolução de Maio de 1810¹⁵⁶. Para conseguir adesão ao novo regime, o governo da Primeira Junta convocou os cabildos das cidades do interior a mandarem deputados para Buenos Aires e enviou expedições militares ao norte e ao Paraguai. A expedição ao Alto Peru logo enfrentou a primeira resistência em Córdoba, mas obteve êxito. Já no Paraguai, a expedição que tinha Belgrano à frente foi derrotada e, após a assinatura do armistício em 1811, a província declarou sua autonomia de Buenos Aires. A Banda Oriental, uma vez ocupada pelas forças navais espanholas, se viu obrigada a opor-se ao governo portenho. Assim, apesar de algumas vitórias, como a de Suipacha, o novo regime encontrou limites para sua expansão (GOLDMAN, 1998). Em janeiro de 1813, reuniu-se a Assembleia Geral Constituinte, cujos deputados silenciaram quanto ao juramento de fidelidade a Fernando VII e declararam a independência de toda autoridade eclesiástica, entre outras disposições. Nessa ocasião, a independência em relação à Espanha não chegou a ser proposta, ainda que o objetivo principal de sua convocatória apontasse a isso (TERNAVASIO, 2016).

Em meados de 1815, após cinco anos de lutas, a situação militar do Rio da Prata revolucionário enfrentava enormes dificuldades. À oeste, os revolucionários chilenos precisaram abandonar seu país, deixando aberta uma imensa frente para um possível ataque das forças realistas ao Rio da Prata através dos Andes. A Banda Oriental, Corrientes, Entre Rios e Santa Fé formavam a Liga dos Povos Livres, sob a proteção de Artigas. Desde 1814, Cuyo constituía a base de poder de San Martín, que havia trocado o comando do Exército do Norte pelo posto de governador desse território. No norte, o exército se autogovernava apoiado em povos do noroeste. As campanhas organizadas por Belgrano contra os realistas tiveram êxito em Tucumán, no ano de 1812, e em Salta, no ano de 1813, cujos lugares das batalhas inclusive foram declarados pela CNMMyLH. Porém, a estas duas vitórias se seguiram duas derrotas em Vilcapugio (1813) e em Ayohúma (1813), devolvendo boa parte do Alto Peru às mãos do vice-rei de Lima. O fracasso na batalha de Sipe Sipe (atual Bolívia), em novembro de 1815, obrigou o exército rio-pratense a abandonar definitivamente o Alto Peru e dar lugar à instalação do governo de Martín Güemes, em Salta – o mais popular e mais tolerado pelo governo central

¹⁵⁶ De 1810 a 1820, se sucederam seis governos revolucionários: Primeira Junta, de maio a dezembro de 1810; Junta Provisional Governativa ou Junta Grande, de janeiro a setembro de 1811; Junta Conservadora, de setembro a novembro de 1811; Primeiro Triunvirato, de setembro de 1811 a outubro de 1812; Segundo Triunvirato, de outubro de 1812 a janeiro de 1814; e Diretório, de janeiro 1814 a fevereiro de 1820 (GOLDMAN, 1998).

devido à resistência da província diante das seguidas invasões realistas (RABINOVICH, 2016; GOLDMAN, 1998).

Atentando para os bens que remetem a esses eventos, é possível notar que a CNMMyLH selecionou quase tão somente os lugares e monumentos vinculados às vitórias das forças das Províncias Unidas do Rio da Prata. Outro ponto a ser observado é que a declaratória do MH *Fuerte de Cobos* se deu em razão de este ter servido como “sede do Exército Revolucionário Argentino”. Essa afirmação mostra que a *Comisión* tratava as tropas das Províncias Unidas como tropas nacionais argentinas, prática comum entre aqueles que, ao longo do século XX, pretendiam narrar a história da Argentina como uma nação que já existia em 1810. No caso do LH onde Belgrano içou pela primeira vez a “bandeira nacional”, também encontramos essa tendência, já que a bandeira criada pelo prócer foi pensada no contexto das Províncias do Rio da Prata e não para o espaço que, mais tarde, se conformou como República Argentina.

Como pontuamos, as Províncias Unidas do Rio da Prata compreendiam todo o território formado pelo Vice-reino do Rio da Prata, criado em 1776 e desmembrado a partir de 1808, área que abrangia tanto a Argentina atual quanto partes do que hoje é a Bolívia, o Chile, o Paraguai e o Uruguai. Estudando o problema das origens dos estados hispano-americanos na historiografia, Chiaramonte (1993) mostrou que, na ocasião da Revolução e da Independência, não havia uma nacionalidade comum entre os habitantes destes territórios, nem mesmo entre os habitantes das províncias que, posteriormente, formaram a Argentina. O próprio termo “argentino”, na década de 1830, era usado para denominar os habitantes de Buenos Aires, mas pouco se usava para identificar as províncias individualmente (CHIARAMONTE, 2008). A adjetivação de “nacional” e “argentino” feita pela CNMMyLH para eventos daquele contexto, portanto, deve ser compreendida como fruto da vontade nacionalizadora da primeira historiografia do país que, no intuito de afirmar como legítimos os débeis estados surgidos da crise ibérica, acabou promovendo a imagem de uma nacionalidade preexistente (CHIARAMONTE, 1993). Essa versão foi consagrada no século XIX e continuou sendo afirmada pelas principais correntes historiográficas que apareceram depois. Nelas, a independência foi neutralizada dentro de um modelo fixado *a priori*, que restringia a interpretação do passado a uma contínua luta da Argentina contra o poder colonial ou imperial (ENTIN, 2016), omitindo-se as desavenças interprovinciais.

Em 1816, em meio à profunda crise e com os recursos esgotados, o governo Rio-pratense convocou um novo congresso para funcionar na cidade de Tucumán, que iniciou suas reuniões em março e designou Juan Martín de Pueyrredón como novo diretor supremo. O

Congreso General Constituyente de las Provincias Unidas en Sudamérica marcava uma mudança no rumo político do governo ao atentar para os interesses das diferentes unidades administrativas que o conformavam. Em 9 de julho de 1816, o Congresso declarou a independência das Províncias Unidas e afirmou a vontade de “investir-se do alto caráter de uma nação livre e independente do rei Fernando VII, seus sucessores e metrópole”. O texto constitucional de caráter centralista, no entanto, seria refutado pelas províncias em 1819, ocasionando a dissolução do Congresso (GOLDMAN, 1998, p. 55).

Com estes acontecimentos em vista, a *Comisión* declarou como MH a *Casa de la Independencia* de Tucumán (Decreto 98.076/1941), definindo-a como um dos edifícios do país de maior “significação histórica”, junto com o Cabildo de Buenos Aires. Vale mais uma vez a ressalva de que, embora a independência da Argentina seja comemorada nessa data, os membros do Congresso de Tucumán de 1816 não proclamaram somente a emancipação deste país, mas de todas as “Provincias Unidas en Sud América”. No contexto de 1816, não era claro quais eram essas províncias e menos ainda quais eram as que estavam unidas. Nem todas as províncias pertencentes ao Vice-reino do Rio da Prata estavam representadas no Congresso, ao passo que as cidades do Alto Peru, apesar de dominadas pelos realistas, estavam representadas, tratando-se de uma participação simbólica. Logo, a Argentina tal qual se conformou na segunda metade do século XIX não teve estritamente uma ata de independência, visto que a de 9 de julho de 1816 se referiu à emancipação de um território mais amplo (ENTIN; TERNAVASIO, 2016).

Os acontecimentos que se seguiram ao Congresso de Tucumán também foram celebrados pela CNMMyLH através da declaração de monumentos e lugares históricos. Vinculado à preparação do Exército dos Andes foi declarado o *Convento de Religiosos Dominicanos de San Juan de la Frontera*, situado na província de San Juan (Decreto 107.512/1941), observando-se que: “do antigo claustro, só se conserva a cela onde se hospedava San Martín em suas visitas a San Juan quando preparava a expedição libertadora”, e que o Convento “se transformou em “Quartel da tropa de linha” da divisão Cabot (1º de julho de 1816)”. Pelo mesmo decreto, o *Campamento Histórico de Las Chacras*, localizado na província de San Luis, trata-se do lugar onde San Martín concentrou esquadrões de granadeiros para a campanha libertadora. Já em Mendoza foram declarados os seguintes LHs: o *Campo del Plumerillo*, onde “se formou e adestrou o Exército dos Andes”; o *Solar de San Martín*, “adquirido pelo Libertador em 1818”, e a *Chacra de San Martín* (Decreto 107.512/1941).

O MH *Quinta de Pueyrredón* (Decreto 104.180/1941), situado na província de Buenos Aires, além de ser declarado por sua arquitetura, também o foi porque ali viveu o “General Pueyrredón, Diretor das Províncias Unidas do Rio da Prata”, onde “manteve diversas conferências com o General San Martín sobre o plano de campanha no Chile, que terminou com o triunfo de Maipú, sinalizando-se ainda com uma placa recordativa a árvore à cuja sombra se sentaram ambos os próceres em 1817”. Esses eventos apareceram ainda na declaratória das seguintes Árvores Históricas (Decreto 2.232/1946): o *Algarrobo de Pueyrredón* (província de Buenos Aires), pois, aos seus pés, os generais San Martín e Pueyrredón mantiveram longa conversa; o *Nogal de Saldán*, localizado na finca de Saldán (Córdoba) e sob o qual San Martín e José M. Paz se reuniram, em 1814; e o *Sauce de Plumerillo* (Mendoza), à cuja sombra, se encontraram os generais San Martín e O’Higgins, em 1814-1817.

Como salientou Rabinovich (2016, p. 57), à declaração de independência realizada pelo Congresso de Tucumán, em 1816, somou-se uma notável mudança estratégica na direção da guerra: da ofensiva terrestre pelo Alto Peru, passou-se ao plano de San Martín de cruzar os Andes, liberar o Chile e, posteriormente, invadir o Peru por via marítima¹⁵⁷. Para empreender essa operação, contudo, era necessário a constituição de um governo central estável, capaz de financiar o exército, razão pela qual o líder foi um dos principais promotores do Congresso de Tucumán, tendo exercido influência através dos deputados de sua região. A reorientação do exército para o Chile precisava ganhar apoio e o plano começou a ser discutido em Buenos Aires ainda antes de chegar a notícia da derrota em Sipe Sipe. No final de 1815, Bernardo O’Higgins e José Manuel Carrera, chefes das duas facções revolucionárias chilenas, apresentaram ao governo rio-pratense seus planos para retomar o Chile. San Martín manifestou pela primeira vez, então, seu plano concreto de cruzar os Andes pelo vale central do Chile com quatro mil homens, atacar as forças realistas e, dali, atacar o Peru pela costa. Designado diretor supremo do governo pelo Congresso Nacional em maio de 1816, Pueyrredón acabou sendo convencido a enviar as tropas para a expedição ao Chile. San Martín e Pueyrredón se encontraram em Córdoba, em julho de 1816, onde definiram todos os detalhes do empreendimento. Em janeiro de 1817, o Exército de San Martín iniciou a travessia dos Andes

¹⁵⁷ Desde a nomeação de San Martín como general chefe do Exército Auxiliar do Peru, em dezembro de 1813, muitos militares já haviam compreendido que era impossível vencer pela rota do Alto Peru. O próprio San Martín desistiu de avançar por esse caminho e limitou-se a preparar uma posição defensiva e apoiar militarmente a Martín de Güemes. Em seguida, solicitou ao governo que pudesse cuidar de sua saúde em Cuyo, sendo, então, nomeado tenente governador dessa província em agosto de 1814. Apesar disso, não é possível afirmar que o general já tivesse concebido o plano de invadir o Peru pela costa nesse momento (RABINOVICH, 2016).

(RABINOVICH, 2016). Os encontros entre os líderes para a preparação da campanha ao Chile, como vimos, foram mencionados nas declaratórias acima.

Apesar de a estratégia ter exercido um papel decisivo na independência do conjunto da América do Sul, cada recruta enviado ao Chile representou um soldado a menos para o Exército Auxiliar do Peru e para o Exército do Centro. O primeiro ficou reduzido a uma posição defensiva em Tucumán, deixando os povos do norte à mercê dos realistas, enquanto o segundo foi incapaz de resistir às milícias de Artigas na região do Litoral e, logo, teve de aceitar a ocupação portuguesa na Banda Oriental. Após a vitória em Chacabuco, no Chile, as forças de San Martín foram derrotadas em Cancha Rayada, para só triunfar na Batalha de Maipú, em abril de 1818. Desse modo, a expedição à costa do Peru ocorreu somente em agosto de 1820 e não em 1817, como almejava San Martín. A retirada das tropas realistas do Alto Peru, porém, só se deu após a Batalha de Ayacucho, realizada em dezembro de 1824. No que concerne à estruturação do novo Estado em formação, no ano de 1820, o governo rio-pratense sofreu mais uma derrota, na batalha de Cepeda (RABINOVICH, 2016). A crise da legitimidade do governo com sede em Buenos Aires aumentara durante 1819, e forças federais tomaram o poder nas diversas áreas provinciais, proclamando sua autonomia (MYERS, 2007). Em face da união de forças dos caudilhos Estanislao López, de Santa Fé, Francisco Ramírez, de Entre Rios, e José de Artigas, líder da banda oriental, as Províncias Unidas se dissolveram.

O lugar da Batalha de Cepeda, obviamente, não foi declarado como histórico pela CNMMYLH por representar o insucesso das Províncias Unidas do Rio da Prata e, também, da Argentina como Estado-nação naquele momento. Dali iniciaria o período da “anarquia”, como foi denominado pela historiografia liberal conservadora, marcado pela dissolução das autoridades “nacionais” e pelo surgimento das autonomias provinciais. Como a maioria dos membros da *Comisión* representava a *Academia de la Historia*, não surpreende que os bens selecionados por eles tenham atendido a esse modelo segundo o qual a história do país era narrada como um Estado nacional em evolução, cujas bases teriam sido moldadas antes mesmo da Revolução de Maio. Não lhes interessava, portanto, relatar que, entre 1810 e 1820, os revolucionários tiveram de lidar com a intenção centralista de Buenos Aires e as tendências ao autogoverno das demais cidades. Era nesse ponto que residia o debate, porque, com a nova ordem estabelecida, o sistema de representação política passou a ser regido pela cidade e limitado aos “vecinos” da antiga tradição hispânica. A identidade que surgia no processo de emancipação, portanto, era política e foi determinada pelas cidades ou “pueblos”, então

convocados a participar por meio de seus cabildos na Primeira Junta¹⁵⁸. Foram esses “pueblos” ou cidades que tenderam a se constituir em entidades soberanas sob a denominação de províncias (GOLDMAN, 1998). Conforme mostrou Chiaramonte (1993; 1997; 2004), na primeira metade do século XIX, ainda não existia uma classe dirigente a nível nacional, mas apenas de alcance local. A província era a unidade sociopolítica de maior vigência e nela se desenvolvia o essencial dos fenômenos econômicos, sociais e políticos da época.

Alguns episódios políticos ou militares que se seguiram a 1820, envolvendo os interesses autônomos das diferentes províncias argentinas, chegaram a ser referidos nas declaratórias, como o LH *Plaza del Pilar* (Decreto 120.411/1942), situado na província de Buenos Aires, na cidade onde se assinou, em 1820, o tratado interprovincial entre os governadores de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios, o “primeiro dos ‘pactos preexistentes’ invocados no preâmbulo da Constituição Nacional”. No mesmo sentido, o LH *Vinará* (Decreto 112.099/1942), situado na província de Santiago del Estero, foi declarado por se tratar do lugar “onde se assinou, em 5 de junho de 1821, o primeiro tratado de paz e amizade entre Tucumán e Santiago del Estero, como consequência da derrota de Ibarra neste ano”. Já o MH *Sala de la Junta de Representantes* (Decreto 120.412/1942), localizado na cidade de Buenos Aires, recordou o Congresso Geral Constituinte de 1824 a 1827 reunido ali e que designou Bernardino Rivadavia como primeiro presidente, em 7 de fevereiro de 1825. Em resumo, tratam-se de lugares e ou edifícios de simbólica importância no processo de conformação da Argentina como Estado nacional, possivelmente eleitos com o objetivo de atenuar a imagem dos conflitos entre as províncias e salientar os episódios que permitiram a sua integração.

Outros 4 bens declarados no período se referiram à guerra contra o Brasil, ou à Guerra da Cisplatina, travada pela posse do território do Uruguai: o LH denominado *Dársena Norte*, localizado na cidade de Buenos Aires (Decreto 120.412/1942), “em frente ao local onde a esquadra do Almirante Brown lutou o combate naval de Los Pozos”; o MH *Torre de la Capilla del antiguo fuerte*, situado em Carmen de Patagones, província de Buenos Aires (Decreto 120.411/1942), “onde foi rechaçado vitoriosamente o ataque realizado pela esquadra e exército

¹⁵⁸ Dentro da ordem jurídica-política colonial, as cidades tiveram um papel particular: mais do que constituírem uma simples modalidade de povoamento, eram concebidas como repúblicas com autoridade e ordenamento sócio-político específico (GOLDMAN, 1998, p. 41), ao passo que o “vecino” era uma categoria social com implicações legais e jurídicas e expressava os laços sociais de integração, lealdade e identificação com uma comunidade; era uma condição à qual se acedia por reconhecimento. Cada cidade era uma entidade política e a “cabecera” de uma jurisdição mais ampla, basicamente rural, que se concebia subordinada, mas inseparável dela. A elite urbana exercia uma espécie de autogoverno local. Acima dela, até a década de 1780, só funcionava um débil sistema administrativo, com reduzida capacidade efetiva para intervir no governo de cada âmbito territorial e forçado a negociar com estas elites o exercício de sua autoridade (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2016, p. 136).

brasileiro, em 7 de março de 1827”; o LH *Playa de Quilmes* (declarado pelo mesmo decreto), em frente à qual ocorreu “o combate naval em que a esquadra argentina, ao mando de Brown, venceu a esquadra brasileira, em 24 de fevereiro de 1827”; e a *Playa de San Isidro*, localizado na província de Buenos Aires (Decreto 6.115/1943), lugar de “significado transcendental na história do Rio da Prata”, dado que o desembarque dos 33 no território oriental “inflamou o patriotismo dos habitantes do Uruguai e culminou na Batalha de Sarandi”. Ainda conforme a resenha do LH:

[...] la referida expedición constituye también un suceso especialmente rioplatense y americano, ya que los primeros libertadores de la Provincia Oriental declararon en la Asamblea de La Florida, el 25 de agosto de 1825, que el territorio quedaba reincorporado a las Provincias Unidas del Río de la Plata y que el Congreso Nacional reunido en Buenos Aires sancionó la reincorporación en ese mismo año, determinando los sucesos siguientes la emancipación del país hermano.

Tais declaratórias expressam uma versão do passado que, de modo geral, vem ao encontro do que foi analisado até aqui, se considerarmos que elas aludem à união entre as províncias do Rio da Prata e a província Cisplatina (Uruguai). Os lugares e monumento selecionados também exaltaram a participação da “Argentina”, isto é, das Províncias Unidas, na guerra de emancipação do atual Uruguai empreendida contra o Brasil, entre 1825 e 1828, além de valorizarem o fato de os libertadores da província oriental terem declarado, num primeiro momento da guerra, a reincorporação desta às Províncias Unidas do Rio da Prata.

3.1.2. Os bens referentes ao período de Rosas e da “organização nacional”

Em reunião da CNMMLH de 1941, Levene sugeriu:

[...] como criterio general para determinar los lugares históricos do país, que sólo fueran tenidos en tal carácter los sitios en que se desarrollaron episodios relacionados directamente con la guerra de la emancipación y no de las guerras civiles, con excepción de la batalla de Caseros, que por su significado y trascendencia podía equipararse a una batalla de la independencia. Después de un cambio de ideas se resolvió aprobar la iniciativa del señor presidente. El señor Zabala preguntó cómo debían considerarse los hechos de la guerra del Paraguay y Brasil, conviniéndose en considerar este aspecto con más detenimiento, teniendo presente el espíritu de unión y solidaridad americanas. Así se resolvió (COMISIÓN..., N. 4, 1942, p. 737).

A discussão realizada entre os membros da *Comisión* é extremamente importante para compreendermos os critérios que orientaram as práticas de seleção dos bens durante o período analisado e por comprovar que os membros do órgão estabeleceram uma hierarquia entre os acontecimentos históricos que viriam a ser privilegiados nessa seleção. Fica claro o princípio

de não se declararem lugares vinculados às guerras civis, decisão que, conforme já mencionado, entendemos como uma forma de minimizar a tendência das províncias ao autogoverno. Além do destaque dado aos eventos da emancipação do país, seriam também priorizados aqueles lugares associados à Batalha de Caseros, acontecimento símbolo da queda do governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, e do início da “organização nacional”.

O conteúdo dessa ata esclarece ainda como eram tomadas as decisões sobre o que deveria ser considerado patrimônio, tendo em vista a colocação do vogal Zabala a respeito da Guerra da Tríplice Aliança. Ao ser realizada em 1941, a discussão mostra que essas deliberações entre os vogais continuaram sendo efetuadas no decorrer da primeira gestão da CNMMYLH, revelando particularidades da estruturação da nova instituição, cujas regras ainda estavam sendo consolidadas. No capítulo anterior, expusemos as definições estabelecidas pela *Comisión* durante a elaboração das fichas para o censo de Monumentos e Lugares Históricos. Através do item “Acontecimento Histórico” já se havia explicitado que na seleção dos bens seriam considerados feitos políticos diversos, feitos de guerra, feitos de caráter social, etc., bem como outros eventos ligados a “aspectos importantes da evolução nacional” (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 234).

Notamos, deste modo, a predisposição da CNMMYLH de se utilizar do patrimônio histórico – ou ainda de inventar um patrimônio histórico – para construir uma imagem coesa da nação argentina e em permanente evolução, sem conflitos ou rupturas entre as províncias, e que justificasse a sua unificação em torno de um Estado federal. Tal discurso não se explica apenas pela versão historiográfica adotada pelos membros da instituição, mas deve ser compreendido no horizonte dos governos da década de 1930-1940, que então se apresentavam como continuidade do projeto oligárquico da década de 1880, derrotado em 1916. Ao longo do período, todo um esforço foi empreendido para a elaboração de “uma liturgia patriótica”, composta por celebrações, monumentos e fixação de efemérides, sob a fórmula do “fortalecimento da consciência nacional” (PAGANO, 2014, p. 49).

A partir dessas considerações, é possível compreender a proteção de bens que se refiram às oposições enfrentadas por Rosas, considerado pela historiografia liberal como o principal responsável por atrasar a Constituição nacional e impedir a organização da Argentina como república federal. Apesar de todo o controle exercido pelo governador de Buenos Aires¹⁵⁹, a

¹⁵⁹ O primeiro governo de Juan Manuel de Rosas na província de Buenos Aires se deu entre 1829 e 1832, no marco do conflitivo contexto interprovincial. Sua gestão esteve marcada pela delegação de faculdades extraordinárias ao poder executivo e pela desaparecimento do Partido Unitário do cenário político bonaerense. Contudo, a partir de 1830, o Partido Federal começou a fraturar-se, processo que se acentuou quando Rosas se negou a assumir um novo mandato como governador, ao final de 1832, e se dedicou à Campanha do Deserto com o intuito de avançar sobre

ordem imposta por ele foi fortemente confrontada no final da década de 1830. Em 1839, o general Juan Lavalle encabeçou uma campanha militar para derrubá-lo, contando com o apoio dos exilados unitários e dissidentes que residiam em Montevideo, entre outros. Já em 1840, alguns grupos provinciais de Salta e Tucumán, descontentes com a gestão dos assuntos externos controlada por Buenos Aires, levou à formação de uma aliança, a Coalizão do Norte, que contou com a adesão de Catamarca, La Rioja e Jujuy, cujo objetivo era denunciar as manobras autoritárias do governador de Buenos Aires e, igualmente, derrocá-lo. Apesar de ter dominado grande parte das províncias do interior, a Coalizão acabou fracassando: Lavalle não pôde juntar-se a eles e os exércitos de Buenos Aires, capitaneados por Manuel Oribe, impediram o seu avanço (SALVATORI, 1998; TERNAVASIO, 2009). A Coalizão ou “Liga do Norte” foi um dos acontecimentos citados na justificativa da declaração da *Casa natal de Nicolás Avellaneda* (Decreto 98.076/1941), localizada em Tucumán, por nela ter nascido o ex-presidente Nicolás Avellaneda, filho de Marco Avellaneda, sendo esse “herói e mártir da Liga do Norte”. As forças de Lavalle foram derrotadas e seu líder morto, em 1841. A *Casa donde fue muerto el General Lavalle* também foi declarada como MH (95.687/1941), informando-se que ela se conservava em perfeitas condições e atraía numerosos turistas.

Entre os primeiros bens declarados figura o MH *Pirámide en la plaza Castelli* (Lei 12.621/1939), localizada na cidade de Dolores, província de Buenos Aires, e o LH *Mausoleo de Chascomús* (Ley 12.622/1939), localidade situada na mesma província. Ambos bens recordam a oposição a Rosas que também surgiu no contexto da campanha liderada por Lavalle. A *Pirámide* é comemorativa ao levantamento dos proprietários do sul da Província de Buenos Aires contra o governador Juan Manuel de Rosas, em 1839, cuja pedra fundamental foi colocada em 1859. Já o *Mausoleo* “guarda os restos dos patriotas que sucumbiram na batalha de Chascomús”, ocorrida em 7 de novembro de 1839. Esse movimento armado contra o governador decorreu do descontentamento dos estancieros com as políticas de terras, com os

a fronteira indígena e incorporar novas terras. Com a morte de Facundo Quiroga, em 1835, ficou vaga a liderança regional exercida pelo caudilho nas províncias do interior, fato que desencadeou, em Buenos Aires, o medo do retorno dos enfrentamentos da década anterior e deu início ao segundo governo de Rosas. A Legislatura portenha renunciou ao seu protagonismo e entregou ao político as faculdades extraordinárias que ele tanto reivindicara. Sua designação foi feita pelo período de cinco anos e não de três como constava na lei de 1823, além de depositar em sua pessoa “toda a soma do poder público” da província. Ao longo de seu segundo governo, a Federação foi identificada como causa nacional, porém assumiu contornos ambíguos na medida em que se consolidou um sistema de poder centralizado na figura de Rosas, que se estendeu para além das fronteiras da província. Para que o consenso em torno de Rosas e da causa federal fosse visível, o governo se valeu de instrumentos como plebiscitos, eleições periódicas e celebrações festivas, que mobilizavam o apoio da população e serviam para reforçar ainda mais sua legitimidade. A liberdade de expressão foi sendo cerceada de maneira crescente. Especialmente a partir de 1839, a imprensa e as associações da sociedade civil foram submetidas a um forte controle estatal. Cf. Ternavasio (2009) e Salvatore (1998).

abusos de poder do governo e também com o bloqueio francês do porto de Buenos Aires. Eles contavam com o apoio da suposta invasão que Lavalle realizaria desde a campanha da província. Contudo, seu itinerário mudou, o líder acabou ingressando por Entre Rios, e o levantamento iniciado nos distritos de Dolores e Chascomús com forças improvisadas foi rapidamente reprimido pelos regimentos de fronteira (SALVATORE, 1998; TERNAVASIO, 2009). As declaratórias citadas, portanto, desvelam um discurso difundido através dos bens protegidos que não era, obviamente, nada neutro, haja vista que se priorizou homenagear os inimigos de Rosas em detrimento do caudilho.

Outro evento mencionado nas resenhas e que abarca o período rosista é o combate de *Obligado*, declarado como LH (Decreto 120.411/1942) por se tratar do “lugar em que o exército argentino, ao mando do General Mansilla, defendeu [...] a passagem da esquadra anglo-francesa em 20 de novembro de 1845”. É notável a valorização do evento como uma defesa da soberania “argentina”, mas o que chama a atenção aqui é que esse reconhecimento não foi atribuído a Rosas, mas concedido apenas ao general encarregado da ofensiva. A citada batalha envolveu conflitos externos: nas águas do rio Paraná, se enfrentaram a Confederação e a frota anglo-francesa, em 20 de novembro de 1845. A contenda foi influenciada pelas pressões dos exilados unitários e dissidentes que residiam em Montevidéu, mas também envolveu a pressão sofrida pelo ministro inglês Aberdeen para que abrisse os rios internos da Confederação à navegação ultramarina. O ministro então exigiu do governo de Buenos Aires a retirada de suas forças do território do Uruguai. Frente à negativa de Rosas, a frota anglo-francesa declarou o bloqueio do Porto de Buenos Aires¹⁶⁰. Em novembro, essas forças realizaram uma incursão pelo rio Paraná, forçando sua abertura à navegação internacional. Rosas ordenou o estabelecimento de uma bateria de artilheiros na *Vuelta de Obligado*, mas os navios conseguiram passar (TERNAVASIO, 2009)¹⁶¹.

Rosas só foi destituído de seu cargo de governador e de encarregado das relações exteriores da Confederação em 1852, na histórica batalha de Caseros. Foi derrotado pelas forças aliadas de Entre Rios, Corrientes, Brasil e Uruguai, comandadas por Justo José de Urquiza,

¹⁶⁰ Por se sentirem prejudicadas em seus negócios com o porto de Montevidéu, e sob o pretexto de pacificar as relações entre o governo de Buenos Aires e o de Montevidéu, França e Inglaterra exigiram que Rosas retirasse sua esquadra do Uruguai – que então apoiava Oribe –, mas como ele se negou, ambas as potências bloquearam o porto de Buenos Aires entre 1845 e 1848 (TERNAVASIO, 2009, p. 234).

¹⁶¹ A estratégia de resistir ao bloqueio, ao final, acabou sendo positiva para Rosas. O líder recebeu apoio da população, contrária a esse ato de invasão externa, e, posteriormente, Inglaterra e França acabaram reconhecendo a navegação do rio Paraná como um problema interno à Confederação Argentina (SALVATORE, 1998).

líder federal que governava a província de Entre Rios desde 1841¹⁶². Por meio de um pronunciamento, em 1851, Urquiza aceitava assumir as relações exteriores da Confederação. Como já havia encenado tantas vezes, Rosas renunciava as suas faculdades a cada determinado período de tempo para que, em seguida, a Sala de Representantes peticionasse a prorrogação de seu mandato, perpetuando a indefinição no arranjo nacional. Entretanto, com seu pronunciamento, Urquiza pretendia pôr fim às guerras civis e organizar definitivamente a nação sobre bases constitucionais (SALVATORE, 1998). Em 3 de fevereiro de 1852, as tropas de Rosas e de Urquiza combateram nos campos de Caseros, a 30 quilômetros de Buenos Aires. A batalha de Caseros é simbólica porque produziu a queda do regime vigente desde a década de 1830, que era o governo de uma confederação de províncias sob a hegemonia portenha; um regime paradoxal, que defendia o sistema federal por meio do centralismo político (SABATO, 2012; SALVATORE, 1998).

A CNMMYLH referiu-se diretamente a Caseros nas declaratórias de três bens: o LH *Caseros* (Decreto 120.411/1942), como “lugar onde ocorreu a batalha entre o exército de Urquiza e as forças de Rosas, em 3 de fevereiro de 1852”; o MH *Palomar de Caseros* (declarado pelo mesmo decreto), edifício construído em 1799 por Bernardo Caseros e em cujas imediações ocorreu “a batalha entre o exército do general Urquiza e as tropas de Rosas, que terminou com a ditadura deste último”; e a *Árvore Histórica Ombú del Campo de Caseros* (Decreto 3.038/1946) que podia ser observada “nas gravuras litográficas que documentam a batalha e o campo”, “gravuras cujos desenhos se devem a uma testemunha ocular e que foram publicadas pouco tempo depois de ocorrido aquele feito de armas”. Aqui, revela-se novamente a busca da autenticidade, dessa vez por meio da figura da “testemunha ocular”. Por último, o LH *Punta Gorda* (Decreto 112.756/1942), situado na província Entre Rios, também aludiu à oposição e à queda de Rosas, pois, segundo sua resenha, se trata do lugar “onde passaram os exércitos libertadores de Lavalle e Urquiza”.

Uma placa comemorativa já havia sido instalada, em 1941, no lugar da batalha de Caseros, sendo esta considerada pelos agentes do órgão como “a batalha pelos ideais de maio

¹⁶² Apesar de Urquiza ter sido leal a Rosas durante a década de 1840, algumas mudanças começaram a afetar a ordem imposta: o monopólio exercido por Buenos Aires no comércio ultramarino, a Aduana e a livre navegação dos rios foram as causas principais que geraram o conflito que derrocou o governador. A guerra no Uruguai e o bloqueio anglo-francês ao porto de Buenos Aires ajudaram a estimular a economia entrerriense. Os estancieiros da província, desse modo, tinham enorme interesse em manter o comércio costeiro com a capital Uruguiaia. Por sua vez, a situação de Rosas com o Brasil se agudizava, já que esse último país apoiava o governo de Montevidéu, ao passo que Rosas apoiava o de Oribe em seu cerco à capital uruguiaia. O Brasil também tinha interesse na livre navegação do rio Paraná, disputa suficiente para fazer o país aderir ao pronunciamento de Urquiza (TERNAVASIO, 2009).

contra a tirania de Rosas” (COMISIÓN..., N. 4, 1942, p. 27). Fica evidente, assim, a postura historiográfica assumida pela *Comisión* na seleção dos bens. O período dominado pelo caudilhismo foi muito criticado pelos historiadores do século XIX porque as posturas segregacionistas dos líderes provinciais teriam impedido a Argentina de seguir o seu destino já traçado na época da independência, o de ser uma nação unida, como se essa houvesse preexistido aos estados provinciais. Com o movimento revisionista surgido em fins dos anos 1920, novas figuras foram incorporadas ao panteão dos heróis nacionais e Juan Manuel de Rosas começou a ser requerido (BUCHBINDER, 1994). O vogal da CNMMyLH Emilio Ravignani foi um dos principais historiadores da época que debateu acerca do sistema político argentino e da viabilidade do federalismo. Em suas obras, afirmava que o Pacto Federal de 1831 já consumava a etapa formativa do federalismo argentino, considerando que os acordos posteriores apenas confirmaram o seu conteúdo. Desse modo, Ravignani “ressignificava a etapa considerada ‘anárquica’ e o papel dos caudilhos”, pois considerava que era esse o momento do surgimento da entidade provincial e da solidez da ideia de unidade nacional (PAGANO; DEVOTO, 2009, p. 167-168). Apesar dessas novas interpretações sobre Rosas e os caudilhos, é notável que na seleção dos bens empreendida pela CNMMyLH imperou a visão mais tradicional, da qual boa parte de seus membros era herdeira. O Pacto Federal de 1831, que representou uma aliança entre as províncias e uma base inicial para o federalismo, foi simplesmente omitido da narrativa.

Todas estas declaratórias que exaltam a queda de Rosas em 1852 e valorizam os ataques ao governo do caudilho devem ser compreendidas à luz do contexto em que foram produzidas. Como abordamos no capítulo 1, em meados da década de 1930, surgia um novo grupo de intelectuais no cenário historiográfico, que ficou conhecido por Revisionismo histórico. A paulatina aparição do revisionismo se deu por meio da intervenção pública do grupo e da construção de um adversário que era historiográfico e político (CATTARUZZA, 2003). Esse adversário era a *Academia Nacional de la Historia*, justamente a corporação da qual provinham os membros da CNMMyLH. Reunidos em torno do *Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas*, os revisionistas denunciavam a existência de uma “história oficial” produzida pela *Academia* e sustentada pelo Estado argentino. A vertente revisionista centrava sua crítica no regime político liberal e valorizava o governo de Rosas por sua oposição ao domínio estrangeiro e pela defesa dos interesses nacionais (RODRÍGUEZ, 2001; HALPERÍN DONGHI, 2006).

Conforme Galasso (2004), a corrente representada pela *Academia*, que se denomina “História oficial”, liberal ou “mitrista”, e que imperou por um século, exaltou determinados homens como os construtores da Argentina, ao passo que retratou os caudilhos Juan Manuel de Rosas, Juan Facundo Quiroga, José Artigas e Felipe Varela como aqueles que se opuseram ao progresso, aos ingleses e ao livre-mercado¹⁶³. Tendo em vista tal conjuntura, é possível compreender a narrativa do passado difundida pelo órgão de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional: ela não apenas expressa essas disputas de ordem tanto historiográfica quanto política, como conforma mais um espaço no interior desse “campo” para se consolidarem as posições dos agentes e também a difusão da história oficial¹⁶⁴.

É nesta perspectiva que se seguiram as declaratórias de bens vinculados à etapa aberta em 1852. A Constituição de 1853 foi lembrada nas resenhas de três MH declarados pelo Decreto 112.765/1942: a *Catedral de Paraná*, capital da província de Entre Rios, por ali ter ocorrido o “Primeiro Congresso Nacional, após a sanção da Constituição de 1853”; o *Templo y Convento de San Francisco*, situado em Santa Fé, visto que “na sacristia se conserva o Cristo ante o qual juraram os Constituintes de 1853”; e a *Iglesia de la Merced o Templo de la Inmaculada*, também em Santa Fé, observando-se que nela ainda se conservavam “alojamentos primitivos que os Constituintes ocuparam em 1853”. Na mesma linha, a Confederação Argentina (1854-1861) foi recordada pela declaração do *Local que ocupó el Senado de la Confederación*, situado na cidade de Paraná.

Lembramos que Buenos Aires não aderiu ao Acordo de San Nicolás e permaneceu fora da Confederação Argentina entre 1852 e 1860, funcionando como um estado autônomo. A Constituição, promulgada em 1853, estabeleceu uma república federal com um poder nacional, cuja sede se instalou na cidade de Paraná, capital da província de Entre Rios. Com ela, encerrava-se o capítulo da tradição confederada, vigente a partir da década de 1820, assim como as aspirações unitárias (SABATO, 2012). Para o vogal Luis María Campos Urquiza – neto do próprio General Urquiza por via materna –, que se manifestou em reunião da CNMMYLH no

¹⁶³ Salvatore (1998) ressalva, porém, que em qualquer das vertentes – liberal, revisionista ou marxista – procurou-se reduzir o papel das práticas políticas e da cultura política na formação do federalismo rosista. Rosas foi apresentado ora como detentor de um poder sem limites, ora como defensor da soberania nacional ou ainda como representante de uma determinada classe social. Em qualquer desses casos, o papel da sociedade civil e política foi tratado de forma reduzida, como se não tivesse existido a massa de cidadãos que defendeu a república, alistou-se em milícias e se sentiu no direito de participar da vida política (1998, p. 354-355).

¹⁶⁴ Nessa divisa, podemos compreender a declaratória da *Capilla de San Roque*, localizada em Córdoba (Decreto 104.179/1941), que, além de mencionar o evento da independência, também se referiu aos combates de La Tablada e Oncativo. Estes ocorreram no contexto da guerra civil entre unitários e federais, respectivamente em 1829 e 1830, nas imediações da cidade de Córdoba. Em ambas batalhas, as forças unitárias venceram as federais, comandadas pelo caudilho Juan Facundo Quiroga.

ano de 1938, o Acordo de San Nicolás representava o “pórtico” pelo qual a República entrou no caminho de sua paz interior, bem-estar e regularização de seu desenvolvimento, pois tornou possível a tarefa do Congresso de Santa Fé, que sancionou a Constituição de 1º de maio de 1853 (COMISIÓN..., N. 1, 1939, p. 76-77).

Já na cidade de Buenos Aires, pelo Decreto 120.412/1942 declarou-se: o *Recinto del Antiguo Congreso Nacional*, por ter sido “cenário da atuação de nossos maiores tribunos até 1905”; e a *Casa de Gobierno* ou Casa Rosada, que “ocupa o lugar do antigo Forte de Buenos Aires” e foi “sede de nossos presidentes, desde Mitre” até os dias atuais. Com a unificação nacional, ocorrida em 1861, Buenos Aires tornou-se definitivamente a capital federal da Argentina¹⁶⁵, momento em que se construiu a primeira sede do Congresso Nacional, inaugurada por Bartolomé Mitre, em 1864.

Em linhas gerais, este último conjunto de bens declarados reforçou a imagem da Argentina como uma nação predisposta a formar um Estado federal e consolidada em virtude do esforço de homens como Urquiza, Mitre e Sarmiento. Os presidentes da Confederação e, posterior, República Argentina ainda foram citados diversas vezes nas declaratórias abordadas na seção 3.1.6, dedicada aos personagens e sepulcros históricos. Tal narrativa traduzia os propósitos tanto dos vogais e historiadores da *Comisión*, quanto dos governantes, sendo um exemplo disso a declaração do *Edifício del Congreso de 1880*, sob a Lei 12.569/1938, por recomendação do próprio governo e do Ministro da Instrução Pública, Guillermo Rothe. Trata-se do prédio onde se realizaram as sessões do Congresso Nacional no ano de 1880, quando se resolveu o conflito entre as províncias e Buenos Aires através do traslado de sua capital para La Plata, finalizando-se o processo de organização nacional.

3.1.3. Lugares Históricos para as campanhas dos “desertos” (e outras ações militares)

Um número grande de bens declarados entre 1943 e 1946 recordou as campanhas do exército nacional rumo ao sul do país, evento que ficou conhecido por “Conquista do deserto”. Os numerosos povos indígenas, que conseguiram resistir ao ataque dos conquistadores ao longo do período colonial, haviam mantido as planícies do Chaco, da Pampa e da Patagônia fora da jurisdição do império espanhol (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2016)¹⁶⁶. No ano de 1879, cinco

¹⁶⁵ Após a controvérsia surgida em torno do nome que o país assumiria – porque o termo “Confederação” parecia significar o oposto de “Estado federal”, forma de governo que então emergia com a Constituição –, em 1860 decidiu-se adotar o nome “República Argentina” (CHIARAMONTE, 2008).

¹⁶⁶ As fronteiras receberam uma atenção oficial com as políticas dos Bourbons durante a segunda metade do século XVIII, voltadas para assegurar a defesa de seus domínios. Até esse momento, a expansão sobre tais territórios não havia sido uma preocupação central da Coroa, tendo ficado delegada a autoridades locais. A nova atenção surgiu,

colunas militares avançaram sobre os territórios das regiões da Pampa e da Patagônia, cumprindo com a Lei N. 215 de 1867, que determinava a ampliação dos limites do Estado nacional nessa direção e a submissão voluntária ou à força das tribos nômades existentes. A data de 11 de junho de 1879, momento em que as tropas chegaram à confluência dos rios Limay e Neuquén, passou a ser lembrada como a da vitória daquela campanha militar, ainda que o Estado só tenha considerado concluído o seu objetivo em 1885. Por sua vez, o Ministro da Guerra e responsável entre agosto de 1878 e maio de 1879 por uma das colunas militares, Julio Argentino Roca, despontou como protagonista desse acontecimento (CERSÓSIMO, 2017).

Até o ano de 1946, a CNMMyLH encaminhou e garantiu a declaratória de 30 bens relacionados às campanhas de ocupação daqueles territórios, sendo 26 deles LH e 4 MH. O Decreto 8.729/1943 declarou o primeiro conjunto de lugares históricos ligados à Conquista, quais sejam: o *Fortín de la IV División*, o *Fortín Guanacos*, o *Cerro de la Artillería*, o *Sitio de la fundación del pueblo de Junín de los Andes*, o *Lugar del combate de Chimehuin*, o *Sitio de la fundación del pueblo de San Martín de los Andes*, o *Fortín Chacabuco*, o *Lugar del combate de la Trinchera*, o *Lugar del combate de Pulmari*, o *Fortín Mamuy Malal* e o *Fortín Huinchu Lauquen*, todos localizados na Província de Neuquén.

Por sua vez, o Decreto 11.146/1943 declarou os lugares denominados *Pasaje del Río Colorado (Paso Pacheco)*, *Trerú Lauquen*, *Luan Lauquen*, *Naincó*, *Pitral Lauquen* e *Lugar de Combate entre Cuchilloco y Curacó*, situados em La Pampa. As resenhas desses bens informam que se tratavam de lugares fundados pelo exército durante as campanhas militares de ocupação do território, lugares de pernoite (*vivac*) das tropas e também locais onde ocorreram batalhas contra grupos indígenas – nesse caso, sendo mencionados, sobretudo, os nomes dos líderes militares que morreram durante os conflitos e, poucas vezes, os nomes dos chefes indígenas. O *Lugar de pasaje del Río Colorado*, contudo, fazia alusão a uma “expedição ao deserto” de 1833, a mando do General D. Angel Pacheco, quem “cruzou o rio Colorado no dia 3 de maio desse ano, em marcha ao sul por este lugar de passagem”. Alguns anos depois, por meio do Decreto 10.112/1957, a CNMMyLH retificou a localização desse LH, observando que a travessia do rio havia se dado a umas oito léguas de distância de sua desembocadura no Atlântico, portanto, na província de Buenos Aires.

principalmente, do temor de que os índios pudessem traçar alianças com rivais e isso acabou levando à conclusão de que a ferramenta de pacificação e segurança das fronteiras devia ser o “jugo do comércio”. A política oficial, assim, se orientou para a assinatura de tratados e pactos de aliança com as “nações” indígenas e a sua transformação em possíveis aliados (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2016, p. 111-112).

Já o Decreto 12.466/1943 concedeu a declaratória ao *Puerto Santa Cruz*, localizado na província de mesmo nome, no qual, em 1873, chegou “a embarcação de guerra ‘Chubut’ à mando do Capitão Lawrence para exercer o direito de soberania e estabelecer uma capitania, o que se fez no lugar denominado ‘dos missioneiros do Rio Santa Cruz’, onde se alçou a bandeira pátria”. Como vemos, esta declaratória homenageava um capitão do exército e se referia a um acontecimento prévio à campanha de 1879, mas, apesar disso, deve ser compreendida como parte da conquista militar dos territórios livres da Pampa central e da Patagônia. É provável que “a excepcionalidade e simplificação de todas as campanhas guerreiras na de 1879 se relacionem com a marca de Julio Argentino Roca” e “com a associação do processo de construção do Estado à sua relevância pessoal” (ESCOLAR; TARQUINI; VEZUB, 2015, p. 223). Contudo, se sabe que foram diversas as “campanhas aos desertos” e que essas abarcaram todo um ciclo de ofensivas coordenadas sobre o território indígena, ocorridas, sobretudo, ao longo da década de 1880, mas iniciadas antes de 1879¹⁶⁷.

Este também parece ser o caso mencionado logo acima, do *Lugar de pasaje del Río Colorado*, pois ainda que ele recorde um fato de 1833, estava se referindo a uma expedição ao sul, ao “deserto”. Por esse viés, mesmo as operações conduzidas por Juan Manuel de Rosas, em 1833 e 1834, podem ser incluídas entre os “antecedentes antigos da Campanha do Deserto” (ESCOLAR; TARQUINI; VEZUB, 2015, p. 231). Assim, ainda que sem relação com as expedições de 1879, o reconhecimento deste lugar acabava por exaltar o avanço do exército sobre o território indígena. De forma semelhante, foram declarados outros 2 lugares que celebravam combates de “extraordinário significado moral e material na conquista do deserto” (Decreto 30.825/1945), mas que faziam menção a acontecimentos ocorridos muitos anos antes das campanhas de Roca. Tratam-se do *Lugar de Combate de Tapalqué*, do ano de 1839, e do *Lugar del Combate de Pigüé*, do ano de 1858, ambos situados na Província de Buenos Aires. O decreto ainda informava que, especialmente no segundo desses combates, “se rompeu, após o transcurso de quase vinte anos, o poderio do cacique Calfucurá”.

Acerca da declaratória referente aos LH dos combates de Tapalqué e Pigüé, em reunião do dia 02 de maio de 1944, o vogal Campos Urquiza recordou que a *Comisión* havia resolvido não solicitar decretos de declaração soltos, para que não configurassem uma distinção especial. Observou que, no caso do pedido referente aos dois combates, “haveria que recordar fatos da campanha do deserto de Rosas e Pacheco, de maior importância que os combates de Tapalqué

¹⁶⁷ As campanhas militares do período possuem estreita continuidade com práticas, políticas e eventos específicos que vinham se desenvolvendo desde muitos anos antes. Por essa razão, é difícil estabelecer quando começa e quando termina a guerra de expansão ao sul (ESCOLAR; TARQUINI; VEZUB, 2015).

e Pigüé, posteriores a essa campanha”. Após considerar o assunto, os membros presentes decidiram guardar a referida resolução e verificar se havia outros lugares correspondentes para serem declarados conjuntamente (COMISIÓN..., 1945, N. 7, p. 485). Essa fala do vogal é significativa por evidenciar, novamente, que havia uma hierarquia entre os eventos históricos considerados como mais ou menos dignos de celebração, valoração que repercutia nas práticas de seleção do patrimônio nacional. Apesar de o referido vogal ter manifestado preocupação com a distinção que o decreto “solto” concederia aos eventos de Tapalqué e Pigüé, a declaratória emitida no final de 1945 acabou incluindo somente esses dois bens. Como pontuamos mais acima, o nome de Juan Manuel de Rosas jamais foi associado à Campanha do deserto de 1833 nem a qualquer evento que homenageasse a sua figura.

No conjunto das declaratórias, existem outros dois MH referentes a esse mesmo contexto de lutas contra os indígenas efetuadas ainda na primeira metade do século XIX. As *Ruinas del Fuerte de San Rafael*, localizadas na província de Mendoza, foram declaradas pelo Decreto 137.846/1942. Em sua resenha se menciona que, além de o forte ter sido construído por ordens do Vice-Rei de Sobremonte, em 1805,

En sus inmediaciones se han producido diversos hechos de armas, sobre todo en las luchas contra el salvaje y hasta 1833 estuvo dotado de numerosa guarnición. Después de [la batalla] Caseros fue asiento de las tropas de la Nación que vigilaban la frontera Sud.

Já o *Mirador del Fortín de Melincué* se situa na província de Santa Fé e foi declarado sob o Decreto 26.250/1944 por ter sido “construído no Fortim que defendia a fronteira sul daquela província contra as invasões dos índios Ranqueles”. Embora o mirador tenha sido reconstruído por volta da década de 1860, o fortim já existia desde o final do século XVIII e, assim como o forte anterior, são remanescentes das políticas reformistas implementadas no Vice-reino do Rio da Prata, construídos nas áreas que faziam limite com parcialidades indígenas para a defesa da colônia.

O Decreto 2.478/1943, por seu turno, declarou como histórico o lugar do *Combate de San Carlos*, situado na província de Buenos Aires, onde ocorreu “a invasão das linhas de fortificações da fronteira sul e oeste pelas tribos coligadas à frente do Cacique Calfucurá e seu rechaço pelas forças nacionais a mando do General Ignacio Rivas”. Conforme a resenha enviada pela *Comisión* ao Poder executivo, o mencionado combate havia se realizado em 8 de março de 1872. Calfucurá contava com 3500 índios, enquanto que as forças nacionais, “muito inferiores em número”, os rechaçaram e perseguiram por mais de 60 quilômetros, “afugentando-os definitivamente” (COMISIÓN..., N. 6, 1944, p. 434-435). Como expuseram De Jong e Ratto (2008), essa visão sobre o poder de coalizão de Calfucurá – quem, por meio da “Confederação

Indígena das Pampas”, teria ameaçado e impedido durante décadas a expansão da nação até seus limites “naturais” – foi a que predominou no senso comum devido às imagens e às obras que se difundiram sobre o personagem no final do século XIX. A historiografia durante quase todo o século XX continuou apresentando Calfucurá como referência da maior concentração de poder no mundo indígena, somada a capacidades políticas excepcionais, o que explica a narrativa da CNMMYLH envolvendo esse líder. Segundo as autoras, no lento processo de avanço do Estado provincial e, posteriormente, nacional sobre as terras indígenas, as estratégias políticas tanto dos poderes estatais quanto dos líderes nativos produziram uma diversidade de opções de negociação, diminuindo as chances de Calfucurá ter mantido um poder permanente sobre outras unidades políticas (2008, p. 243).

A definição do lugar do *Combate de San Carlos* como Lugar Histórico Nacional foi outro alvo de debate entre os agentes da *Comisión*. Em reunião no ano de 1943, o vogal Benjamín Villegas Basavilbaso discordou da decisão de declaração deste lugar, alegando que ele não se enquadrava nos critérios estabelecidos previamente. Levene então argumentou que, apesar de o lugar não se referir à guerra civil de Caseros, ele atendia aos critérios por se tratar de um lugar que recordava um episódio da “conquista civilizadora do Deserto” (COMISIÓN..., N. 6, 1944, p. 570). Como vimos, no ano de 1941, os vogais haviam determinado que só seriam considerados LH aqueles onde ocorreram as guerras de emancipação e da Batalha de Caseros. A inclusão de lugares relativos à Conquista do Deserto, portanto, representa um alargamento dos critérios de seleção dos bens inicialmente definidos. Isso valida nossa conjectura de que a categoria LH foi criada para atender ao projeto do órgão estatal de celebrar uma narrativa histórica nacional específica, tendo em vista a ausência de vestígios materiais que pudessem agregar-lhes outros valores – como o arquitetônico, por exemplo.

Por meio do Decreto 17.265/1943 também foram declarados lugares por onde passou o Exército Expedicionário entre os anos de 1879 e 1882, são eles: *Pasaje del Río Colorado frente al pueblo de Buena Parada*, *Vivac del Ejército Expedicionario al Desierto en Pampa de los Molinos*, *Paso Fotheringham* e *Lugar del Combate de Fortín 1ª División*, todos localizados em Rio Negro. O mesmo decreto declarou ainda o *Sitio donde se izó por primera vez la bandera argentina*, ato realizado pelo Almirante Lasserre no Território Nacional da Terra do Fogo, em 1884. Ainda que esse LH não se refira à expedição de Roca, entendemos que ele celebra as ações do exército na ocupação do território, realizadas durante o período da “organização nacional”. Tal qual exposto por Oszlak (1982), esta etapa da história argentina tem sido explicada como a da constituição de uma instância política de dominação central concomitante

à consolidação de um âmbito territorial delimitado e de um conjunto de valores e sentimentos de pertencimento.

Outro exemplo de bem declarado como MH por sua relação com a Conquista do Deserto é o *Fortín Cuatros*, sob o Decreto 14.119/1944. Conforme consta, o fortim situado próximo da cidade de Bahía Blanca foi fundado pelo General D. Daniel Cerri, “cuja atividade contínua nos Comandos de Fronteiras e na luta contra o selvagem lhe valeu o reconhecimento das autoridades militares, pois foi designado para integrar as expedições dos Generais Lavalle e Roca”. Por último, o Decreto N° 2.236/1946, que declarou diversos sepulcros de personalidades argentinas, contempla entre eles a *Pirâmide de los Héroes de Cochi-Co*, localizada na praça da vila de Victorica, em La Pampa. Apesar de a Conquista do deserto ou as lutas contra indígenas não serem mencionadas na declaratória – e então, essa é uma exceção à regra que utilizamos para categorizar os bens –, se sabe que a batalha de Cochi-Co foi um dos enfrentamentos do exército de Roca contra os índios ranqueles e tehuelches, os quais saíram vitoriosos daquele episódio. Assim sendo, ao longo do período analisado, foram declarados 23 bens diretamente ligados às campanhas de Roca, enquanto outros 7 celebraram, de algum modo, o papel do exército e do Estado na ocupação do sul do país.

A narrativa difundida pela CNMMYLH a respeito do tema procurou apresentar o exército como o construtor da nação. Os lugares declarados como patrimônio histórico evocavam especialmente o avanço do Exército Expedicionário de Roca sobre um espaço supostamente “deserto”, expressão utilizada para legitimar a invasão e a expropriação (ESCOLAR; TARQUINI; VEZUB, 2015) dos territórios habitados pelas diferentes sociedades indígenas. Além disso, as declaratórias enfatizaram o desempenho das colunas militares e de certos líderes nas batalhas, ao passo que os nomes dos referentes indígenas foram mencionados ocasionalmente, como o do “poderoso cacique Nancucho”¹⁶⁸ e dos caciques Lhaihueque, Reuquecurá, Namuncurá¹⁶⁹ e Calfucurá¹⁷⁰. Tais práticas, desse modo, colocam os indígenas em posição de bárbaros e “selvagens”, responsáveis pela morte de soldados argentinos, e silenciam sobre o que aconteceu com os grupos que habitavam a região durante e depois das campanhas, sobre a dinâmica das guerras e a multiplicidade de atores envolvidos. O próprio fato de estes caciques serem descritos como “poderosos” sobrevaloriza e enaltece a participação do exército nessas campanhas.

¹⁶⁸ Cfr. Decreto 8.729/1943.

¹⁶⁹ Cfr. Decreto 17.265/1943.

¹⁷⁰ Cfr. Decreto 30.825/1945.

De Jong e Ratto (2008) expuseram com minúcia a atuação e o tipo de liderança desempenhada pelo chefe indígena Calfucurá. Para compreender melhor o alcance da resistência comandada por ele, as autoras apontam distinções entre a existência de uma ‘Confederação’ de forças indígenas, que podia ser convocada em determinadas conjunturas, e o ‘Cacicado’ de Calfucurá, isto é, o tipo de liderança exercida pelo personagem em sua própria unidade política. Elas observam que houve uma tendência a se confundirem as duas esferas, tendo sido a primeira considerada erroneamente como um “império” governado ferreamente por Calfucurá¹⁷¹. É importante sublinhar que, ao longo do processo de relações interétnicas, a estrutura política indígena da região pampeano-patagônica mantinha um caráter segmental, formado por unidades (ou segmentos) autossuficientes menores, sem que houvesse uma estrutura política superior. No entanto, investigações recentes apontam para a conformação de cacicados fortes e hierarquizados a partir de meados do século XIX. Estas transformações estavam vinculadas à intensificação das relações entre indígenas e agentes estatais, que reforçaram o cacique como interlocutor e negociador em atividades comerciais, entre outros processos. A ação do Estado, assim, gerou um reordenamento da estrutura política indígena, ressaltando-se que o estabelecimento dessas relações por vezes partiu dos próprios segmentos indígenas (DE JONG, RATTO, 2008).

No final do século XVIII e início do XIX, o aumento da circulação de gado pelo território indígena e dos mercados hispano-criollos deu origem a coalizões de grupos nativos, que buscavam adquirir gado em estabelecimentos fronteiriços por meio de incursões. Comumente chamadas de “malones”, tais incursões foram concebidas no imaginário da sociedade criolla como saques em busca de gado e cativas, porém nem todas eram iguais entre si e nem tinham os mesmos objetivos. Em termos gerais, o “malón” era uma invasão surpresa que buscava evitar um combate aberto e requeria a aliança entre grupos e a formação de uma liderança (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2016, p. 128). Tais incursões também podiam representar reações a agressões ou a tentativas de avanço dos poderes estatais. Após efetivada a apropriação de gado, os grupos se separavam e retornavam ao seu território, já que, frequentemente, existiam conflitos entre eles. É nesse contexto que aparece o líder Calfucurá, inicialmente, integrando coalizões dirigidas por outros caciques.

Com assento em Salinas Grandes, a partir de 1841, Calfucurá foi construindo uma extensa rede de relações com líderes indígenas de diferentes lugares, como da fronteira

¹⁷¹ Diferentemente da “Confederação Indígena de Calfucurá”, que obedeceu a uma unificação de segmentos com certa autonomia e de caráter efêmero, o “cacicado” se refere a uma autoridade e a um poder mais permanente, cuja legitimidade envolvia fatores que iam além da “união para enfrentar o ‘branco’” (JONG; RATTO, 2008, p. 256).

bonaerense, da região dos índios ranqueles e da área próxima à Cordilheira. A localização de seu irmão Reuquecurá no que hoje é o centro da província de Neuquén foi um elemento essencial para estas relações. Ao ampliar ao máximo sua área de influência, Calfucurá buscou no governo um provedor de bens para manter as relações diplomáticas entre os diferentes grupos. Juan Manuel de Rosas respondeu favoravelmente às demandas de Calfucurá, dada a sua política de manter caciques aliados em zonas estratégicas, como Salinas Grandes, com o objetivo de que atuassem como barreira de contenção de possíveis “malones”. Na década de 1840, Calfucurá era o chefe com a maior quantidade de caciques e capitães sob seu mando (DE JONG; RATTO, 2008, p. 247), recebia quantidades consideráveis de bens por parte do governo e havia conseguido estabelecer uma rede de relações nos dois lados da cordilheira, graças a sua capacidade de distribuir presentes.

Com a queda de Rosas, os interlocutores do governo responsáveis pelo diálogo com os caciques foram substituídos por militares, situação que produziu tensão e resultou na primeira ativação da confederação liderada por Calfucurá. Em 1853, cerca de quatro mil índios invadiram e saquearam estabelecimentos rurais existentes no extremo sul da província de Buenos Aires, “malón” que a bibliografia considerou como uma das expressões do poder da confederação de Calfucurá, mas cujos meios de convocação diferem muito de uma estratégia idealizada exclusivamente por esse cacique (DE JONG; RATTO, 2008, p. 248). Esta grande invasão, na verdade, reuniu interesses e motivações diversas dos principais chefes indígenas, que tinham suas próprias contas a saldar com o governo portenho. Uma série de incursões se repetiram nos anos seguintes, mas tal confederação não permaneceu unida por muito tempo: algumas parcialidades indígenas retomaram seus vínculos fronteiriços prévios e muitas procuraram reestabelecer tratados de paz com o governo para comercializar e receber benefícios novamente. O retorno dos tratados teve como efeito imediato a dispersão da “Confederação indígena” e acabou limitando a autoridade de Calfucurá como líder em grande escala¹⁷².

Com dificuldades, a combinação de repressão e acordos com os indígenas foi retomada tanto pela província de Buenos Aires quanto pela Confederação Argentina, presidida por Urquiza durante os anos de separação que se seguiram à queda de Rosas (ESCOLAR, TARQUINI, VEZUB, 2015). Esta política também foi continuada pelo Estado nacional, unificado a partir de 1861, momento em que o governo efetivou tratados com diversos caciques,

¹⁷² A partir de 1856, o governo da província de Buenos Aires tentou incorporar aos tratados novos integrantes de grupos pampas, huilliches e salineros de Calfucurá. Nos anos seguintes e até 1864, índios ranqueles e salineros mantiveram alianças díspares. Até mesmo Calfucurá solicitou um tratado, pelo qual se comprometeu como “aliado” a alertar sobre possíveis invasões (DE JONG; RATTO, 2008).

oferecendo rações e presentes no intuito de obter apoio indígena para manter a soberania e a colonização dos territórios do sul patagônico. A prática dos tratados de paz prosperou até as vésperas da conquista desses territórios e representou “um meio de ganhar tempo para um Estado ainda carente da organização e dos recursos para submeter à força a população indígena” (JONG; RATTO, 2008, p. 250). Tais tratados permitiram que os seguidores de Calfucurá acessassem eles mesmos os bens entregues pelo governo, antes redistribuídos pelo líder, limitando a concentração de poder em suas mãos. Desse modo, o que teria existido não foi uma “Confederação indígena” estável e permanente sob a condução de Calfucurá, mas a capacidade de ativar alianças para a ação conjunta entre caciques.

Vale salientar que, após a guerra, muitos dos oficiais se apropriaram de terras e negócios que antes eram intermediados pelos indígenas. Alguns dos melhores campos permaneceram como propriedade do Estado, sendo vendidos muito tempo depois a capitais privados, já os saldos de gado capturado e outros bens eram distribuídos entre as tropas. Nesse sentido, as campanhas ao “deserto” se trataram mais de uma guerra por recursos, terra e gado do que de uma questão nacional ou de confrontação sociocultural com os indígenas. Antes de se completar a anexação dos territórios mais ao sul, das províncias de Santa Cruz e Terra do Fogo, a expansão se reorientou em direção ao Chaco, última região autônoma da atual Argentina (ESCOLAR; TARQUINI; VEZUB, 2015).

É nessa mesma lógica que podemos compreender a declaratória do LH denominado *Timbó – Puerto Bermejo*, localizado na província do Chaco, concedida sob o Decreto 16.482/1943. A justificativa que consta em sua declaração é a de que se trata do “lugar onde se iniciou a expedição ao Chaco, em 6 de outubro de 1884”. Analisando o conceito de “deserto” aplicado à região do Chaco, Wright (1998) entende que esse uso obedece à mesma agenda das expedições ao deserto realizada no sul. Segundo o autor, o termo deserto designava todos os territórios para além do controle das leis e das milícias das autoridades coloniais e, posteriormente, independentes. A palavra começou a ser utilizada no século XVIII, aparecendo em cartas de sacerdotes, como um termo ambíguo: podia servir para descrever a fronteira da “civilização”, mas também um âmbito em si mesmo. Sem reduzi-las à questão militar, as fronteiras eram espaços de interação entre índios e brancos, entre lideranças tribais e autoridades argentinas, inclusive na região do Chaco (WRIGHT, 1998).

Desde o período colonial, o Chaco representou um poderoso limite frente à expansão espanhola. A região do “litoral” argentino como um todo – próxima dos rios Paraguai e Paraná, e formada pelas atuais províncias de Corrientes, Misiones, Entre Rios, Formosa, Chaco e Santa

Fé – esteve marcada por um isolamento espacial, que acabou permitindo uma relação maior de seus habitantes com o Paraguai. Somente a partir das últimas décadas do século XVIII, a estabilização da fronteira com os índios do Chaco e o crescimento demográfico da população campesina possibilitaram o desenvolvimento da produção agropecuária a ponto de começarem a enviar couro, em pequenas quantidades, ao porto de Buenos Aires (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2016, p. 99).

Assim, por seu caráter de área fronteiriça, povoada por nativos, a região também foi rotulada como “deserto”. O Chaco como vazio foi uma representação comum nos mapas até começos do século XX. As duas áreas do território argentino, portanto, “sul e norte, possuíam um traço em comum: eram uma fronteira entre dois mundos” (WRIGHT, 1998, p. 46). Conforme esse autor, a narrativa do deserto correspondeu à prática da conquista de um “vazio” que devia ser ocupado com a cultura ocidental. Deserto e índios eram apresentados como barreiras à propriedade privada, questão que se resolveu quando, depois da conquista militar, as antigas terras indígenas foram apropriadas pelo Estado argentino e transformadas em área “pública”. Diferentemente do que aconteceu com os territórios meridionais, a região do Chaco foi “incorporada” à economia nacional já no início do século XX, por meio do ingresso do tanino, da madeira e da produção de algodão nos mercados internacionais.

A declaração dos lugares e monumentos vinculados à ocupação dos antigos territórios indígenas pelo exército nacional denotam, portanto, a narrativa da história assumida pela CNMMYLH naquele momento. Estudando as práticas de construção de identidade no Chaco, Leoni (2005) verificou que, a partir da década de 1930, apareceu “reiteradamente a alusão ao papel do exército argentino nas origens da história chaquenha” (LEONI, 2005, p. 9)¹⁷³. Já para o espaço patagônico, Masotta (2001) mostrou que foi no período compreendido entre os governos conservadores e o advento do peronismo que se reuniram diversos fatores relevantes na construção de uma versão nacionalista da Patagônia, entre eles: a conjuntura internacional, os primeiros projetos de provincialização para os territórios nacionais, a patrimonialização e militarização da região, a redefinição do nacionalismo do centenário da independência e o revisionismo histórico. O Ministério da Agricultura caracterizou o ano de 1937 como o “ano patagônico”, iniciativa que se inscreveu em um movimento de opinião sobre a região patagônica e integrou uma série de intervenções que o governo desenvolveu no local, como extensão da

¹⁷³ Em 17 de outubro de 1934, por exemplo, se comemorou o cinquentenário da expedição militar do general Victorica. A pedido da governação do território, se realizaram atos nas escolas para homenagear “ao distinguido general que liberou o Chaco do domínio do índio selvagem, entregando-o à civilização e ao trabalho”. Nesses atos, também se destacava a “argentinidade” dos habitantes, devido ao esforço dos próprios argentinos para “civilizar” tais territórios (LEONI, 2005, p. 9).

rede viária, militarização, criação de seis parques nacionais, exploração petrolífera, além de obras de cunho pedagógico para explicar como essa parte do país ainda estava deserta de cidadania¹⁷⁴.

A Patagônia passou a ser vista como uma causa nacional, como região na qual se deveria intervir por se tratar do lugar onde se encontrava o futuro utópico do país. Além disso, a área foi tomada como terreno de um enfrentamento político entre diferentes setores, tendo em vista que o governo da Concordância se construiu sobre um acordo entre radicais, antipersonalistas, conservadores, socialistas independentes e as forças armadas, que garantiram sua permanência no poder através da fraude eleitoral (MASOTTA, 2001; DEVOTO, 2006; DEVOTO; FAUSTO, 2008; CATARUZZA, 2009). Nos territórios nacionais, o exército encontrou espaço para desenvolver suas atividades e elaborar tradições próprias, por meio da evocação das campanhas militares realizadas ali durante o século XIX. Em síntese, os Lugares Históricos que foram definidos pela CNMMYLH na região da Patagônia mencionavam duas campanhas colonizadoras: as fundações “frustradas” do empreendimento espanhol – como veremos mais adiante – e as campanhas militares do século XIX (MASOTTA, 2001).

Analisando a instrumentalização da Conquista do Deserto feita por diferentes governos argentinos ao longo de um século, Cersósimo (2018) identificou três momentos relevantes. O primeiro foi efetuado logo após o término desse processo histórico, quando o Ministério da Guerra e da Marinha encomendou um quadro ao pintor uruguaio Juan Manuel de Blanes para celebrar o décimo aniversário do evento e delinear uma identidade patriótica em torno de heróis e façanhas militares, que foi exposto no então recém-criado *Museo Histórico Nacional*. O segundo se deu, justamente, durante os governos da Concordância, momento em que não apenas se declararam os Lugares Históricos vinculados às campanhas, como se construíram monumentos em homenagem a esses eventos e também a Roca. Segundo o autor, essas ações se consolidaram no marco do ingresso definitivo do exército na vida política do país, cujos governos se apresentavam como continuadores do ciclo conservador derrotado em 1916. O presidente Justo, em especial, se colocava como o continuador da obra civilizatória de Roca, de modo que as intervenções voltadas para a região da Patagônia se traduziam em uma colonização simbólica. O terceiro e último momento relevante em que se realizou um uso político da

¹⁷⁴ Exemplos dessas intervenções estatais são o *Museo de la Patagonia*, inaugurado 1940 na cidade de San Carlos de Bariloche, e o *Parque Nacional Nahuel Huapi*, fundado em 1934. Este último dependia da Direção de Parques Nacionais, também criada em 1934 – igual ao *Parque Nacional Iguazú* –, como ferramenta institucional do Estado para atuar nas áreas fronteiriças dos territórios nacionais, promovendo a sua ocupação e desenvolvimento, através do turismo, de estradas e projetos educativos (PUPIO; PIANTONI, 2017).

Conquista do Deserto ocorreu na comemoração de seu centenário, quando a ditadura incorporou o evento ao calendário oficial de efemérides (CERSÓSIMO, 2017).

Na esteira destas declaratórias que exaltaram o papel do exército na ocupação e configuração do território nacional argentino durante a segunda metade do século XIX, merecem atenção ainda três LH relativos à outra ação militar: a Guerra da Tríplice Aliança. Declarados pelo Decreto 112.765/1942 e situados na província de Corrientes, o primeiro deles denominou-se *Riachuelo*, localizado no rio Paraná, em frente à desembocadura do rio Riachuelo, onde se deu “o primeiro combate naval da guerra da tríplice aliança” e onde “a esquadra brasileira, às ordens do vice-almirante Barroso, venceu as forças navais contrárias, em 11 de junho de 1865”. Já no LH *Barrancas de las Cuevas* realizou-se “um combate entre as esquadras argentino-brasileira contra as fortificações do inimigo (12 de agosto de 1865)”. Por último, o LH *Yatay* foi declarado por se tratar do lugar de batalha ocorrida “entre o exército argentino e o invasor, em 17 de agosto de 1865”.

Como havia proposto o vogal Zabala, na reunião de 1941, os eventos da guerra do Paraguai e Brasil foram incluídos entre aqueles estabelecidos pela CNMMYLH para a definição de Lugares Históricos. De acordo com Zabala, o conflito simbolizava o “espírito de união e solidariedade americanas” (COMISIÓN..., N. 4, 1942, p. 737), sentido que acabou sendo atribuído aos três lugares declarados, visto que suas resenhas evocaram a parte da aliança entre Brasil e Argentina na guerra. Em linhas gerais, todos os bens referidos nesta seção, declarados em homenagem à Guerra da Tríplice Aliança e às campanhas do “deserto” empreendidas na Patagônia e no Chaco, refletem a concepção historiográfica que os membros da CNMMYLH possuíam acerca desses eventos. Especificamente em relação à Guerra do Paraguai, até a metade do século XX a historiografia argentina buscou justificar a ocorrência do conflito e reforçar a imagem de Francisco Solano López como o grande culpado (BARATTA, 2014; 2015). Sublinhamos que o principal promotor do conflito na Argentina foi Bartolomé Mitre, um dos presidentes da etapa da organização nacional mais celebrados pela historiografia liberal. Tais declaratórias também devem ser entendidas como sintoma daquele cenário político ocupado, desde 1930, por generais do exército e apoiado por diferentes grupos partidários.

3.1.4. Os bens do período colonial

Para além dos bens do século XIX, a CNMMYLH promoveu a declaração de diversos monumentos e lugares históricos oriundos do período colonial. Dentre esses bens, destacam-se, sobretudo, igrejas e templos religiosos, mas também podemos encontrar fortes, postas

antigas, casas e quintas, muitas delas havendo pertencido a personalidades políticas, como os vice-reis. O patrimônio jesuíta esteve amplamente representado nas escolhas realizadas pelos agentes da *Comisión* e, por isso, o abordaremos separadamente logo abaixo. Vale observar ainda que muitos dos bens procedentes do período colonial também foram declarados por seu valor estético ou, até mesmo, turístico e não apenas histórico. Nas resenhas de boa parte deles foi explicitada a riqueza artística e arquitetônica dos monumentos selecionados, aspectos que serão analisados na seção 3.2.

Avaliando as declaratórias expedidas desde o início da atuação da CNMMYLH, verificamos que, alguns meses após a promulgação da Lei 12.665, foi declarado um conjunto de bens existente na província de Córdoba, por meio do Decreto 90.732/1941, todos eles remanescentes do período colonial: *Casa del Virrey Sobremonte*, *Capilla del Obispo Mercadillo*, *Cabildo de Córdoba*, *Posta de Sinsacate* e *Casa de los Allende* – sem contabilizarmos os bens que conformam o patrimônio jesuíta. Acerca da *Posta de Sinsacate*, sua resenha indicou que se tratava de um “edifício característico das antigas postas destinadas à substituição dos cavalos e ao repouso dos viajantes, que data do ano de 1709”.

Já pelo Decreto 95.687/1941 diversos bens da província de Salta e Jujuy receberam a declaratória. Dentre os MH de Salta, os seguintes se referem ao período aqui indicado: *Convento de San Bernardo*, *Iglesia de San Francisco* e *Fuerte de Cobos*, sendo esse “um dos poucos exemplares que restam no país das construções defensivas do século XVIII”. Quanto aos bens da província de Jujuy, há uma série de capelas do mesmo período: *Capilla de Santa Bárbara*, *Capilla de Nuestra Señora del Rosario y San Francisco* (em Yavi), *Capilla de Nuestra Señora de la Candelaria y San Antonio* (em Humahuaca), *Capilla de Santa Rosa de Lima* (em Purmamarca), *Capilla de San Francisco de Paula y la Santa Cruz* (em Uquía), *Capilla de la Virgen del Rosario y San Francisco de Asís* (em Tilcara), *Capilla de Nuestra Señora de la Asunción* (em Casabindo) e *Capilla de la Inmaculada Concepción* (em Huacalera).

Através do Decreto 98.076/1941 declararam-se mais bens da época colonial. Na província da Catamarca: a *Iglesia de San Francisco*, a *Capilla de Nuestra Señora del Rosario* e a *Capilla del Señor de los Milagros*. Na província de Tucumán: a *Casa del obispo José Colombres*, “a quem se atribui a fundação da indústria açucareira” na Argentina, e a *Capilla de Nuestra Señora de la Candelaria* (em Chicligasta), construção do século XVIII, erguida sobre ruínas de outra anterior, conservando sinos do século XVII. Junto a estes bens de Tucumán, também se declarou a *Capilla de San Ignacio de la Cocha* (em Graneros), contudo se salientou na resenha dessa última o seu pertencimento “a uma das típicas estâncias da Companhia de

Jesus” e, portanto, será contabilizada na seção que dedicamos, em seguida, ao patrimônio jesuíta. Aqui é interessante notar que as resenhas dos bens erigidos por outras ordens religiosas raramente traziam essa informação; já no caso de bens edificadas por jesuítas, esse dado foi comumente indicado.

Por sua vez, o Decreto 104.179/1941 declarou outra capela do século XVIII como MH, a *Capilla de San Roque*, localizada na cidade de Córdoba. Em seguida, na província de Buenos Aires, declarou-se a *Quinta de Pueyrredón* (Decreto 104.180/1941), edifício “exemplar de arquitetura colonial do tipo de quinta suburbana que contribuiu, em outros tempos, a caracterizar a paisagem sobre a costa do Rio da Prata”. Pelo Decreto 106.844/1941 se declarou mais um bem de tipo religioso do século XVIII, a *Iglesia de San Pedro* (em Fiambalá, Catamarca). O Decreto 106.845/1941 concedeu a declaratória ao *Convento de Santa Teresa*, situado na cidade de Córdoba. Em San Juan, se declarou o *Colegio de Pensionistas de Santa Rosa* e o *Convento de Religiosos Dominicanos de San Juan de la Frontera*, através do Decreto 107.512/1941. O LH *Las Pardecitas*, localizado na província de La Rioja, foi declarado pelo Decreto 112.099/1942 por ser o lugar onde San Francisco Solano teria cristianizado milhares de índios durante sua estadia nesta cidade.

Outro bem declarado da ordem franciscana construído no período colonial foi a *Iglesia de Santa Lucía*, situada na província de Corrientes (Decreto 112.765/1942). Pelo mesmo decreto foi declarado o LH *Solar donde se encuentra el actual Templo Santuario de la Cruz del Milagro*, por tratar-se do lugar onde se encontra a mencionada cruz que “se atribui aos primeiros tempos da fundação de Corrientes”. Na província de Santa Fé, foram declarados os MH denominados *Templo y Convento de San Francisco*, datado de 1680, e *Casa de los Aldao*, de 1711; e os LH *Fuerte de Santi Spiritu*, por ser a “primeira fundação espanhola na comarca do Rio da Prata”, e *Cayastá*, “primeira localização da cidade de Santa Fé”, posteriormente trasladada ao lugar que hoje ocupa.

Pelo Decreto 123.529/1942 se declarou como MHN a *Celda - Capilla de S. Francisco Solano* e o *Convento e Igreja de San Francisco*, situados em Santiago del Estero, construídos mais de duzentos anos antes e cujo debate em torno dessas declaratórias foi explorado no capítulo anterior. Já pelo Decreto 137.845/1942 foram declaradas a *Iglesia de San Carlos* e a *Iglesia de San Pedro Nolasco*, ambas localizadas na província de Salta, sendo a primeira iniciada em 1719 e a segunda com origem em um antigo oratório construído em 1659. As *Ruinas del Fuerte de San Rafael*, província de Mendoza – MH já mencionado em seção anterior (Decreto 137.846/1942) –, também podem ser caracterizadas como coloniais, já que o forte foi

construído “no ano de 1805 pelo capitão Miguel Teles Meneses em cumprimento das ordens do Vice-rei Marquês de Sobremonte”.

Como vemos, boa parte destes bens, compostos por igrejas, capelas e conventos, recordam a presença e o trabalho das diferentes ordens religiosas na América colonial. Por outro lado, muitos dos lugares e monumentos citados valorizam o legado espanhol no território argentino, destacando a importância de fortes, postas, casas e lugares de fundação de cidades. Conforme já observamos, diferentes tradições historiográficas se empenharam em afirmar que a nacionalidade argentina teria sido moldada antes mesmo de 1810, suscitando o consenso de que o período do Vice-reinado do Rio da Prata havia sido, de algum modo, a fase matriz da nação. Segundo Fradkin e Garavaglia (2016, p. 10), “esta curiosa associação entre vice-reinado e nação argentina tinha um fundamento claro: privilegiava um enfoque territorial da nacionalidade ante as inconsistências que ofereciam outras variáveis de definição, como a língua, a ‘raça’, a cultura ou a religião”. É com esse sentido que podemos compreender a seleção de numerosos edifícios do período colonial para a composição do patrimônio nacional. Entre os bens referidos, se destacou ainda o valor de antiguidade, haja vista as expressões “primeiros tempos...”, “primeira fundação espanhola”, termos que igualmente apontam para a questão das “origens” da nação.

A declaratória dos LH *Puerto Deseado*, *Puerto San Julián* e *Río Gallegos*, localizados na província de Santa Cruz e declarados pelo Decreto 12.466/1943, remeteu mais diretamente aos esforços realizados para a ocupação do território. Conforme as resenhas desses bens, o primeiro é o local onde “os espanhóis construíram um forte para proteger este lugar de desembarque”, no ano de 1780, observando-se, porém, que um corsário inglês já havia feito o reconhecimento desta baía, em 1587, dando-lhe o nome de “Deseado”. O segundo se trata do lugar onde chegou Fernão de Magalhães, a serviço do rei da Espanha, em 31 de março de 1520, dando-lhe o nome de San Julián. A resenha também informa que no referido local se rezou a primeira missa no atual território argentino e se efetuou o primeiro batismo, dando-se o nome de Juan a um índio patagão. O terceiro, *Río Gallegos*, foi reconhecido em 25 de janeiro de 1526 e cujo nome apareceu pela primeira vez na “Relación de la Expedición Alcazabal”, de 1535.

Na mesma linha, se concedeu a declaração ao LH denominado *Nuestra Señora de la Concepción de Bermejo*, pelo Decreto 16.482/1943, por ter sido o “lugar onde existiu a cidade de Nuestra Señora de la Concepción del Bermejo, fundada na margem direita desse rio, em 15 de abril de 1585, pelo Capitão Alonso de Vera y Aragón”. O referido decreto ainda declarou como LH a *Reducción de Nuestra Señora de Dolores y Santiago de Mocobi o de la Cangaye* –

fundada pelo Coronel Francisco Gabino Arias, em 1780 – e a *Reducción de San Bernardo el Vértiz* – também fundada, meses depois, pelo Coronel Francisco Gabino Arias –, ambas localizadas no Território Nacional do Chaco, assim como o bem anterior¹⁷⁵. Para Leoni (2005), a declaração dos LH no Chaco faz parte de um conjunto de estratégias adotadas para a construção da identidade “chaquenha” e argentina durante a primeira metade do século XX – entre elas, a construção de lugares de memória, a instituição de um calendário cívico local, a produção de trabalhos históricos, além de polêmicas historiográficas¹⁷⁶.

Ao comparar com o número de bens declarados nas províncias, a autora destaca a escassez de declaratórias encaminhadas pela CNMMYLH para o território do Chaco e concorda com Masotta (2001) ao afirmar que a maioria desses bens se referiam a duas campanhas colonizadoras, às fundações do empreendimento espanhol e às campanhas militares e evangelizadoras do século XIX. Tal valorização teria se dado devido ao esforço, empreendido na década de 1940, de “resgatar as raízes católicas e hispânicas da cultura chaquenha” (LEONI, 2005, p. 16). Os trabalhos arqueológicos realizados, impulsionados por membros da igreja católica que se inseriram na região em meados da década anterior, se concentraram na busca de sítios hispânicos, de modo que, em 1942, foram encontradas as ruínas atribuídas à cidade de Concepción de Bermejo, entre outros sítios, e, já no ano seguinte, a CNMMYLH a declarou como LH.

No caso da *Reducción de Nuestra Señora de Dolores y Santiago de Mocoquí o de la Cangayé*, é interessante notar que, apesar de a declaratória ter sido concedida em 1943, o lugar só foi de fato localizado em 1946, pelo presbítero José Alumni, momento em que se realizou

¹⁷⁵ Fundada no final do século XVI, a cidade de Concepción de Bermejo teria sido destruída pelos indígenas da região em meados do século seguinte. Após muitas tentativas de apaziguamento, um tratado de paz foi assinado entre os espanhóis e algumas parcialidades Toba e Mocoquí no ano de 1774, permitindo o estabelecimento das reduções de *Nuestra Señora de los Dolores y Santiago de la Cangayé* e de *San Bernardo el Vértiz*. O modelo de distribuição espacial das reduções desta região divergiu daquele aplicado aos Guaraní devido à situação em que estavam inseridas. As entradas forçadas dos europeus nos territórios livres do Chaco desencadearam uma grande reação de defesa entre os indígenas, o que implicou em novas soluções para diminuir os ataques desses grupos às cidades e em formas de garantir o trabalho dos religiosos nas reduções daquela região. Assim, se organizaram “reduções fortificadas, que oferecessem o máximo de segurança e facilidade para sua defesa sem que se perdesse a função de seus principais elementos: a grande praça que destaca a igreja. Esta fortificação poderia se executar em forma de um núcleo espanhol edificado em forma de ‘L’, onde a igreja estava localizada paralelamente à praça e não como centro da composição” (CYPRIANO, 2000, p. 126). Desde o final do século XVII, os centros povoados hispano-criollos que faziam limite com o Chaco (Salta, Santiago del Estero e Córdoba à oeste; Santa Fé ao sul; e Corrientes e Assunção à leste) se viram ameaçados pelos grupos tobas, abipones, mocoquíes, paraguaios, entre outros. Por longo tempo, os espanhóis tentaram incorporar os indígenas do Chaco como mão-de-obra produtiva, mas o alto custo das expedições os levou a optar por “uma fronteira ‘defensiva-fechada’, composta por reduções que atuavam como centros de ‘fixação’ da população indígena, fortes, fortins e presídios” (BECK; SCHALLER, 2011, p. 139).

¹⁷⁶ Naquele período, momento em que o Chaco ainda era um Território Nacional, a construção de representações do passado esteve em mãos de uma elite intelectual local, formada por jornalistas, docentes e sacerdotes, além de historiadores correntinos vinculados a eles (LEONI, 2005).

uma excursão a essas ruínas e as autoridades do território organizaram um ato comemorativo, seguido de missa¹⁷⁷. Desse modo, fica claro que as referidas declaratórias da CNMMyLH estiveram fortemente relacionadas com as recentes descobertas arqueológicas realizadas no Chaco e com o trabalho desenvolvido pelos membros da igreja católica na região. Vale observar que parte dos resultados das pesquisas arqueológicas feitas por Alumni foi publicada no livro “Nuestra Señora de los Dolores y Santiago de La Cangayé”, de 1948, obra prologada por Guillermo Furlong, vogal da CNMMyLH a partir de 1943 e especialista no estudo da história da Companhia de Jesus na Argentina (URIBARREN, 2008).

Dando continuidade ao tema desta seção, verificamos que o Decreto 120.411/1942 destinou-se à declaração dos bens existentes na província de Buenos Aires, dentre os quais citamos aqueles oriundos do período colonial: *Cabildo de Luján*, *Casa del Virrey Sobremonte*, *Palomar de Caseros*, *Chacra de los Tapiales*, *Estancia del Virrey del Pino* e *Fuerte de Barragán*, sendo que esse último se tratava de “restos de uma antiga fortificação espanhola do século XVIII”. Parte desses bens remonta à época da criação do Vice-reino do Rio da Prata, em 1776, com sede em Buenos Aires, que resultou das reformas realizadas pela monarquia espanhola no intuito de ampliar seu controle sobre o império, assegurar a defesa do território e fomentar o crescimento econômico e a arrecadação fiscal. Após a designação de um vice-rei, a estrutura do governo vice-reinal foi se completando nos anos seguintes com a instalação da Real Aduana, em Buenos Aires e Montevideú; a divisão do Vice-reino em oito intendências, em 1782-83; a criação de um tribunal máximo de justiça, a Audiência de Buenos Aires, em 1785; e a organização do Consulado de Buenos Aires e suas deputações provinciais, em 1794, órgão de representação do grêmio mercantil (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2016). Daí a existência de parte dos bens declarados cujos edifícios atenderam à nova estrutura política e militar da região.

Uma série de monumentos do período colonial situados na cidade de Buenos Aires foi também declarada pela CNMMyLH, sob o Decreto 120.412/1942, são eles: a *Catedral de Buenos Aires*, iniciada em 1752; a *Iglesia de Santo Domingo*, começada em 1751; a *Basílica del Pilar*, inaugurada em 12 de outubro de 1732; o *Templo de San Ignacio*, construído entre 1710 e 1734; a *Santa Casa de Ejercicios Espirituales*, iniciada em 1759; a *Casa natal del general Antonio González Balcarce*, construída em 1760; a *Casa de Esteban de Luca*, onde funcionou o primeiro arsenal de guerra; a *Casa de Liniers*, onde viveu o “herói da reconquista

¹⁷⁷ Nessa ocasião, Alumni manifestou que o Chaco “recebeu alvoroçado a notícia de que, em seu solo, os restos de velhas e heroicas populações, devido ao esforço privado, voltavam à luz para se constituírem em monumentos venerados de nosso passado” (Cf. LEONI, 2005, p. 17).

e o ex vice-rei do Rio da Prata”; o *Templo de San Francisco*, iniciado entre 1726 e 1731; a *Capilla de San Roque*; a *Iglesia de Nuestra Señora de la Merced*, construída entre 1727 e 1740; a *Iglesia de Santa Catalina de Siena*, inaugurada em dezembro de 1745; a *Iglesia de San Juan Bautista*, construída em 1719 e reedificada em 1769, passando a ser parte do Convento de Monjas Capuchinhas que chegaram a Buenos Aires em 1747; e o *Templo de San Pedro Telmo*, concluído por volta de 1750. Pelo Decreto 122.096/1942 declarou-se a *Plaza de Mayo*, por ter sido, desde 1580, o centro da vida cidadã, onde o povo celebrou seus atos mais solenes com suas festas e expansões coletivas, e a *Plaza San Martín*, antiga Praça de Toros – ambas como Lugares Históricos. Por meio do Decreto 12.904/1943 se declarou como LH o *Solar donde se levanta el Colegio Nacional* (dependente da Universidade de Buenos Aires), cenário de “grandes episódios”, desde a fundação da cidade.

Este conjunto de monumentos e lugares retrata a história de Buenos Aires ao longo do século XVIII, momento em que se tornou a capital do Vice-reino do Rio da Prata. A cidade, porém, já participava da intercessão de gado no eixo Potosí-Atlântico desde o século XVII e, ao final dessa centúria, reunia de seis a sete mil habitantes em seu núcleo urbano – demograficamente, o mais destacado de todo o território que se estendia até Potosí, seguido por Assunção e Córdoba. Ao final do século XVIII, Buenos Aires possuía cerca de quarenta mil habitantes – uma das capitais importantes do império, ainda que distante das mais populosas, como México, La Havana ou Lima –, crescimento que esteve ligado ao papel dos mercadores locais vinculados com o interior rio-pratense e ao envio à Europa de uma parte substancial da prata produzida na área mineira do Alto Peru, para além das mudanças introduzidas com a criação do Vice-reino do Rio da Prata (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2016).

A maioria destes monumentos estão situados no antigo centro histórico de Buenos Aires – com exceção da *Basílica de Nuestra Señora del Pilar*, que se localiza no atual bairro da Recoleta. Cremos que a proteção de um alto número de edifícios da capital federal poderia servir para reafirmar o lugar de destaque ocupado pela cidade em relação ao resto do país e, em última instância, justificar sua condição de capital federal. Como procuramos mostrar, um dos grandes problemas da história argentina residiu no enfrentamento entre Buenos Aires e as demais províncias do país, que levou, até mesmo, à sua separação do restante do território entre 1853 e 1860.

Seguindo com a análise dos bens da etapa colonial protegidos pela CNMMYLH, no ano de 1943 foi declarada a *Casa de los Uriburu* (Decreto 14.708/1943), localizada em Salta e edificada em 1773. No ano seguinte, declararam-se como MH a *Capilla de Chamical*,

localizada em Salta e construída no século XVIII, e a *Capilla de San José de Lules*, em Tucumán e também do século XVIII (Decreto 14.119/1944). Já em 1945, foram declaradas como MH as *Bóvedas de San Martín* (Decreto 30.835/1945), situadas em Mendoza; o LH *Cuchi Corral* (Decreto 30.836/1945), localizado em Córdoba, que, além de ter sido um assentamento indígena, “foi muito frequentado pelos conquistadores do século XVI e missioneiros jesuítas” e por contar com “construções típicas das estâncias da época colonial”; o MH *Quinta de Santa Coloma* (Decreto 30.838/1945), localizado na província de Buenos Aires, por possuir antecedentes históricos e características das antigas residências de veraneio de fins do século XVIII e começos do XIX; e o MH *Iglesia del pueblo de Cachi* (Decreto 30.839/1945), igreja colonial característica do Valle de Calchaquí, situada em Salta.

Em 1946, ano em que a gestão da CNMMYLH presidida por Levene foi desfeita, declararam-se três casas coloniais existentes em Salta, por meio do Decreto 2.233/1946, tendo em vista sua arquitetura colonial e sua vinculação a alguns personagens históricos, são elas: a *Casa del General Arias Rengel*, *Casa de Zorilla* e *Casa de Otero*. Outros dois bens do período colonial foram declarados naquele ano: a *Casa de los Martínez* (Decreto 3.430/1946), localizada em Corrientes, e a *Quinta de Braulio y Eduardo Costa* (Decreto 3.431/1946), situada na província de Buenos Aires.

É possível que ainda existam mais bens do período colonial no conjunto de declaratórias analisado, caso esse dado não tenha sido explicitado em suas resenhas¹⁷⁸. De qualquer modo, 80 MH e LH de um total de 335 bens protegidos naquela gestão é um número bastante considerável: reflete a importância que a etapa colonial assumia para os agentes da CNMMYLH. Chama a atenção ainda o fato de que grande parte deles é constituída por templos da Igreja Católica, fazendo-nos lembrar da preeminência desta instituição em todos os domínios da monarquia espanhola, assim como de seu poder econômico, tendo em vista a riqueza, a solidez e a durabilidade de suas construções. Devemos lembrar, por outro lado, que durante as décadas de 1930 e 1940 a Argentina passava por um “renascimento católico”, levando a Igreja a ocupar espaços públicos cada vez mais amplos na sociedade (DI STEFANO; ZANATTA, 2000), fator que também nos ajuda a explicar a proeminência de bens católicos declarados naqueles anos. Para concluir a análise acerca dos bens que representam o período colonial, devemos considerar ainda todas as missões, reduções e igrejas jesuítas, que abaixo detalhamos.

¹⁷⁸ Algumas resenhas de bens podem ter focalizado apenas a relação desses com determinados personagens ou, ainda, ressaltado somente suas características arquitetônicas e artísticas, entre outros valores. Um exemplo é o LH *Pueblo de Yapeyú* (Decreto 24.455/1945), declarado por ser o povoado onde nasceu San Martín.

3.1.4.1. O patrimônio jesuíta

Outro conjunto grande de bens declarado durante esta gestão recordou o trabalho da Companhia de Jesus no espaço que hoje corresponde à Argentina. Essa experiência se insere no marco da política geral de reduções e de reorganização dos territórios indígenas comum a todo o mundo colonial hispânico. Diversas razões estruturais estiveram por trás da política de reduções. Especialmente, ela serviu para a reafirmação do controle colonial, tanto no âmbito político quanto ideológico, já que a religião cristã exerceu um papel determinante como meio de ocidentalização. Outra razão para a existência das reduções foi o controle sobre a força de trabalho indígena. Posteriormente, as reduções acabaram cumprindo uma função defensiva na área fronteira entre os dois impérios ibéricos, como também em alguns conflitos internos entre a Coroa e os colonos. Além disso, ao introduzirem novas formas de ordenamento do trabalho indígena, a economia das reduções permitiu aos jesuítas uma capacidade financeira notável em uma área de notória pobreza (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2016, p. 53).

A primeira declaratória atribuída a um edifício jesuíta se deu sob o Decreto 80.860/1940, tratando-se da *Iglesia y Colegio de la Compañía de Jesús*. Já por meio do Decreto 90.732/1941, foram declarados como Monumentos Históricos: a *Catedral de Córdoba*, obra do jesuíta Andres Blanqui, a *Reducción de Santa Catalina*, a *Iglesia y Convento de San Isidro*, a *Reducción de Alta Gracia*, a *Capilla de Candonga* e a *Estancia de Caroya*, todas situadas na província de Córdoba. Tais bens foram construídos e concluídos entre 1680 e 1762 e, conforme as resenhas, se destacavam por sua arquitetura. A *Casa de la Compañía de Jesús*, situada em Salta, foi declarada como MH pelo Decreto 95.687/1941, fazendo-se menção também ao seu valor de arquitetura colonial.

Na resenha da *Capilla de San Ignacio de la Cocha*, situada na província de Tucumán e declarada MH pelo Decreto 98.076/1941, mencionou-se que foi uma “fundação do século XVIII, tendo pertencido a uma das estâncias típicas da Companhia de Jesus”. Em seguida, o Decreto 106.845/1941 declarou a *Estancia Jesuítica de la Candelaria* porque essa foi “um dos maiores estabelecimentos agrícola-pecuário que possuíam os jesuítas em Córdoba” e que a parte mais antiga do edifício datava de 1693. Por sua vez, o Decreto 107.512/1941 declarou como MHN a *Catedral de San Juan*, por se tratar de um “edifício jesuítico que se encontrava quase terminado em 1767, quando da expulsão dos jesuítas”, além de nele repousarem os restos do Frei Santa María de Oro.

Recordamos aqui que a política de fronteiras implementada pelas reformas bourbônicas havia renovado o impulso para formar reduções, no intuito de sedentarizar os indígenas.

Quando da expulsão da Companhia, novas reduções já haviam sido instaladas nas fronteiras de Jujuy, Salta e Santiago del Estero e outras três na fronteira santafesina. Mas a política reformista também acabou afetando os interesses eclesiásticos com a defesa de uma única soberania, a do monarca absoluto, sem subordinação ao Papado. Com a assinatura do Concordato de 1753, o governo passou a intervir na vida religiosa, ocasionando a expulsão dos jesuítas em 1767. Após a partida dos membros da Ordem, seus bens foram confiscados e colocados sob a administração estatal nas chamadas Juntas de Temporalidades. As reformas e, principalmente, a instalação de intendências pretenderam restringir a margem de autonomia local que havia permitido à Companhia estabelecer estreitas relações com as elites locais através da educação e de sua inserção na economia. Franciscanos, dominicanos, mercedários e administradores se encarregaram das missões, mas houve uma diminuição substancial dos índios nelas reduzidos (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2016; GOLDMAN, 1998).

Complementando o quadro dos bens jesuítas protegidos ao longo da gestão aqui examinada, no ano de 1942, foram declarados os lugares *Reducción Jesuítica de Petacas*, da qual existiam alguns restos em um bosque, e *Abipones*¹⁷⁹, que foi uma redução de jesuítas e posto de fronteira contra os índios, fundado em 1749, ambos situados na província de Santiago del Estero (Decreto 112.099/1942). O Decreto 8.729/1943 declarou mais um Lugar Histórico intitulado *Misiones Jesuíticas de Bariloche y Nahuel Huapí*, localizadas nas margens do Lago Nahuel Huapí, na província de Neuquén. Esta declaratória, apesar de ter sido referida no decreto como um único bem, deixa dúvidas se teria se tratado de duas fundações distintas, especialmente se considerarmos as seguidas tentativas de reconstrução da missão após os ataques sofridos. Este LH, portanto, trouxe em sua resenha a questão do conflito com indígenas, ainda que o foco tenha sido colocado sobre o empreendimento jesuíta e um de seus mártires: “No século XVII, foram fundadas e logo destruídas pelos índios em 1655 e 1663, que mataram o Rvdo. Padre Nicolás Mascardi, quem organizou nas margens do lago Nahuel Huapí a primeira redução jesuítica da Patagônia”. Durante os séculos XVII e XVIII, os religiosos estabeleceram missões na região da Araucania, no Chile, devido a sua emergente economia e a firme resistência indígena que havia no local. Segundo Nicoletti (2004), “Nuestra Señora del Nahuel Huapí” foi uma prolongação do conjunto de missões assentado naquela região do Chile que, atravessando a cordilheira, foi estabelecida no que hoje é a província de Neuquén.

¹⁷⁹ Assim como *Loreto Viejo*, *Abipones* foi inicialmente declarado como MHN, mas sua categoria foi alterada para LHN (pelo Decreto 3.635/1948) a pedido da própria CNMMYLH, porque as construções que teriam motivado a declaratória já haviam desaparecido há muito tempo.

A missão de Nahuel Huapi, de fato, passou por circunstâncias difíceis: quase todos seus missioneiros morreram como mártires, foi duas vezes reconstruída por causa de incêndios e os índios poya, habitantes originais do local, seguidamente demonstraram hostilidade à missão e à entrada de espanhóis em seu território. Assim, além da breve existência – que, segundo Nicoletti, foi de 1669 a 1717 e não a data mencionada no decreto – a particularidade desta missão foi o assassinato dos jesuítas que a governaram. Mascardi, Guillermo, De la Laguna e Elguea foram assassinados a flechadas ou envenenados pelos poya. O contato conflituoso que esse grupo indígena já havia tido com os espanhóis do Chile os predispôs a apresentar uma maior resistência à “civilização” e à aceitação da fé cristã. Conforme a mesma autora, as reiteradas tentativas de estabelecer a missão em terras neuquinas comprovam a importância e o valor estratégico do território, que era cuidadosamente controlado pelos indígenas da área (2004, p. 107).

Nahuel Huapi foi um espaço estratégico de comunicação entre os territórios da cordilheira. Com essas missões, a Coroa buscava assegurar terras ocupadas sem enfrentamentos que desgastassem o exército espanhol e com um gasto mínimo. Acredita-se que o padre Mascardi morreu como mártir em 1674, onde hoje é a província de Santa Cruz (STORNI, 1980 apud NICOLETTI, 2004, p. 104). Para os objetivos da presente tese, o que interessa notar aqui é a narrativa da CNMMYLH ao reproduzir a imagem desses padres como mártires. Podemos, até mesmo, conjecturar sobre uma possível colaboração do Padre Guillermo Furlong na seleção dessa Missão como Lugar Histórico. Furlong, que à época da declaratória era membro da *Academia Nacional de la Historia* e no ano seguinte tornou-se vogal da *Comisión*, também era um destacado especialista no tema da Companhia de Jesus.

Mediante o Decreto 112.765/1942 se determinou a demarcação de antigas Missões Jesuíticas da província de Corrientes, declaradas como LH: *Misiones de Yapeyú*, *Misiones de Santo Tomé*, *Misiones de La Cruz*, *Misiones de Apóstoles* (atualmente situada na província de Misiones) e *Misiones de San Carlos*. Pelo mesmo decreto também se declarou como MH a *Iglesia de La Merced* ou *Templo de la Inmaculada*, edifício que pertenceu à Companhia de Jesus e era considerado o mais antigo de Santa Fé por datar de 1660. Através do já citado Decreto 16.482/1943 foi declarada a *Iglesia de Susques*, localizada na província de Jujuy e “construída, segundo a tradição, pelos padres jesuítas da zona”, no início do século XVIII. Pelo mesmo decreto também foi declarada como MH a Missão Jesuítica *San Ignacio Miní* e se determinou o assinalamento como LH das antigas missões jesuíticas de *San José*, *Apóstoles*, *San Javier*, *Santa María la Mayor*, *Mártires*, *Concepción*, *Santa Ana*, *Corpus* e *Loreto*, situadas

na província de Misiones. Posteriormente, pelo Decreto 31.453/1945, as *Ruínas Jesuíticas de Santa María* foram novamente declaradas, desta vez como MH, de modo que a computamos apenas uma vez.

Existem ainda algumas igrejas de outras ordens religiosas que foram construídas por “arquitetos” e ou “engenheiros” jesuítas¹⁸⁰. Ainda que a profissão de arquiteto não existisse como tal no século XVIII, assim foram titulados nas resenhas dos bens os profissionais responsáveis pelos planos e obras de igrejas de Buenos Aires e Córdoba: “arquiteto jesuíta Juan Kraus”, “arquiteto jesuíta Blanqui”, “arquiteto jesuíta Juan Bautista Prímoli” e “irmão jesuíta Lemer”. O arquiteto Mario Buschiazzo e o vogal Furlong parecem ter desempenhado um papel determinante na seleção dos bens de origem colonial e jesuíta, pesando nesses casos ora o critério arquitetônico ora o histórico. Tanto a história da arquitetura quanto a da Companhia de Jesus eram frentes de pesquisas em crescimento na década de 1940, momento em que Buschiazzo e Furlong se destacavam como pesquisadores reconhecidos em tais campos de estudo. Segundo Uribarren (2008), Furlong dominava a história jesuíta e também a história da arquitetura produzida por padres ou irmãos da Ordem, havendo contribuído com os arquitetos adstritos à *Comisión*, especialmente com Carlos Onetto, através do fornecimento de documentos referentes aos bens¹⁸¹. A institucionalização da profissão de arquiteto, muito possivelmente, também contribuiu para a valorização da figura dos mestres responsáveis pela construção dos edifícios declarados. Como abordaremos adiante, o valor arquitetônico e/ou artístico dos MH foi outro importante critério utilizado pela CNMMyLH para definir os bens que seriam alçados à categoria de patrimônio nacional.

Análogo ao que advertimos mais acima, é possível que, entre o conjunto de bens declarados durante a gestão estudada, outras igrejas também tenham feito parte do patrimônio jesuíta sem que esse dado seja informado em suas resenhas. Não obstante, o que queremos ressaltar aqui é que houve um significativo número de bens protegidos em alusão à Companhia de Jesus – 31 ao todo –, denotando o prestígio conferido pela CNMMLH ao legado da instituição. Somando esse número ao dos bens que representam o período colonial, chegamos a um total bastante vultoso, de 111 bens. Se considerarmos que uma boa parte do total de declaratórias (335) efetuadas ao longo da gestão esteve constituída por Sepulcros Históricos

¹⁸⁰ Elas foram incluídas na seção anterior, como bens do período colonial: *Iglesia de Nuestra Señora de la Merced*, *Iglesia de Santa Catalina de Siena*, *Basílica de Nuestra Señora del Pilar*, *Iglesia de San Pedro Telmo*, *Templo de San Francisco*, *Capilla de San Roque* e *Templo de San Ignacio*, todas situadas na cidade de Buenos Aires e declaradas pelo Decreto 120.412/1942.

¹⁸¹ A autora ainda lembra que foi em 1941, por ocasião do *Congreso Nacional de Historia*, realizado em Córdoba, que se determinou a criação de um Instituto de Investigaciones Históricas Jesuíticas (URIBARREN, 2008).

(118), veremos que o número de bens do período colonial corresponde a mais da metade dos Monumentos e Lugares Históricos então declarados.

Buscando uma explicação para a valorização do legado espanhol efetuada pela CNMMYLH, olhemos a continuação do discurso de Ricardo Levene que citamos na abertura do capítulo anterior:

El tiempo acrecienta el valor de las cosas antiguas [...]. El Cabildo representa la institución típica de una época de Hispano-América, como se está demostrando con la publicación de las Actas Capitulares de las principales ciudades de Indias [...]. Fue el armazón del proceso formativo de las sociedades y el órgano del gobierno tutelar de vecinos, con sus diputados o procuradores municipales y reunión de los Congresos de ciudades. La unión Hispano-Americano es una fecunda experiencia para la humanidad, forjada para siempre por la sabiduría de las Leyes de Indias y la unidad y grandeza del idioma. El Cabildo es la Historia de la Colonia y de la Independencia en renovado proceso, pues en las Salas Capitulares se han librado la batalla política y social emancipadora y las revoluciones internas de los primeros ensayos de organización institucional, pruebas ostensibles de que la Independencia y las formas de gobierno del nuevo Estado nacen y crecen en la dominación española aunque van contra ella (COMISIÓN..., 1940, p. 92-94).

Para além do valor de antiguidade conferido ao Cabildo, este pronunciamento manifesta um apreço pelo passado colonial e uma interpretação favorável acerca desta época. Se, por um lado, e de modo mais geral, a salvaguarda das “coisas antigas” estava vinculada a uma preocupação com a formação da identidade nacional, em voga desde o século XIX, por outro, a valorização do período da colonização espanhola, possivelmente, reflète a disseminação do “hispanismo”, fenômeno que na América se incorporou às visões conservadoras e tradicionalistas (TERÁN, 2008). Para Levene, a etapa colonial teria sido uma experiência “fecunda”, a base de sustentação (“armazón”) das sociedades americanas, ideia que reverberou em suas práticas dirigidas ao patrimônio histórico.

Até o século XIX, predominou entre as gerações de escritores latino-americanos uma espécie de “hispanofobia”, isto é, uma forte oposição à ex-metrópole e à sua cultura, considerada tradicionalista, absolutista e herdeira da Inquisição (TERÁN, 2008; BEIRED, 2010). Por anos, a Espanha tentou se reaproximar de suas antigas colônias sem muito êxito. Na Argentina, o empenho da coletividade espanhola contribuiu, em parte, para o estreitamento das relações com aquele país (BEIRED, 2010). Contudo, após a guerra contra os Estados Unidos, em 1898, e a perda das suas últimas colônias (Cuba, Porto Rico e Filipinas), se desencadeou na Espanha uma crise em torno da consciência nacional, acompanhada do autoexame de uma nação que foi o centro do mundo e perdeu tudo. Um conjunto de intelectuais espanhóis, como Miguel de Unamuno, Antonio Machado, Ramiro de Maeztu, entre outros – a chamada “Geração

de 98” –, decidiu escrever a respeito do tema e lançou um programa de regeneração nacional para recuperar a influência cultural sobre suas antigas colônias¹⁸². A “hispanofobia” foi, então, invertida pela “ofensiva hispanista” (TERÁN, 2008).

Na Argentina, esta passagem da hispanofobia ao hispanismo pode ser observada a partir de alguns fatos, como a negação de Juan María Gutiérrez a ser membro da *Real Academia Española de la Lengua*, porque defendia a autonomia do castelhano que se falava na América em relação ao falado na Espanha. Décadas depois, Ernesto Quesada já aceitava ser membro da instituição. Desde os anos finais do século XIX, passou a ocorrer uma cordial recepção a diversos intelectuais espanhóis na Argentina e, durante o governo de Hipólito Yrigoyen, em 1917, se declarou o 12 de outubro como o “Dia da Raça”, em homenagem à Espanha como progenitora (Mãe Pátria) da nação argentina (TERÁN, 2008, p. 164)¹⁸³. Assim, a preservação do “tipicamente colonial” na arquitetura do país, em parte, decorre dessa nova percepção assumida em relação à cultura espanhola.

No trecho citado acima, Levene afirmou que o Cabildo de Buenos Aires “é a história da Colônia e da Independência” e que “as formas de governo do novo Estado” argentino nasceram e cresceram “na dominação espanhola, ainda que vão contra ela”. Esta fala nos permite igualmente entrever as concepções historiográficas do presidente da *Comisión*, caracterizadas, segundo Escudero (2009), por uma apologia à perspectiva hispanista da história americana e argentina. Conforme o autor, seu extremo hispanismo o levava a afirmar que “não havia história da Espanha sem o estudo da América espanhola”, assim como “a história argentina começava com a da Espanha”. De forma idealizada, Levene apresentava um enlace sem conflito entre os dois mundos, e, para ele, a “hispanidade” era tomada como um conceito da história e não como uma perspectiva sobre as conotações históricas da expansão espanhola, maneira como é tratada nos dias de hoje (ESCUADERO, 2009). Analisando os diálogos intelectuais efetuados entre Brasil e Argentina, no início do século XX, acerca da escrita da história e da revisão historiográfica, Silva (2011) também percebeu uma reinterpretação positiva do passado colonial

¹⁸² Diante do ingresso dos Estados Unidos na Guerra de Independência de Cuba, em 1898, também apareceram críticas ao expansionismo daquele país. Na Argentina, Roque Saénz Peña, então ministro de Relações Exteriores, “proferiu um discurso intitulado ‘Por España’, no qual repudiava a ação norte-americana, vendo-a como um perigo para os países latino-americanos, ao mesmo tempo em que se solidarizava com a Espanha e declarava sua esperança na vitória desse país” (BEIRED, 2010, p. 50).

¹⁸³ Além disso, o ingresso de novos grupos de imigrantes no país, como judeu-russos, turcos e libaneses, acabou contribuindo para uma revalorização dos imigrantes espanhóis e italianos. A imigração espanhola, especificamente, foi considerada favorável durante o Centenário, havendo o apoio de intelectuais e políticos a uma imigração que era “da mesma raça” (DEVOTO, 2009, p. 274). Beired (2010) ainda adverte para a influência que letrados como Joaquín V. González, Estanislao Zeballos, Manuel Gálvez, Ricardo Rojas, Enrique Larreta, Ernesto Quesada e o aqui destacado Ricardo Levene, entre outros, tiveram nesse processo de inflexão da imagem da Espanha na Argentina.

e a ênfase às matrizes ibéricas da região. A autora, que analisou parte da obra de Ricardo Levene, verificou, portanto, que um dos caminhos desse diálogo foi justamente o da reaproximação com as antigas metrópoles.

Para Levene, o historiador devia apresentar um relato capaz de revelar o desenvolvimento harmonioso dos povos em busca de seu destino, atendendo mais às continuidades do que às rupturas. Foi no livro *Lecciones de Historia Argentina* (1913) que ele expôs os argumentos centrais da sua tese, apoiando-se na tradição jurídica da Espanha. Nele, afirmava que as Índias não eram colônias, mas Províncias, uma vez que a política deste país teria promovido o desenvolvimento de órgãos territoriais próprios e possibilitado – já durante a dominação espanhola – a formação das nacionalidades independentes do Novo Mundo (SAAB et al, 2001)¹⁸⁴. Toda a sua argumentação, como podemos ver, se encaminhava para a defesa do que, muitas décadas depois, foi caracterizado como o “mito das origens” (CHIARAMONTE, 1993; 1997; 2004).

A valorização do legado espanhol verificada nas declaratórias da CNMMyLH, portanto, também pode ser explicada pela visão historiográfica da qual seus membros eram herdeiros e veiculadores. Afinal, a fase do comércio entre Espanha e América durante o Vice-reinado do Rio da Prata era um período importante para aqueles que queriam escrever a história da nacionalidade que teria sua origem nos sucessos de 1810 (PAGANO; DEVOTO, 2009, p. 150), era vista como um processo que possibilitou a Revolução de Maio.

3.1.5. O indígena nas declaratórias da CNMMyLH

No conjunto dos bens declarados ao longo da primeira gestão da CNMMyLH, se sobressaiu um pequeno número de monumentos e lugares que, ao contrário daqueles situados no marco da campanha do deserto, valorizou o legado indígena no território. O primeiro deles, denominado *Ruinas de Incahuasi* e situado na província de Catamarca, foi declarado pelo Decreto 16.482/1943 como MH por tratar-se das “ruínas da antiga população aborígene em

¹⁸⁴ Conforme Saab et al (2001), tais argumentos ainda levaram Levene a defender o fim da disputa entre provincianos e portenhos, uma vez que as províncias formaram a nação. A história do país era, assim, a da consolidação dos conceitos de federalismo e república, propostos pela Revolução de Maio. Levene considerava nobre a causa dos caudilhos, embora seus meios bárbaros fossem sinônimos de caos e retrocesso: ali teria principiado o federalismo, sem que se tenha distanciado do sentimento da nacionalidade. Um terceiro ponto observado pelos autores na obra de Levene (*Lecciones de Historia Argentina*), é a defesa da necessidade de um acerto de contas com o passado da América. Para ele, os manuais escolares não deveriam contribuir com a formação de imagens hostis aos outros países – salientando os resultados funestos do nacionalismo exacerbado que culminaram na Primeira Guerra Mundial –, ao contrário, chegou a propor um manual único para o ensino de história da América, a ser redigido por historiadores dos distintos países (SAAB et al, 2001, p. 85-86).

Antofogasta de la Sierra”. Já pelo Decreto 21.483/1944, declarou-se como MH as ruínas da cidade pré-hispânica de *Tolombón*, existentes na província de Salta. Conforme o decreto, elas constituíam:

[...] el más importante descubrimiento arqueológico habido hasta el presente en nuestro país, único ejemplo de ciudad prehispánica llegado hasta nosotros en excelente estado de conservación, del que ha sido posible reconocer hasta ahora un admirable y complejo sistema de fortificaciones. [...] Como lo manifiesta la referida Comisión, el lugar es además rico en sugerencias históricas, fue baluarte de don Juan de Calchaquí, prócer epónimo de la región, a quien puede considerarse el primer héroe de nuestro país y cuya fama fue tan grande que dio nombre a todo el valle y sus pobladores, y durante todo el siglo que duró la guerra contra los calchaquíes, ciudad principal y centro de resistencia.

É notável a importância dada à descoberta arqueológica das ruínas de *Tolombón*, tendo sido destacado tanto o seu estado de conservação quanto algumas características de sua construção. No texto da resenha, a CNMMYLH se referiu ainda ao valor histórico da região, em virtude dos grupos que ali habitaram, chegando a destacar o papel de um dos personagens locais na guerra contra os colonizadores. Conforme Fradkin e Garavaglia (2016), a resistência indígena foi, de fato, bastante importante em toda a área dos vales calchaquíes – região situada no noroeste da Argentina –, obrigando os espanhóis a situarem seus primeiros povoados nos campos baixos. Já no século XVIII, Jujuy foi a jurisdição que possuía a maior porcentagem de indígenas de toda a área do Rio da Prata, cuja população mantinha antigas relações com os vales do Sul alto-peruano e com o extenso território da Puna do Atacama.

Foi na região da Puna que se declarou mais um MH de procedência indígena, o lugar conhecido como *Incahuasi* (*casa del Inca*), localizado na província de Salta, pelo Decreto 30.833/1945. A justificativa dada foi a seguinte:

[...] en dicho lugar se conservan restos de construcciones indígenas, entre ellas un aposento de pequeñas dimensiones que constituye el único resto arquitectónico de segura filiación incaica. [Considerando que] los buscadores de tesoros de esa región han destruido parte de esas construcciones por lo que se hace necesario atender a la defensa y conservación de dicho yacimiento arqueológico.

Por último, e no mesmo ano, pelo Decreto 30.836/1945, declarou-se o LH já citado mais acima, denominado Cuchi Corral, situado na província de Córdoba. Conforme sua resenha, tratava-se de um “antigo assentamento de uma tribo de índios, cujo cacique se menciona em documentos da época”, pois foi muito frequentado pelos conquistadores do século XVI. Assim sendo, os quatro bens aqui elencados chamam a atenção por concederem reconhecimento ao patrimônio indígena existente no país, apresentado como “admirável” e “importante

descobrimto”. O líder da resistência calchaquí foi até mesmo ponderado como o possível “primeiro herói” da Argentina, afirmação que mais uma vez precisa ser compreendida no contexto de nacionalização das áreas de fronteira: reconhecer Juan de Calchaquí como um herói nacional é também abranger seu território e as populações que nele habitam como parte do Estado argentino. É fato, porém, que só foram dignos de tal reconhecimento os vestígios materiais “de segura filiação incaica”, isto é, de culturas autóctones mais remotas e/ou que integraram civilizações com “grande” fama.

Tal seleção de bens denota, mais uma vez, a eleição de certos temas ou grupos em detrimento de outros, sobretudo quando recordamos que a submissão das populações indígenas mais recentes ante o avanço do exército argentino foi comemorada pela CNMMYLH e os lugares dessas batalhas elevados à patrimônio nacional. Nas primeiras décadas do século XX, a tentativa de incluir o indígena (ou alguma versão dele) como figura representativa da essência nacional, ao contrário do *gaucho*, não alcançou muito sucesso. Explica Cattaruzza (2007, p. 193-194) que isso se deve, em parte, ao fato de no território argentino não terem se desenvolvido “grandes culturas” indígenas como nos países vizinhos, as quais se supunham próprias desses países. Além disso, em algumas regiões do país, como no noroeste e no Chaco, ainda haviam conflitos abertos com grupos indígenas, que se prolongaram até meados da década de 1920. Embora crescessem as tendências à valorização das culturas rurais e antigas, a sedução do progresso seguia operando ativamente.

Tais declaratórias também refletem as descobertas arqueológicas realizadas naquelas décadas e as polêmicas ensaiadas pelos pesquisadores do tema. Conforme Podgorny (2004), durante as duas primeiras décadas do novecentos, a falta de acordo em torno de uma cronologia para as antigas populações da Argentina pautou as discussões dos americanistas. A chamada “questão calchaquí”, levantada pelo pesquisador Eric Boman no Congresso Americanista de Quebec (1906), refutava a interpretação dos achados arqueológicos dos vales calchaquíes proposta pelos arqueólogos argentinos, entre os quais se encontrava Juan Ambrosetti, diretor do Museu Etnográfico da Faculdade de Filosofia e Letras da UBA. Boman questionou a existência de duas “culturas” na região e a independência calchaquí em relação às culturas peruanas. Seus trabalhos também sugeriam que a civilização calchaquí era uma invenção dos argentinos, que queriam ver nela “a mãe das culturas andinas” (PODGORNY, 2004, p. 159).

Apesar das críticas feitas à teoria dos arqueólogos argentinos – que geraram toda uma contenda, envolvendo também etnógrafos e naturalistas de diferentes países, e que acabou encerrada sem acordo –, podemos notar que a narrativa da *Comisión* a respeito das ruínas de

Tolombón seguiu inscrevendo as populações daquela região no horizonte das “grandes culturas” andinas, prática condizente com as tendências nacionalistas da época. Vale observar, por fim, que tal qual ocorreu com diversas disciplinas, durante a década de 1930, a Arqueologia também contou com o financiamento estatal. Ao mesmo tempo, começava a ser incorporada ao conteúdo de revistas e jornais dominicais ilustrados, cobrava um importante lugar na indústria do turismo e se inseria no “expansivo mercado nacional de produtos ‘argentinos’” (PODGORNY, 2004, p. 177).

3.1.6. Os “grandes homens” nas declaratórias: Personagens, Sepulcros e Árvores Históricas

Ao longo de boa parte deste capítulo, procuramos examinar o valor histórico conferido aos bens declarados entre 1938 e 1946. Analisamos os episódios ou etapas da história argentina privilegiados na política de patrimônio desenvolvida pela CNMMYLH, que acabaram compondo uma narrativa da nação. Cumpre ainda tratarmos dos personagens históricos recordados por meio dessas práticas, que foram igualmente mobilizados como justificativa para a declaração dos bens. Assim, nessa seção, colocamos o foco sobre as personalidades que integraram o relato nacional empreendido pela *Comisión*, atentando ainda para duas novas categorias de bens concebidas no decorrer da primeira gestão do órgão: a de Árvore Histórica e a de Sepulcro Histórico.

Como a literatura a respeito dos “heróis nacionais” tem mostrado, a consolidação dos Estados nacionais na Europa do século XIX estimulou o culto aos “grandes homens”, cujas trajetórias serviram de elemento na composição de referências coletivas (ENDERS, 2000; THIESSE, 2001-2002). Disseminaram-se, nesse marco, práticas como a “estatuomania”, que floresceu de maneira especial na Terceira República Francesa (1870-1940), até se banalizar e perder seu conteúdo político (AGULHON, 1998 apud ENDERS, 2000). Com o advento da sociedade burguesa, tornou-se comum também a narração histórica de vidas individuais, que motivou o aparecimento de obras dedicadas a homens considerados geniais (SCHMIDT, 2003). Inclui-se ainda nesse repertório de práticas a tributação de honras fúnebres aos “grandes vultos” da nação, em muitos países marcadas pela construção de panteões. No caso francês, acreditava-se que o panteão, além de salvaguardar os restos dos personagens ilustres, serviria para a formação dos alunos e para difundir o amor à pátria. Assim como o museu, o panteão se constituía em um novo modelo de santuário (POULOT, 2009).

A homenagem aos próceres da nação mediante a construção de estátuas e monumentos foi habitual na Argentina, sendo efetuada desde as últimas décadas do século XIX e, ainda mais recorrentemente, durante as comemorações dos centenários da Revolução de Maio e da Independência¹⁸⁵. O mesmo pode ser dito em relação às homenagens fúnebres¹⁸⁶ e à produção de obras dedicadas à vida dos próceres nacionais. Como aponta Carman (2013), pelas páginas da Revista Nacional, publicação da década de 1890 dirigida pelo diretor do *Museo Histórico Nacional*, é possível constatar a crescente reivindicação dos homens públicos do passado por meio do aparecimento de estudos biográficos, da organização de comissões para a repatriação de restos fúnebres e da construção de monumentos e de homenagens.

A partir de 1892, o projeto de construção de um panteão nacional começou a circular amplamente no seio da elite letrada argentina, cujas propostas refletiam diferentes posicionamentos políticos e historiográficos em torno do passado nacional¹⁸⁷, razão pela qual nunca chegou a ser erigido (CARMAN, 2013). O intento de construção do panteão, porém, foi retomado posteriormente e, inclusive, pelos membros da CNMMYLH. A ideia foi aventada logo da criação do órgão e reapareceu durante o primeiro peronismo – novamente, sem sucesso –, reafirmando-se a concepção de história que busca no passado os exemplos para o presente; possivelmente por se tratar de um momento em que era necessário gerar consensos amplos e porque a imagem do passado encerrada no panteão “possuía um forte poder de convencimento acerca de sua veracidade” (PAGANO, 2014b, p. 152). De modo mais geral, tratam-se de práticas que se inserem no amplo processo de culto aos heróis nacionais, que abarcaram toda a América espanhola e tiveram enorme centralidade com o desenvolvimento da literatura e da historiografia românticas (BLASCO, 2015b).

Dentre os “grandes vultos” da nação argentina, San Martín foi, de longe, o personagem mais vezes mencionado nas declaratórias do período analisado. Seu nome foi diretamente citado na resenha de 18 bens: são lugares, árvores ou edificações com os quais o prócer teria tido contato em algum momento de sua vida; são vestígios que se acreditava estarem “ligados ao invisível”, que o representavam (POMIAN, 1984). Tal qual nos referimos mais acima, na seção dedicada aos bens da Revolução de Maio e da Independência, foi possível notar um destaque à

¹⁸⁵ Sobre o tema, ver Bertoni (2001), Gorelik (2010), Blasco (2015c) e Cércosimo (2017), entre outros.

¹⁸⁶ A respeito das homenagens póstumas na Argentina no período referido, ver também Bertoni (2001), Gayol (2012) e Bragoni (2013).

¹⁸⁷ Nas disputas sobre os destinatários do panteão, defendeu-se que fossem depositados nele os restos de todos os homens públicos da independência americana; outros queriam destiná-lo somente aos considerados fundadores da República Argentina; ao passo que um terceiro grupo pretendia reservá-lo aos grandes homens da história nacional (CARMAN, 2013).

figura do “Libertador” por sua ação no contexto das batalhas da independência argentina e do Exército dos Andes. Como explica Rabinovich (2016), o Exército dos Andes abriu a página mais gloriosa e transcendente da revolução, ao exercer um papel decisivo na independência do Chile, do Peru e da América do Sul em seu conjunto. A reorientação estratégica das tropas de San Martín em direção ao Pacífico superou enormemente as conquistas obtidas em qualquer outro empreendimento realizado pelos revolucionários rio-pratenses, daí o lugar privilegiado de seu autor no panteão nacional.

Desde o final do século XIX, os retratos e artefatos ligados a San Martín passaram a ser apreciados por um grupo heterogêneo de pessoas e, logo, foram incorporados à cultura visual da Argentina e ao seu universo escolar (BLASCO, 2015b). Conforme Hourcade (1998, p. 73), o primeiro responsável pela difusão da figura “sanmartiniana” foi Bartolomé Mitre, quem, por meio de sua “Historia de San Martín y de la Emancipación Americana” (1887), “edificou um monumento à memória do ‘libertador do sul’” e, ao mesmo tempo, à “revolução argentina americanizada”. O San Martín de Mitre era, primordialmente, um libertador republicano; encarnava a genialidade do homem capaz de realizar uma missão que parecia estar além das forças humanas, alcançada graças ao seu talento militar “inato”. Nos anos do centenário da independência, por sua vez, surgiu a obra “Bibliografía del General José de San Martín y de la Emancipación Americana”, de Carlos Salas, composta por cinco volumes e cujo título indica a perenidade da imagem cunhada por Mitre. Nesse período, a representação mais difundida de San Martín, tanto entre os historiadores de profissão quanto entre o público mais amplo, enfatizava sua genialidade militar como “libertador” (HOURCADE, 1998).

Durante os anos 1920, a figura de San Martín começou a se distanciar do modelo mitrista, convertendo-se em um tipo de modelo militar que foi apropriado por grupos políticos descontentes com o yrigoyenismo. A quebra da ordem constitucional de 1930, somada a diversas mudanças na vida social argentina, trouxe consigo uma crise em relação à percepção do passado nacional. Apareceram novas biografias e, pela obra de José P. Otero – “Historia del Libertador General Don José de San Martín” (1932) –, o prócer foi elevado à categoria de “herói moral da argentinidade”, qualidade que se somava às suas virtudes militares (1998, p. 77). Por sua vez, o livro de Ricardo Rojas, intitulado “El Santo de la Espada” (1932), surgiu como contestação à imagem de San Martín que se tentava difundir. Ainda que o retrato do personagem apresentado por Rojas também o erigisse como modelo “moral” da pátria, havia um abismo entre a obra dos dois autores, caracterizado pela distância que também dividia as forças políticas e sociais na Argentina do período. Reconhecendo o “sanmartinismo”, Rojas o revestiu de

“vestimentas místicas que sustentavam sua ‘santidade’”, mas também de um espírito cidadão e democrático (HOURCADE, 1998, p. 87).

Para o problema do qual nos ocupamos, o importante a salientar aqui é que, ao longo do governo de Agustín P. Justo, irrompeu uma série de homenagens civis e militares dedicadas a San Martín¹⁸⁸ (CATTARUZZA, 2001; 2007) e às quais a CNMMYLH também se somou. O personagem não apenas foi referido nas declaratórias de Monumentos e Lugares Históricos, mas tornou-se objeto de diversas comemorações promovidas pelo órgão e entre as quais destacamos os atos realizados todos os anos no *Museo Histórico Nacional*, em cada 17 de agosto, data de sua morte. Independentemente das diferenças historiográficas e políticas que marcaram o período, ambas visões convergiram na valorização do personagem em questão e o estímulo que estas comemorações receberam do Estado e das Forças Armadas foi funcional à nova conjuntura experimentada pela Argentina, marcada pelo ingresso dos militares à arena política (HOURCADE, 1998). Durante o peronismo, San Martín seria novamente requisitado.



A *Posta de Yatasto*, onde se encontraram os generais San Martín e Belgrano, em Salta. Fonte: Argentina. *Archivo General de la Nación* - Dpto. Doc. Fotográficos. Inventários 47253 e 28158.

A trajetória militar de Manuel Belgrano e sua participação nas batalhas que sobrevieram à revolução de 1810, como líder do Exército do Norte, também se destacam no conjunto das declaratórias. Ele foi o segundo personagem mais referido nas resenhas dos monumentos, sendo vinculado a 6 bens, boa parte deles já citados anteriormente: a *Finca Castañares* e a *Posta de Yatasto* (ambas em Salta); o LH *Loreto Viejo* (em Santiago del Estero); o LH *La Candelaria* (em Misiones); o povoado de *Curuzú Cuatiá* (em Corrientes) que teria sido fundado pelo prócer,

¹⁸⁸ Em 1933 e com sede do Círculo Militar, foi criado o *Instituto Sanmartiniano*. A entidade defendeu o “Sanmartinismo” como nova “doutrina apolítica” que emergia “da bondade e da perenidade da pátria”, a ser pregada nas escolas e instituições públicas e cuja petição foi aprovada por decreto do Poder Executivo Nacional (HOURCADE, 1988, p. 78-79).

declarado pelo Decreto 112.765/1942; e o próprio Sepulcro Histórico de Belgrano, declarado pelo Decreto 3.039/1946 e situado no Convento de Santo Domingo da cidade de Buenos Aires. Na sequência aparecem empatados os líderes militares Martín Miguel de Güemes¹⁸⁹ e Juan Lavalle, cada um deles mencionado na resenha de 5 bens, algumas delas já citadas anteriormente.



*El Carmen de Güemes, na província de Salta, e a frente da Casa donde fue muerto el General Lavalle, em Jujuy.
Fonte: Argentina. Archivo General de la Nación - Dpto. Doc. Fotográficos. Inventários 80633 e 255254.*

Outros personagens referidos de forma repetida nas resenhas são aqueles vinculados à etapa da chamada “organização nacional”, iniciada com a derrota de Rosas, em 1852. José Justo de Urquiza foi citado na resenha 6 bens, quais sejam: o Colégio Nacional fundado por ele e a igreja onde foi enterrado, ambos situados em Entre Rios; 3 bens associados à Batalha de Caseros; e a própria declaratória de seu Sepulcro Histórico. O nome do ex-presidente Nicolás Avellaneda também apareceu em 6 resenhas diferentes, mas duas delas estavam vinculadas a homenagens prestadas à San Martín durante o seu governo, caso da repatriação dos restos do “Libertador” que foram depositados no Mausoléu da Catedral Metropolitana em 1880. Julio A. Roca foi mencionado em cinco declaratórias: três por sua participação na Campanha do Deserto, uma por seu governo como presidente e a última trata-se de seu Sepulcro Histórico. O nome do ex-presidente Bartolomé Mitre também foi citado em 4 bens, enquanto que o de Domingo Faustino Sarmiento apareceu em outras 3 resenhas.

Como já observamos, Juan Manuel de Rosas foi citado na resenha de diversos bens, porém, no caso deste personagem, o destaque foi dado para a sua derrota definitiva em 1852 e para as oposições que sofreu em virtude da “tirania” com que governava. Daí também o silêncio

¹⁸⁹ Para mais detalhes obre a figura de Güemes, líder das milícias do norte, responsáveis por salvar a revolução iniciada em 1810 e defender as portas do território, ver MATA (2008).

em torno de personagens como Facundo Quiroga – o caudilho de grande prestígio nas províncias do interior, que foi morto em 1835 durante uma missão encomendada por Rosas – e Manuel Dorrego – federalista que governou Buenos Aires durante a década de 1820 e igualmente associado a Rosas –, ainda que este último tenha sido contemplado pela CNMMYLH com a declaração de seu sepulcro pelo Decreto 3.039/1946.

Nesse sentido, é pertinente o esclarecimento de Cattaruzza (2007) sobre a desavença da historiografia oficial com o rosismo ter se dado em relação à própria figura de Rosas e não ao conjunto do federalismo, já que não faltaram homenagens à Estanislao López, em Santa Fé, e à Facundo Quiroga, em La Rioja, muitas das quais contaram com a presença dos homens da *Junta-Academia de la Historia*. Notemos que Estanislao López, sim, foi referido na resenha de dois MH – ver Apêndice A – e é na mesma chave de leitura que deve ser compreendida a menção ao líder *santiagoense* Felipe Ibarra, citado na declaração do LH *Abipones*¹⁹⁰. Como aponta Buchbinder (2008), a partir de 1920, cumpriu-se, na grande maioria das províncias, o primeiro centenário das autonomias locais, efeméride que suscitou uma reflexão a respeito das interpretações da história nacional produzidas desde Buenos Aires, que compreendia as autonomias provinciais como tentativas de segregá-las ou de convertê-las em Estados independentes. Daí que o papel de alguns caudilhos – fonte de polêmica na historiografia argentina desde suas origens – tenha sido salientado nas declaratórias. De modo geral, a contribuição desses líderes e também das províncias nas lutas pela independência e na construção da nação foi sendo reivindicada por boa parte da historiografia provincial das primeiras três décadas do século XX, ainda que essa reivindicação tenha assumido diferentes expressões¹⁹¹.

3.1.6.1. As Árvores Históricas

A maioria dos bens declarados na categoria Árvore Histórica estava igualmente associada ao nome de personagens e, conseqüentemente, de eventos pretéritos tomados como essenciais para a construção da nacionalidade argentina. Entre os anos de 1938 e 1946 foram declaradas 9 (nove) Árvores Históricas, sendo elas: o *Aguaribay* existente no terreno del

¹⁹⁰ *Abipones* foi uma redução de jesuítas e posto de fronteira contra os índios, fundado em 1749. Mas a resenha do referido LH também advertiu que dali “saiu Ibarra com suas forças para lutar pela autonomia da Província”, figura que, anos depois, prestou fidelidade a Rosas. Cf. Decreto 112.099/1942.

¹⁹¹ É interessante notar que entre os historiadores locais da época encontrava-se Hernán Gómez, figura que foi designada ao posto de delegado da CNMMYLH na província de Corrientes. Gómez considerava a elaboração de uma história que recuperasse os aportes das províncias como “um dever patriótico e de sã reação contra as tendências centralistas” de Buenos Aires (BUCHBINDER, 2008, p. 167).

Instituto Bernasconi, na cidade de Buenos Aires (Decreto 3.369/1943); o *Pino del Convento de San Lorenzo*, localizado na província de Santa Fé; o *Ombú del Campo de Caseros*, existente na província de Buenos Aires (os dois declarados pelo Decreto 3.038/1946); a *Magnolia* do Parque 3 de Febrero e o *Pacaré* do Parque Chacabuco, ambos situados na cidade de Buenos Aires; o *Algarrobo de Pueyrredón* existente em San Isidro, província de Buenos Aires; o *Nogal de Saldán*, situado na província de Córdoba; o *Sauce* do Campo del Plumerillo, localizado em Mendoza; e o *Olivo de Arauco* situado na província de La Rioja (todos os últimos seis declarados pelo Decreto 2.232/1946).

A categoria de “Árvore Histórica”, logo de início, nos leva a indagar por que essa classe de bens não foi incorporada como paisagem natural, mas é importante lembrarmos que, àquela época, ainda não estava em uso o conceito de “patrimônio natural”. Além disso, o sentido atribuído a essas árvores pela CNMMYLH era eminentemente histórico: sua declaração foi justificada tanto pela antiguidade desses exemplares quanto por sua vinculação a personagens ou a acontecimentos pretéritos. Como explica Blasco (2015b), a Lei Nº 12.665 não mencionou concretamente as árvores. Em suas declaratórias elas foram consideradas “bens históricos”, cujo teor também concedeu autonomia aos membros da entidade para adotarem medidas de preservação em relação a esses exemplares.

Desse modo, e conforme os referidos decretos, o *Aguaribay* associava-se ao trabalho do perito Dr. Francisco P. Moreno, “eminente homem de ciência” e de destacada atuação na questão dos limites chileno-argentinos. À sombra do *Pino* (pinheiro) *del Convento de San Lorenzo*, “o General San Martín escreveu a parte do combate” travado naquela localidade, ao passo que o *Ombú* era símbolo da já referida Batalha de Caseros. A *Magnolia* foi declarada por ter sido plantada pelo ex-presidente Avellaneda, enquanto que sob a copa do *Pacaré* (timbaúva) teriam sido aplicadas as primeiras vacinas do território argentino, no ano de 1806. Por sua vez e como já mencionado mais acima, o *Algarrobo* (alfarrobeira) *de Pueyrredón*, o *Nogal* (nogueira) *de Saldán* e o *Sauce* (salgueiro) *del Plumerillo* estavam vinculados a momentos da vida dos próceres que determinaram o curso de acontecimentos históricos “importantes” e sob os quais San Martín teria se reunido com os generais Pueyrredón, José M. Paz e O’Higgins. Finalmente, o *Olivo* (oliveira) *de Arauco* pertencia ao século XVII e devia ser conservado como “expressão do passado”.



O *Olivo de Arauco*, província de La Rioja. Fonte: Argentina.
Archivo General de la Nación - Dpto. Doc. Fotográficos. Inventario 195507.

Segundo Blasco (2010), Enrique Udaondo teve um papel central no processo de declaração das referidas árvores como “históricas”. Ainda na década de 1910, o futuro vogal da CNMMYLH havia elaborado um trabalho intitulado “Árboles Históricas de la República Argentina”, resultado de uma pesquisa coletiva de coleta e circulação de informação, que contou com a ajuda de agentes diversos, como historiadores, colecionadores, políticos, funcionários públicos, membros do exército e de congregações religiosas, de engenheiros e naturalistas, entre outros. Toda a informação reunida, referente às 32 árvores espalhadas pelo país, acabou contribuindo com a transformação desses exemplares em “objetos históricos”, próprios para a “veneração patriótica” por serem associados a figuras ou feitos considerados dignos de recordação¹⁹². Durante a década de 1920 o processo se consolidou através da incorporação de folhas e troncos às vitrines dos museus, da realização de atos públicos para celebrar a reprodução de exemplares no interior das instituições e da distribuição de material gráfico sobre as árvores. Posteriormente e já como vogal da *Comisión*, Udaondo deu continuidade ao tema, encaminhando a declaratória de algumas das árvores previamente sinalizadas como “históricas” (BLASCO, 2010; 2015b).

¹⁹² O catálogo de Udaondo contava com uma descrição minuciosa do acontecimento ao qual as árvores estavam ligadas e com ilustrações desses exemplares. Em sua maioria, acreditava-se que haviam sido plantadas pelas mãos de figuras “relevantes” do cenário nacional ou tinham participado de “feitos históricos relevantes”, transformando-se em “testemunhos vivos” dos acontecimentos. Assim, “a materialidade das árvores era incorporada às concepções historiográficas vigentes, consagrando os conquistadores espanhóis e os heróis da pátria como ‘plantadores de árvores’” (BLASCO, 2010, s/p).

A autora compreende a declaração das árvores como prática cultural produtora de discursos simbólicos e de representações sobre o passado. Em um de seus trabalhos, Blasco examinou o conjunto das árvores que foram associadas à San Martín, sendo interessante notar que as referências a elas foram extraídas das obras de escritores. A menção a alguns desses exemplares apareceu com as publicações do começo do século XX, que descreveram a rota seguida pelo “Libertador” e propiciaram a vinculação da vida do prócer com novos lugares e objetos. Já o valor cultural atribuído ao *Pino del Convento de San Lorenzo* remonta à década de 1880, quando Bartolomé Mitre publicou a sua “Historia de San Martín...”, exaltando valores e ideais do personagem falecido em 1850. Finalmente, a valorização de árvores como o *Nogal de Saldán* se deu mais tardiamente, após a descrição de acontecimentos contidos na referida obra “El Santo de la Espada”, de Ricardo Rojas.

3.1.6.2. Os Sepulcros Históricos

Como é possível observar pela lista de bens declarados no período analisado, houve uma profusão de personagens celebrados por meio dos denominados Sepulcros Históricos (SH). Considerando esses sepulcros, que são 118 no total, a menção a personalidades do passado argentino apareceu em mais da metade do conjunto de bens protegidos entre 1938 e 1946. Essa categoria de bens começou a ser declarada a partir de 1945, pelo Decreto 30.837/1945, que definiu como Monumento Histórico as sepulturas do General Miguel Estanislao Soler e de Aristóbulo del Valle – sendo o primeiro, “ilustre guerreiro da Independência”, e o segundo, político “constitucionalista de nota e fervente democrata” do final do século XIX –, ambas localizadas no Cemitério do Norte, na cidade de Buenos Aires, atualmente conhecido como Cemitério da Recoleta. O Decreto 2.236/46, por sua vez, declarou como Monumentos Históricos os sepulcros de quarenta (40) personalidades, localizados nos cemitérios e igrejas da capital federal, das províncias e de territórios nacionais.

Já o Decreto 3.039/1946 determinou a declaratória de cinquenta e oito (58) sepulcros, todos eles situados na cidade de Buenos Aires. Finalmente, o Decreto 12.806/1946 declarou como Monumentos Históricos outros dezoito (18) sepulcros existentes na capital federal e em outras capitais de províncias. Ainda que o último desses decretos tenha sido expedido após a renúncia de Ricardo Levene e da maioria dos vogais do órgão, o incluímos como obra desta gestão devido ao fato de as listas terem sido elaboradas previamente. Vale notar ainda que os SH foram declarados como “Monumentos Históricos”, provavelmente porque não estavam incluídos como categoria específica na Lei Nº 12.665 (PAGANO, 2014b). Conforme a autora,

a categoria de SH foi posteriormente regulada pelo Decreto N° 34.040/1947, a pedido da própria CNMMyLH.

Com exceção do primeiro decreto citado, não consta no teor dos demais nenhuma referência biográfica sobre os personagens homenageados, havendo apenas uma justificativa geral para tais declaratórias:

Que es deber ineludible del pueblo argentino demostrar su agradecimiento a quienes por su actividad pública o privada hicieron posible la grandeza actual de la Nación;

Que estas circunstancias se realizan en las vidas de los próceres propuestos por la Comisión N. de Museos y Monumentos Históricos y por tanto obliga al Estado a velar por su conservación y custodia de los sepulcros donde se guardan sus despojos.

Assim, o Estado tomava para si a tarefa de homenagear todas as figuras que se considerava terem participado da construção da nação, responsabilizando-se pela conservação de suas sepulturas. Entre os 118 personagens recordados nesses decretos, destacaram-se os homens das décadas revolucionárias de começo do século XIX, ex-presidentes, militares, eclesiásticos e figuras locais. Se sobressai, nesse conjunto, o nome de apenas quatro mulheres: Remédios de Escalada, esposa de San Martín; María Sánchez de Mendeville, mulher influente do âmbito político da Revolução de Maio; Delfina Vedia de Mitre, filha do ex-presidente Mitre; e Paula Albarracin de Sarmiento, mãe do ex-presidente Sarmiento. Com exceção da segunda, portanto, é digno de nota que as poucas mulheres homenageadas pelo órgão também se associavam à memória dos “grandes” homens.

A respeito da seleção dos sepulcros a serem declarados, foi possível constatar que a CNMMyLH contou novamente com o auxílio dos delegados das províncias e territórios nacionais. Em carta do dia 27 de novembro de 1945, o delegado de Tucumán, Manuel Lizondo Borda, respondia uma nota da *Comisión*, comunicando que quase não havia sepulcros conhecidos de personalidades importantes naquela província. Indicava o nome de um político, que havia sido duas vezes governador de Tucumán, cujos restos estavam guardados em um “monumento isolado e destacado”¹⁹³, mas o mesmo não chegou a ser declarado.

Igual ao que ocorreu durante a realização do censo de monumentos e lugares históricos, no levantamento dos sepulcros a *Comisión* também demonstrou interesse em declarar exemplares localizados em toda a extensão do país. Contudo, na correspondência de 6 de dezembro de 1945 remetida ao citado delegado, deixava claro que a lista deveria “incluir os sepulcros em que descansam os restos de figuras ilustres da época da Revolução de Maio,

¹⁹³ ACNMMyLH, pasta “Sepulcro Histórico/Cap. de San Ignacio/Censo de Monumentos y Lugares Históricos”, 003 T.

Independência, Organização Nacional e os contemporâneos, que tenham prestado relevantes serviços aos país, destacando-se nas armas, nas letras, nas ciências e na economia”¹⁹⁴. Expressava, assim, uma continuidade em relação aos critérios de seleção dos bens, estabelecidos durante os anos iniciais de sua gestão.

Tal qual observou Gayol (2012) a respeito das homenagens realizadas aos mortos durante os funerais do período do centenário na Argentina, as declaratórias de SH também podem ser vistas como um “reconhecimento do poder do homenageado” e como uma forma de fixar hierarquias sociais. Se, para a autora, os funerais daquele momento representaram “o início de um trabalho oficial de memória” (2012, p. 7), podemos dizer que a declaração das referidas sepulturas significou a culminância do “enquadramento” da memória nacional (POLLAK, 1992), empreendido pelo Estado e demais representantes da tradição historiográfica liberal.

Em conclusão, podemos notar que os bens declarados por sua relação com personagens do passado argentino reproduzem as constatações feitas mais acima, no que diz respeito à afirmação de um relato nacional materializado por meio do patrimônio histórico. Ao observar a lista de bens declarados no período – Apêndice A –, encontramos uma série de nomes que, grosso modo, tratavam-se dos condutores da Revolução de Maio e da Independência; dos vice-reis do Rio da Prata; de ex-presidentes, com especial ênfase naqueles que governaram a Argentina durante a “organização nacional”; de sacerdotes católicos; de militares e também de personalidades locais às quais, segundo Pagano (2014b), se concedeu um amplo espaço através das declaratórias de SH.

Os episódios históricos aos quais se vinculavam tais personagens, de maneira geral, aludem aos mesmos acontecimentos recordados pelo conjunto das declaratórias que analisamos ao longo do capítulo. Enfatizam, especialmente, o papel desempenhado por certos líderes militares na independência das Províncias Unidas do Rio da Prata e por políticos engajados no processo de organização da Argentina como Estado nacional. É notório o destaque ao panteão de personagens fundadores da nação e diretamente derivados da concepção mitrista, como Belgrano, San Martín, Rivadavia, Urquiza e o próprio Mitre (HORCADE, 1998). Tal seleção de personagens denota ainda o consenso que o panteão liberal gozava entre os sucessivos governos conservadores e peronistas das décadas de 1930 e 1940 (CERSÓSIMO, 2017). Nesse mote, a valorização de personagens que se dedicaram à causa militar também pode ser vista como uma maneira de se afirmar a importância das forças armadas na construção da nação e,

¹⁹⁴ ACNMMYLH, “Sepulcro Histórico/Cap. de San Ignacio/Censo de Monumentos y Lugares Históricos”, 003 T.

ao mesmo tempo, de legitimar o lugar então ocupado por membros do exército na administração do país.

Muitos dos homenageados foram retratados como indivíduos notáveis e basilares para a construção do país, alguns sendo apresentados como mais sagrados do que outros, mas todos eles considerados “dignos” de recordação. As figuras já célebres foram recorrentemente mobilizadas para justificar a proteção de bens que, por vezes, se encontravam em risco de destruição, ao passo que outras, menos conhecidas, receberam pela primeira vez uma homenagem pública feita pelo Estado.

No tocante às resenhas que continham dados biográficos sobre as vidas dos personagens, verificamos a reprodução de práticas características da tradição romântica e da historiografia positivista. Ainda que, na Argentina, uma discussão acerca das normas e práticas de escrita da história já tivesse se produzido décadas antes, é importante lembrar que ela representou mais a necessidade do grupo da NEH de consolidar suas posições no âmbito acadêmico do que uma efetiva renovação historiográfica (EUJANIAN, 2003).

As declaratórias de patrimônio efetuadas nos anos quarenta, assim, acabaram reproduzindo um modelo de narrativa mais factual e tradicional, enaltecendo certos personagens como heróis ou homens notáveis e conservando o legado das elites oligárquicas. Dito de outro modo, o relato difundido pelo órgão ainda não abandonara a “narração contínua dos faustos da nação”, que é característica da produção historiográfica do século XIX (HARTOG, 2013, p. 16).

Na análise dos valores atribuídos aos bens pela CNMMYLH, constatamos a prevalência do critério histórico de seleção, apresentado como justificativa para a declaração de 330 bens de um total de 335. O critério histórico se fez evidente pela menção à antiguidade do bem (ou indicação da data em que foi construído), pela menção ao valor histórico propriamente dito e também pelos acontecimentos ou personagens históricos referidos em suas resenhas. Entre os acontecimentos citados, foram recorrentes aqueles vinculados à Revolução de Maio e à Independência do país, à etapa colonial e à obra da Ordem jesuíta em seu território, ao período da consolidação do Estado nacional, iniciado com a Batalha de Caseros, e às campanhas do “deserto”.

As deliberações entre os vogais do organismo, que constam nas atas de reuniões, confirmaram que o processo de seleção foi pautado por uma hierarquia de temas históricos a ser observada no momento da escolha dos bens. Determinados episódios do passado foram

privilegiados em detrimento de outros, de tal modo que “os silêncios podem ser interpretados como ações passivas, mas também como produto de gestos ativos e deliberados” (TERNAVASIO, 2016, p. 47-48). Em linhas gerais, buscou-se fixar a imagem da Argentina como uma nação preexistente, que teria se configurado antes mesmo da Revolução de Maio e da formação dos estados provinciais, e cujo destino foi concretizado a partir de 1852 pelos representantes da tradição liberal. Nessa narrativa, o período vice-reinal era concebido como a fase embrionária da nacionalidade argentina, ao passo que os lugares históricos da Conquista do Deserto culminavam essa apresentação harmônica da nação, ao se referirem à ocupação e completa delimitação territorial realizada pelo Estado argentino.

Em grande parte, os acontecimentos históricos privilegiados pela CNMMyLH na definição do patrimônio nacional responderam às tendências e debates historiográficos da época, e à tradição à qual estavam vinculados os seus agentes. Estudando o conteúdo das conferências realizadas pela *Academia* entre o período de 1928-1937, Girbal de Blacha (1995) classificou os temas principais. Ela aponta que, de um total de 104 conferências, 17 trataram da história político-institucional argentina do século XIX; 17 abordaram biografias de personagens ilustres do passado nacional; 17 versaram sobre história colonial; 11 discutiam a história político-institucional na América durante o século XIX; 8 eram atinentes à “pré-história”, à arqueologia e à etnologia; seguidas de temas referentes à história da cultura e do jornalismo; 7 de crítica histórica; 4 de teoria e metodologia da história; 4 sobre arquitetura; além de outros temas em menor número (1995, p. 148-149). Tal avaliação vem ao encontro dos assuntos históricos recordados por meio das declaratórias, já que um grande número deles se vinculou à eventos políticos e militares do século XIX, a personagens históricos ilustres e à história colonial. Igualmente, se na historiografia da época era notável o interesse pela pré-história e arqueologia, alguns sítios arqueológicos indígenas também foram alçados à categoria de patrimônio nacional. A história da arquitetura, do mesmo modo, já aparecia entre os assuntos de interesse na época, explicando a seleção de inúmeros bens em virtude de seu valor arquitetônico ou artístico, conforme veremos em seguida.

Apesar de uma renovação historiográfica ter sido proposta entre as décadas de 1910 e 1920, a ideia da existência da nação argentina como prévia à Revolução de Maio não sofreu grandes questionamentos e seguiu sendo um importante argumento nos debates e análises políticas concernentes aos problemas do federalismo e à intervenção do poder central nas províncias. Afirmar que a Argentina já estava predisposta a ser uma nação era uma premissa para justificar a integração nacional e o direito de intervenção federal (BUCHBINDER, 1994,

p. 32). Nesse sentido, fazem-se pertinentes as considerações de Myers (2004, p. 72) sobre a concepção de história desenvolvida por esses historiadores – que constituíram a *Nueva Escuela Histórica* e posteriormente integraram a *Academia de la Historia* – ter se transformado em uma ferramenta central para a construção da ordem política devido à ênfase dada à objetividade e à neutralidade metodológica. Segundo o autor, essa neutralidade – a ausência de “partidarismos”, no dizer de Ravnani – conduzia à elaboração de um relato homogêneo do passado nacional, vazio de conflitos e compartilhado por todos os cidadãos.

A narrativa construída pela CNMMYLH através da instituição de um patrimônio nacional, conseqüentemente, só foi efetivada devido ao “lugar de fala” (BOURDIEU, 2004) de seus agentes. Sobretudo, a antiga *Junta de História y Numismática Americana*, transformada em *Academia Nacional de la Historia*, havia se colocado como continuadora da tradição histórica liberal e conservadora iniciada por Mitre (GALASSO, 2004). Os membros da CNMMYLH, portanto, apresentavam um relato do passado que era funcional aos regimes da década de 1930, em virtude do apelo às origens e do destaque ao êxito do projeto oligárquico da década de 1880 (SUÁREZ; SAAB, 2012). Tendo em vista as conseqüências da crise econômica, o retorno do conservadorismo ao poder pela via da fraude eleitoral e os embates políticos daquela década, os governos da Concordância parecem ter se utilizado de vestígios e imagens do passado para sugerir o progresso do modelo político instaurado na segunda metade do século XIX e, colocando-se como uma continuidade desse projeto, justificar-se no poder.

Foi também no período compreendido entre os governos conservadores da década de 1930 e o advento do peronismo que se estabeleceram políticas voltadas para a integração do país, nos planos material e simbólico. A abertura de estradas e a implantação de projetos de turismo, por exemplo, começavam a ser vistas pelo Estado como formas de ampliar a nacionalização até as fronteiras e pôr em prática a soberania nacional (GORELIK; BALLENT, 2001). Por outro lado, todo um movimento de evocação do passado estava em curso desde a virada do século, mas esse se acentuou no final dos anos 1930, às portas da Segunda Guerra Mundial. Fosse através do ensino da história, da literatura, da geografia ou do folclore, variadas ações foram empregadas na “grande tarefa de consolidação da consciência nacional” (CATARUZZA, 2007, p. 103) e, dentre elas, se insere o trabalho da CNMMYLH.

Dáí a preocupação dos agentes do organismo com a declaração de bens em toda a extensão do país. À medida que cresciam as demandas pela “argentinização” e inclusão dos habitantes dos territórios nacionais como membros da nação, a definição de um patrimônio histórico e artístico considerado “nacional” representava mais um vínculo entre estes habitantes

e a instância federal, fomentando sentimentos de nacionalidade e pertencimento. Na busca por referentes simbólicos capazes de moldar a imagem de unidade nacional, selecionaram-se casas, edifícios, igrejas, fortes, missões jesuíticas e, inclusive, ruínas arqueológicas nos espaços mais recônditos do país. Mesmo na ausência de referentes materiais, lugares naturais foram considerados “históricos” para garantir a presença do Estado em todo o território e conferir uma identidade à nação.

3.2. Os bens declarados segundo o critério histórico-artístico (1938-1946)

A categorização das resenhas nos permitiu apurar, outrossim, um grande número de monumentos declarado por valores de natureza estética. Em quase 80 bens foi ressaltada a importância arquitetônica, artística ou a beleza dos edifícios, além da menção aos “arquitetos” ou mestres que os construíram, entre outras qualidades. Como já salientamos, boa parte dos bens declarados pelo critério histórico-artístico também o foi pelo critério histórico. Assim sendo, para evitar citar cada um deles novamente, selecionamos apenas alguns casos para ilustrar tais características apreciadas pela CNMMyLH e que orientaram a sua definição como patrimônio nacional. Ao longo da seção, buscaremos compreender as razões da escolha desse determinado tipo de bens, levando em conta também o “lugar de fala” dos agentes que realizaram a tarefa.

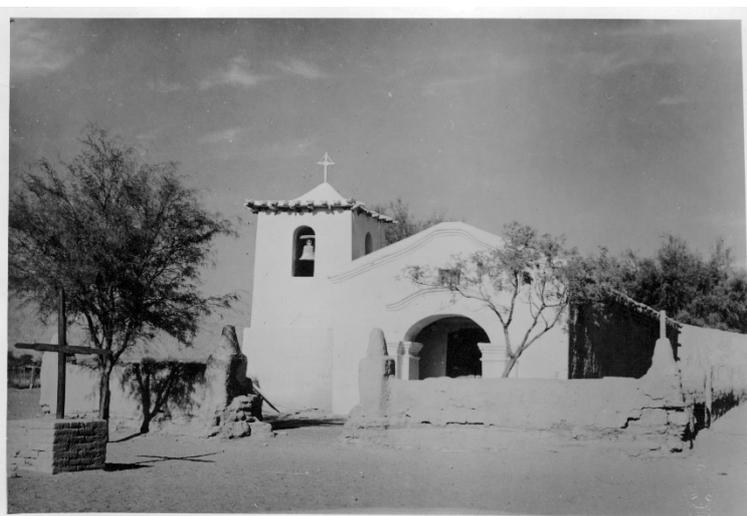
A primeira declaratória obtida por meio da Lei 12.665, que consagrou como MH a *Iglesia y Colegio de la Compañía de Jesús* (Decreto 80.860/1940), já assinalava qualidades estéticas do bem:

[...] dicho templo erigido en 1646 es de un extraordinario valor artístico e histórico; Que su estado de conservación es deficiente, con grave peligro para su estabilidad; Que en tales circunstancias corre el riesgo de desaparecer un monumento arquitectónico cuya destrucción importaría grave pérdida para el patrimonio artístico del país.

Ao analisar as intervenções realizadas com a autorização da CNMMyLH nesse monumento, Uribarren (2008, p. 118) observou que, embora o órgão tenha feito menção ao seu valor histórico, os valores artísticos e arquitetônicos foram os mais ressaltados na documentação do trabalho de restauração. Com sentido semelhante foi declarada a *Catedral de Córdoba* (Decreto 90.732/1941), iniciada em 1680 e inaugurada em 1758, “cuja estrutura definitiva se deve ao célebre jesuíta Andrés Blanqui”, sendo também considerada “uma das joias artísticas da arquitetura colonial da América”.

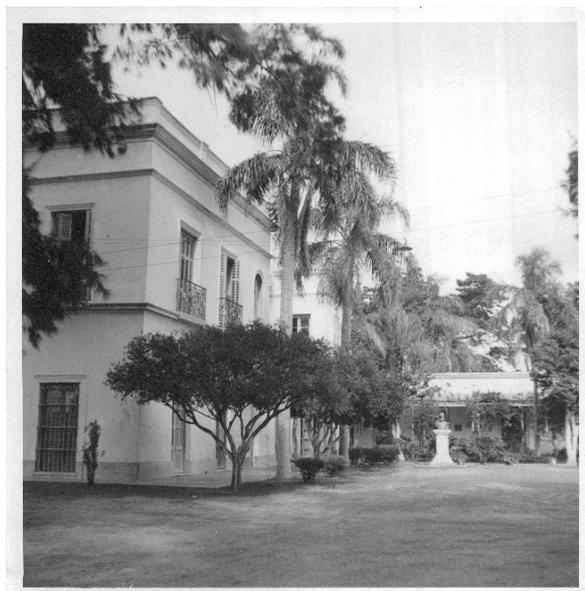
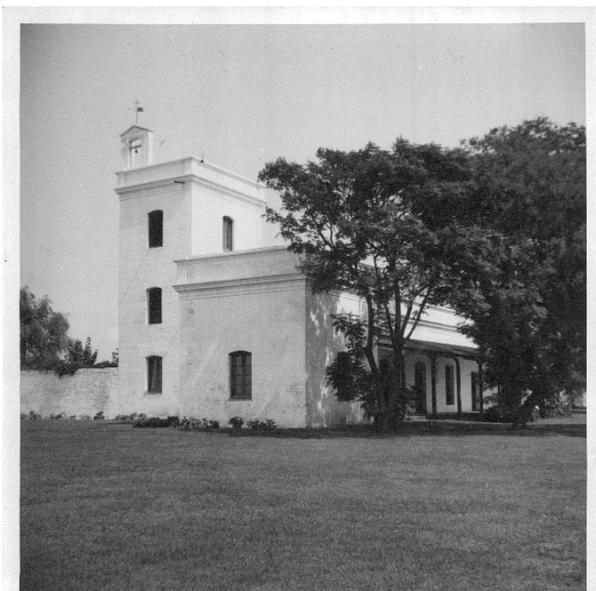
Em relação aos bens de Salta, a *Casa de la Compañía de Jesús* (Decreto 95.687/1941) foi apresentada como “valioso exemplo da típica arquitetura nortenha que dá singular caráter à

mais hispânica das cidades” argentinas e cujo “desaparecimento privaria Salta dos últimos restos da arquitetura colonial”. Quanto ao *Convento de San Bernardo* e à *Iglesia de San Francisco*, verificamos que ambos foram declarados por se tratarem de “dois magníficos expoentes [da] arquitetura colonial do século XVIII”, enquanto que o *Fuerte de Cobos* foi definido como “um dos poucos exemplares que restam no país das construções defensivas do século XVIII” (Decreto 95.687/1941). Igualmente, a *Iglesia de San Pedro* (em Fiambalá, Catamarca) foi considerada “uma joia do mais puro estilo colonial” (Decreto 106.844/1941).



Porta do *Convento de San Bernardo*, província de Salta, e *Iglesia de San Pedro*, em Fiambalá, Catamarca. Fonte: Argentina. *Archivo General de la Nación* - Dpto. Doc. Fotográficos. Inventários 89980 e 80611.

Por sua vez, a *Casa de los Aldao*, em Santa Fé (Decreto 112.765/1942), representava para a CNMMyLH um “exemplo da arquitetura colonial santafesina”, ao passo que a *Estancia del Virrey del Pino*, situada na província de Buenos Aires, foi qualificada como um “edifício típico da arquitetura rural de finais do século XVIII” (Decreto 120.411/1942).



Estancia del Virrey del Pino. Fonte: Argentina. *Archivo General de la Nación* - Dpto. Doc. Fotográficos. Inventários 23601 e 2302. (Conforme consta em seu verso, as fotos foram doadas pela CNMMYLH).

Situadas na cidade de Buenos Aires, as casas de *Santiago de Liniers* e de *Esteban de Luca* também foram declaradas por se tratarem, respectivamente, de uma “casa colonial dos velhos bairros do sul” e de “construção típica e uma das últimas que subsistem no velho bairro de San Pedro Telmo” (Decreto 120.412/1942). Um pouco mais tarde, no ano de 1946, foram declaradas três casas situadas na cidade de Salta em virtude de seus “atributos arquitetônicos de inegáveis valores coloniais”, sendo elas: *Casa del General Félix Arias Rengel*, *Casa de Zorrilla* e *Casa de Otero*. Já no caso da declaratória da *Casa de los Martínez*, situada na cidade de Corrientes (Decreto 3.430/1946), informou-se que a mansão constituía “o último vestígio da cidade colonial”.



Casa de Esteban de Luca. Fonte: Argentina. *Archivo General de la Nación* - Dpto. Doc. Fotográficos. Inventário 80613.

Como podemos observar, a “arquitetura nortenha” da “mais hispânica das cidades” argentinas, bem como a “arquitetura rural de finais do século XVIII” e os exemplares da “construção típica” do período colonial em Buenos Aires foram privilegiadas nas escolhas da *Comisión*, em detrimento de uma arquitetura mais moderna. O adjetivo “típico” foi utilizado para qualificar elementos desse momento específico da história do país e, notadamente, apreciado pelos membros do órgão. Entre os bens declarados pelo critério histórico-artístico, apenas um pequeno número se trata de construções da etapa posterior à independência do país.

Outra constatação a ser feita a partir da análise das referidas resenhas é que muitos dos bens aos quais se conferiu um valor estético foram selecionados por servirem de “exemplo” desse tempo passado, mas também de um padrão de construção que se encontrava em vias de “desaparecimento”. Como vimos no capítulo 2, em uma perspectiva evolutiva concebida pelos membros da *Comisión*, o passado deveria ser tomado como modelo para o futuro, tarefa a ser cumprida com o auxílio dos monumentos históricos enquanto “provas” visíveis do momento pretérito. Tornava-se, portanto, imprescindível a salvaguarda desses vestígios materiais, especialmente daqueles que estavam sob ameaça de destruição. Essa argumentação foi bastante utilizada para justificar a declaratória dos bens – fossem eles imbuídos de valor histórico ou histórico-artístico – e pode ser, recorrentemente, encontrada em textos e pareceres redigidos por Mario Buschiazzo.

Em texto publicado no ano de 1939 e intitulado “La destrucción de nuestros monumentos históricos”, Buschiazzo se referiu aos “atentados” cometidos aos monumentos históricos e artísticos em todo o mundo, destacando que na América recém se começava a apreciar seu “altíssimo valor” “como elementos formadores da cultura e da nacionalidade”, fosse “por seu mérito artístico e secular ou por sua vinculação com os feitos memoráveis da história pátria”¹⁹⁵. Ao apontar a “indiferença” das autoridades com o tema como a principal causa do desaparecimento de muitos monumentos – “feitos vandálicos” que datavam, quase todos, dos últimos trinta anos –, Buschiazzo citou os casos de destruição que considerava mais lamentáveis, como: a Casa da Independência de Tucumán, os cabildos das cidades de Humahuaca, Tucumán, Corrientes e Santa Fé – considerados por ele “os edifícios de mais alto valor histórico, como sede das autoridades civis e berços das reações *criollas* e libertadoras” –, a antiga Aduana de Buenos Aires, a Capela de Los Reartes, em Córdoba, a casa histórica de Belgrano, em Salta, entre muitos outros. O citado texto, que poderia servir de manifesto à

¹⁹⁵ Nele, o arquiteto ainda ressaltou que o trabalho a ser cumprido pelas (então recentes) instituições nacionais de proteção do patrimônio histórico e artístico, criadas no México, Brasil, Peru e Argentina, seria imenso: realizar inventários de bens, promulgar leis protetoras e restaurar centenas de edifícios. Cf. BUSCHIAZZO, 1996-1997.

criação da CNMMYLH, exprime bastante bem os fundamentos que justificaram as declaratórias acima referidas.

O texto é ainda interessante pela menção aos “mestres” que construíram tais edifícios coloniais, caso do Irmão Felipe Lemer, padre da Ordem jesuíta. Podemos encontrar referências a esses mestres-arquitetos em um número considerável de resenhas¹⁹⁶. Em “La destrucción de nuestros monumentos históricos”, Buschiazzo explicou como determinados elementos construtivos – caso das abóbadas das naves centrais das Igrejas jesuítas de Santa Fé e Córdoba, feitas em madeira – lhe permitiam identificar os autores das obras, devido à repetição das técnicas utilizadas. Conforme De Paula (1998), no Rio da Prata, a escassez de arquitetos laicos e de mestres de obras capacitados fez com que as principais obras eclesiásticas e seculares recaíssem sobre as equipes técnicas da Companhia de Jesus, razão pela qual a ordem alcançou um espaço considerável no campo da arquitetura e da arte, sendo também uma difusora do maneirismo italiano e do barroco centro-europeu, entre outras influências (DE PAULA, 1998). As referências aos “arquitetos” presentes nas declaratórias, assim, devem ser compreendidas num horizonte de pesquisas sobre a história da arte e da arquitetura que, àquela altura, se encontrava em desenvolvimento, tendo sido parte delas realizadas pelo próprio Buschiazzo.

Examinando os pareceres de monumentos que o arquiteto enviou de forma regular à *Comisión*, é possível constatar a importância que ele conferiu aos edifícios coloniais e também seu receio de que fossem destruídos. No informe sobre a *Iglesia de San Pedro Telmo* (cidade de Buenos Aires) datado de 7 de outubro de 1938, cuja missão havia sido encomendada pelo órgão, ele considerou que esta oferecia “um discreto valor histórico”, adquirido mais por sua velhice do que por estar vinculado a feitos memoráveis do passado. Em sua análise, apenas a circunstância de se encontrar “encravado no coração do bairro tipicamente mais arcaico da cidade” e estar rodeado por uma série de casas “com marcado sabor da época colonial” bastaria para dar-lhe o título de monumento (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p. 150-151). Afirmou ainda que o edifício da igreja não possuía grandes méritos arquitetônicos, já que sua fachada havia sido desfigurada poucos anos antes e seu interior se encontrava em ruinosas condições (1939, N. 1, p. 150-152). Assim sendo, na avaliação de Buschiazzo, a principal justificativa para a declaratória do bem em questão não residia em seu valor arquitetônico ou histórico, mas em sua antiguidade e no fato de ser originário da época colonial. Mesmo em relação aos ornamentos do templo o arquiteto argumentou que, em sua maioria, eram de “mérito pouco menos que

¹⁹⁶ São eles: Felipe Lemer, Andres Blanqui, Francisco Alves, Juan Bautista Prímoli, José Schmidt, Vicente Muñoz, Sackmann, Juan Kraus, Antonio Masella, Próspero Catelín e Jonas Largaía.

mediocre, especialmente os altares”, por não serem anteriores ao século XIX (1939, p. 155). Na sequência do parecer, Buschiazzo relatou a história da construção do templo com base em fontes de arquivo, procedimento que ele ajudou a implementar no campo da pesquisa em história da arquitetura.

Considerando o conjunto dos pareceres enviados, notamos que muitas das resenhas de bens presentes nas declaratórias tiveram como base os informes enviados pelo arquiteto, caso da *Estancia Jesuítica de la Candelaria* (Córdoba) e da *Casa donde fue muerto el General Lavalle* (Jujuy). No informe referente à primeira, com data de 16 de outubro de 1939, Buschiazzo nos permite entrever novamente seu apreço pelos edifícios da etapa colonial ao advertir que, dentre os quatro grandes estabelecimentos jesuíticos da província de Córdoba (Santa Catalina, Alta Gracia, San Isidro e Candelaria), a Redução da Candelaria era a menos importante do “ponto de vista monumental ou arquitetônico”, porém, como centro de produção agrícola-pecuário, havia alcançado grande importância no século XVIII (COMISIÓN..., 1940, N. 2, p. 337). Mais uma vez, no parecer referente aos Monumentos e Lugares Históricos da Catamarca, do ano de 1940, o arquiteto destacou o fato de a cidade conservar vários elementos da época colonial (COMISIÓN..., 1941, N. 3, p. 489). Em informe de 1942 sobre viagem realizada aos vales calchaquíes, no noroeste argentino, Buschiazzo relatou ter visitado povoados com possíveis bens de interesse. Informava que, como consequência da estrada de ferro para Salta, entre outros fatores, os povos desses vales haviam decaído rapidamente, apresentando então um aspecto de abandono, mas de altíssimo interesse turístico e documental (COMISIÓN..., 1943, N. 5, p. 441). Sugeria ainda preservação do povoado de Molinos, conservando seu aspecto típico, “sem afetar a beleza arquitetônica da vila”, que deveria ser mantida da forma mais intacta possível (1943, N. 5, p. 442).

Uma explicação para o desinteresse ou o silêncio em relação às obras arquitetônicas do século XIX, encontra-se no fato de que, até bem recentemente, se sabia muito pouco sobre as edificações construídas na Argentina entre 1810 e 1850, momento muitas vezes tratado como “época de transição” (DE PAULA, 1998, p. 67-68). Isso ocorreu em virtude da austeridade desta arquitetura, que parecia indefinida entre o barroco popular do século XVIII e as tendências neorrenascentistas e ecléticas das últimas décadas do século XIX¹⁹⁷. Além disso, faltavam

¹⁹⁷ Com a expulsão da Companhia de Jesus, em 1767, se verificou um grande vazio de arquitetos e mestres de obras com capacitação no Rio da Prata. A partir dessa data, o Real Corpo de Engenheiros Militares foi a única estrutura profissional do estado em condições de conduzir a produção arquitetônica no sul da América. A funcionalidade e a simplicidade próprias das obras militares foram trasladadas à arquitetura civil, freando a continuidade do barroco popular nas províncias do Rio da Prata e ajudando a preparar o gosto geral para as novas tendências neoclássicas. As referências que existem sobre os últimos anos do século XVIII e começos do XIX

fontes para uma análise descritiva mais ampla. No final de sua carreira, Buschiazzo ampliou o campo de investigação e restituiu o encadeamento entre o “Neoclassicismo rivadaviano” e o “vice-reinal”, tornando obsoleto o termo “arquitetura colonial” para toda a produção anterior a 1810. Posteriormente, foram aparecendo fundos documentais importantes nos arquivos públicos de Buenos Aires e La Plata, além dos arquivos familiares de arquitetos como Bevans, Pellegrini e Carlo Zucchi, que permitiram esclarecer questões relacionadas tanto ao trabalho profissional quanto às obras públicas e privadas realizadas entre 1820 e 1850 (DE PAULA, 1998).

Vale observar que o apreço pelas produções arquitetônicas coloniais – assim como pela história colonial – surgiu num contexto de busca das raízes nacionais, desencadeado no começo do século XX, período que esteve marcado tanto pelas comemorações do centenário da Independência argentina quanto pela imigração massiva e pelo cosmopolitismo. O arquiteto húngaro Johannes Kronfuss (1872-1944) foi pioneiro na valorização da arquitetura colonial no país, havendo efetuado registros gráficos de diversos edifícios e realizado obras em estilo neocolonial¹⁹⁸ (URIBARREN, 2008). Como professor da Escola de Arquitetura da UBA, ele ajudou a formar “a consciência de um patrimônio arquitetônico comum” e “nacional” (DE PAULA, 1995-1996). Outro precursor no estudo da arte e arquitetura da época da dominação espanhola foi Martín Noel (1888-1963), quem considerou a simplicidade destas construções e a escassez de sua decoração como um “valor”, como “pureza”. No mesmo sentido, a carência estética destas edificações foi vista por ele como superioridade moral (LIERNUR, 1989-1991, p. 216), juízo condizente com o ideal nacionalista de seu tempo. Recordamos que, ao ocupar o cargo de senador pela UCR, Martín Noel votou favoravelmente à Lei de criação da CNMMYLH, Nº 12.665, sendo também responsável pela inclusão do termo “artísticos” em seu teor e, conseqüentemente, pela delimitação inicial dos critérios de seleção dos bens.

indicam o surgimento de uma arquitetura neoclássica em Buenos Aires, Montevideo, Córdoba e Mendoza, ainda que – se analisada com maior profundidade –, se tratasse mais de um “neorromano” ou um retorno ao classicismo renascentista (DE PAULA, 1998, p. 53). Como expressão dessa arquitetura mais “moderna” da virada do século, o autor cita o Cabildo de Córdoba e as casas de Mitre e Elorriaga, ambas situadas na cidade de Buenos Aires (as duas primeiras foram, respectivamente, declaradas em 1941 e 1942; já a última foi declarada somente no ano de 1997, sob o Decreto 1110). Já na gestão ministerial de Bernardino Rivadavia (1821-1824), as obras arquitetônicas e hidráulicas foram numerosas e diversas e, em geral, tenderam a afirmar a corrente neoclássica em sua versão afrancesada. Foi nesse momento que o arquiteto Próspero Catelin empreendeu a obra da fachada definitiva da Catedral Metropolitana de Buenos Aires.

¹⁹⁸ A produção arquitetônica “neocolonial” que despontou na Argentina desse momento, porém, acabou fracassando por se reduzir a um historicismo formal, isto é, por buscar reaver apenas elementos formais do colonial, que levaram inclusive à demolição de edifícios originais para substituí-los por novos, mais de acordo com os requisitos estéticos do que deveria ser o Estilo Nacional (URIBARREN, 2008, p. 26-27).

Apesar desses estudos prévios, foi somente em meados da década de 1930 que se multiplicaram as pesquisas sobre a história da arquitetura na Argentina e que os arquitetos passaram a se preocupar com o cumprimento de um método científico em suas investigações, caracterizado pelo rigor documental e pela descrição minuciosa. O arquiteto adstrito à *Comisión* foi pioneiro nesse tipo de estudos, tendo conferido especial importância à pesquisa em arquivos. Em seu entender, era por meio de fontes documentais diversas, consulta bibliográfica, documentação gráfica, planos de construção originais, fotografias e coleta de dados da tradição oral que se podia escrever a história dos edifícios, comprovar sua autenticidade, bem como embasar as decisões sobre as intervenções a serem feitas nos bens (LIERNUR; ALIATA, 1992; URIBARREN, 2008). Tratavam-se, como podemos notar, de práticas oriundas do universo de trabalho do historiador. Junto de estudiosos como Furlong, Outes, Torre Revello, entre outros, Buschiazzo foi parte de uma geração que se enfrentou com a corrente da arquitetura historicista, representada por Martín Noel e Angel Guido, e formou uma escola de pesquisa que ainda continua vigente (LIERNUR; ALIATA, 1992, p. 64).

Por meio das intervenções técnicas, a CNMMYLH pretendia conservar o estado dos monumentos e, em alguns casos, até restabelecê-los em seu estado primitivo, como ocorreu com o Cabildo de Buenos Aires e a Casa da Independência, em Tucumán. Segundo Uribarren (2008), a “verdade histórica” foi assumida quase como uma bandeira nas ações de intervenção realizadas durante a primeira gestão do órgão, compromisso que não permitiria qualquer aproximação da teoria de Viollet-le-Duc¹⁹⁹. Contudo, ao analisar várias dessas obras, a autora constatou a intenção de uma volta a um estado ideal e hipotético da imagem que os prédios teriam tido em um momento histórico específico. Nas restaurações de alguns edifícios também se utilizaram materiais diferentes dos originais no intuito de prolongar a sua vida útil, como o concreto, mesmo que aplicado de forma oculta no corpo das construções.

Como explica Prats (1998, p. 72), o critério de autenticidade se relaciona com o caráter simbólico do patrimônio por meio da metonímia, isto é, se ampara em elementos os quais se

¹⁹⁹ Conforme explicou Choay (2006), a intervenção de restauro demanda não apenas conhecimentos históricos, técnicos e metodológicos, mas envolve também uma discussão sobre a natureza da intervenção arquitetônica. No debate sobre a restauração, duas doutrinas se definiram ao longo do século XIX: a intervencionista, defendida pelo francês Viollet-le-Duc e mais utilizada nos países europeus, e a antiintervencionista, empregada na Inglaterra. A primeira compreendia a restauração como uma restituição do monumento ao seu estado inicial – que pode nunca ter tido a forma com que viria a ser reconstituída –, enquanto que a segunda conferia um caráter sagrado aos edifícios do passado, cujas marcas do tempo deveriam ser resguardadas em sua integridade, aceitando-se apenas a sua manutenção. Arquitetos posteriores, na virada do século XIX e início do XX, buscaram um meio termo entre as duas doutrinas, defendendo uma avaliação “justa” sobre a necessidade da intervenção. Uma vez admitida, a restauração não poderia passar por original, devendo ser possível distinguir a inautenticidade da parte restaurada mediante marcações, cores ou materiais diferentes (CHOAY, 2006).

supõe que estiveram realmente em contato com parâmetros culturais que os legitimam. Nesse sentido, Uribarren (2008, p. 111-112) mostra que, quando os documentos não eram encontrados ou não aportavam dados suficientes, Buschiazzo e os funcionários da DGA se utilizavam de outras ferramentas para embasar as intervenções, como os modelos reais. Por exemplo: na construção da porta do Cabildo de Buenos Aires, seguiu-se o modelo da porta da igreja de Santo Domingo, que constituía “o tipo mais bonito e mais digno de porta do século XVIII que havia em Buenos Aires”.

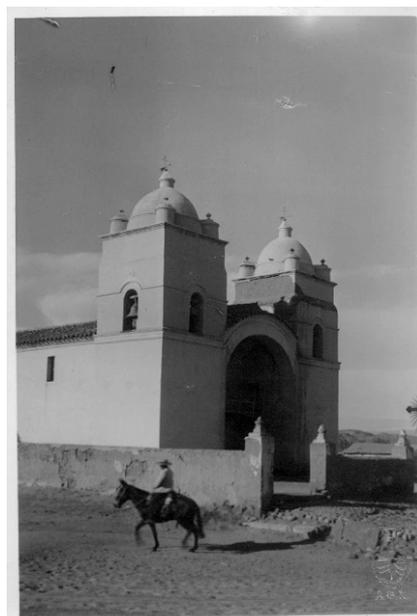
Também foi possível identificar um outro conjunto de edifícios declarado em razão de traços arquitetônicos específicos, sem necessariamente mencionar-se o período histórico do qual eram representativos. Exemplo disso é o templo da *Reducción de Alta Gracia* (Decreto 90.732/1941, província de Córdoba) – sua imagem aparece na abertura desse capítulo –, considerado de “grande originalidade”, tendo-se ressaltado, em sua construção, a participação do “arquiteto Hermano Blanqui”, que o concluiu em 1762. A respeito da *Capilla del Rosario de Candonga*, protegida pelo mesmo decreto, mencionou-se que se tratava de “pequena construção de teto em abóbada, ‘única’ que apresenta esta característica entre as capelas coloniais”.



A *Capilla del Rosario de Candonga*, província de Córdoba. Fonte: CNMLyBH²⁰⁰.

²⁰⁰ Foto de Fermín Labarque. CNMLyBH. Extraída de

À *Capilla de Nuestra Señora del Rosario* (em Piedra Blanca, Catamarca, Decreto 98.076/1941) foi conferido “valor artístico por ser uma das poucas que possui seu alpendre formado por uma grossa abóbada, galeria anexada a um lado – característica de muitas capelas catamarquenas – e seu pequeno campanário quadrado”. De modo semelhante, o Decreto 137.845/1942 declarou duas igrejas situadas na província de Salta: a *Iglesia de San Carlos*, cuja “arquitetura, sua decoração – que acusa influência indígena – e suas estátuas” a tornavam “digna de especial conservação”; e a *Iglesia de los Molinos*, que estava classificada por sua arquitetura como de “corte cuzqueño e das que integram o grupo calchaquí”. No mesmo sentido, foi atribuído valor arquitetônico à *Iglesia del pueblo de Cachi* (Salta, Decreto 30.839/1945), por pertencer ao “grupo de antigas igrejas coloniais do Vale de Calchaquí” e possuir características arquitetônicas como as das duas anteriores.



A primeira é a *Capilla de Nuestra Señora del Rosario*, em Piedra Blanca, Catamarca, fonte: CNMLyBH²⁰¹. A segunda se trata da *Iglesia de los Molinos*, província de Salta, fonte: Argentina. *Archivo General de la Nación* - Dpto. Doc. Fotográficos. Inventário 47441.

Conforme salientamos, as pesquisas realizadas no âmbito da história da arquitetura argentina parecem ter sido fundamentais no processo de seleção e instituição dos referidos edifícios como patrimônios da nação. De acordo com as resenhas citadas, havia uma “classificação” das igrejas existentes no noroeste do país – de “corte cuzqueño” e do “grupo Calchaquí” –, que foi tomada como justificativa para a sua preservação. Como mostrou

<https://www.facebook.com/comisionnacionaldemonumentos/photos/a.1498580413726707.1073741830.1381221285462621/1994782190773191/?type=3&theater>. Acesso em 12/04/2018.

²⁰¹ Foto extraída de <https://monumentos.cultura.gob.ar/inventario/capilla-de-nuestra-senora-del-rosario/>. Acesso em 21/08/2018.

Uribarren (2008, p. 47), através de seus pareceres, Buschiazzo tentava fixar as bases de um conhecimento que permitisse estabelecer marcos referenciais para a definição do que deveria ser preservado pela CNMMYLH. No tocante à classificação das igrejas rurais, o arquiteto divergia de Martín Noel porque seu sistema – que seguia as duas rotas de penetração do norte do território, o caminho dos incas e a da Quebrada de Humahuaca – só podia ser aplicado à parte norte e centro do país, limitando-se também às edificações cuja cronologia documentada permitia vinculá-las como pertencentes a uma mesma corrente artística. Buschiazzo, assim, procurou estabelecer um procedimento de análise dessas capelas que era diferente de outros já realizados, guiando-se pelo aspecto exterior das mesmas. Tinha por hipótese que, nas capelas pequenas, o campanário era um elemento tão importante que sua forma ou sua ausência permitia classificá-las. Daí a atenção aos traços arquitetônicos das igrejas acima referidos. Vale observar que o vogal da *Comisión*, Guillermo Furlong, também era perito no assunto, haja vista o livro de sua autoria intitulado “Arquitectos argentinos durante la dominación hispánica” (1946), cujo prólogo foi escrito por Mario Buschiazzo. Nele, Furlong elencou os principais “arquitetos” que trabalharam no país de 1536 até 1810, aportando também informações sobre suas obras e entre as quais se incluem as igrejas mencionadas.

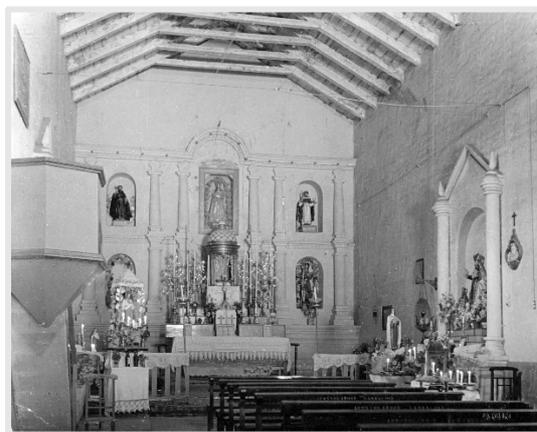
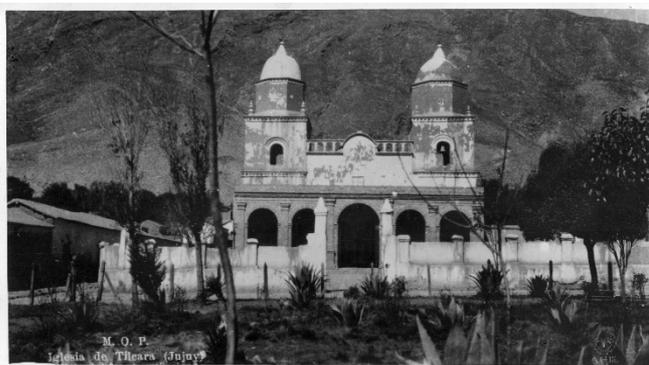
Devemos lembrar, por outro lado, que foi justamente durante os governos da Concordância que a arquitetura se consolidou como um “saber de Estado”. Após a crise de 1929, as obras públicas se transformaram em uma ferramenta de ação efetiva, porque, além de darem emprego e fomentarem a reativação da indústria da construção, se constituíam em um símbolo visível da desejada recuperação. A demanda das repartições estatais por um saber “técnico” – distanciado da política – abriu espaço para a legitimação do profissional da arquitetura, que passou a realizar obras em toda a extensão do país. As ações nos territórios nacionais tornaram necessária a criação de novas oficinas regionais da Direção Geral de Arquitetura, órgão que também passou a difundir seu trabalho por meio de revistas especializadas, do Boletim de Obras Públicas, de informes na rádio e de congressos (PARERA, 2012). A valorização da arquitetura no conjunto dos bens declarados, assim, reflete também a valorização pela qual a figura do arquiteto vinha passando naquele período.

Houve ainda um pequeno número de declaratórias em que se salientou o valor artístico propriamente dito de suas construções ou de entalhes e quadros neles existentes, caso de uma série de capelas situadas na província de Jujuy²⁰², declaradas sob o Decreto 95.687/1941.

²⁰² São elas: *Capilla de Nuestra Señora del Rosario y San Francisco* (em Yavi), *Capilla de Nuestra Señora de la Candelaria y San Antonio* (em Humahuaca), *Capilla de Santa Rosa de Lima* (em Purmamarca), *Capilla de San Francisco de Paula y la Santa Cruz* (em Uquía), *Capilla de la Virgen del Rosario y San Francisco de Asís* (em

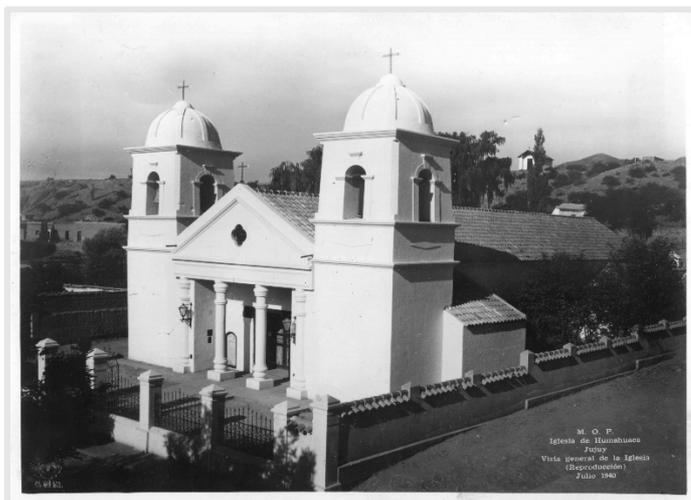
Consideradas “de alto valor histórico e artístico”, as resenhas de algumas delas indicam que possuíam “verdadeiros tesouros em quadros e obras de entalhe coloniais”. Acerca do *Convento de Santa Teresa*, existente em Córdoba, se mencionou ser “um exemplo de arte colonial por sua igreja e portada do Convento, terminada em 1770” (Decreto 106.845/1941).

Igualmente, foram declaradas na província de Tucumán (Decreto 98.076/1941), a *Capilla de Nuestra Señora de la Candelaria* (situada em Chicligasta) e a *Capilla de San Ignacio de la Cocha* (localizada em Graneros) por sua antiguidade e “méritos artísticos”, também expoentes da “arquitetura colonial”. Constatamos, assim, que o valor artístico foi especialmente referido no caso de igrejas situadas no noroeste do país, região durante longo tempo habitada por grupos indígenas e que conservou edificações com características bastante locais. Conforme explicam Riegl (2014) e Choay (2006), desde o século XIX, o valor artístico passou a ser comumente agregado aos monumentos históricos, como consequência da atividade de pesquisa em história da arte. A representação figurada dos monumentos antigos feita por artistas teria ajudado a enriquecer a percepção que se tinha deles, produzindo uma “emoção estética gerada pela qualidade arquitetônica ou pelo pitoresco” ou ainda pela “percepção da ação corrosiva do tempo” (2006, p. 134-135).

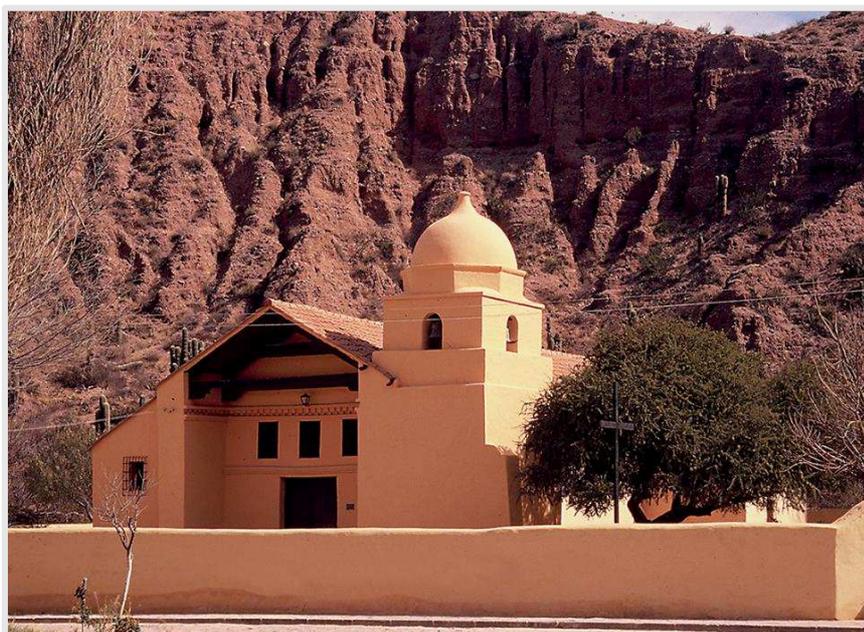


Capilla de la Virgen del Rosario y San Francisco de Asís, em Tilcara, Jujuy, e seu interior. Fonte: Argentina. *Archivo General de la Nación* - Dpto. Doc. Fotográficos. Inventários 267744 e 43424.

Tilcara), *Capilla de Nuestra Señora de los Dolores y Nuestra Señora de la Candelaria* (em Tumbaya), *Capilla de Nuestra Señora de la Asunción* (em Casabindo), *Capilla de la Inmaculada Concepción* (em Huacalera).



Capilla de Nuestra Señora de la Candelaria y San Antonio, em Humahuaca, e altar da Capilla de San Francisco de Paula y la Santa Cruz, em Uquía, ambas situadas na província de Jujuy. Fonte: Argentina. Archivo General de la Nación - Dpto. Doc. Fotográficos. Inventários 28073 e 28071.



Capilla de Nuestra Señora de los Dolores y Nuestra Señora de la Candelaria, em Tumbaya, Jujuy. Fonte: CNMLyBH²⁰³.

Em alguns bens foram destacados ainda a sua “beleza”, caso da *Catedral de Paraná*, localizada na província de Entre Rios (Decreto 112.765/1942), dotada “de grande beleza arquitetônica”; da *Quinta de Braulio y Eduardo Costa*, situada na província de Buenos Aires

²⁰³ Extraída de <https://www.facebook.com/comisionnacionaldemonumentos/photos/pcb.2098444600406949/2098444527073623/?type=3&theater>. Acesso em 06/09/2018.

(Decreto 3.431/1946), considerada “um dos mais bonitos expoentes da época e arquitetura colonial”; e da *Iglesia y convento de San Isidro*, localizada em Jesus Maria, Córdoba (Decreto 90.732/1941), qualificada como um “vasto e bonito conjunto de edificação colonial por sua construção e motivos ornamentais que revelam a intervenção de artesãos indígenas”. A menção ao trabalho de artesãos indígenas na decoração das igrejas – que apareceu também na resenha da *Iglesia de San Carlos* – parece ser mais um indicativo do estado das pesquisas em história da arte e da arquitetura realizadas àquela época.

Conforme expusemos ao longo do capítulo, foi por meio das resenhas dos bens, publicadas nos decretos expedidos pelo Poder Executivo nacional, que identificamos os valores atribuídos a cada um deles. Porém, nem todas as edificações que, certamente, foram consideradas pela *Comisión* como dotadas de valores estéticos puderam ser contabilizadas em nossa categorização. Um claro exemplo disso é a Missão jesuítica de *San Ignacio Miní*, cuja resenha não menciona a importância artística e arquitetônica que foi explicitada nos pareceres de Buschiazzo²⁰⁴. Advertimos, assim, para as limitações dos dados: seguindo o conteúdo publicado nos decretos, identificamos 78 bens declarados em virtude de valores estéticos, mas se considerássemos também as resenhas veiculadas internamente e os pareceres dos membros do órgão, esse número seria maior. Acreditamos, contudo, que a soma alcançada e os exemplos referidos na seção constituem uma visão de conjunto suficiente para compreendermos as especificidades do critério histórico-artístico empregado na seleção dos bens.

Dentre eles, predominaram as edificações características do período colonial, que podiam servir tanto como exemplo do modelo construtivo utilizado na época quanto como testemunho desse tempo pretérito, razão pela qual se argumentou em favor de sua preservação, apontando-se o risco de “destruição” ou “desaparecimento” ao qual estavam submetidos. Também foram elevados à classe de patrimônio aqueles bens dotados de traços arquitetônicos específicos – como o formato das abóbadas e dos campanários das igrejas – e/ou de valor artístico propriamente dito – como entalhes e obras de arte existentes em seu interior.

²⁰⁴ A resenha aportada no decreto 16.482/1943 para o MH *San Ignacio Miní* é a seguinte: “fue una de las primitivas misiones jesuíticas fundadas al norte de Iguazú, en la región llamada del Guayrá, pero debido a las persecuciones de los paulistas debió ser trasladada más al sur. En 1861, el Padre Montoya inició el éxodo con 1200 indios, fundándose las misiones en las márgenes del Paraná y Uruguay, lejos de las amenazas de los mamelucos. San Ignacio Miní se fundó en junio de 1632. Fue destruida en 1817 por el dictador Francia del Paraguay y terminada de destruir en 1819 por los portugueses en su lucha contra Andresito, lugarteniente de Artigas”.

Conforme já dito, entendemos que os edifícios do período colonial foram privilegiados por constituírem um testemunho desse momento histórico e consolidarem uma imagem de unidade nacional conformada muito antes da organização definitiva do Estado argentino. Nesse sentido, a denominada “arquitetura colonial” operava como símbolo das “origens da nação” e, ao mesmo tempo, reafirmava a matriz hispânica. A análise dos bens declarados pelo critério histórico-artístico, portanto, complementa o exame realizado na sessão anterior, ao reiterar a ênfase dada pela CNMMYLH à etapa da colonização espanhola. Tratam-se de igrejas, capelas e conventos que evidenciam a presença e o trabalho das ordens religiosas no território argentino, bem como de casas, fortes e prédios que atenderam aos representantes do governo espanhol em solo americano. Por meio desses monumentos construía-se uma história nacional concreta: as características físicas e estéticas dos bens permitiam que a narrativa da nação, até então sustentada por outros meios (livros, discursos públicos, manuais escolares), fosse materializada.

No ato de seleção e instituição dos bens como patrimônios, a presença de especialistas em história da arte e da arquitetura argentina no corpo da CNMMYLH também se mostrou decisiva. Os tópicos dos estudos desenvolvidos por Mario Buschiazzo e Guillermo Furlong foram claramente utilizados nas justificativas de parte das declaratórias mencionadas. Como precursor de um modelo de pesquisa que conferia especial importância às fontes documentais para comprovar a autenticidade dos edifícios e desvendar a sua história, Buschiazzo desempenhou uma função fundamental no órgão, introduzindo discussões sobre os valores artísticos e arquitetônicos dos monumentos. Assim, apesar da ênfase que a *Comisión* havia dado ao critério histórico como orientação principal para a seleção dos bens, constatamos que o critério histórico-artístico foi fortemente incorporado às práticas de trabalho da entidade ao longo dos primeiros anos de sua gestão. Pesou, nesse processo, o “lugar de fala” do técnico adstrito ao órgão e também de parte de seus vogais.

3.3. Outros valores atribuídos aos bens

Como foi possível notar mais acima, algumas declaratórias apresentaram valores que excederam os critérios histórico e histórico-artístico empregados na seleção dos bens: é o caso da “originalidade” atribuída à *Reducción de Alta Gracia* e do caráter “único”, isto é, da excepcionalidade percebida em relação à *Capilla del Rosario de Candonga*. Tratam-se de qualificações que parecem dar um destaque maior a esses bens, em certa medida, diferenciando-os dos demais, ainda que a justificativa principal para a sua declaração tenha sido o valor arquitetônico. Para além desses dois casos, identificamos outros 10 bens aos quais foram

conferidos significados que ultrapassam os já analisados de caráter histórico e histórico-artístico.

O valor religioso, ou uma variação dele, foi referido na resenha de 6 MH. A respeito da *Catedral de Nuestra Señora de la Virgen del Valle* (decreto 98.076/1941), localizada na província de Catamarca, a CNMMyLH observou que, além de seu valor artístico, o templo havia se transformado em “santuário nacional” desde a construção da capela da Virgem. Ao *Convento e Iglesia de San Francisco* e à *Celda-Capilla de S. Francisco Solano*, situada no mesmo convento da cidade de Santiago del Estero (decreto 123.529/1942) – cujas disputas em torno das declaratórias discutimos longamente no capítulo 2 –, também foi atribuído uma espécie de valor religioso ou de tradição, haja vista a “veneração” da qual eram objetos, prestada pela população local e pelos católicos do país há “cerca de duzentos anos”, em virtude da figura e obra do santo.

Outro MH ao qual a CNMMyLH atribuiu um valor religioso ou de tradição – declaratória que igualmente tratamos no capítulo 2 – foi a *Iglesia de Nuestra Señora de Belén*, localizada em Susques, Jujuy (decreto 16.482/1943). Constou em sua resenha que nela se “venerava” a Virgem de Belém, cuja imagem foi encontrada sob uma pedra no lugar onde se ergueu a igreja, construída pelos jesuítas no início do século XVIII. Aos bens *Iglesia de San Pedro*, situada em Fiambalá, Catamarca (decreto 106.844/1941), e *Iglesia de la Merced o Templo de la Inmaculada*, em Santa Fé (Decreto 112.765/1942), também foi conferido um valor religioso: na primeira, se “venerava” a imagem de São Pedro, transladada desde Cuzco; na segunda, era “venerada” a imagem dos “Milagros”, “o mais antigo quadro pintado no país, atribuído ao Irmão Verges”. Podemos observar, assim, que a crença religiosa e a adoração aos santos patronos das igrejas também foram consideradas pela CNMMyLH como justificativas para a sua declaração e inclusão no conjunto do patrimônio histórico e artístico nacional. Especialmente nos casos em que as declaratórias envolveram uma participação e um interesse por parte de sua comunidade local – casos de Santiago del Estero e de Susques –, a ideia de “tradição” foi associada ao significado religioso dos bens.

Verificamos ainda a atribuição de valor turístico a certos lugares e edifícios espalhados pelo país. Tanto as ruínas do *Templo de San Agustín* quanto do *Templo de San Francisco*, ambos destruídos pelo terremoto de 1861 e situados na província de Mendoza (Decreto 107.512/1941), foram declarados por possuírem “grande valor evocativo e atração turística”. O mesmo ocorreu com as *Ruínas Jesuíticas de Santa María*, existentes na província de Misiones (Decreto 31.453/1945), que, além de seus antecedentes históricos, era de “inegável interesse para o

turismo”. O último caso trata-se da *Casa donde fue muerto el General Lavalle* (Decreto 95.687/1941) que, segundo informado em sua resenha, “atraía numerosos turistas”. O referido valor, assim, figurou na resenha de 4 bens e sua declaração como patrimônio nacional deve ser compreendida no contexto inicial de fomento ao turismo na Argentina.

O avanço das estradas e o aparecimento de hotéis começavam a ser vistos como um estímulo à nacionalização das áreas mais afastadas e como forma de implementação da soberania territorial. Foi essa a função dos parques nacionais, criados na mesma época, em regiões de fronteira. Ao longo de toda a década de 1930 o Estado atuou, decididamente, em favor da integração da indústria do ócio e do turismo, visando a exploração do território (GORELIK, BALLENT, 2001, p. 168), mas também a formação do sentimento nacional. Afinal, a visita ao interior do país também conduzia a uma pedagogia da nação, caracterizando-se como um ato político para o cidadão (POULOT, 2009).

Em última instância, essa soma de valores conferida a diversos bens garantia uma intensificação de seus atributos. No dizer de Prats (1998), tal intensificação reforça a capacidade de evocação e condensação de significados dos referentes patrimoniais. Podemos acrescentar ainda: ela aumenta a “crença” na importância dos bens selecionados pela CNMMyLH. Ao evocar o valor dos monumentos para o turismo, o órgão os revestia ainda mais de “poder simbólico”, na medida em que contava com o reconhecimento de todo um grupo de cidadãos interessado em visitá-los. Afinal, para ser exercido, o poder simbólico sempre necessita ser reconhecido (BOURDIEU, 2010).

3.4. A CNMMyLH durante o primeiro peronismo: continuidades e rupturas

Em 30 de julho de 1946, a *Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricas* ficou desintegrada pela renúncia do presidente Ricardo Levene e dos vogais Luis Mitre, Héctor Quesada, Padre Guillermo Furlong, Luis María Campos Urquiza, Rómulo Zabala e Emilio Ravignani. Tais renúncias foram aceitas pelo Poder Executivo, com exceção da realizada por Benjamin Villegas Basavilbaso, o qual foi encarregado do cargo de presidente da *Comisión* até dezembro daquele ano, momento em que obteve autorização para deixar o órgão (COMISIÓN..., 1948a, N. 9. p. 7, 326). O Cel. Aníbal Imbert solicitou sua renúncia no mês de agosto, mas esta foi rechaçada pelo então ministro da Justiça e Instrução Pública, Belisario Gache Pirán (1948a, N. 9, p. 327). Por encontrar-se desintegrada, a instituição teve boa parte de suas atividades paralisadas durante esse período.

Considerando tais acontecimentos, examinaremos agora as continuidades e rupturas que marcaram as práticas de trabalho da CNMMYLH nessa nova etapa. Devido à rotatividade dos profissionais encarregados do funcionamento do órgão ao longo do chamado “primeiro peronismo”²⁰⁵ e à escassez de informações para este momento²⁰⁶, optamos por analisar as práticas realizadas entre 1947 e 1955 de forma mais abreviada, com o caráter de um epílogo, de modo a delinear em traços largos o “futuro do passado” analisado nos capítulos anteriores e indicarmos possíveis caminhos para novas pesquisas. Voltamos nossa atenção, especialmente, aos bens declarados no decorrer do novo regime, ponderando os valores atribuídos a eles e as similitudes ou diferenças em relação à narrativa histórica difundida na gestão anterior. Nesses anos, também se fizeram visíveis as debilidades da Lei Nº 12.665, sendo necessário abordarmos o problema das revogações de declaratórias.

Com a saída de Basavilbaso, assumiu a presidência do órgão o Cel. Aníbal Imbert, em caráter de Diretor interino. Imbert havia sido designado vogal da *Comisión* em 1944, ano em que o general Edelmiro Farrell assumiu a presidência da República Argentina. Àquela altura, as Forças Armadas se encontravam divididas pelas disputas que caracterizavam a vida política nacional²⁰⁷. Ao romper as relações do país com o Eixo, no contexto da Segunda Guerra Mundial e da delicada situação em que a Argentina se encontrava perante os Estados Unidos – por haver se mantido neutra no âmbito da política externa –, o presidente Pedro Pablo Ramírez despertou

²⁰⁵ A expressão se refere aos dois primeiros governos de Juan Domingo Perón como presidente da Argentina, transcorridos entre 1946 e 1955, visto que foi reeleito em 1951. Deposto pelos militares em 1955 e após anos de exílio na Espanha, Perón retornou ao país em julho de 1973. Concorreu às eleições presidenciais pelo Partido Justicialista em outubro daquele ano, sendo novamente eleito. Contudo, não chegou a concluir o mandato, vindo a falecer em julho de 1974.

²⁰⁶ Sobre este ponto, é importante salientar que, após a renúncia de Levene, as atas de reuniões da entidade foram suprimidas dos boletins da CNMMYLH.

²⁰⁷ No último dos governos da Concordância, sob a presidência de Ramón Castillo (1942-1943), a fraude eleitoral foi amplamente reinstalada. A descrença civil e o frenesi “germanófilo” de boa parte dos oficiais militares alcançavam seu auge. Ao final de 1942, as Forças Armadas se encontravam divididas, principalmente entre nacionalistas, de um lado, e partidários do ex-presidente conservador Agustín Justo, de outro. Castillo optou então por romper com Justo, desfazendo-se do seu ministro da Guerra e substituindo-o pelo general Pedro P. Ramírez, do setor nacionalista. Entretanto, no momento de indicar um candidato às eleições em 1943, Castillo mostrou ser um conservador fiel aos seus compromissos regionais: em vez de um candidato nacionalista, decidiu apoiar Robustiano Patrón Costas, quem também se alinhava com os “aliadófilos”, posição que garantia um futuro internacional mais seguro ante à mudança nos rumos da Segunda Guerra Mundial. O apoio de Castillo à Patrón Costas não pegou os oficiais nacionalistas desprevenidos, eles haviam formado uma loja secreta meses antes, denominada Grupo de Oficiais Unidos (GOU). Um dos objetivos do grupo foi impedir a candidatura de Costas e evitar uma guinada em favor dos aliados na política exterior. O ministro general Ramírez ocultou esses planos de Castillo e, quando este preparava a destituição do primeiro, o GOU mobilizou o exército, encaminhando-o para a Casa Rosada com a finalidade de estabelecer um governo militar. Sem apoio popular, o regime conservador teve seu fim em 4 de junho de 1943, dando início à chamada “Revolução de Junho”. Ante a proposta de reorganização das bases institucionais do país, de livrá-lo da corrupção e da ameaça comunista, grande parte da sociedade deu suporte ao novo processo. Mas a presidência do general Arturo Rawson durou apenas dois dias, assumindo em seguida o general Pedro P. Ramírez (FLORIA; GARCÍA BELSUNCE, 1988, p. 129-133).

irritação dentro da cúpula militar. A maioria de tendência neutralista não aceitou a decisão e a pressão resultante foi tão intensa que ocasionou a renúncia de Ramírez um mês depois. Foi designado para a presidência da República o então ministro da Guerra, Edelmiro Farrel (FLORIA; GARCÍA BELSUNCE, 1988).

Em seu governo, Farrel nomeou como ministro da Guerra a um dos membros do GOU, o coronel Juan Domingo Perón, de quem era ex-chefe e amigo. Perón já estava encarregado da Secretaria do Trabalho e, em seguida, acumularia também o cargo de vice-presidente do país. Quando a “Revolução de Junho” parecia frustrada, foi Perón quem soube oferecer um programa social e econômico e uma abertura a grupos estratégicos da sociedade, como os sindicatos, que ampliaram a força trabalhista, realçando a imagem da participação política e social suscitada por suas medidas. O apoio dos dirigentes sindicais era indispensável ao líder político para fazer chegar sua mensagem de reparação social ao conjunto dos trabalhadores, que aumentava em número devido ao crescimento da indústria e das migrações internas (FLORIA; GARCÍA BELSUNCE, 1988; TORRE, 2002).

Além disso, em 1945, Perón afastou os admiradores do nacional-socialismo das cátedras de ensino oficial, reestabeleceu as liberdades públicas e legalizou os partidos, convocando eleições presidenciais para 1946. A oposição, entretanto, redobrou sua ofensiva, à qual se juntaram os empresários, que questionavam as concessões aos trabalhadores. Foi nesse momento que Perón proclamou “o advento da era das massas, o fim do domínio burguês” e apelou aos trabalhadores que se mobilizassem “contra a conspiração reacionária que ameaçava a obra da Revolução de Junho” (TORRE, 2002, p. 30), retórica que lhe renderia fervor popular. Após ter sido obrigado a renunciar e enviado à prisão, seu governo foi reestabelecido pela mobilização dos trabalhadores. Finalmente, em 1946, Perón venceu as eleições, contando com o apoio da Igreja, do recém-criado Partido Laborista, da UCR-Junta Renovadora, entre outros grupos movidos pela velha rivalidade com o radicalismo.

Como observa Blasco (2015a), os homens da CNMMYLH chegaram a experimentar um momento de relativa aproximação com o gabinete de Farrel. Porém, com o ascenso de Perón à presidência, Levene e os demais integrantes do órgão renunciaram aos seus cargos. Os boletins da *Comisión* não explicitam as razões dessas renúncias, não obstante, a política de intervenção empreendida a partir de 1946 nos permite fazer algumas conjecturas. Conforme Guber e Rodríguez (2011), ao longo desses anos ocorreram diversas remoções e imposições de renúncias aos professores e pesquisadores das universidades públicas, além de limitações à liberdade de cátedra. As universidades haviam se tornado um dos poucos espaços de luta contra

o peronismo, onde docentes e alunos expressavam sua insatisfação com a política educativa e cultural do regime por meio de greves e manifestações. O vogal da CNMMYLH, Emilio Ravignani, foi um dos professores afetados²⁰⁸.

Já em 1947, obrigado pelas diretivas da nova lei universitária que proibia a concentração de cargos, Ricardo Levene teve de renunciar aos seus postos na Faculdade de Filosofia e Letras, optando por permanecer na Faculdade de Direito da UBA. No mesmo sentido, a Lei Nº 13.031/1947 procurou desarticular a oposição ao governo nas instituições universitárias, vetando professores e alunos de atuarem direta ou indiretamente na política (GUBER; RODRÍGUEZ, 2011). Cremos que a renúncia massiva dos membros da CNMMYLH em julho de 1946 deve ser compreendida dentro desse quadro de remoções forçadas e de restrições à liberdade de cátedra e à militância política.

Vale lembrar, por outro lado, que Levene não foi um militante e tampouco participou ativamente da vida política, como Ravignani: com o advento do peronismo, o historiador teria se mantido à margem, sem defender a política educativa e cultural do regime nem apoiar os antiperonistas (RODRÍGUEZ, 2001). Rodríguez aponta ainda que Levene conseguiu manter sua posição acadêmica e institucional ao longo de todo o primeiro peronismo. A partir de 1951, surgiram alguns atritos entre o Poder Executivo e as instituições presididas pelo historiador, em particular com a *Academia Nacional de la Historia*, mas nenhum desses enfrentamentos esteve relacionado com sua posição política ou com seu discurso histórico, o qual, em vários aspectos, era bastante similar às imagens do passado que o peronismo buscava difundir para fundar sua tradição. Os conflitos teriam sido mais institucionais do que pessoais, sem colocar em risco os cargos que ele ocupava (2001, p. 44-45). Ao longo do período, Levene foi inclusive chamado a assumir funções executivas nas instâncias nacional e provincial e a assessorar comissões convocadas por diferentes ministérios – como a *Comisión Asesora para la Adquisición de obras de Arte*, do Ministério de Justiça e Instrução Pública, e a *Comisión Nacional de Homenaje al Deán Funes*, da Secretaria de Educação da Nação.

Assim sendo, não podemos afirmar que o afastamento de Ricardo Levene da CNMMYLH tenha se dado por razões político-ideológicas, mas a sentença não é válida para o conjunto dos membros que renunciaram em 1946. O golpe de Estado de 1943 e as políticas estatais que caracterizaram as presidências de Farrell e Perón (1944-1955) implicaram, do mesmo modo, o fim da autonomia disciplinar no âmbito das repartições técnicas, gerando uma relação conflitiva com as corporações profissionais e as instituições de formação (BALLENT,

²⁰⁸ Sobre a questão, ver Buchbinder, 1997.

2008 apud PARERA, 2012). Devemos destacar que Mario Buschiazzo também deixou o órgão no período, sendo substituído pelo arquiteto Carlos Onetto em 1947 (URIBARREN, 2008)²⁰⁹. Sem fornecerem maiores explicações, Liernur e Aliata (1992, p. 64) mencionam que a “modificação da legislação sobre a intervenção da *Comisión* na restauração de edifícios o distanciou definitivamente do tema”, porém, não encontramos referências específicas nos boletins do órgão a respeito dessa modificação. Ao se afastar de seu cargo na DGA e na CNMMyLH, Buschiazzo dedicou-se ao *Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas*, fundado em 1946 e vinculado à Faculdade de Arquitetura da UBA (DE PAULA, 1995-1996).

Na memória da gestão correspondente ao ano de 1947, o Cel. Aníbal Imbert relatou que a *Comisión* permaneceu dissolvida, contando somente com o vogal representante do Ministério da Marinha, o Capitão de Fragata (R) Jacinto R. Yaben, e ele próprio, que era o representante do Ministério da Guerra²¹⁰ (COMISIÓN..., 1948b, N. 10, p. 7). Apesar do reduzido número de membros, e como a Lei Nº 12.665 não fixava quórum, Imbert procedeu à realização de algumas das tarefas que competiam ao órgão: deu andamento à criação de museus que já estavam previstos; encaminhou projetos de restauração de monumentos; efetuou procedimentos para a declaratória de novos bens; iniciou o censo de imóveis, móveis, objetos e documentos históricos existentes em todo o território nacional; e renomeou delegados para CNMMyLH nas províncias e territórios; entre outras atividades. O diretor interino também decidiu, no que se referia à inscrição de bens de particulares ou da Igreja no Registro de Bens Históricos, estabelecer como requisito prévio “a assinatura de um convênio com os respectivos proprietários” que assegurasse a tutela e conservação do bem a ser inscrito (COMISIÓN..., 1948b, N. 10, p. 442)²¹¹ – no lugar de “inscrito” leia-se “declarado”, pois como mostramos no capítulo 2, esse Registro de Bens Históricos não chegou a ser consolidado.

O boletim subsequente apresentou a memória da gestão compreendida entre junho de 1948 e junho de 1949, o que nos leva a crer que o funcionamento do órgão tenha permanecido suspenso durante a primeira metade de 1948. Em maio desse ano, a CNMMyLH deixou de

²⁰⁹ Posteriormente, em dezembro de 1948, Onetto também renunciou, tendo sido solicitada a nomeação de um substituto. Foi então designado pela Secretaria de Obras Públicas o arquiteto Ernesto Guiraud como assessor técnico da CNMMyLH (COMISIÓN..., 1949, N. 11, p. 582-583).

²¹⁰ Além de coronel vinculado ao GOU, o nome de Aníbal F. Imbert também está associado ao de Eva Duarte de Perón. Teria sido ele quem contratou a futura primeira-dama da Argentina para um trabalho na rádio Belgrano, em 1943 (PEREIRA, 2007), apresentando-a posteriormente a Juan Domingo Perón.

²¹¹ Imbert ainda informou que não percebia má vontade da parte dos proprietários dos imóveis históricos, porém relatou que vários deles haviam “exposto a situação desvantajosa” em que a lei lhes colocava, impedindo-os de alterar ou vender suas propriedades sem autorização da CNMMyLH e sem que o Estado os eximisse de pagar os impostos que recaíam sobre os imóveis (COMISIÓN..., 1948b, N. 10, p. 441).

depende do Ministério da Justiça e Instrução Pública e passou à esfera da recém-criada Subsecretaria de Cultura da Nação, de onde recebeu novo impulso (BLASCO, 2015a; PAGANO, 2014b). Nesse período, a presidência da *Comisión* foi assumida por Eduardo Acevedo Díaz e seus vogais foram compostos por representantes das Forças Armadas e pelos diretores das instituições que seguem: Antonio Apraiz, Dir. MHN; Guillermo Aimó, Dir. Interino *Museo Histórico Sarmiento*; Juan Angel Farini, Dir. *Museo Mitre*; Cel. José I. Iturralde; Gal. Rodolfo Martínez Pita, Interventor *Dirección Nacional de Arquitectura*; Gustavo Martínez Zuviría, Dir. *Biblioteca Nacional*; Héctor C. Quesada, Dir. *Archivo General de la Nación*; Enrique Udaondo, Dir. *Museo Histórico de Luján*; Jacinto R. Yaben; e Juan Zocchi, Dir. *Museo Nacional de Bellas Artes*. Por sua vez, José Luis Busaniche havia permanecido no cargo de secretário da CNMMYLH, mesmo após a renúncia coletiva de seus membros.

Eduardo Acevedo Díaz explicou que, novamente, as funções do órgão não puderam ser cumpridas em sua integridade devido à subordinação da *Comisión Nacional*, em nível técnico e financeiro, à Direção Nacional de Arquitetura, haja vista que sua finalidade era “a conservação dos monumentos e das relíquias dos museus” (COMISIÓN..., 1949, N. 11, p. 7). Observou, em tom de denúncia, que nada do projetado poderia ser concretizado até que o arquiteto passasse a ser um funcionário da própria CNMMYLH. Devido aos impedimentos do sistema administrativo então vigente, o organismo estava impossibilitado de valer-se com urgência dos serviços do arquiteto adstrito, encarregado de uma série de outras tarefas no Ministério de Obras Públicas. Relatou que diversas reparações a serem feitas nos MH estavam atrasadas e alguns deles corriam até risco de desaparecimento.

É interessante notar que, pela primeira vez, um presidente do organismo se utilizou da seção de memória da gestão para denunciar o descaso com a entidade. Reclamou que a administração da CNMMYLH havia sido “largada ao esquecimento” (1949, N. 11, p. 11) e que os padres guardiães dos templos declarados como monumentos históricos haviam tomado por hábito se dirigir ao Ministério de Obras Públicas para solicitar reparações nesses edifícios, sem avisar a *Comisión*. Esta, em sua primeira seção celebrada em 1º de julho de 1948, resolveu autorizar seu presidente a tramitar junto ao Ministério de Obras Públicas a transferência da Seção de Monumentos Históricos para a CNMMYLH, mas o pedido foi negado. Assim, foram aconselhadas pelo órgão algumas reformas na Lei Nº 12.665, sendo aprovado internamente um novo anteprojeto de lei. A principal dessas reformas tratava da criação de um fundo permanente para a CNMMYLH e da administração financeira e técnica das obras de reparo e restauração, que então dependiam do Ministério de Obras Públicas e dificultavam o andamento das

atividades (COMISIÓN..., 1949, N. 11, p. 549-550). O orçamento próprio permitiria que se resolvesse o problema básico vinculado à restauração dos monumentos e à expropriação de muitos deles (COMISIÓN..., 1952, N. 12, p. 7), evitando também a revogação de declaratórias. Tais reformas, contudo, não chegaram a ser efetuadas no período analisado, como se expõe em boletim posterior, do final da década de 1950 (COMISIÓN..., N. 14, 1958, p. 28).

Na memória da gestão publicada no boletim Nº 11, Acevedo Díaz abordou ainda a questão das incongruências da Lei Nº 12.665, que, em seu artigo 6º, determinava que os imóveis compreendidos na “lista e classificação oficial da Comisión Nacional” estariam livres de toda a carga de impostos, contudo, pela falta dessa lista e da classificação necessária, os proprietários não estavam isentos do pagamento. Daí a preocupação de Aníbal Imbert, diretor interino na gestão anterior, em retomar o censo dos imóveis, móveis e documentos históricos, tarefa que – conforme expusemos no capítulo 2 – havia permanecido inconclusa na gestão de Ricardo Levene e que permitiria cumprir a disposição legal.

A memória da gestão referente ao segundo semestre de 1949 também foi assinada por Eduardo Acevedo Díaz e publicada somente em 1952, no boletim de número 12. O corte da Seção Atas no periódico desde o término da gestão Levene, porém, nos impossibilita de verificar grande parte de suas atividades, assim como nos impede de identificar quando exatamente ocorreram as novas designações de membros. Fato é que, para o ano de 1952, na página dedicada às autoridades do órgão, o historiador José Torre Revello figurava como presidente da *Comisión*, ao passo que metade de seus vogais havia sido substituída. Após diversos anos no cargo, o secretário do órgão, José Luis Busaniche, também foi substituído, assumindo em seu lugar Julio César Palacios.

Por meio de publicação posterior, tomamos conhecimento de que o Decreto Nº 29.172/1949 havia estabelecido que, a partir de 1º de janeiro de 1950, o Ministério da Educação ficaria encarregado da execução dos trabalhos relativos à modificação, reparação e conservação de “todos os edifícios ocupados por estabelecimentos e dependências” desse departamento, sendo-lhe repassada uma parte dos recursos do Ministério de Obras Públicas para tal fim. Conforme relato do secretário da CNMMYLH contido no boletim Nº 14, ante esse decreto tornou-se ainda mais complicado efetuar as restaurações dos bens declarados, pois a Direção Nacional de Arquitetura teria interpretado “erroneamente o decreto aludido”, expressando que “não lhe correspondia tal tarefa e que esta cabia à Direção de Arquitetura do Ministério de Educação”. Esta última, por sua vez, informava não ter orçamento previsto para a restauração dos monumentos históricos, mas apenas para as reparações dos edifícios que ocupava

(COMISIÓN..., 1958, N. 14, p. 11). Como podemos notar, o referido decreto parece ter confundido os orçamentos e as competências de cada um dos ministérios, aumentando as dificuldades já existentes associadas à tarefa de conservação/reparação/restauração dos monumentos históricos declarados.

O boletim de número 13 foi publicado em 1956, apresentando uma síntese do trabalho realizado pela CNMMYLH entre os anos de 1950 e 1954. Por meio das comunicações transcritas na Seção Monumentos e Lugares Históricos do periódico, é possível constatar que José Torre Revello já figurava como presidente do organismo desde meados de 1951. Na memória de gestão desse período se explica que a instituição havia cumprido, dentro de suas possibilidades, as obrigações expressas na Lei Nº 12.665 e em seu Decreto Regulamentar. Enfatizou-se, mais uma vez, a falta de recursos com a qual o órgão vinha lidando e que, apesar disso, haviam sido encaminhados os trâmites para a restauração ou a reparação de diversos Monumentos Históricos do país. Também haviam sido redigidas as legendas e estabelecidos os lugares de colocação dos monólitos que demarcariam alguns Lugares Históricos já declarados, entre outras atividades (COMISIÓN..., 1956, N. 13, p. 5-11).

Em 1958 publicou-se o boletim Nº 14, por meio do qual se divulgaram as atividades realizadas durante os anos de 1956 e 1957. Não dispomos, assim, da memória da gestão referente ao ano de 1955, o que nos leva a supor que a CNMMYLH tenha sido desintegrada nesse decurso de tempo. Vale destacar que 1955 é o ano em que o presidente Juan Domingo Perón foi deposto por um novo golpe militar e, a partir desse momento, a legitimidade e as atividades dos historiadores passaram a ser cerceadas (GUBER; RODRÍGUEZ, 2011). Um último boletim foi publicado pela *Comisión* em 1964: sem numeração, ele foi intitulado Boletín 1958-1962, gestão que teve Jorge A. Mitre como presidente.

3.4.1. Debilidades da Lei Nº 12.665

Paralelo às limitações administrativas e às sucessivas vacâncias de presidentes e vogais enfrentadas ao longo de todo o primeiro peronismo, a CNMMYLH também se defrontou com as debilidades da Lei Nº 12.665. No ano de 1946, se produziram duas situações que denotam a ineficácia de algumas disposições da referida normativa legal, já que culminaram na revogação da declaratória de Monumento Histórico outorgada à *Casa Natal de Nicolás Avellaneda*, situada em San Miguel de Tucumán, e à *Casa de los Otero*, localizada na cidade de Salta. A primeira teve de ser revogada porque a expropriação do imóvel não pôde ser efetivada conforme

solicitação realizada pela *Comisión* em 1944 e a família alegou a necessidade de liquidar a herança.

De modo análogo, o proprietário da segunda casa informou que pretendia reconstruir o edifício. O então presidente do órgão, Benjamín Villegas Basavilbaso, emitiu um parecer explicando que, como a condição jurídica do imóvel declarado não limitava o exercício do domínio por parte de seu titular no tocante a sua reconstrução ou demolição, “o único meio legal para a conservação do monumento seria o de sua expropriação mediante a declaração de utilidade pública por lei”. Caso a expropriação não se efetuasse, o decreto que concedeu a declaratória deveria ser revogado. Villegas Basavilbaso informou ainda ao ministro da Instrução Pública que havia muitas situações semelhantes, as quais podiam tornar “completamente ilusórias algumas disposições da Lei 12.665” que não podiam sobrepor-se “a declarações categóricas da Constituição Nacional” (COMISIÓN..., 1948a, N. 9, p. 22). A declaratória da *Casa de los Otero* (Decreto 2.233/1946) acabou sendo revogada pelo Decreto Nº 6.706/1948 (COMISIÓN..., 1949, N. 11, p. 525-526).

Conforme o artigo 2º da lei da CNMMYLH, “os bens históricos e artísticos” de “propriedade da Nação, das Províncias, das Municipalidades ou instituições públicas” ficavam submetidos à “tutela e conservação do governo federal” e, em seu caso, “em conjunto com as autoridades respectivas”. Logo, a lei não havia estabelecido um meio de proteção definitiva para os bens privados. Como já indicamos anteriormente, seu artigo 3º determinou que:

El Poder Ejecutivo a propuesta de la Comisión Nacional, declarará de utilidad pública los lugares, monumentos, inmuebles y documentos de propiedad de particulares que se consideren de interés histórico o histórico-artístico a los efectos de la expropiación; o se acordará con el respectivo propietario el modo de asegurar los fines patrióticos de esta ley. Si la conservación del lugar o monumento implicase una limitación al dominio, el Poder Ejecutivo indemnizará al propietario en su caso.

Assim, a proteção dos bens particulares seria garantida através de acordos firmados com seus proprietários ou de sua expropriação, com ônus para o governo federal. Ainda que, em seu artigo 4º, a lei proibisse a reparação ou destruição dos monumentos históricos sem a prévia autorização da *Comisión*, este dispositivo representava apenas um limite parcial ao direito de propriedade. O imóvel permanecia sob o domínio de seu proprietário e, nos casos em que o Poder Executivo não dispunha de recursos para indenizá-lo nem financiar ou cooperar com os gastos de sua conservação/reparação/restauração, a única alternativa encontrada foi revogar a declaratória. Houve casos em que o Estado chegou a declarar a “utilidade pública” de edifícios considerados de grande valor para a história do país, mas esta não foi uma prática recorrente.

Outro decreto que acabou ficando sem efeito foi o de Nº 3.431/1946, que declarava a *Quinta de Braulio y Eduardo Costa* como MH. Em março de 1947, o proprietário do imóvel, o qual havia sido declarado a pedido da *Academia Nacional de Bellas Artes* por tratar-se de “um dos mais bonitos expoentes da época colonial”, apresentou uma nota à CNMMYLH, afirmando que o mesmo não havia sido construído no período colonial nem pertencido a Braulio Costa e, desse modo, pedia permissão para demolir o edifício. Aníbal Imbert, que ocupava o cargo de diretor interino do órgão, confirmou junto à Municipalidade de San Isidro que o bem em questão não havia pertencido ao referido personagem. Ao ser informada, a *Academia Nacional de Bellas Artes* se manifestou, alegando que o edifício era “do estilo chamado colonial porque reunia as características próprias dos edifícios dessa época” (COMISIÓN..., 1948b, p. 16). Diante da discrepância, foi solicitado um parecer da Direção Nacional de Arquitetura e o arquiteto Carlos Onetto ratificou que o edifício não era uma construção do período colonial e, tampouco, possuía características do estilo dessa época, mas que se tratava de uma das típicas casas da ribeira, provavelmente, edificada na segunda metade do século XIX.

Conforme relatado na memória da gestão do ano de 1947, devido às obrigações que a declaração de MH criava para o Estado e impunha ao proprietário, Imbert resolveu solicitar do Poder Executivo que o Decreto 3.431/1946 fosse considerado sem efeito. O caso merece atenção tanto por mostrar que o critério de valor empregado na seleção do imóvel permanecia válido – afinal, apesar da mencionada beleza do edifício, não se registrou interesse ou tentativa de salvá-lo, possivelmente por ter sido construído na segunda metade do século XIX –, quanto por confirmar a debilidade da lei Nº 12.665, já que bastou a solicitação do proprietário do bem para que a CNMMYLH autorizasse o cancelamento da declaratória. O fato revela ainda a precária pesquisa efetuada pelo órgão no momento da elaboração do parecer do monumento, levando-nos a pensar que equívocos como este podem ter sido igualmente cometidos em outros casos.

Na gestão do Cel. Aníbal Imbert, foi também invalidada a declaratória das chamadas *Ruínas de Tolombón* (Decreto 21.483/1944), porque não possuíam nenhum caráter monumental ou arquitetônico, mas arqueológico e, como tal, estavam submetidas ao regime da “lei de sítios arqueológicos”, Nº 9.080, e para a qual existia outra comissão encarregada (COMISIÓN..., 1948b, p. 16-17). Já na gestão de Acevedo Díaz teve de ser derrocada a declaratória da *Casa de Zorilla* (Decreto 2.233/1946). A solicitação partiu de seu proprietário, em razão dos “prejuízos” que a situação lhe ocasionava, pois não foram realizadas as reparações necessárias no edifício e também não lhe estava permitido efetuá-las (COMISIÓN..., 1949, N. 11, p. 30). Nessa mesma

gestão, foi igualmente revogada a declaratória outorgada à *Casa de Simón de Iriondo* (Decreto 112.765/ 1942), após o órgão considerar muito elevado o custo calculado para sua reparação.

Tais revogações, portanto, revelam os limites da Lei Nº 12.665, redigida com grande expectativa pelo primeiro presidente da CNMMYLH. Por meio dela se estabeleceu a “declaratória” de Monumento e Lugar Histórico, instrumento jurídico capaz de assegurar a proteção dos bens considerados de interesse histórico e histórico-artístico para a nação. Mas mesmo depois de passarem pelo “rito de instituição” (BOURDIEU, 2008) que os convertia em patrimônios, sua proteção definitiva estava condicionada ao erário público e à disponibilidade de seus proprietários em selar acordos com o Estado.

A nosso ver, muitas das declaratórias de Lugares Históricos também podem ser vistas como débeis, sem força de lei, já que se tratavam de campos, praias e rios onde teriam sucedido eventos importantes. Um exemplo é o LH denominado *Cuchi Corral* (Decreto 30.836/1945), cuja resenha informa que se tratava de um “antigo assentamento de uma tribo de índios”, “muito frequentado pelos conquistadores do século XVI e por missioneiros jesuítas”; que ali subsistiam “construções típicas das estâncias da época colonial, entre elas, uma capela de arquitetura interessante e nogueiras de extraordinária beleza”; e que o lugar ainda se vinculava “à recordação do Canônico Dr. Miguel Calixto del Corro, que ali passava o verão, pois sua família foi dona do imóvel durante os primeiros anos do século XIX”. Mas afinal, o que significou, na prática, declarar como LH um espaço tão vasto e heterogêneo como esse? Como assegurar a conservação de todos os elementos citados em sua resenha? As mesmas questões podem ser feitas para diversas declaratórias de LH – que, inclusive, tivemos de categorizar sua tipologia de domínio como indefinida – e ainda merecem um estudo à parte. Como alertamos na introdução dessa tese, uma grande maioria dos Lugares Históricos declarados não compartilhava dos mesmos atributos que os Monumentos Históricos já que não contavam com elementos físicos; alguns deles, por aludirem a batalhas navais, estariam situados até mesmo em meio a rios e mares. Fica, portanto, a dúvida sobre a validade dessas declarações de Lugares Históricos, que parecem ter servido muito mais para “produzir a crença” no relato histórico difundido pela *Comisión* do que para, efetivamente, proteger bens de interesse nacional.

3.4.2. Os bens declarados entre 1947 e 1955

Ao longo do primeiro peronismo, o número de bens declarados por solicitação da CNMMYLH sofreu uma expressiva queda em comparação com a gestão anterior, mas essa diminuição já pôde ser sentida a partir de 1944. Uma vez que as listas dos bens de interesse

histórico e artístico existentes em todas as províncias e territórios nacionais já tinham sido encaminhadas e declaradas pelo Poder Executivo nos anos prévios, as declaratórias concedidas nesse período somente responderam às novas demandas que chegavam ao órgão, procedentes de diferentes setores e agentes da sociedade. No total, foram instituídos novos 23 bens, sendo eles: 3 SH, 13 LH e 7 MH.

No ano de 1947, declarou-se como MH unicamente o sepulcro do Coronel Francisco Seguí (Decreto 34.033/1947), situado no Cemitério da Recoleta, por sua atuação militar. Já em 1948, foi declarada a *Casa natal de Francisco Narciso de Laprida* (Decreto 8.504/1948 e 17.964/1949), situada em San Juan, personagem que “figura entre os construtores da nacionalidade” por sua atuação na campanha da Independência. Em seguida, na cidade de Buenos Aires, foram declarados: o MH *Casa habitada por Domingo F. Sarmiento* (Decreto 13.725/1948), que havia sido adquirida pelo Estado como “uma homenagem ao prócer” “por sua atuação pública”; o LH *Campo de deportes del “Buenos Aires, Cricket Club”* (Decreto 14.028/1948), “primeiro clube desportivo do país e da América Latina”, criado em 1864; o LH *Solar donde vivió y murió el Almirante Guillermo Brown* (Decreto 18.536/1948), em homenagem ao “prestigioso marino” Guillermo Brown; o LH *Vuelta de Rocha* (Decreto 18.540/1948), por estar “vinculado à mais honrosa tradição da marinha argentina”, pois nele se instalou o arsenal onde foram reparados os barcos da esquadra do Almirante Brown durante a “campanha da independência” e onde, mais tarde, se construíram as lanchas canhoneiras usadas na guerra com o Brasil; e o MH *Edificio del Convento de los Recoletos Franciscanos* (Decreto 29.746/1948), “valioso expoente da arquitetura colonial”, construído dois séculos antes para servir de residência a esta ordem religiosa que prestou “serviços à cultura do país”.

Ainda em 1948, declarou-se o LH *Tapalqué Viejo* (Decreto 35.341/1948), situado na província de Buenos Aires, ampliando-se o decreto Nº 30.825 de 1945, porque ali teria se iniciado a batalha contra o líder indígena Calfucurá, “uma das páginas mais significativas da conquista do deserto”. Durante o ano de 1949, declarou-se o LH denominado *Ruinas de los Españoles*, localizado na província de Santa Cruz (Decreto 23.889/1949), colônia fundada em 1780 e onde seus moradores “mantiveram uma constante e heroica luta contra os indígenas”. No mesmo ano foi declarada a *Columna que encierra los restos del coronel don Juan Baustista Azopardo*, localizada na província de Buenos Aires (Decreto 27.286/1949), coronel de marinha que foi “protagonista do primeiro combate naval da guerra de la independência”. Em 1950, declarou-se um único MH, o *Sepulcro de don Domingo de Oro* (Decreto 25.403/50), situado

no Cemitério de Baradero, província de Buenos Aires, por sua atuação pública e suas qualidades de escritor.

Outros 6 bens foram declarados no ano de 1951: o LH *Sitio de la primera conscripción argentina*, em Cura Malal, província de Buenos Aires (Decreto 4.314/1951), lugar do primeiro recrutamento militar do exército argentino, realizado em 1896; o LH *Fuerte San Carlos*, localizado em Mendoza (Decreto 4.592/1951), onde o General San Martín se encontrou com os índios “pehuenches” em setembro de 1816, antes de iniciar a travessia dos Andes; o *Lugar donde se levantó el llamado “Batán de Tejeda”*, situado no Departamento de General Las Heras, Mendoza (Decreto 5.135/51), igualmente vinculado à figura de San Martín e à preparação do Exército dos Andes; o *Sepulcro del doctor Pedro Alcántara de Somellera*, localizado no Cemitério da Recoleta, cidade de Buenos Aires (Decreto 15.090/1951), que foi um dos firmantes da Constituição Argentina de 1826; o *Convento de San Francisco* da cidade de Corrientes (Decreto 17.582/ 1951), por sua antiguidade e em cujas salas estudaram “as mais ilustres personalidades” da província; e o *Lugar de vivac de la Brigada Salta*, denominado “Campo de San Lorenzo”, em San Salvador de Jujuy (Decreto 24.571/1951), por “recordar um feito de significação histórica na vida do Exército Nacional”.

Declararam-se, em seguida, mais 3 bens na província de Mendoza, quais sejam: o LH *Sitio del “Combate de Potrerillos”* (Decreto 5.043/1952), onde ocorreu o primeiro contato entre o Exército dos Andes e as forças realistas, em janeiro de 1817, que resultou na vitória de San Martín; o LH *Paso de la Cumbre*, situado na Cordilheira dos Andes (Decreto 5.043/1952), por onde cruzaram tropas do Exército dos Andes, em fevereiro de 1817; e o LH *Viejo puente sobre el Río Picheuta* (Decreto 10.188/1952), ponte de arco pela qual o Exército dos Andes passou em 1817. Finalmente, em 1953, foram declaradas a *Casa de Gobierno del Territorio Nacional de Formosa*, situada na capital desse território (Decreto 10.852/1953), construção realizada em 1878 pelo Regimento 7º de Linha e, posteriormente, adquirida pelo governo nacional para a sede dos governadores; a *Iglesia Catedral de Santiago del Estero* (Decreto 13.723/1953), por sua antiguidade; e as *Ruinas de la capilla jesuítica de Quinta Santa Ana*, situadas na província de Córdoba (Decreto 20.111/1953), por datar de meados do século XVIII e possuir valor arquitetônico e artístico.

A partir das resenhas citadas, podemos notar que o critério histórico de seleção dos bens seguiu prevalecendo entre as práticas do órgão efetuadas durante o primeiro peronismo. Do mesmo modo, observamos uma continuidade em relação à narrativa histórica difundida pela CNMMYLH: entre os bens declarados constaram casas e lugares vinculados à atuação de

próceres da independência, casas de ex-presidentes e também de líderes militares que teriam contribuído com a construção da nação. Novamente, apareceram os tópicos da conquista e ocupação do território argentino pelos espanhóis, assim como o papel das ordens religiosas nesse processo, sendo importante recordar que a Igreja apoiou fortemente o governo peronista em seus primeiros anos. A valorização dos personagens militares também pode ser explicada pelo crescente espaço outorgado às Forças Armadas naquele período, convertidas em um dos pilares fundamentais do regime. Após ser eleito por voto popular em 1946, Perón buscou atrair a solidariedade da corporação militar, apresentando-se como um homem de armas. Ao longo do seu primeiro mandato, foram ampliados os cargos nos mais altos postos dessa corporação e a modernização das Forças Armadas levou a Argentina ocupar o primeiro lugar no ranking dos gastos com defesa da América Latina (TORRE, 2002).

Por sua vez, as recorrentes menções a San Martín e ao Exército dos Andes presentes nas declaratórias devem ser compreendidas no contexto das celebrações oficiais realizadas em 1950, intitulado o “Ano do Libertador General San Martín”, por ocasião do centenário da morte do prócer. Muitas das atividades realizadas pela CNMMyLH durante o ano de 1949 envolveram a preparação de homenagens e a restauração/conservação de monumentos e lugares vinculados ao personagem. Philp (2012, p. 29) expõe que, nestas comemorações, dois atores principais exerceram o “papel de operadores de memória”, intervindo no passado desde o presente: a *Academia Nacional de la Historia* e o governo nacional, por meio da figura do presidente Perón. Segundo a autora, durante essas celebrações se construiu o cenário e o lugar para a consolidação da imagem de San Martín como o “pai da pátria”. Os historiadores da *Academia* realizaram uma série de atividades pelas quais se difundiu o relato histórico liberal herdado de Mitre, mas o *Instituto Nacional Sanmartiniano* – entidade que foi nacionalizada durante o peronismo – também contribuiu na tarefa de seleção e afirmação de conteúdos históricos.

Analisando a nova tentativa de criação de um panteão nacional, levada a cabo pela CNMMyLH entre os anos de 1949 e 1951, Pagano (2014b, p. 153) mostrou que a lista de mortos ilustres estava composta por homens da Revolução de Maio, militares, civis, religiosos, combatentes da emancipação, da guerra contra o Brasil, da guerra do Paraguai, da Conquista do Deserto e indivíduos que contribuíram para a organização nacional e para o desenvolvimento cultural do país. Logo, não parecem ter ocorrido alterações substanciais em relação aos personagens e acontecimentos históricos privilegiados pela primeira gestão do organismo.

Algumas pesquisas sugerem que, com o advento do peronismo, teria se produzido uma nova identificação entre a imagem de Rosas e a de Perón e que o revisionismo teria se tornado

“a visão histórica dos peronistas” (QUATTROCCHI-WOISSON, 1995, p. 22). Nos últimos anos, entretanto, um conjunto de autores tem alertado que, apesar do aumento do interesse pela figura de Rosas, os argumentos revisionistas não chegaram a alcançar uma circulação muito ampla durante esse período, mas somente a partir de 1955, quando, na oposição e na resistência, o peronismo se apropriou de uma versão do passado revisionista (CATTARUZZA, 2007, p. 187). Num sentido semelhante, Guber e Rodríguez (2011, p. 76) assinalam que “a hegemonia das formas tradicionais de se fazer e conceber a história consolidadas nos anos 1930 não sofreu grandes alterações com a irrupção do peronismo e nem após sua expulsão”. Para as autoras, a renovação teórica e metodológica só alcançou o campo historiográfico de forma mais ampla no início da década de 1960.

As referidas celebrações do ano de 1950 igualmente denotam uma continuidade na versão oficial da história nacional adotada durante esse período. Se, desde a década de 1930, o culto à San Martín havia fixado raízes profundas na tradição militar (BLASCO, 2015b), o governo peronista, de forma mais explícita, passou a invocar a figura de San Martín como chefe supremo e “fonte inspiradora da conduta cidadã” (PHILP, 2012, p. 30). Outros personagens relevantes do panteão liberal argentino foram escolhidos para dar nome às ferrovias nacionalizadas sob o governo de Perón, como Mitre, Sarmiento e Urquiza (CATTARUZZA, 2007). Galasso (2004) também se soma a essa argumentação ao observar que o ensino da “História liberal” persistiu nas escolas primárias e secundárias durante todo o primeiro peronismo.

Ao longo desses anos, muitos dos historiadores que atuavam nas universidades foram questionados por sua baixa adesão ao projeto nacional peronista, chegando a ser expulsos. Mas tal projeto não estava em desacordo com a história oficial do paradigma liberal: esta foi tomada como um degrau necessário para se avançar na escrita de uma nova história nacional. “Não se propunha eliminar os nomes dos próceres já consagrados como Mitre ou Sarmiento”, mas somar a esses nomes os seus próprios, como contemporâneos do novo rumo do país (PHILP, 2012, p. 28). Philp atenta ainda para o fato de o discurso de Perón ter sido incluído na publicação de homenagem da *Academia de la Historia* a San Martín, o que denota a continuidade das relações entre esta corporação e o governo então vigente.

Entendemos, assim, que a renúncia dos membros da *Comisión* em 1946 não representou um rompimento do Estado com a tradição historiográfica encarnada por aquele grupo. No mesmo sentido, as imagens do passado difundidas pelo regime peronista não parecem ter se alterado drasticamente em relação àquelas produzidas durante os governos da Concordância.

Apesar das citadas dificuldades administrativas e financeiras que a CNMMYLH enfrentou a partir de 1946, é notória a importância que o governo peronista seguiu dando ao passado histórico. A partir de 1950, mais especificamente, ampliaram-se as tendências ao “doutrinação” no sistema educativo e o governo se empenhou em “peronizar” a sociedade através da educação como maquinário de propaganda (GUBER; RODRÍGUEZ, 2011).

Em conclusão, foi possível verificar que as principais rupturas ou entraves experienciados pelo órgão nessa nova etapa se deram no âmbito das restaurações de monumentos, limitadas pela subordinação técnica e administrativa da *Comisión* ao Ministério de Obras Públicas, e das revogações de declaratórias, em virtude da falta de recursos ou mesmo de um orçamento próprio para garantir a expropriação dos bens de particulares. Além disso, a instituição também teve de lidar com a frequente vacância de cargos e, até mesmo, com a interrupção de suas atividades, já que a designação de um novo conjunto de membros honorários pelo Poder Executivo, em mais de uma ocasião, tardou em ser efetuada. Podemos dizer então que, com o primeiro peronismo, houve continuidade nos princípios historiográficos que embasavam a atuação da *Comisión*, mas, por diversos motivos, sobretudo administrativos, legais e materiais, alterações nas suas práticas de trabalho e no alcance de suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese, buscamos analisar as práticas de seleção e instituição do patrimônio histórico e artístico nacional argentino efetuadas pela *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* entre 1938 e 1955. Criada como dependente do Ministério da Justiça e Instrução Pública, o órgão foi encarregado de elaborar e executar a política de proteção dos bens culturais existentes no país. Desempenhou também atividades relativas aos museus históricos e à organização de atos públicos em homenagem a personagens e fatos do passado nacional, ainda que estas últimas tenham aparecido de forma tangencial em nosso trabalho. Considerando a importância da ação realizada pelo órgão, inicialmente, procuramos compreender quem foram os agentes designados para eleger tal patrimônio. Além de atuarem como professores de História, Sociologia, Direito e Arquitetura e como diretores de museus e arquivos, todos os membros da *Comisión* haviam se dedicado à produção de algum trabalho de caráter histórico e possuíam vínculos com diferentes instituições histórico-culturais.

Boa parte do grupo era oriunda da *Junta de Historia y Numismática Americana*, instituição de tradição liberal fundada no final do século XIX que, no mesmo ano da criação da CNMMyLH, transformou-se em *Academia Nacional de la Historia* por decreto do governo. Com a ascensão de Agustín P. Justo à presidência da Nação, em 1932, e durante todo o período em que o país foi administrado pela Concordância (1932-1943), a celebração do passado adquiriu uma especial importância: o governo apoiou diferentes iniciativas e empreendimentos com essa finalidade, nos quais os historiadores da *Academia* ocuparam um lugar destacado, mas não exclusivo. Ao longo desses anos e como expressão do clima nacionalista que a Argentina vivenciava, emergiu uma profusão de institutos de pesquisa e de narrativas nacionais, dentre os quais se encontrava o *Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas*. Seus membros defenderam a necessidade de se revisar a interpretação da história do país construída pelas instituições oficiais e acusaram, particularmente, a *Academia* de sustentar uma visão liberal e falsa do passado argentino, que estaria em sintonia com os interesses dos governos daquelas décadas.

Em meio a esse quadro, marcado pela divergência entre diferentes tradições historiográficas e políticas, a CNMMyLH surgiu como mais um lugar para a afirmação tanto da figura do historiador quanto da história oficial-liberal, tendo em vista os bens que foram selecionados e instituídos como patrimônios “nacionais”. Tal contexto de disputas nos ajudou

a compreender porque a *Comisión* buscou se colocar como a “porta-voz autorizada” (BOURDIEU, 2008) do governo ante inúmeras iniciativas tomadas por outras comissões histórico-culturais da época. Para além do intuito de se legitimarem no campo de estudos da História, os membros do órgão também atribuíram para si a faculdade de efetuar ou autorizar quaisquer comemorações públicas em torno do passado e de personagens nacionais, expressão de um trabalho de “enquadramento da memória” nacional (POLLAK, 1992, p. 206).

Foi possível verificar ainda que a criação da CNMMyLH representou a culminância de uma série de projetos anteriores propostos por membros da *Junta-Academia*, por representantes do poder público e também de recomendações elaboradas em congressos científicos, todas elas destinadas à preservação de objetos, restos arqueológicos e edifícios históricos. O principal avanço nesse momento se deu no âmbito legal, com a elaboração de uma legislação específica e de um dispositivo jurídico, a “declaratória”, tomada nesta tese como o “rito de instituição” (BOURDIEU, 2008) pelo qual edifícios e lugares foram consagrados como patrimônios da Nação. Entre os membros designados para a gestão do novo órgão, destacou-se a figura de Ricardo Levene, responsável por conduzir grande parte das ações que permitiram a estruturação do trabalho a ser realizado pela *Comisión*.

Desse modo, um segundo conjunto de questões recaiu sobre as práticas de trabalho do órgão e sua elaboração. A Lei Nº 12.665, sancionada pelo Congresso em 1940, regulamentou o funcionamento dessa instância e determinou que a proteção definitiva dos bens seria concedida pelo Poder Executivo. Conformou-se, assim, uma estrutura centralizada de preservação do patrimônio, composta por apenas dez vogais e um presidente, e apoiada por um único delegado designado em cada província ou território nacional, que foi encarregado do levantamento dos bens de interesse existentes em sua jurisdição. Tais agentes exerceram uma função primordial na seleção daquilo que viria a ser consagrado como patrimônio nacional, atuando também como porta-vozes autorizados do órgão. Muitos desses delegados foram escolhidos em virtude do capital simbólico ou científico que possuíam no âmbito historiográfico local. O censo de Monumentos e Lugares Históricos foi então realizado com base nos critérios histórico e histórico-artístico de seleção, orientação que também apareceu, ainda que de forma breve, no corpo da Lei Nº 12.665.

A correspondência trocada com os delegados nos permitiu verificar um interesse da CNMMyLH em ampliar a lista de bens a serem declarados nos territórios nacionais. Relacionando essas informações com os dados do quadro de bens declarados em cada jurisdição, pudemos observar também a ocorrência de Monumentos e Lugares Históricos em

toda a extensão do país. Tais práticas estavam ligadas à então recente incorporação de territórios ao traçado nacional. O caso de Susques é simbólico por ter sido anexado somente no ano de 1900, mas o mesmo aconteceu com as terras incorporadas após as campanhas de ocupação do “deserto”. Sua anexação tardia tornava necessária a implementação de políticas voltadas a uma efetiva integração dessa população como membros da nação, sendo que a instituição de bens locais como patrimônio de toda a coletividade argentina foi uma delas.

Além da questão dos novos territórios, o longo e violento processo de organização do Estado argentino, marcado pelo enfrentamento entre as províncias, também parece ter exigido um esforço de coesão nacional. Foi especialmente na década de 1930, após a nova configuração econômica mundial, que os governos passaram a investir em uma integração territorial, através da construção de estradas e do incremento das obras públicas. A política de declaração de edifícios e lugares situados em toda a extensão do país, por sua vez, promovia essa integração num nível simbólico: ela tanto incluía os bens culturais locais dessas populações como parte do patrimônio da Nação, quanto conformava mais um meio de contato entre os dois universos, possibilitado pela presença de agentes da esfera federal em zonas remotas.

A documentação arquivada sobre o MH Igreja de Susques revelou ainda o valor que encerravam certos bens locais para diferentes setores da população, muito além dos valores atribuídos pelo governo e seus agentes. Pudemos notar, através das cartas dos moradores da localidade, que a ideia de patrimônio ou de “monumento nacional” podia ser perfeitamente assimilada pelo grupo, considerando que eles próprios haviam tratado de conservar o templo e seus objetos sagrados, muito antes da criação do órgão federal de proteção do patrimônio. Diante da possibilidade de declaração da Igreja, souberam também demarcar suas posições como seus mantenedores e como os detentores de documentos e informações sobre o bem. Em que pese sua condição de territorianos excluídos da cidadania plena, os susqueños perceberam a patrimonialização de seu templo local como uma oportunidade de estabelecer vínculos com atores situados nas esferas do poder central. Na declaratória do referido bem, omitiu-se o papel dos habitantes locais em sua conservação, privilegiando-se o fato de ela ter sido construída pela Ordem jesuíta.

Além da contribuição dos delegados locais, para a composição das listas de bens a serem declarados a CNMMyLH considerou os informes e recomendações de seus próprios integrantes, do arquiteto adstrito ao órgão e as solicitações de declaratórias que partiram de agentes externos. Todas elas eram deliberadas pela subcomissão interna de Monumentos e Lugares Históricos e, finalmente, aprovadas ou não pelo conjunto dos vogais em reuniões

periódicas. A partir da sanção da Lei Nº 12.665, as declaratórias começaram a ser expedidas sob a forma de decretos. A proteção dos bens, de modo geral, se amparou no art. 4º da referida lei, pelo qual se determinava que eles não poderiam ser destruídos em todo ou em parte nem sofrer reparações sem prévia aprovação, e também na parte final do art. 3º, que se referia à possibilidade de se acordar com o proprietário o modo de assegurar os “fins patrióticos da Lei”.

O arquiteto Mario Buschiazzi não apenas desempenhou um importante papel na seleção dos bens que considerava dignos de preservação – comumente, aqueles elencados como representativos da época colonial –, mas também participou das ações de intervenção e conservação dos edifícios, realizando a ponte entre a CNMMyLH e a Direção Geral de Obras Públicas da Nação, órgão responsável por realizar as restaurações. Suas pesquisas na área da história da arte e da arquitetura americana associadas ao conhecimento técnico de sua profissão converteram-no em um dos principais agentes do órgão durante a gestão de Ricardo Levene.

Na seleção e instituição do patrimônio histórico e artístico nacional argentino foram igualmente relevantes os pedidos ou pressões efetuadas por agentes externos à CNMMyLH, entre os quais se encontravam representantes do poder público, de associações culturais, do Exército e da sociedade civil como um todo. Em especial, a declaratória da Cela-Capela e do Convento de San Francisco, localizados em Santiago del Estero, envolveu um conjunto de atores interessados em sua salvaguarda e deu origem a uma extensa discussão, cujo cerne recaiu sobre a imprecisão dos fatos e documentos referentes à data de construção desses edifícios.

A disputa foi marcada tanto por interesses locais, advindos da sociedade civil e de órgãos públicos da cidade de Santiago del Estero, quanto por problemáticas concernentes ao incipiente campo historiográfico. Para o delegado da *Comisión*, Alfredo Gargaro, estava em jogo sua posição e prestígio no interior do referido campo, razão pela qual ele se negava a reconhecer a autenticidade dos bens em questão, cujos documentos indicavam que o convento original teria se localizado no antigo núcleo populacional da cidade, trasladado no século XVII.

A Subcomissão de Monumentos e Lugares Históricos, na ocasião, solicitou novos informes sobre a Cela que teria sido habitada por São Francisco Solano. Nem mesmo entre os vogais do organismo houve consenso a respeito da data de construção do Convento e se esse havia ou não sido trasladado para um novo local no século seguinte. Apesar disso, e diante de todos os clamores, a CNMMyLH decidiu pôr fim à discussão, encaminhando a declaração de ambos os bens devido à sua antiguidade e à “veneração tradicional” que a população mantinha pelo local. Mais do que a autenticidade das edificações, prevaleceu o desejo de governantes e

sociedade civil que, por diversos meios, pressionaram a CNMMyLH para que o local fosse instituído como patrimônio nacional.

A discussão em torno de tais declaratórias nos permitiu compreender com maior profundidade as relações tecidas entre a *Comisión*, seus delegados e os distintos atores locais interessados na proteção do patrimônio histórico. Revelou também que os delegados foram figuras bastante importantes na seleção dos bens, cuja decisão, no caso em tela, só foi alterada após forte apelo de diferentes setores da sociedade. Em síntese, pudemos constatar que a primeira gestão da CNMMyLH foi um período crucial para o órgão, no qual se elaboraram os procedimentos para o seu funcionamento e os critérios que orientaram as práticas de seleção e instituição do patrimônio a partir de então.

No capítulo 3, finalmente nos debruçamos sobre o conjunto dos bens declarados durante a primeira gestão da CNMMyLH, buscando aferir os valores atribuídos a eles. Por meio de suas resenhas, pudemos constatar a prevalência do critério histórico de seleção do patrimônio, que apareceu em quase todos os casos. Ele se fez evidente pela menção à antiguidade do bem e também ao valor histórico propriamente dito, mas uma grande quantidade de monumentos, lugares, sepulcros e árvores foram preservados por sua relação com algum acontecimento ou personagem do passado nacional, sendo possível perceber também uma hierarquia entre os temas históricos privilegiados. Grosso modo, declararam-se casas, igrejas, conventos, cabildos, lugares de batalhas, praças, fortes, sepulcros e missões jesuíticas, existentes em toda a extensão do país. A partir deles, se exaltaram as vitórias e os heróis da Revolução de Maio, da Independência das Províncias Unidas do Rio da Prata e da campanha de San Martín aos Andes. Contrariamente, constatamos um silenciamento a respeito das batalhas ou eventos políticos que pudessem representar a dissolução do governo revolucionário e o surgimento das autonomias provinciais dentro do território argentino.

Também foram comemorados os lugares associados à Batalha de Caseros, acontecimento símbolo da queda do governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, retratado nas declaratórias como “ditador” e “tirano”. Mesmo no caso do lugar do combate de *Obligado*, valorizado como um momento de defesa da soberania “argentina” contra ingleses e franceses no ano de 1845, o reconhecimento foi concedido apenas ao general encarregado da investida, sem menção ao posicionamento de Rosas na contenda. Dentre os eventos históricos subsequentes, foram recordados aqueles representativos da Constituição de 1853, da Confederação Argentina (1854-1861) e do Congresso Nacional de 1880, a partir do qual se deu por finalizado o processo de organização nacional.

Um conjunto grande de declaratórias ainda homenageou as campanhas do “deserto”, entre outros eventos militares sucedidos na segunda metade do século XIX. O lugar do *Combate de San Carlos*, por exemplo – onde ocorreu “a invasão das linhas de fortificações da fronteira sul e oeste pelas tribos coligadas à frente do Cacique Calfucurá” – foi declarado por recordar um episódio da “conquista civilizadora do Deserto”. Logo, a narrativa elaborada pela CNMMYLH através das declaratórias também apresentou o exército como o construtor da nação, responsável pela ocupação dos territórios que então eram habitados pelas diferentes sociedades indígenas.

Foi possível verificar, por seu turno, que um expressivo número de edifícios declarados era representativo do período colonial – como igrejas, conventos, fortes, postas, casas, quintas, lugares de fundação de cidades, missões e colégios jesuítas –, denotando a importância que essa etapa da história tinha para a *Comisión*. Apenas um pequeno número de declaratórias aludiu ao legado indígena existente no território argentino. Tais casos, porém, tratavam-se de vestígios arqueológicos representativos tão somente das consideradas “grandes” culturas autóctones, como é o caso da civilização inca.

Em linhas gerais, essas declaratórias refletiram o “lugar de fala” (BOURDIEU, 2004) de seus agentes, muitos deles membros da *Academia Nacional de la Historia* e representantes da tradição liberal. Por meio de diferentes bens selecionados e elevados à categoria de patrimônio histórico, a Argentina foi apresentada como uma nação preexistente, que teria se configurado antes mesmo da Revolução de Maio, e cujo destino foi cumprido graças à ação de determinados políticos e militares engajados no processo de organização do Estado nacional, isto é, de constituição de uma instância política de dominação central. Nessa chave de leitura, o período vice-reinal foi concebido como aquele em que teria se gestado a nacionalidade argentina, enquanto que a chamada Conquista do Deserto foi apresentada como determinante para a consolidação do território do país. As práticas da *Comisión*, assim, deram continuidade a uma forma de ver o passado que, conforme explica Hartog (2013), é comum à produção historiográfica do século XIX, caracterizada pela narrativa das origens, nacionalizante, cronológica e marcada pela ideia de progresso.

Tais declaratórias, por outro lado, não se explicam somente pela visão historiográfica seguida pelos agentes do órgão, mas precisam ser compreendidas no horizonte dos governos das décadas de 1930 e 1940, momento em que foram estimuladas diversas políticas voltadas para a integração do território e a formação da identidade nacional. Em especial, os regimes da Concordância buscaram apresentar-se como uma continuidade do projeto oligárquico da década

de 1880, que havia sido derrotado em 1916. A narrativa do passado sustentada pelos homens da *Junta-Academia*, nesse sentido, foi bastante funcional àqueles governos por seu destaque às origens da nacionalidade argentina e ao momento da conformação do respectivo Estado federal. Através dela, suprimiam-se as diferenças regionais, sociais e econômicas que marcaram a história do país e criava-se a imagem de uma nação mais homogênea.

Num segundo momento, analisamos os bens declarados pela CNMMyLH segundo o critério histórico-artístico. Nesse caso, os principais atributos que justificaram as declaratórias foram a arquitetura, a beleza e os elementos artísticos contidos nos edifícios, mencionados em cerca de 80 monumentos. Tratam-se, em sua maioria, de construções consideradas “típicas” do período colonial – entre elas, casas, fortes, missões jesuíticas, conventos, igrejas e capelas –, tomadas tanto como exemplo do modelo construtivo utilizado na época quanto como testemunho desse tempo pretérito. Também foram valorizados alguns bens dotados de traços arquitetônicos específicos (caso do formato das abóbadas e dos campanários de igrejas do noroeste do país), e/ou de valor artístico propriamente dito (como entalhes e obras de arte existentes em seu interior).

Em consonância com os demais bens do período colonial que foram declarados, consideramos que a preferência por este tipo de arquitetura refletiu igualmente a versão historiográfica consagrada no século XIX e que se manteve vigente por quase todo o século XX, na qual a Argentina foi apresentada como uma nação preexistente, cujos laços entre as diferentes cidades-províncias teriam se conformado durante o período vice-reinal. A “arquitetura colonial”, nessa perspectiva, operava como um símbolo do momento originário da nação, ao passo que reconhecia o legado espanhol como parte de sua cultura.

Na seleção dos bens declarados segundo o critério histórico-artístico, o “lugar de fala” dos agentes também foi determinante. Temas desenvolvidos nas pesquisas do vogal Guillermo Furlong e do arquiteto Mario Buschiazzo, por exemplo, foram claramente referidos nas resenhas dos monumentos, sendo importante recordar que ambos os estudiosos eram especialistas em história da arte e arquitetura americana, bem como em história da Companhia de Jesus. A respeito do grande número de monumentos e lugares declarados de domínio da Igreja Católica, é pertinente lembrarmos que, ao longo da década de 1930, a Argentina experimentou uma espécie de “renascimento católico”, que lhe permitiu ocupar espaços públicos cada vez mais amplos. No conjunto das declaratórias, apareceu ainda o valor religioso atribuído a alguns bens, assim como o turístico, sendo que este último deve ser compreendido

no contexto de fomento a tal prática na Argentina e das políticas de estímulo à integração territorial e econômica do país.

A análise do trabalho realizado pela CNMMYLH no período correspondente ao primeiro peronismo foi igualmente importante por revelar as debilidades da lei federal de proteção do patrimônio. Algumas de suas disposições, como a declaração de utilidade pública a bens de particulares, mostraram ser ineficientes ante a falta de recursos públicos para a indenização de seus proprietários. Em alguns casos, a única alternativa encontrada foi a revogação dos decretos que haviam declarado determinadas casas como Monumentos Históricos. O exame dos bens declarados nessa nova etapa também nos permitiu verificar que a narrativa histórica difundida pelo órgão não chegou a se alterar em relação à gestão anterior, havendo uma continuidade nos princípios historiográficos que nortearam a atuação de seus membros.

Através da instituição do patrimônio histórico e artístico nacional, construía-se uma história “concreta”, com provas tangíveis do passado. Podemos dizer que as características físicas e estéticas dos bens ajudaram a materializar uma narrativa e uma imagem da Nação que, em geral, era sustentada por meio de outros suportes, como discursos públicos, livros e manuais escolares. As declaratórias de patrimônio foram entendidas nessa tese como o rito pelo qual determinados lugares, edifícios, árvores e sepulcros foram convertidos em bens simbólicos representativos do passado argentino, capaz de aumentar a “crença” em seu valor (BOURDIEU, 2008; 2002). Notamos, porém, que a grande maioria dos bens declarados na categoria de “Lugar Histórico” não dispunha dos mesmos atributos físicos que os “Monumentos Históricos”, sendo seu valor então atestado pela autoridade dos agentes da *Comisión*.

As declaratórias de Lugares Históricos cumpriram, assim, a função essencial de garantir a incidência de patrimônios nacionais mesmo onde não haviam bens materiais condizentes com a narrativa histórica sustentada pelo órgão. Os diversos lugares das batalhas travadas contra os indígenas na Patagônia e na Pampa central, muitas vezes, foram os únicos bens declarados nessas regiões. Desse modo, a criação dessa categoria contribuiu com a difusão de determinados acontecimentos, momentos e grupos sociais do passado, priorizados, evidentemente, em detrimento de outros. Tais constatações indicaram que a CNMMYLH operou como mais um espaço para a afirmação da tradição historiográfica sustentada pela *Academia*: através da instituição de um patrimônio histórico e artístico “nacional”, o Estado e seus agentes buscaram não apenas produzir a crença no valor desses bens, mas, sobretudo, a fé no relato histórico da tradição liberal.

As declaratórias efetuadas entre os anos de 1938 e 1955, portanto, deram destaque a eventos e datas que se ajustavam à interpretação do passado dos grupos políticos situados no poder, permitindo que ela se consolidasse como memória oficial. Sob esse prisma, as práticas da CNMMyLH podem ser compreendidas como um “trabalho de enquadramento da memória” (POLLAK, 1992), na medida em que suas ações trataram de limitar e adequar os elementos que a constituem – acontecimentos, personagens e lugares – a uma versão liberal da história nacional.

Entendemos, por fim, que a CNMMyLH efetuou tanto uma invenção do patrimônio histórico quanto uma instrumentalização com fins políticos dos bens culturais existentes no território nacional. Através desses bens o Estado procurou construir uma imagem de nação homogênea e em contínua evolução, sem conflitos ou rupturas entre as províncias, e que justificasse sua permanência no poder. Todo esforço investido na celebração do passado e na elaboração de “uma liturgia patriótica” durante as décadas de 1930 e 1940 convergiu para a manutenção por longo tempo dessa interpretação da história argentina, cristalizada nos meios acadêmicos e escolares, em atos públicos, em jornais e revistas, na toponímia de ruas e praças; interpretação que a CNMMyLH, certamente, ajudou a difundir e materializar com a instituição dos Monumentos e Lugares Históricos.

FONTES DOCUMENTAIS

LEIS:

ARGENTINA. Ley 7.062, de 3 de septiembre de 1910. Declárase Monumento Histórico Nacional la casa donde nació don Domingo Faustino Sarmiento, en la ciudad de San Juan. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Ley 11.6880, de 30 de mayo de 1933. Declárase monumento histórico nacional al Cabildo de la Ciudad de Buenos Aires. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Ley 12.261, de 30 de septiembre de 1935. Declárase monumento histórico nacional al Palacio San José, Departamento de Concepción del Uruguay, Provincia de Entre Ríos. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Ley 12.345, de 9 de enero de 1937. Declárase monumento histórico nacional al Cabildo de la ciudad de Salta. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Ley 12.569, de 30 de julio de 1938. Declárase Casa Histórica el edificio que sirve de asiento al Museo Histórico Sarmiento. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Ley 12.621, de 30 de septiembre de 1939. Declárase monumento nacional a la pirámide existente en la plaza – denominada Castelli – de la ciudad de Dolores (Provincia de Buenos Aires). Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Ley 12.622, de 30 de septiembre de 1939. Declárase monumento nacional al mausoleo existente a orillas de la laguna de Chascomús, que guarda los restos de los patriotas que sucumbieron en la batalla de Chascomús (Provincia de Buenos Aires). Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Ley 12.648, de 24 de septiembre de 1940. Declárase monumento histórico nacional al histórico Convento de San Carlos en la Provincia de Santa Fe. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Ley 12.665, de 30 de setiembre de 1940. Creación de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos. *Boletín Oficial [de la República Argentina]*, Buenos Aires, 15 de octubre de 1940.

DECRETOS:

ARGENTINA. Decreto 687, de 06 de septiembre de 1928. Declárase monumento histórico nacional el Templo de la Merced de la Ciudad de Tucumán. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 2.056, de 31 de octubre de 1931. Decláranse monumento histórico nacional al Templo y Convento de San Domingo de la Orden Religiosa de Predicadores existente en la ciudad de La Rioja. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto N° 3.390, de 28 de abril de 1938. Creando la Comisión Nacional de Museos y Lugares Históricos. *Boletín del Ministerio de Justicia e Instrucción Pública de la Nación Argentina*, Buenos Aires, año 1, n. 2, 2 de abril-1° junio de 1938, p. 30.

_____. Decreto 80.860, de 24 de diciembre de 1940. Declárase monumento histórico nacional al Templo de la Compañía de Jesús, en la Provincia de Córdoba. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto N° 84.005, de 7 febrero de 1941. Reglamentario de la Ley N° 12.665.

_____. Decreto 90.732, de 14 de mayo 1941. Decláranse monumento histórico nacional diversos inmuebles algunos del dominio provincial y otros pertenecientes a la Iglesia y a particulares de la Provincia de Córdoba. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 95.687, de 14 de julio de 1941. Decláranse monumento histórico nacional diversos inmuebles situados en las Provincias de Salta y Jujuy. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 98.076, de 12 de agosto de 1941. Decláranse monumento histórico nacional diversos inmuebles situados en las Provincias de Tucumán y Catamarca. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 104.179, de 28 de octubre de 1941. Declárase monumento histórico nacional la Capilla de San Roque y lugar histórico la casa quinta donde se encuentra ubicado el “Nogal de Saldán”. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 104.180, de 28 de octubre de 1941. Declárase monumento histórico el edificio de la antigua casa quinta que fue del General Juan Martín de Pueyrredón, ubicada en el pueblo de San Isidro, Provincia de Buenos Aires. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 106.844, de 28 de noviembre de 1941. Declárase monumento histórico la antigua iglesia existente en la Provincia de Catamarca, Distrito de Fiambalá. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 106.845, de 28 de noviembre de 1941. Declárase monumentos históricos el Convento de Santa Teresa y la Estancia Jesuítica de la Candelaria, Provincia de Córdoba. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 107.512, de 06 de dezembro de 1941. Declárase monumentos históricos diversos inmuebles situados en las provincias de Cuyo. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 112.099, de 24 de janeiro de 1942. Declárase monumentos históricos diversos inmuebles situados en las provincias de Santiago del Estero y La Rioja. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 112.756, de 4 de febrero de 1942. Declárase monumentos históricos diversos inmuebles situados en las provincias de Santa Fe, Entre Ríos y Corrientes. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 120.411, de 21 de mayo de 1942. Decláranse monumentos y lugares históricos diversos inmuebles en la Provincia de Buenos Aires. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 137.846, de 10 de diciembre de 1942. Declárase monumento histórico el Fuerte de San Rafael, Provincia de Mendoza. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 120.412, de 21 de mayo de 1942. Declárase monumentos históricos diversos inmuebles situados en la Capital Federal. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 122.096, de 09 de junio de 1942. Decláranse lugares históricos la Plaza de Mayo y la Plaza San Martín de la ciudad de Buenos Aires. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 123.529, de 25 de junio 1942. Declárase lugar histórico el solar donde se levanta el Convento de San Francisco en Santiago del Estero y monumento histórico la Celda Capilla del mismo Convento. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 2.478, de 13 de julio de 1943. Declárase monumento histórico la Finca “El Carmen de Güemes” y lugar histórico el sitio donde se desarrolló el combate de San Carlos en el Partido de Bolívar, Provincia de Buenos Aires. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 3.369, de 25 de julio de 1943. Declárase árbol histórico el ejemplar de “aguaribay” existente en el terreno del Instituto Bernasconi, en la ciudad de Buenos Aires. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 6.115, de 20 de agosto de 1943. Declárase lugar histórico el sitio de la playa de San Isidro, sobre el arroyo Sarandí, desde donde partió la expedición libertadora de los 33 orientales en el año 1825. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 8.729, de 15 de septiembre de 1943. Declárase históricos diversos lugares de la Provincia de Neuquén. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 11.146, de 13 de octubre de 1943. Decláranse históricos diversos lugares del Territorio Nacional de La Pampa. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 12.466 de 5 de noviembre de 1943. Decláranse históricos diversos lugares del Territorio Nacional de Santa Cruz. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 12.904, de 05 de noviembre de 1943. Declárase lugar histórico el Colegio Nacional Buenos Aires. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 14.708, de 23 de novembro de 1943. Declárase monumento histórico la antigua mansión colonial de la familia Uriburu, situada en la ciudad de Salta. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 137.845, de 10 de dezembro de 1942. Declárase monumentos históricos las Iglesias de San Carlos y los Molinos ubicados en jurisdicción de la Provincia de Salta. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 16.482, de 17 de diciembre de 1943. Decláranse históricos diversos lugares en varias provincias. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 17.265, de 28 de diciembre de 1943. Decláranse históricos diversos lugares de los Territorios Nacionales de Río Negro y Tierra del Fuego. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 26.250, de 26 de septiembre de 1944. Declárase monumento histórico el mangrullo o mirador que se levanta en el lugar de Melincué. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 21.483, de 12 de agosto de 1944. Declárase monumento histórico las ruinas de la ciudad prehispánica de Tolombón (Provincia de Salta). Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 14.119, 7 de junio de 1944. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 30.833, de 10 de diciembre de 1945. Declárase monumento histórico el lugar conocido por Incahuasi (Casa del Inca) en la puna salteña. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 30.835, de 10 de diciembre de 1945. Declárase monumento histórico las bóvedas de San Martín de Uspallata, Provincia de Mendoza. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 30.836, de 10 de diciembre de 1945. Declárase lugar histórico el paraje denominado Cuchi-Corral, en el Departamento Punilla de la Provincia de Córdoba. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 30.837, de 10 diciembre de 1945. Decláranse monumento histórico los sepulcros que guardan los restos del General Miguel Estanislao Soler y del Dr. Aristóbulo del Valle. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 30.838, de 10 de dezembro de 1945. Declárase monumento histórico la Quinta de Santa Coloma, en la localidad de Bernal, Provincia de Buenos Aires. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 30.839, de 10 de diciembre de 1945. Declárase monumento histórico la Iglesia del Pueblo de Cachi. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 31.453, de 10 de diciembre de 1945. Declárase monumento histórico las Ruinas Jesuíticas de Santa María en la Provincia de Misiones. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 30.825, de 10 de diciembre de 1945. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 3.038, de 30 de janeiro de 1946. Decláranse árboles históricos el pino del Convento de San Lorenzo y el Ombú del campo de Caseros. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 3.039, de 31 de janeiro de 1946. Declárase monumento histórico diversos sepulcros de personalidades argentinas. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 2.232, de 04 de julho de 1946. Decláranse árboles históricos la magnolia de Avellaneda, el Pacará de Seguro, el algarrobo de Pueyrredón, el nogal de Saldán, el sauce del Plumerillo y el Olivo de Arauco. Disponible no archivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 2.233, de 04 de julio de 1946. Declárase monumentos históricos las tres casas coloniales situadas en la ciudad de Salta, conocidas como del General Félix Arias Rengel. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 2.236, de 4 de julio de 1946. Declárase monumento histórico diversos sepulcros de personalidades argentinas. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 3.430, de 17 de julio de 1946. Declárase monumento histórico el inmueble conocido como casa de los Martínez, en la ciudad de Corrientes. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 12.806, de 2 de outubro de 1946. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto N° 34.040, del 3 de noviembre de 1947. Sobre Sepulcros Históricos. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

_____. Decreto 3.635, de 06 de fevereiro de 1948. Disponible no arquivo da CNMMYLH.

Fontes do Arquivo da CNMMYLH (atual CNMLYBH):

Pasta “Casa de Leopoldo Lugones”, 004 X.

Pasta “Casa de los Martínez/Correspondencia con el Sr. Delegado”, 002 W.

Pasta “Censo de Monumentos y Lugares Históricos/Monumentos Conmemorativos”, 002 F.

Pasta “Combate de San Carlos”, 055.

Pasta “Correspondencia con el Delegado/Pedidos declaratorias/Varios”, 006 D.

Pasta “Correspondencia con el Sr Delegado”, 003 E.

Pasta “Correspondencia con el Sr. Delegado”, 003 Y.

Pasta “Correspondencia con el Sr Delegado/Varios”, 005 J.

Pasta “Fuerte de Barragán”, 053 B.

Pasta “Iglesia de Fiambalá”, n. ?

Pasta “Iglesia de Susques”, 008 Y.

Pasta “Sepulcro Histórico/Cap. de San Ignacio/Censo de Monumentos y Lugares Históricos”, 003 T.

Pasta “Sitio Playa Sarandí Exp. 33 orientales”, 043 B.

Pasta “Templo de San Francisco”, 009 G.

Pastas consultadas:

“Capilla del Rosario/Censo de Monumentos y Lugares Históricos”, 014 M.

“Casa de los Aldao”, 009.

“Chacra de San Martín”, 012 M.

“Correspondencia con el Delegado/Pedidos declaratorias/Varios”, 004 K.

“Correspondencia con el Sr. Delegado”, 013 M.

“Estancia La Candelaria”, 013 X.

“Iglesia y Convento de Santa Catalina de Siena N° 1”, 073 C.

“Iglesia San Roque”, 034 X.

“Paso Pacheco (en el río Colorado)”, 033 B.

“Placas conmemorativas/Sepulcros Varios/Monumento a los caídos 1890”, 085.

“Quinta Pueyrredón N° 1”, 045.

“Ruinas de Tolombón”, 003 A.

“Solar histórico donde se levanta el Templo de la Merced (Camarín de la Merced)”, 004 T.

“Vuelta de Obligado”, 011.

Boletins da CNMMYLH:

COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, 1939, n. 1.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, 1940, n. 2.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, 1941, n. 3.

COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y MONUMENTOS HISTÓRICOS. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1942, n. 4.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1943, n. 5.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1944, n. 6.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1945, n. 7.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1946, n. 8.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1948a, n. 9.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1948b, n. 10.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1949, n. 11.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1952, n. 12.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1956, n. 13

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1958, n. 14.

_____. *Síntesis de la labor realizada por la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos 1958-1962*. Buenos Aires, 1964.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÁSULO, Esequiel. Caracterización de los juristas argentinos de la primera mitad del siglo XX: La obra de Carlos Risso Domínguez y la validación de un modelo de análisis. *Revista de Historia del Derecho*, n. 36, p. 455-465, 2008.
- ABREU, Regina. Comentário X. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 103-109, jul./dez., 2007.
- AGUIAR, Leila Bianchi; CHUVA, Márcia Regina. Institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na Argentina e suas relações com as atividades turísticas. *Antíteses*, Londrina, v. 7, n. 14, p. 68-94, jul./dez., 2014.
- ALTAMIRANO, Carlos (director). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Los avatares de la “ciudad letrada” en siglo XX. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, vol. II, 811 p.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANSALDI, Waldo. La trunca transición del régimen oligárquico al régimen democrático. In: FALCÓN, Ricardo (direc.). *Nueva Historia Argentina*. Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930). Buenos Aires: Sudamericana. Tomo VI, 2000, p. 15-57.
- BANN, Stephen. As invenções da História. Ensaio sobre a representação do passado. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.
- BALLENT, Anahi; GORELIK, Adrián. País urbano o país rural: la modernización territorial y su crisis. In: CATTARUZA, Alejandro (direc.). *Nueva Historia Argentina*. Crisis económica, avance del Estado e incertidumbre política (1930-1943). Buenos Aires: Sudamericana. Tomo VII, 2001, p. 143-200.
- BARATTA, María Victoria. La Guerra del Paraguay y la historiografía argentina. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 14, p. 98-115, abr. 2014.
- _____. La Guerra del Paraguay y la República Argentina (1864-1870). In Lorenz, Federico (comp.). *Guerras de la Historia Argentina*. Buenos Aires: Ariel, 2015, p. 205-222.
- BARBERO, María Inés; DEVOTO, Fernando. *Los nacionalistas (1910-1932)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983.
- BECK, Hugo Humberto; SCHALLER, Enrique Cesar. La Revolución de Mayo y la frontera del Chaco Argentino. *Revista Junta de Estudios Históricos del Chaco*, Resistencia, n. 5, p. 137-156, 2011.
- BEIRED, José Luis B. Intelectuais, hispanismo e a reformulação da identidade nacional argentina. In: BEIRED, José Luis B.; BARBOSA, Carlos Alberto S. (orgs.). *Política e identidade cultural na América Latina* [online]. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2010, p. 45-65.

BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas*. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

BLASCO, María Élica. La fundación del museo colonial e histórico de la provincia de Buenos Aires. Cultura y política en Luján, 1918. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, Buenos Aires, tercera serie, n. 25, p. 89-119, 2002.

_____. Los museos históricos en la Argentina entre 1889 y 1943. In: XI Jornadas Interescuelas, Tucumán, 2007. *Ponencias...*, Tucumán, s/p. Disponible en <http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/blasco1.pdf>.

_____. *El Museo Histórico y Colonial de la Provincia de Buenos Aires (Luján), 1918-1938*. 2009, 462p. Tesis (doctorado en Historia) – Universidad de Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras. [2009].

_____. Un panteón de naturaleza nacional: la transformación de los árboles en “reliquias históricas argentinas”, 1910 y 1920. *L'Ordinaire latino-américain*, n. 212, p. 75-104, 2010.

_____. *Un museo para la colonia*. El Museo Histórico y Colonial de Luján, 1918-1930. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2011.

_____. De objetos a “patrimonio moral de la nación”. Prácticas asociadas al funcionamiento de los museos históricos en la Argentina de las décadas de 1920 y 1930. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, s/p., 13 de diciembre 2012.

_____. La intervención de los historiadores en la organización del Museo Histórico del Cabildo y la Revolución de Mayo (Buenos Aires – Argentina- 1938-1943). *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 10, n.1, p. 4-27, jan.-jun., 2014.

_____. Entre nación y provincia. La organización de museos históricos en Salta durante las décadas de 1930 y 1940. *Andes*, Salta, s/p., 2015a.

_____. El devenir de los árboles: ejemplares históricos vinculados a José de San Martín (siglos XIX y XX). *Historia Crítica*, Bogotá, n. 5, p. 37-60, abril-junio 2015b.

_____. El legado mitrista. Museos, monumentos y manifestaciones de homenaje en la construcción del prócer Bartolomé Mitre. Prohistoria, *Rosario*, año XVIII, n. 2 4, dic. 2015c, pp. 123-153.

_____. La asistencia de público a los museos históricos de Buenos Aires durante la década de 1940. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, Buenos Aires, Tercera serie, n. 44, p. 11-41, primer semestre 2016a.

_____. Reseña de Eujanian, A., Pasolini, R. y Spinelli, M. E. (2015), Episodios de la Cultura Histórica Argentina. Celebraciones, imágenes y representaciones del pasado. Siglos XIX y XX. *Pasado Abierto*, Mar del Plata, n, 3, p. 202-205, jan-jun. 2016b.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Publicações Europa-América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996a, p. 74-82.

_____. Espíritos de estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 1996b, p. 91-135.

_____. Modos de dominação. In: BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo, Zouk, 2002, p. 191-219.

_____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo, Zouk, 2002, p. 19-111.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Unesp, 2004.

_____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRAGONI, Beatriz. Rituales mortuorios y ceremonial cívico: José de San Martín en el panteón argentino. *Histórica*, Lima, vol. 37, n. 2, p. 59-102, 2013.

BRUNO, Paula. Paul Groussac. Un articulador cultural en el pasaje del siglo XIX al XX argentino. *Araucaria*, Sevilla, n. 15, p. 176-186, abril de 2006.

BUCCIARELLI, Mario Arias. La municipalización de lo político. Controversias y debates en el Primer Congreso de territorios nacionales. In: BUCCIARELLI, Mario Arias (coord.). *Diez territorios nacionales y catorce provincias*. Argentina, 1860/1950. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2012, p. 21-42.

BUCHBINDER, Pablo. La historiografía rioplatense y el problema de los orígenes de la nación. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, 2ª serie, año 19, n. 69, 1994/1.

_____. *Historia de la Facultad de Filosofía y Letras – Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba, 1997.

_____. La Nación desde las provincias: las historiografías provinciales argentinas entre dos Centenarios. *Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”*, Córdoba, año 8, n° 8, p. 163-182, 2008.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 2010.

BUSCHIAZZO, Mario J. La destrucción de nuestros monumentos históricos. *Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas "Mario J. Buschiazzo"*, Buenos Aires, n. 31-32, p. 73-78, 1996-1997.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARMAN, Carolina. *Los orígenes del Museo Histórico Nacional*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

CARRERAS, Juan José; FORCADELL, Carlos (eds.). Introducción – Historia y política: los usos. In: _____. *Usos públicos de la historia*. Ponencias del VI Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea (Universidad de Zaragoza, 2002). Zaragoza: Marcial Pons Historia/Prensas Universitarias de Zaragoza, 2003, p. 11-45.

CATTARUZZA, Alejandro. Decifrando pasados: debates y representaciones de la historia nacional. In: _____ (direc.). *Nueva Historia Argentina*. Crise económica, avance del Estado e incertidumbre política (1930-1943). Buenos Aires: Sudamericana. Tomo VII, 2001, p. 429-476.

_____. La historia y la ambigua profesión de historiador en la Argentina de entreguerras. In: CATTARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro. *Políticas de la historia: Argentina 1860-1960*. Buenos Aires: Alianza, 2003.

_____. *Los usos del pasado: la historia y la política argentinas en discusión, 1910-1945*. Buenos Aires, Sudamericana, 2007.

_____. *Historia de la Argentina: 1916-1955*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

CATROGA, Fernando. Ainda será a história mestra da vida? *Estudos Ibero-Americano*, PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 7-34, 2006.

CERSOSIMO, Facundo. Los usos del pasado en las conmemoraciones de la "Conquista del Desierto" (1879-1979). In PAGANO, Nora (comp.). *Patrimonio histórico, conmemoraciones y usos públicos del pasado argentino*. Buenos Aires: Mnemosyne, 2017, p. 9-32.

CHIARAMONTE, José C. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 1, v. 1, 49-83, 1993.

_____. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Compañía Editora Espasa Calpe Argentina, 1997.

_____. *Nación y Estado en Iberoamérica: El lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

COUDANNES, Mariela. Pasado, prestigio y relaciones familiares. Elite e historiadores en Santa Fe, Argentina. *REDES - Revista hispana para el análisis de redes sociales*, n. 3, vol.13, p. 1-22, diciembre 2007.

CYPRIANO, Doris Cristina de Araujo. *Os Toba do Chaco: missão e identidade. Séculos XVI, XVII e XVIII*. 2000. 201p. Dissertação (mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História. [2000].

DE JONG, Ingrid; RATTO, Silvia. Redes políticas en el área arauco-pampeana: la Confederación indígena de Calfucurá (1830-1870). *Intersecciones en Antropología*, Tandil, n. 9, p. 241-260, 2008.

DE MASI, Oscar; MENA, Martha. *Monumentos Históricos Nacionales y otros bienes declarados de la República Argentina*. Buenos Aires: Fundación Fondo para el Patrimonio Argentino, 2009.

DE PAULA, Alberto. Mario J. Buschiazzo y el Instituto de Arte Americano. *Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas "Mario J. Buschiazzo"*, Buenos Aires, n. 31-32, p. 15-54, 1996-1997.

_____. Bio-bibliografía del arquitecto Mario J. Buschiazzo. *Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas "Mario J. Buschiazzo"*, Buenos Aires, n. 31-32, p. 55-93, 1996-1997.

_____. El Neoclasicismo hispánico y la Revolución de Mayo. La gestión del arquitecto Carlos Zucchi. In: ALIATA, Fernando; MUNILLA LACASA, María Lía (comp.). *Carlo Zucchi y el neoclasicismo en el Río de la Plata*. Buenos Aires: EUDEBA, 1998, p. 49-68.

DEVOTO, Fernando. "Los estudios históricos en la Facultad de Filosofía y Letras entre dos crisis institucionales". In: DEVOTO, Fernando (comp.). *La historiografía argentina en siglo XX*. Buenos Aires: CEAL, 2006, p. 50-68.

_____. *Historia de la Inmigración en Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

DEVOTO, Fernando; FAUSTO, Boris. *Argentina-Brasil 1850-2000: un ensayo de historia comparada*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.

DI STEFANO, Roberto; ZANATTA, Loris. *Historia de la Iglesia argentina. Desde la Conquista hasta fines del siglo XX*. Buenos Aires, Grijalbo Mondadori, 2000.

ENDERS, Armelle. "O Plutarco Brasileiro". *A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 41-62, 2000.

ENTIN, Gabriel. Enigmas y dilemas de la independencia. In: ENTIN, Gabriel (org.). *Crear la Independencia. Historia de un problema argentino*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2016, p. 9-25.

ESCOLAR, Diego; SALOMÓN TARQUINI, Claudia; VEZUB, Julio. La “Campana del Desierto” (1870-1890): notas para una crítica historiográfica. In Lorenz, Federico (comp.). *Guerras de la Historia Argentina*. Buenos Aires: Ariel, 2015, p. 223-247.

ESCUADERO, Eduardo Alberto. Ricardo Levene: un historiador-orador y su modus operandi. *Modernidades*, Córdoba, año V, Núm. 9, s/p, julio 2009.

_____. *Ricardo Levene: políticas de la Historia y de la Cultura (1930-1945)*. Córdoba: Ferreyra Editor, 2010.

EUJANIAN, Alejandro. Método, objetividad y estilo en el proceso de institucionalización, 1910-1920. In: CATARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro. *Políticas de la historia: Argentina 1860-1960*. Buenos Aires: Alianza, 2003, p. 69-99.

EUJANIAN, Alejandro; PASOLINI, Ricardo; SPINELLI, María Estela (coords.). *Episodios de la Cultura Histórica Argentina. Celebraciones, imágenes y representaciones del pasado, siglos XIX y XX*. Buenos Aires: Biblos, 2015.

FALCÓN, Ricardo. Introducción. In: _____ (direc.). *Nueva Historia Argentina. Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*. Buenos Aires: Sudamericana. Tomo VI, 2000, p. 11-13.

FAVARO, Orieta. ¿Estado nacional o Estado nación? La Argentina a dos velocidades: provincias y territorios nacionales. In: BUCCIARELLI, Mario Arias (coord.). *Diez territorios nacionales y catorce provincias. Argentina, 1860/1950*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2012, p. 7-20.

FLORIA, Carlos; GARCÍA BELSUNCE, César. *Historia Política de la Argentina contemporánea: 1880-1983*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1988.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONTANA, P.; ROMÁN, C. Libros en movimiento: Ediciones, traducciones y colecciones de viajeros a la Argentina. *Orbis Tertius*, La Plata, año 16, núm. 17, 2011. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4935/pr.4935.pdf.

FRADKIN, Raúl; GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina colonial. El Río de La Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2016.

FUNES, Patricia. *Salvar la nación. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

FURLONG, Guillermo. *Arquitectos argentinos durante la dominación hispánica*. Buenos Aires, Editorial Huarpes, 1946.

GALASSO, Norberto. *De la Historia Oficial al Revisionismo Rosista: corrientes historiográficas en la Argentina*. Cuadernos para la Otra Historia. Buenos Aires, Centro Cultural “Enrique Santos Discépolo”, 2004.

GARCÍA, Susana. Museos escolares, colecciones y la enseñanza elemental de las ciencias naturales en la Argentina de fines del siglo XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.173-196, jan/mar., 2007.

_____. “Museos provinciales y redes de intercambio en la Argentina”. In: LOPES, Maria Margaret; HEIZER, Alda (orgs.). *Coleccionismos, práticas de campo e representações* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 75-91.

GAYOL, Sandra. La celebración de los grandes hombres: funerales gloriosos y carreras post mortem en Argentina. *Quinto Sol*, Santa Rosa, vol. 16, n. 2, p. 1-19, julio-diciembre 2012.

GIRBAL DE BLACHA, Noemí. Renovación y proyección nacional e internacional de la Junta. Ricardo Levene (1927-1931/1934-1938) y la gestión Ramón J. Cárcano y Carlos Correa Luna (1931-1934). In: *La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938)*. Buenos Aires, 1995, p. 123-167.

GOLDMAN, Noemí. Crisis imperial, Revolución y guerra (1806-1820). In: GOLDMAN, Noemí (Direc.). *Nueva Historia Argentina*. Revolución, república, confederación (1806-1852). Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998, Tomo 3, p. 21-69.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Comentário IX: Historicizando as representações do passado. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.15, n. 2, p. 99-101, jul./dez., 2007.

GONÇALVES, Janice. O SPHAN e seus colaboradores: construindo uma ética do tombamento (1938-1972). In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 2009, Fortaleza. *Anais*. Fortaleza, 2009.

_____. *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta Ed., 2016.

GORELIK, Adrián. *La grilla y el parque*. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2010.

GUBER, Rosana; RODRÍGUEZ, Martha. Vitricas del mundo académico: Las revistas de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires entre 1946-1966, *Historiografías*, Zaragoza, n. 2, julio-diciembre 2011, p. 66-84.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 184-200, dez 2002.

_____. Escrever a história, domesticar o passado. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 45-57.

_____. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.15, n.2, p. 11-30, jul/dez., 2007.

_____. Expondo a história: imagens construindo o passado. In: _____.; RAMOS, Francisco Régis Lopes (Org.) *Futuro do pretérito: escrita da história e história dos museus*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2010. p. 34-49.

GUTIÉRREZ, Ramón. El universo de las bibliotecas y la personalidad de Mario J. Buschiazzo. *Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas "Mario J. Buschiazzo"*, Buenos Aires, n. 31-32, p. 186-195, 1996-1997.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *Historia de la universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba/Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1962, 227p.

_____. *La Argentina y la tormenta del mundo*. Ideas e ideologías 1930-1945. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

_____. *Historia contemporánea de América Latina*. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

_____. HALPERIN DONGHI, Tulio. *El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

HARTOG, François. *Regímenes de historicidad*. Presentismo y experiencias del tiempo. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2007.

_____. *Evidência da história: o que os historiadores vêem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François; REVEL, Jacques (direc.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

HERNÁNDEZ, Graciela. En tiempos del malón. Testimonios indígenas sobre la "Conquista del Desierto". *Memoria Americana*, Buenos Aires, n. 14, p. 139-166, 2008.

HOBBSAWM, E. J. Bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo. In: _____. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 203-232.

_____. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOURCADE, Eduardo. Ricardo Rojas Hagiógrafo (A propósito de El Santo de la Espada). *Estudios sociales*, Santa Fé, n. 15, p. 71-89, 2º semestre 1998.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História*. Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LEGADO, La Revista del Archivo General de la Nación de la República Argentina. [Ministerio del Interior, Obras Públicas y Vivienda], Buenos Aires, n. 1, mayo de 2016. Disponível em: http://agnargentina.gob.ar/revista/Edicion_mayo_2016.pdf. Acesso em 06 de junho de 2016.

LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

LEONI, María Silvia. Los usos del pasado en “el desierto verde”. Historia y construcción de identidades en el territorio nacional del Chaco. In: X JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 2005, Rosario. *Actas*. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario/ Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario, 2005.

LIERNUR, Pancho. ¿Arquitectura del Imperio español o arquitectura criolla? Notas sobre las representaciones “neocoloniales” de la arquitectura producida durante la dominación española en América. *Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas “Mario J. Buschiazzo”*, Buenos Aires, n. 27-28, p. 208-218, 1989-1991.

LIERNUR, Jorge; ALIATA, Francisco. *Diccionario histórico de arquitectura, hábitat y urbanismo en Argentina*. Buenos Aires, SCA/FADU/IAA, 1992.

LÓPEZ, Ignacio A. *La república del fraude y su crisis*. Política y poder en tiempos de Roberto M. Ortiz y Ramón S. Castillo (Argentina, 1938-1943). Rosario: Prohistoria Ediciones, 2018.

LOSADA, Leandro. Oligarquía, aristocracia y nación. La Argentina de los años treinta según Marcelo T. de Alvear. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Buenos Aires, n. 44, p. 108-134, primer semestre 2016. MARTÍNEZ, Ana Teresa. Intelectuales de provincia: entre lo local y lo periférico. *Prismas - Revista de Historia Intelectual*, Bernal, vol. 17, núm. 2, p. 169-180, dic. 2013.

MASOTTA, Carlos. Un Desierto para la Nación. La Patagonia en las Narraciones del Estado de la Concordancia (1932-1943). In: IV CONGRESO CHILENO DE ANTROPOLOGÍA, 2001, Santiago de Chile. *Actas del 4º Congreso Chileno de Antropología, Tomo II*. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Santiago de Chile, p. 1239-1246, 2001.

MATA, Sara Emilia. *Los gauchos de Güemes*. Guerras de Independencia y conflicto social. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol. 2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45). In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 69-291.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História antiga e o antiquário. *Anos 90*, Porto Aegre, v. 21, n. 39, p.

19-76, jul. 2014. [1950].

MORASAN, Mario Alberto. “*La Histórica*”. Patrimonio, monumentos y escultura pública de Concepción del Uruguay, 1783-2011. Buenos Aires: Dunken, 2013.

MURUCI, Fabio. História, biografia e nação na Argentina no início do século XX: Sarmiento lido por Ricardo Rojas. *História da historiografia*, Rio de Janeiro/Ouro Preto, n. 7, p.116-133, 2011.

MYERS, Jorge. Pasados en pugna: la difícil renovación del campo histórico argentino entre 1930-1955. In: NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano (comp.). *Intelectuales y expertos*. La constitución del conocimiento social en Argentina. Buenos Aires: Paidós, 2004, p. 67-106.

_____. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In PAMPLONA, Marcos A.; Mader, Maria Elisa (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, v. 1, p. 68-130.

NICOLETTI, María Andrea. Los jesuitas en el Nahuel Huapi: aproximaciones a una breve misión en la Patagonia (1669-1717). *Memoria Americana*, Buenos Aires, n. 12, p. 97-130, 2004.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, nº 10, p. 7-28, 1993.

_____. La aventura de Les lieux de mémoire. *Ayer*, n. 32, p. 17-34, 1998.

NOVICK, Alicia. La ciudad como objeto de estudio y acción. Higienistas, ingenieros, arquitectos e instrumentos de planificación y gestión en Buenos Aires. *Registros*, Mar del Plata, año 5, n. 5, p. 105-118, 2008.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. O tempo presente e os sentidos dos museus de história. *História Hoje*, v. 2, nº 4, p. 103-123, 2013.

OSZLACK, Oscar. Reflexiones sobre la formación del Estado y la construcción de la sociedad argentina, *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, n. 84, vol. 21, p. 531-548, ene.-mar, 1982.

OTEIZA, Enrique. Política inmigratoria y construcción de la identidad en la Argentina: la colectividad Rom en nuestro país. In: *PATRIMONIO cultural gitano*. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2005, p. 37-42. (Colección Temas de Patrimonio Cultural, N. 14).

PAGANO, Nora; GALANTE, Miguel Angel. La Nueva Escuela Histórica: una aproximación institucional. Del centenario a la década del 40. In: DEVOTO, Fernando (comp.). *La historiografía argentina en siglo XX*. Buenos Aires: CEAL, 2006, p. 45-78.

PAGANO, Nora; DEVOTO, Fernando. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

PAGANO, Nora. La cultura histórica argentina en una perspectiva comparada. La gestión de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos durante las décadas de 1940 y 1990. *Tarea*, Buenos Aires, Año 1, n. 1, p. 43-58, 2014a.

_____. Patrimonio y conmemoraciones durante el primer peronismo. In: PAGANO, Nora; RODRÍGUEZ, Martha (comps.). *Conmemoraciones, patrimonio y usos del pasado*. La elaboración social de la experiencia histórica. Buenos Aires, Miño y Dávila, 2014b, p. 147-162.

_____. La gestión patrimonial de la Comisión Nacional de Monumentos, de Lugares y de Bienes Históricos. Antecedentes y actualidad. In: XVI JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 2017, Mar del Plata. *Actas*. Universidad Nacional de Mar del Plata, 2017. Disponible en <https://interescuelasmar delplata.wordpress.com/actas/>.

PAGANO, Nora (comp.). *Patrimonio histórico, conmemoraciones y usos públicos del pasado argentino*. Buenos Aires: Mnemosyne, 2017, p. 9-32.

PARERA, Cecilia. Arquitectura pública y técnicos estatales: la consolidación de la arquitectura como saber de Estado en la Argentina, 1930-1943. Buenos Aires, *Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas "Mario J. Buschiazzo"*, n. 42, p. 139-153, 2012.

_____. La hora de los técnicos. La Dirección General de Arquitectura en la década de 1930. In: XII JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 2009, San Carlos de Bariloche. *Actas*. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche, Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2009.

PEREIRA, André Luis Mitidieri. Itinerários de Eva Perón: fábula, biografía, ficção. *Literatura em debate*, URI/Frederico Westphalen, v. 1, n. 1, s/p, 2007.

PHILP, Marta. Historias nacionales, historias locales. Una lectura en clave historiográfica a partir de un acontecimiento: la conmemoración del Año Sanmartiniano. *PolHis*, Mar del Plata, n. 9, p. 25-36, prim. semestre 2012.

PODGORNY, Irina. "Tocar para creer". La arqueología en la Argentina, 1910-1940. *Anales del Museo de América*, n. 12, 2004, p. 147-182.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v. 1, Memória-História, 1984, p. 51-86.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRADO, Gustavo. La historiografía argentina del siglo XIX en la mirada de Rómulo Carbia y Ricardo Levene: problemas y circunstancias de la construcción de una tradición. 1907-1948. In: PAGANO, Nora; RODRÍGUEZ, Martha (comp.). *La historiografía rioplatense en la posguerra*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2001, p. 9-38.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio. *Política y sociedad*, Madrid, N. 27, p. 63-76, 1998.

PUPIO, Alejandra. Coleccionistas de objetos históricos, arqueológicos y de ciencias naturales en museos municipales de la provincia de Buenos Aires en la década de 1950. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 205-229, 2005.

PUPIO, María Alejandra; PIANTONI, Giulietta. Coleccionismo, museo y saberes estatales. La colección de Enrique Amadeo Artayeta en el Museo de la Patagonia (Argentina) 1939-1950. Buenos Aires, *Estudios Sociales del Estado*, v. 3, n. 5, p. 31-54, primer semestre de 2017.

QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Los males de la memoria*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1995.

RABINOVICH, Alejandro M. Una independencia por y para la guerra: la estrategia militar de la revolución y sus consecuencias. In: ENTIN, Gabriel (org.). *Crear la Independencia*. Historia de un problema argentino. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2016, p. 55-71.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1903].

RODRÍGUEZ, Martha. Cultura y educación bajo el primer peronismo. El derrotero académico institucional de Ricardo Levene. In: PAGANO, Nora; RODRÍGUEZ, Martha (comp.). *La historiografía rioplatense en la posguerra*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2001, p. 39-65.

_____. Los historiadores, el patrimonio y la memoria. La gestión de Ricardo Levene en el Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires durante el peronismo. In: *Undécimo Congreso Nacional y regional de historia argentina*. Buenos Aires, Academia Nacional de la Historia, 2001a, p. 3-12.

ROMERO, Luis Alberto. La Argentina entre las guerras mundiales: dos proyectos en conflicto. *Saber y tiempo*, Buenos Aires, n. 11, enero-junio 2001.

_____. *Las ideas políticas en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1975.

RUFFINI, Martha. Los territorios nacionales. Un nuevo actor político en la historiografía argentina. In: GIRBAL-BLACHA, Noemí; MOREYRA, Beatriz (comps.). *Producción de conocimiento y transferencia en las Ciencias Sociales*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011, p. 75-102.

SAAB, Jorge; et al. De Fregeiro a Levene. Apuntes para una historia de los manuales de historia. In: RODRÍGUEZ, Martha; DOBAÑO FERNÁNDEZ, Palmira (comps.). *Los libros de texto como objeto de estudio*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2001, p. 55-87.

SABATO, Hilda. *Historia de la Argentina, 1852-1890*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

SALAS, Horacio. Buenos Aires 1910: capital de la euforia. In: GUTMAN, Margarita; REESE, Thomas (editores). *Buenos Aires 1910. El imaginario para una gran capital*. Buenos Aires: Eudeba, 1999, p. 41-54.

SALVATORE, Ricardo. Consolidación del Régimen rosista (1835-1852). In: GOLDMAN, Noemí (Direc.). *Nueva Historia Argentina. Revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998, Tomo 3, p. 323-380.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis*, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.

_____. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXXII, n. 1, p. 85-97, jun. 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Diálogos sobre a escrita da história. Ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina (1910-1940)*. 2011. 399p. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. [2011].

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo. *Tudo é novo sob o sol: modernidade e trocas literárias entre Rio de Janeiro e Porto Alegre nas primeiras décadas da República*. 2013. 340p. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. [2013].

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-264.

_____. A geração. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 131-137.

SUÁREZ, Carlos Alberto; SAAB, Jorge. El Estado, Ricardo Levene y los lugares de memoria. *Clío & Asociados*, La Plata/Santa Fe, n. 16, p. 211-227, 2012.

TENTI, María Mercedes. La bibliografía histórica de Santiago del Estero. *Revista de la Sociedad Argentina de Historiadores*, Filial Santiago del Estero, año 3, n. 4, p. 26-40, mayo de 1995.

TERÁN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina. Diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina, 1806-1852*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

_____. La independencia y sus silencios. In: ENTIN, Gabriel (org.). *Crear la Independencia*. Historia de un problema argentino. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2016, p. 27-54.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 9, n. 15, p. 7-23, 2001-2002.

TOMASI, Jorge. Materialidades urbanas en tensión. El pueblo de Susques desde comienzos del siglo XX. *Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas "Mario J. Buschiazzo"*, Buenos Aires, n. 42, p. 121-137, año 2012.

TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso*. Historia, memoria, política. Madrid: Marcial Pons, 2007.

URIBARREN, María Sabina. *A atuação da 'Comissão Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos' da Argentina: sua intervenção no Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na cidade de Córdoba*. 2008. 228p. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. [2008].

_____. Mario José Buschiazzo e as fotografias que trabalham para o patrimônio. In: GONÇALVES, Janice. *Patrimônio Imaginado: fotografia e patrimônio cultural*. São Leopoldo, Oikos, 2017, p. 149-171.

WASSERMAN, Claudia. *Nações e Nacionalismos na América Latina*. Desde quando? Porto Alegre: Linus, 2013.

WRIGHT, Pablo. El Desierto del Chaco. Geografías de la alteridad y el estado. In: TERUEL, Ana; JEREZ, Omar (eds.). *Pasado y presente de un mundo postergado*. Trece estudios de Antropología, Arqueología e Historia del Chaco y Piedemonte Andino. Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy, 1998, p. 35-56.

ZAPATA, Horacio Miguel Hernán. Historia, memoria, patrimonio y celebraciones: nuevos problemas y tendencias en los estudios de historiografía argentina. *História Unisinos*, São Leopoldo, n. 21, v. 3, p. 461-466, set./dez. 2017.

Apêndice

Apêndice A: Lista de Bens declarados entre 1938 e 1946

Declarado por:									
	Província/ T. N.	Bem declarado	Declarado como	Nº do Decreto ou Lei	Acontecimento histórico ou Antiguidade	Personagem histórico	Valor estético (arquitetura, arte, beleza)	Outro valor	Tipo (civil, religioso, militar, natural, arqueológico)
1	Córdoba	Colégio Nacional de Monserrat (anexo à Universidade de Córdoba)	MHN	Ley 12.365/1938	-	-	-	-	Religioso
2	Ciudad de Bs. Aires	Edificio del Congreso de 1880 (Museo Histórico Sarmiento)	MHN	Ley 12.569/1938	Congreso 1880	-	-	-	Civil
3	Buenos Aires	Pirámide en la plaza Castelli (na cidade de Dolores)	MHN	Ley 12.621/1939	Oposição à Rosas	-	-	-	Civil
4	Buenos Aires	Mausoleo de Chascomús	LHN	Ley 12.622/1939	Oposição à Rosas	-	-	-	Civil
5	Santa Fé	Convento de San Carlos y Campo del Combate de San Lorenzo	MHN	Ley 12.648/1940	Batalha de San Lorenzo (1813)	-	-	-	Religioso; Natural (lugar de combate)
6	Córdoba	Iglesia y Colegio de la Compañía de Jesús (Manzana Jesuítica)	MHN	Decreto 80.860/1940	Antiguidade, Patrimônio jesuíta	-	Arquitetura; Arte	-	Religioso
7	Córdoba	Capilla del Obispo Mercadillo	MHN	Decreto 90.732/1941	Antiguidade	-	-	-	Religioso
8	Córdoba	Casa del Virrey Sobremonte	MHN	Decreto 90.732/1941	Antiguidade	-	Arquitetura colonial	-	Civil
9	Córdoba	Cabildo de la Ciudad de Córdoba	MHN	Decreto 90.732/1941	Antiguidade	-	Arquitetura	-	Civil

10	Córdoba	Catedral de Córdoba	MHN	Decreto 90.732/1941	Antiguidade, Patrimônio jesuíta	-	Arquitetura colonial; (Arquiteto Blanqui)	-	Religioso
11	Córdoba	Capilla del Rosario de Candonga	MHN	Decreto 90.732/1941	Estância jesuíta; Antiguidade	-	Arquitetura;	Excepcionalidade	Religioso
12	Córdoba	Posta de Sinsacate	MHN	Decreto 90.732/1941	Posta colonial; Antiguidade	-	Arquitetura; Arte	-	Civil
13	Córdoba	Reducción de Alta Gracia	MHN	Decreto 90.732/1941	Estância jesuíta; Antiguidade	-	Arquitetura; (Arquiteto Blanqui)	Originalidade	Religioso
14	Córdoba	Estancia jesuíta de Caroya	MHN	Decreto 90.732/1941	Estância jesuíta; Antiguidade	-	-	-	Religioso
15	Córdoba	Iglesia y convento de San Isidro, em Jesús María [Estancia jesuíta de Jesús María]	MHN	Decreto 90.732/1941	Estância jesuíta; Antiguidade	-	Arquitetura colonial; Beleza; Influência artística indígena	-	Religioso
16	Córdoba	Reducción de Santa Catalina	MHN	Decreto 90.732/1941	Estância jesuíta; Antiguidade	-	Arquitetura	-	Religioso
17	Córdoba	Casa de los Allende	MHN	Decreto 90.732/1941	Antiguidade	-	Arquitetura	-	Civil
18	Salta	Catedral de Salta	MHN	Decreto 95.687/1941	Exército do Norte	Güemes; D. J. F. Zuviría	Arquitetura	-	Religioso
19	Salta	Convento de San Bernardo	MHN	Decreto 95.687/1941	Antiguidade	-	Arquitetura colonial	-	Religioso
20	Salta	Finca Castañares	MHN	Decreto 95.687/1941	Exército do Norte; Valor histórico	San Martín; Belgrano	-	-	Civil
21	Salta	Casa de la Compañía de Jesús	MHN	Decreto 95.687/1941	Patrimônio jesuíta	-	Arquitetura colonial	-	Religioso

22	Salta	Posta de Yatasto	MHN	Decreto 95.687/1941	Exército do Norte; Valor histórico; Posta colonial	San Martín; Belgrano	-	-	Civil
23	Salta	Finca del General Güemes, en La Cruz	MHN	Decreto 95.687/1941	Valor histórico	Güemes	-	-	Civil
24	Salta	Iglesia de San Francisco	MHN	Decreto 95.687/1941	Antiguidade	-	Arquitectura colonial	-	Religioso
25	Salta	Fuerte de Cobos	MHN	Decreto 95.687/1941	Antiguidade; Exército revolucionário	-	Arquitectura	-	Militar
26	Salta	Campo de la Batalla de Salta	LHN	Decreto 95.687/1941	Independência (1813).	-	-	-	Natural (lugar de combate)
27	Jujuy	Cabildo de San Salvador de Jujuy	MHN	Decreto 95.687/1941	Antiguidade	-	-	-	Civil
28	Jujuy	Casa donde fue muerto el General Lavalle	MHN	Decreto 95.687/1941	-	Lavalle	-	Valor turístico	Civil
29	Jujuy	Capilla de Santa Bárbara	MHN	Decreto 95.687/1941	Antiguidade	-	-	-	Religioso
30	Jujuy	Capilla de Nuestra Señora del Rosario y San Francisco (em Yavi)	MHN	Decreto 95.687/1941	Valor histórico	-	Arte colonial	-	Religioso
31	Jujuy	Capilla de Nuestra Señora de la Candelaria y San Antonio (em Humahuaca)	MHN	Decreto 95.687/1941	Valor histórico	-	Arte	-	Religioso
32	Jujuy	Capilla de Santa Rosa de Lima (em Purmamarca)	MHN	Decreto 95.687/1941	Valor histórico	-	Arte	-	Religioso
33	Jujuy	Capilla de San Francisco de Paula y la Santa Cruz (em Uquía)	MHN	Decreto 95.687/1941	Valor histórico	Jesuíta Pedro Lozano	Arte	-	Religioso

34	Jujuy	Capilla de la Virgen del Rosario y san Francisco de Asís (em Tilcara)	MHN	Decreto 95.687/1941	Valor histórico	-	Arte	-	Religioso
35	Jujuy	Capilla de de Nuestra Señora de los Dolores y Nuestra Señora de la Candelaria (em Tumbaya)	MHN	Decreto 95.687/1941	Valor histórico	-	Arte	-	Religioso
36	Jujuy	Capilla de Nuestra Señora de la Asunción (em Casabindo)	MHN	Decreto 95.687/1941	Valor histórico	-	Arte colonial	-	Religioso
37	Jujuy	Capilla de la Inmaculada Concepción (em Huacalera)	MHN	Decreto 95.687/1941	Valor histórico	Lavalle	Arte	-	Religioso
38	Catamarca	Catedral de Nuestra Señora de la Virgen del Valle	MHN	Decreto 98.076/1941	-	-	Arte	Valor religioso	Religioso
39	Catamarca	Iglesia y Convento de San Francisco	MHN	Decreto 98.076/1941	Antiguidade; Escola de homens notáveis	Frei Esquiú; Marco Avellaneda	Beleza	-	Religioso
40	Catamarca	Capilla de Nuestra Señora del Rosario (em Piedra Blanca)	MHN	Decreto 98.076/1941	-	-	Arte; Arquitetura	-	Religioso
41	Catamarca	Capilla del Señor de los Milagros	MHN	Decreto 98.076/1941	Antiguidade	Frei Mamerto Esquiú	Beleza; Arquitetura;	-	Religioso
42	Tucumán	Casa de la Independencia	MHN	Decreto 98.076/1941	Valor histórico	-	-	-	Civil
43	Tucumán	Casa del obispo José Colombres	MHN	Decreto 98.076/1941	Antiguidade	Bispo Colombres	Beleza; Arquitetura colonial	-	Civil
44	Tucumán	Casa natal de Nicolás Avellaneda	MHN	Decreto 98.076/1941	Liga do Norte [Oposição à Rosas]	Nicolás Avellaneda; Marco Avellaneda	Arquitetura	-	Civil

45	Tucumán	Catedral de San Miguel de Tucumán	MHN	Decreto 98.076/1941	Vestígio histórico	-	Arte	-	Religioso
46	Tucumán	Capilla de Nuestra Señora de la Candelaria (em Chicligasta)	MHN	Decreto 98.076/1941	Antiguidade; Vestígio histórico	-	Arte; Arquitetura colonial	-	Religioso
47	Tucumán	Capilla de San Ignacio de la Cocha (em Graneros)	MHN	Decreto 98.076/1941	Antiguidade; Estância Jesuítica	-	Arte; Arquitetura colonial	-	Religioso
48	Tucumán	Campo de la Ciudadela o de las Carreras	LHN	Decreto 98.076/1941	Batalha de Tucumán (1812)	-	-	-	Natural (lugar de combate)
49	Córdoba	Capilla de San Roque	MHN	Decreto 104.179/1941	Antiguidade; Independência; Batalhas de La Tablada (1829) e Oncativo (1830)	-	Arte; Beleza	-	Religioso
50	Córdoba	Casa Quinta donde se encuentra el Nogal de Saldán	LHN	Decreto 104.179/1941	Exército do Norte	San Martín	-	-	Civil
51	Buenos Aires	Quinta de Pueyrredón	MHN	Decreto 104.180/1941	Valor histórico	Pueyrredón, San Martín	Arquitetura colonial	-	Civil
52	Catamarca	Iglesia de San Pedro (em Fiambalá)	MHN	Decreto 106.844/1941	Antiguidade	-	Arquitetura colonial	Valor religioso	Religioso
53	Córdoba	Convento de Santa Teresa	MHN	Decreto 106.845/1941	Antiguidade	-	Arte colonial	-	Religioso
54	Córdoba	Estancia Jesuítica de la Candelaria	MHN	Decreto 106.845/1941	Estância jesuítica; Antiguidade	-	-	-	Religioso
55	Mendoza	Capilla del Plumerillo (antiguo Oratorio de los Segura)	MHN	Decreto 107.512/1941	-	Papa Pio IX	-	-	Religioso
56	Mendoza	Ruinas del Templo de San Agustín	MHN	Decreto 107.512/1941	Antiguidade; “Valor evocativo”	-	-	Valor turístico	Religioso

57	Mendoza	Ruinas del Templo de San Francisco	MHN	Decreto 107.512/1941	Antiguidade; “Valor evocativo”		-	Valor turístico	Religioso
58	Mendoza	Solar de San Martín	LHN	Decreto 107.512/1941	-	San Martín	-	-	Civil
59	Mendoza	Chacra de San Martín	LHN	Decreto 107.512/1941	Valor histórico	San Martín	-	-	Civil
60	Mendoza	Campo del Plumerillo	LHN	Decreto 107.512/1941	Exército dos Andes	Gal. Jerónimo Espejo	-	-	Militar
61	San Juan	Catedral	MHN	Decreto 107.512/1941	Antiguidade; Patrimônio Jesuíta	Frei Santa María de Oro	-	-	Religioso
62	San Juan	Colegio de Pensionistas de Santa Rosa de Lima	MHN	Decreto 107.512/1941	-	Frei Santa María de Oro	-	-	Religioso
63	San Juan	Baños de Zonda	LHN	Decreto 107.512/1941	-	Sarmiento	-	-	Natural
64	San Juan	Convento de Religiosos Dominicos de San Juan de la Frontera (Celda de San Martín, Sala Capitular y Galería del Convento de Santo Domingo)	LHN	Decreto 107.512/1941	Exército dos Andes; Antiguidade	San Martín	-	-	Religioso
65	San Luis	Escuela de San Francisco del Monte de Oro	LHN	Decreto 107.512/1941	-	Sarmiento	-	-	Civil
66	San Luis	Campamento Histórico de las Chacras	LHN	Decreto 107.512/1941	Exército dos Andes	San Martín	-	-	Natural
67	San Luis	Aguada de Pueyrredón	LHN	Decreto 107.512/1941	-	Pueyrredón (1813)	-	-	Civil
68	Santiago del Estero	Iglesia de Nuestra Sra. de la Merced	MHN	Decreto 112.099/1942	Antiguidade	Juan Felipe Ibarra	Arquitetura	-	Religioso
69	Santiago del Estero	Reducción Jesuítica de Petacas	LHN	Decreto 112.099/1942	Redução jesuítica; Antiguidade	-	-	-	Religioso

70	Santiago del Estero	Vinará	LHN	Decreto 112.099/1942	Tratado de Paz entre Santiago del Estero e Tucumán	Ibarra	-	-	Indefinido
71	Santiago del Estero	Loreto Viejo (Alterado para LHN pelo Decreto 3.635/48, por solicitação da CN)	LHN	Decreto 112.099/1942	Exército do Norte	Belgrano	-	-	Civil
72	Santiago del Estero	Abipones [Alterado para LHN pelo Decreto 3.635/48, por solicitação da CN]	LHN	Decreto 112.099/1942	Redução jesuítica; Lutas contra indígenas;	Ibarra	-	-	Religioso
73	La Rioja	Las Pardecitas	LHN	Decreto 12.099/1942	Catequização de índios	San Francisco Solano	-	-	Religioso
74	Corrientes	Iglesia de Santa Lucía	MHN	Decreto 112.765/1942	Antiguidade; Missão franciscana	-	-	-	Religioso
75	Corrientes	Solar donde se encuentra el actual Templo Santuario de la Cruz del Milagro	LHN	Decreto 112.765/1942	Antiguidade	-	-	-	Religioso
76	Corrientes	Riachuelo	LHN	Decreto 112.765/1942	Guerra da Tríplice Aliança	-	-	-	Natural (lugar de combate)
77	Corrientes	Barrancas de las Cuevas	LHN	Decreto 112.765/1942	Guerra da Tríplice Aliança	-	-	-	Natural (lugar de combate)
78	Corrientes	Yatay	LHN	Decreto 112.765/1942	Guerra da Tríplice Aliança	-	-	-	Natural (lugar de combate)
79	Corrientes	Curuzú Cuatiá	LHN	Decreto 112.765/1942	-	Belgrano	-	-	Indefinido
80	Corrientes	Señalamiento de las antiguas Misiones de Yapeyú	LHN	Decreto 112.765/1942	Missões jesuíticas	-	-	-	Religioso

81	Corrientes	Señalamiento de las antiguas Misiones de Santo Tomé	LHN	Decreto 112.765/1942	Missões jesuíticas	-	-	-	Religioso
82	Corrientes	Señalamiento de las antiguas Misiones de La Cruz	LHN	Decreto 112.765/1942	Missões jesuíticas	-	-	-	Religioso
83	Corrientes (Atual Misiones)	Señalamiento de las antiguas Misiones de Apóstoles	LHN	Decreto 112.765/1942	Missões jesuíticas	-	-	-	Religioso
84	Corrientes	Señalamiento de las antiguas Misiones de San Carlos	LHN	Decreto 112.765/1942	Missões jesuíticas	-	-	-	Religioso
85	Entre Rios	Local que ocupó el Senado de la Confederación (em Paraná)	MHN	Decreto 112.765/1942	Confederação Argentina (1854-1861)	-	-	-	Civil
86	Entre Rios	Catedral de Paraná	MHN	Decreto 112.765/1942	Constituição 1853; Antiguidade	-	Beleza; Arquitetura	-	Religioso
87	Entre Rios	Iglesia Parroquial de Concepción del Uruguay (Basílica Menor de la Inmaculada Concepción)	MHN	Decreto 112.765/1942	-	General Urquiza	-	-	Religioso
88	Entre Rios	Colegio Nacional Justo José de Urquiza (em Concepción del Uruguay)	MHN	Decreto 112.765/1942	Escola de homens notáveis	General Urquiza	-	-	Civil
89	Entre Rios	La entrada del Arroyo de la China (no rio Uruguay)	LHN	Decreto 112.765/1942	Batalha 1814	Almirante Brown	-	-	Natural (lugar de combate)

90	Entre Rios	Punta Gorda	LHN	Decreto 112.765/1942	Oposição à Rosas	Lavalle; Urquiza;	-	-	Natural
91	Santa Fé	Templo y Convento de San Francisco	MHN	Decreto 112.765/1942	Antiguidade; Constituição 1853;	Estanislao López	-	-	Religioso
92	Santa Fé	Casa de Estanislao López	MHN	Decreto 112.765/1942	-	Estanislao López	-	-	Civil
93	Santa Fé	Casa de los Aldao	MHN	Decreto 112.765/1942	Antiguidade	-	Arquitetura colonial	-	Civil
94	Santa Fé	Casa de Simón de Iriondo	MHN	Decreto 112.765/1942	-	Simón de Iriondo	Arquitetura típica	- Destruída, cf. Uribarren (p. 204)	Civil
95	Santa Fé	Catedral Metropolitana	MHN	Decreto 112.765/1942	Antiguidade	Padre José de Amenábar; Simón de Iriondo	-	-	Religioso
96	Santa Fé	Iglesia de la Merced o Templo de la Inmaculada	MHN	Decreto 112.765/1942	Patrimônio jesuíta; Antiguidade; Constituição 1853	-	Arte colonial; Irmão Verges	Valor religioso	Religioso
97	Santa Fé	La Estanzuela	MHN	Decreto 112.765/1942	Antiguidade	Pascual Echagüe	Arquitetura	-	Civil
98	Santa Fé	Lugar de la Antigua Bateria "Libertad"	LHN	Decreto 112.765/1942	Bandeira nacional	-	-	-	Militar
99	Santa Fé	Fuerte de Santi Spiritu	LHN	Decreto 112.765/1942	Fundação colonial	-	-	-	Militar
100	Santa Fé	Cayastá	LHN	Decreto 112.765/1942	Fundação colonial	-	-	-	Indefinido
101	Buenos Aires	Cabildo de Luján	MHN	Decreto 120.411/1942	Invasões inglesas	General Paz	Arquitetura colonial	-	Civil
102	Buenos Aires	Casa del Virrey Sobremonte	MHN	Decreto 120.411/1942	-	Vice-rei Sobremonte	Arquitetura colonial	-	Civil

103	Buenos Aires	Palomar de Caseros	MHN	Decreto 120.411/1942	Antiguidade; Batalha de Caseros	Urquiza; Rosas	-	-	Civil
104	Buenos Aires	Chacra de los Tapiales	MHN	Decreto 120.411/1942	Antiguidade; Ocupação espanhola	Martín Altolaquirre	Arquitetura colonial	-	Civil
105	Buenos Aires	Estancia del Virrey del Pino	MHN	Decreto 120.411/1942	Antiguidade	Vice-rei Joaquín del Pino	Arquitetura colonial rural	-	Civil
106	Buenos Aires	Fuerte de Barragán	MHN	Decreto, 120.411/1942	Antiguidade; Forte colonial	-	-	-	Militar
107	Buenos Aires	Torre de la Capilla del Fuerte (em Carmen de Patagones)	MHN	Decreto 120.411/1942	Guerra com o Brasil (1827)	-	-	-	Militar
108	Buenos Aires	Plaza de Pilar	LHN	Decreto 120.411/1942	Tratado del Pilar (1820)	-	-	-	Civil
109	Buenos Aires	Playa de Quilmes	LHN	Decreto 120.411/1942	Invasões inglesas; Guerra com o Brasil (1827)	Almirante Brown	-	-	Natural (lugar de combate)
110	Buenos Aires	Caseros	LHN	Decreto 120.411/1942	Batalha de Caseros	Urquiza; Rosas	-	-	Natural (lugar de combate)
111	Buenos Aires	Perdriel	LHN	Decreto 120.411/1942	Invasões inglesas	Pueyrredón	-	-	Natural (lugar de combate)
112	Buenos Aires	Obligado	LHN	Decreto 120.411/1942	Batalha da Volta de Obligado (1845)	General Mansilla	-	-	Natural (lugar de combate)
113	Ciudad de Bs. Aires	Casa de Santiago de Liniers	MHN	Decreto 120.412/1942	Invasões inglesas	Santiago de Liniers	Arquitetura colonial	-	Civil

114	Ciudad de Bs. Aires	Casa de Esteban de Luca	MHN	Decreto 120.412/1942	Primeiro arsenal de guerra	Esteban de Luca	Arquitetura colonial	-	Civil
115	Ciudad de Bs. Aires	Casa de Mitre	MHN	Decreto 120.412/1942	Organização nacional	Bartolomé Mitre	-	-	Civil
116	Ciudad de Bs. Aires	Casa natal do general Antonio González Balcarce	MHN	Decreto 120.412/1942	Antiguidade; Batalha de Suipacha (1810)	Antonio González Balcarce	-	-	Civil
117	Ciudad de Bs. Aires	Iglesia de Santo Domingo	MHN	Decreto 120.412/1942	Antiguidade; Invasões inglesas	Rivadavia	Mestre de obras Francisco Alvares	-	Religioso
118	Ciudad de Bs. Aires	Iglesia de San Juan Bautista	MHN	Decreto 120.412/1942	Antiguidade; Catequização de índios	-	-	-	Religioso
119	Ciudad de Bs. Aires	Casa de Ejercicios Espirituales	MHN	Decreto 120.412/1942	Antiguidade	Sor María de la Paz y Figueroa	Arquitetura colonial	-	Religioso
120	Ciudad de Bs. Aires	Iglesia de Nuestra Señora de la Merced	MHN	Decreto 120.412/1942	Antiguidade	-	Arquitetos Blanqui e Prímoli	-	Religioso
121	Ciudad de Bs. Aires	Iglesia de Santa Catalina de Siena	MHN	Decreto 120.412/1942	Antiguidade	-	Arquiteto Prímoli	-	Religioso
122	Ciudad de Bs. Aires	Basílica de Nuestra Señora del Pilar	MHN	Decreto 120.412/1942	Antiguidade	-	Arquitetos Blanqui e Prímoli	-	Religioso
123	Ciudad de Bs. Aires	Iglesia de San Pedro Telmo	MHN	Decreto 120.412/1942	Antiguidade	-	Arquitetos Blanqui, Prímoli e Schmidt	-	Religioso
124	Ciudad de Bs. Aires	Templo de San Francisco	MHN	Decreto 120.412/1942	Antiguidade	-	Arquitetos Blanqui e Vicente Muñoz	-	Religioso

125	Ciudad de Bs. Aires	Capilla de San Roque	MHN	Decreto 120.412/1942	-	-	Arquitectos Blanqui, Vicente Muñoz e Sackmann	-	Religioso
126	Ciudad de Bs. Aires	Templo de San Ignacio	MHN	Decreto 120.412/1942	Antiguidade; Universidade de Buenos Aires (inauguração)	Juan José Castelli; Rivadavia	Arquitecto Kraus	-	Religioso
127	Ciudad de Bs. Aires	Sala de la Junta de Representantes (na Manzana de las Luces)	MHN	Decreto 120.412/1942	Junta de Representantes de Buenos Aires (provincia); Congresso Geral Constituinte de 1824 a 1827	Rivadavia	-	-	Civil
128	Ciudad de Bs. Aires	Casa de Gobierno (Casa Rosada)	MHN	Decreto 120.412/1942	Antiguidade; Consolidação do Estado nacional	Mitre	-	-	Civil
129	Ciudad de Bs. Aires	Pirámide de Mayo	MHN	Decreto 120.412/1942	Valor histórico; Revolução de Maio	-	Mestre de obras Francisco Cañete	-	Civil
130	Ciudad de Bs. Aires	Catedral Metropolitana	MHN	Decreto 120.412/1942	Antiguidade	San Martín	Arquitectos Masella e Próspero Catelín; escultor Carrière-Belleuse	-	Religioso
131	Ciudad de Bs. Aires	Recinto del Antiguo Congreso Nacional	MHN	Decreto 120.412/1942	Antiguidade; Congresso Nacional	-	Arquitecto Jonas Larguía	-	Civil
132	Ciudad de Bs. Aires	Dársena Norte	LHN	Decreto 120.412/1942	Guerra contra o Brasil (1826)	Almirante Brown	-	-	Natural (lugar de combate)
133	Ciudad de Bs. Aires	Plaza de Mayo	LHN	Decreto 122.096/1942	Valor histórico; Fundação colonial;	Juan de Garay	-	-	Civil

					Invasões inglesas; Revolução de Maio; Independência, Constituição nacional				
134	Ciudad de Bs. Aires	Plaza San Martín	LHN	Decreto 122.096/1942	Valor histórico; Invasões inglesas; Batalha de San Lorenzo; Exército dos Andes	San Martín	-	-	Civil
135	Santiago del Estero	Celda - Capilla de S. Francisco Solano (no Convento de San Francisco)	MHN	Decreto 123.529/1942	Antiguidade	San Francisco Solano	-	Valor religioso/de tradição	Religioso
136	Santiago del Estero	Convento e Iglesia de San Francisco (Alterado para MHN pelo Decreto 3.635/48, por solicitação da CN)	MHN	Decreto 123.529/1942	Antiguidade	-	-	Valor religioso/de tradição	Religioso
137	Salta	Iglesia de San Carlos Borromeo	MHN	Decreto 137.845/1942	Antiguidade; Independência	-	Arquitetura; Influência artística indígena	-	Religioso
138	Salta	Iglesia de San Pedro Nolasco (em Molinos)	MHN	Decreto 137.845/1942	Antiguidade	-	Arquitetura	-	Religioso
139	Mendoza	Ruinas del Fuerte de San Rafael	MHN	Decreto 137.846/1942	Antiguidade; Lutas contra indígenas	Vice-rei Marquês de Sobremonte	-	-	Militar
140	Buenos Aires	Lugar do Combate de San Carlos	LHN	Decreto 2.478/1943	Lutas contra indígenas (1872)	-	-	-	Natural (lugar de combate)
141	Salta	El Carmen de Güemes	MHN	Decreto 2.478/1943	Exército do Norte	Güemes	-	-	Civil

142	Ciudad de Bs. Aires	Árbol Aguaribay (no terreno do Instituto Bernasconi)	Árvore histórica	Decreto 3.369/1943	Limites nacionais	Perito Moreno	-	-	Natural
143	Buenos Aires	Playa de San Isidro	LHN	Decreto 6.115/1943	Guerra contra o Brasil (1825)	-	-	-	Natural
144	Neuquén	Fortín de la IV División	LHN	Decreto 8.729/1943	Campanha do Deserto (1879);	-	-	-	Militar
145	Neuquén	Fortín Guanacos	LHN	Decreto 8.729/1943	Campanha do Deserto (1879); Lutas contra indígenas	-	-	-	Militar
146	Neuquén	Cerro de la Artillería	LHN	Decreto 8.729/1943	Campanha do Deserto (1879)	-	-	-	Natural (lugar de combate)
147	Neuquén	Sitio de la fundación del pueblo de Junín de los Andes	LHN	Decreto 8.729/1943	Campanha do Deserto (1883)	-	-	-	Indefinido
148	Neuquén	Lugar del combate de Chimehuin	LHN	Decreto 8.729/1943	Campanha do Deserto (1879); Lutas contra indígenas	Cacique Nancucho	-	-	Natural (lugar de combate)
149	Neuquén	Sitio de la fundación del pueblo de San Martín de los Andes	LHN	Decreto 8.729/1943	Campanha do Deserto (1898)	-	-	-	Indefinido
150	Neuquén	Fortín Chacabuco	LHN	Decreto 8.729/1943	Campanha do Deserto (1881)	-	-	-	Militar
151	Neuquén	Misiones Jesuíticas en Bariloche y Nahuel Huapí	LHN	Decreto 8.729/1943	Missões jesuíticas	Rvdo. Nicolás Mascardi	-	-	Religioso
152	Neuquén	Lugar del combate de la Trinchera	LHN	Decreto 8.729/1943	Campanha do Deserto (1882); Lutas contra indígenas	Cacique Nancucho	-	-	Natural (lugar de combate)

153	Neuquén	Lugar del combate de Pulmari	LHN	Decreto 8.729/1943	Campanha do Deserto (1883); Lutas contra indígenas	-	-	-	Natural (lugar de combate)
154	Neuquén	Fortín Mamuy Malal	LHN	Decreto 8.729/1943	Lutas contra indígenas	-	-	-	Militar
155	Neuquén	Fortín Huinchu Lauquen	LHN	Decreto 8.729/1943	Lutas contra indígenas	-	-	-	Militar
156	La Pampa	Lugar de pasaje del Río Colorado (Paso Pacheco)	LHN	Decreto 11.146/1943	Campanha do Deserto (1833)	-	-	-	Natural
157	La Pampa	Trerú Lauquen	LHN	Decreto 11.146/1943	Campanha do Deserto (1879)	-	-	-	Militar
158	La Pampa	Luan Lauquen	LHN	Decreto 11.146/1943	Campanha do Deserto (1879)	-	-	-	Natural
159	La Pampa	Nainco	LHN	Decreto 11.146/1943	Campanha do Deserto (1879)	-	-	-	Natural
160	La Pampa	Pitral Laquen (Zona de Poitahué)	LHN	Decreto 11.146/1943	Campanha do Deserto (1879)	-	-	-	Natural
161	La Pampa	Lugar de Combate entre Cuchilloco y Curacó	LHN	Decreto 11.146/1943	Campanha do Deserto (1882); Lutas contra indígenas	-	-	-	Natural (lugar de combate)
162	Santa Cruz	Puerto Deseado	LHN	Decreto 12.466/1943	Forte colonial	-	-	-	Militar
163	Santa Cruz	Puerto Santa Cruz	LHN	Decreto 12.466/1943	Campanha do Deserto; Ocupação espanhola	Fernão de Magalhães	-	-	Natural
164	Santa Cruz	Puerto San Julián	LHN	Decreto 12.466/1943	Ocupação espanhola	Fernão de Magalhães	-	-	Natural

165	Santa Cruz	Río Gallegos	LHN	Decreto 12.466/1943	Ocupação espanhola	-	-	-	Natural
166	Ciudad de Bs. Aires	Solar donde se levanta el Colegio Nacional (dependiente da Universidade de Buenos Aires)	LHN	Decreto 12.904/1943	Antiguidade	-	-	-	Civil
167	Salta	Casa de los Uriburu	MHN	Decreto 14.708/1943	Antiguidade	José Evaristo Uriburu	Arquitetura	-	Civil
168	Jujuy	Iglesia de Nuestra Señora de Belén (em Susques)	MHN	Decreto 16.482/1943	Antiguidade; Patrimônio jesuíta	-	Arquitetura	Valor religioso/de tradição	Religioso
169	Catamarca	Ruinas de Incahuasi	MHN	Decreto 16.482/1943	Ruínas indígenas	-	-	-	Arqueológico
170	Chaco	Reducción de Nuestra Señora de Dolores y Santiago de Mocobi	LHN	Decreto 16.482/1943	Ocupação do Territ. Nacional	-	-	-	Religioso
171	Chaco	Reducción de San Bernardo el Vértiz	LHN	Decreto 16.482/1943	Ocupação do Territ. Nacional	-	-	-	Religioso
172	Chaco	Nuestra Señora de la Concepción de Bermejo	LHN	Decreto 16.482/1943	Ocupação espanhola (1585)	-	-	-	Natural
173	Chaco	Timbó (Puerto Bermejo)	LHN	Decreto 16.482/1943	Campanha ao Chaco	-	-	-	Natural
174	Misiones	San Ignacio Miní	MHN	Decreto 16.482/1943	Missões jesuíticas; Antiguidade;	Padre Montoya	-	-	Religioso
175	Misiones	La Candelaria	LHN	Decreto 16.482/1943	Exército revolucionário (1810)	Belgrano	-	-	Natural
176	Misiones	Señalamiento de las antiguas misiones de San José	LHN	Decreto 16.482/1943	Missões jesuíticas	-	-	-	Religioso

177	Misiones	Señalamiento de las antiguas misiones de Apóstoles	LHN	Decreto 16.482/1943	Missões jesuíticas	-	-	-	Religioso
178	Misiones	Señalamiento de las antiguas misiones de San Javier	LHN	Decreto 16.482/1943	Missões jesuíticas	-	-	-	Religioso
179	Misiones	Señalamiento de las antiguas misiones de Mártires	LHN	Decreto 16.482/1943	Missões jesuíticas	-	-	-	Religioso
180	Misiones	Señalamiento de las antiguas misiones de Concepción	LHN	Decreto 16.482/1943	Missões jesuíticas	-	-	-	Religioso
181	Misiones	Señalamiento de las antiguas misiones de Santa Ana	LHN	Decreto 16.482/1943	Missões jesuíticas	-	-	-	Religioso
182	Misiones	Señalamiento de las antiguas misiones de Corpus	LHN	Decreto 16.482/1943	Missões jesuíticas	-	-	-	Religioso
183	Misiones	Señalamiento de las antiguas misiones de Loreto	LHN	Decreto 16.482/1943	Missões jesuíticas	-	-	-	Religioso
184	Rio Negro	Pasaje del Río Colorado frente al pueblo de Buena Parada	LHN	Decreto 17.265/1943	Campanha do Deserto (1879)	-	-	-	Natural
185	Rio Negro	Vivac del Ejército Expedicionario al Desierto (em Pampa de los Molinos)	LHN	Decreto 17.265/1943	Campanha do Deserto (1879)	General Roca	-	-	Natural
186	Rio Negro	Paso Fotheringham	LHN	Decreto 17.265/1943	Campanha do Deserto (1879)	General Roca	-	-	Natural
187	Rio Negro	Combate de Fortín 1ª División	LHN	Decreto 17.265/1943	Campanha do Deserto (1881); Lutas contra indígenas	-	-	-	Natural (lugar de combate)
188	Tierra del Fuego	Sitio donde se izó por primera vez la bandera argentina	LHN	Decreto 17.265/1943	Ocupação Territ. Nacional	-	-	-	Natural

189	Córdoba	Casa de Leopoldo Lugones	LHN	Decreto 8.350/1944	-	Leopoldo Lugones	-	-	Civil
190	Salta	Capilla de Chamental	MHN	Decreto 14.119/1944	Antiguidade	Güemes	Arquitetura colonial	-	Religioso
191	Tucumán	Capilla de San José de Lules	MHN	Decreto 14.119/1944	Antiguidade; História colonial	-	-	-	Religioso
192	Buenos Aires	Fortín Cuatrerros	MHN	Decreto 14.119/1944	Lutas contra indígenas	-	-	-	Militar
193	Salta	Ruinas de Tolombón	MHN	Decreto 21.483/1944	História “pré-hispânica”; História indígena	Juan de Calchaquí	-	-	Arqueológico
194	Santa Fé	Mirador del Fortín de Melincué	MHN	Decreto 26.250/1944	Lutas contra indígenas	-	-	-	Militar
195	Corrientes	Pueblo de Yapeyú	LHN	Decreto 24.455/1945	Valor histórico	San Martín	-	-	Indefinido
196	Buenos Aires	Combate de Tapalqué	LHN	Decreto 30.825/1945	Campanha do deserto (1839); Lutas contra indígenas (1839)	-	-	-	Natural (lugar de combate)
197	Buenos Aires	Combate de Pigüé	LHN	Decreto 30.825/1945	Campanha do deserto (1858); Lutas contra indígenas (1858)	Cacique Calfucurá	-	-	Natural (lugar de combate)
198	Salta	Incahuasi (Casa del Inca)	MHN	Decreto 30.833/1945	História indígena	-	Arquitetura	-	Arqueológico
199	Corrientes	Columna conmemorativa de la fundación de Corrientes	MHN	Decreto 30.834/1945	Antiguidade	-	-	-	Civil
200	Mendoza	Bóvedas de San Martín	MHN	Decreto 30.835/1945	Antiguidade	San Martín	-	-	Civil
201	Córdoba	Cuchi Corral	LHN	Decreto 30.836/1945	Antiguidade	Canônico Miguel	Arquitetura colonial	-	Indefinido

						Calixto del Corro			
202	Ciudad de Bs. Aires	Sepulcro de Aristóbulo del Valle	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 30.837/1945	-	Aristóbulo del Valle	-	-	-
203	Ciudad de Bs. Aires	Sepulcro de Gral. Miguel E. Soler	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 30.837/1945	-	Miguel E. Soler	-	-	-
204	Buenos Aires	Quinta de Santa Coloma	MHN	Decreto 30.838/1945	Antiguidade	-	Arquitectura colonial	-	Civil
205	Salta	Iglesia del pueblo de Cachi	MHN	Decreto 30.839/1945	-	-	Arquitectura colonial	-	Religioso
206	Misiones	Ruinas Jesuíticas de Santa María	MHN	Decreto 31.453/1945	Missões jesuíticas; Valor histórico	-	-	Valor turístico	Religioso
207	Ciudad de Bs. Aires	Magnolia (no Parque 3 de Febrero)	Árbol Hist.	Decreto 2.232/1946	-	Avellaneda	-	-	Natural
208	Ciudad de Bs. Aires	Pacará (no Parque Chacabuco)	Árbol Hist.	Decreto 2.232/1946	Aplicação das primeiras vacinas (1806)	-	-	-	Natural
209	Buenos Aires	Algarrobo de Pueyrredón	Árbol Hist.	Decreto 2.232/1946	-	San Martín; Pueyrredón	-	-	Natural
210	Córdoba	Nogal de Saldán	Árbol Hist.	Decreto 2.232/1946	Antiguidade	San Martín; José M. Paz	-	-	Natural
211	Mendoza	Sauce de Plumerillo	Árbol Hist.	Decreto 2.232/1946	-	San Martín; O'Higgins	-	-	Natural
212	La Rioja	Olivo de Arauco	Árbol Hist.	Decreto 2.232/1946	Antiguidade	-	-	-	Natural
213	Salta	Casa del General Arias Rengel	MHN	Decreto 2.233/1946	-	Gal. Arias Rengel	Arquitectura colonial	-	Civil
214	Salta	Casa de Zorilla	MHN	Decreto 2.233/1946	-	Manuel Marcos Zorilla; Avellaneda; Roca	Arquitectura colonial	-	Civil

215	Salta	Casa de los Otero	MHN	Decreto 2.233/1946	-	San Martín	Arquitectura colonial	-	Civil
216	Ciudad de Bs. Aires	Sepulcro de Marcos Balcarce	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Marcos Balcarce	-	-	-
217	Ciudad de Bs. Aires	Valentín Alsina	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Valentín Alsina	-	-	-
218	Ciudad de Bs. Aires	Dalmacio Vélez Sarsfield	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Dalmacio Vélez Sarsfield	-	-	-
219	Ciudad de Bs. Aires	Obispo de Buenos Aires, Dr. Manuel Azamor y Ramírez	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Obispo Dr. Manuel Azamor y Ramírez	-	-	-
220	Ciudad de Bs. Aires	Canónigo Dr. Diego Estanislao Zavaleta	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Can. Diego Estanislao Zavaleta	-	-	-
221	Ciudad de Bs. Aires	Deán Dr. Saturnino Seguro	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Deán Dr. Saturnino Seguro	-	-	-
222	Ciudad de Bs. Aires	Canónigo Dr. José Eusebio de Agüero	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Canónigo Dr. José Eusebio de Agüero	-	-	-
223	Ciudad de Bs. Aires	Canónigo Dr. Julián Segundo de Agüero (no Panteão dos Canônigos da Igreja Catedral Metropolitana)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Canónigo Dr. Julián Segundo de Agüero	-	-	-
224	Mendoza	Coronel Antonio Luis de Berutti (na Igreja de San Francisco)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Coronel Antonio Luis de Berutti	-	-	-
225	Mendoza	General Jerónimo Espejo (no Campo del Plumerillo)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	General Jerónimo Espejo	-	-	-

226	Mendoza	Juan Gualberto Godoy	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Juan Gualberto Godoy	-	-	-
227	Mendoza	José Vicente Zapata	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	José Vicente Zapata	-	-	-
228	Mendoza	Tomás Godo Cruz	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Tomás Godo Cruz	-	-	-
229	Entre Rios	Brigadier General Justo José de Urquiza (na Iglesia Catedral de Concepción del Uruguay)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Brigadier General Justo José de Urquiza	-	-	-
230	Entre Rios	General José Miguel Galán	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	General José Miguel Galán	-	-	-
231	Entre Rios	Dr. Manuel Leiva, en el cementerio de Paraná	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Dr. Manuel Leiva	-	-	-
232	Salta	General Martín Güemes	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	General Martín Güemes	-	-	-
233	Salta	General Rudesindo Alvarado	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	General Rudesindo Alvarado	-	-	-
234	Salta	Dr. Facundo Zuviría (na Iglesia Catedral de Salta)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Dr. Facundo Zuviría	-	-	-
235	Corrientes	Amado Bonpland	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Amado Bonpland	-	-	-
236	Corrientes	Genaro Berón de Astrada	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Genaro Berón de Astrada	-	-	-

237	Corrientes	Joaquín de Madariaga (na Igreja Catedral de Corrientes)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Joaquín de Madariaga	-	-	-
238	Corrientes	Fray José de la Quintana (no Templo de San Francisco)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Fray José de la Quintana	-	-	-
239	Corrientes	Dr. José Ramón Vidal	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Dr. José Ramón Vidal	-	-	-
240	La Rioja	Pedro Ignacio Castro Barros (na Igreja Matriz de La Rioja)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Pedro Ignacio Castro Barros	-	-	-
241	La Rioja	Francisco A. Ortiz de Ocampo (na Igreja de La Merced)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Francisco A. Ortiz de Ocampo	-	-	-
242	La Rioja	Nicolás Dávila	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Nicolás Dávila	-	-	-
243	Santa Fe	Pedro de Bustamante	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Pedro de Bustamante	-	-	-
244	Santa Fe	Dr. José de Amenabar	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Dr. José de Amenabar	-	-	-
245	Santa Fe	Dr. Simón de Iriondo	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Dr. Simón de Iriondo	-	-	-
246	Santa Fe	Teniente Coronel Juan Apóstol Martínez	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Teniente Coronel Juan Apóstol Martínez	-	-	-
247	Santa Fe	Coronel José María Aguirre (na Igreja Catedral da cidade de Santa Fe)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Coronel José María Aguirre	-	-	-

248	Santa Fe	Urbano de Iriondo (na Igreja de Santo Domingo)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Urbano de Iriondo	-	-	-
249	Santa Fe	Domingo Crespo (na Igreja de Santo Domingo)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Domingo Crespo	-	-	-
250	Santa Fe	Francisco Antonio Candiotti (na Igreja de Santo Domingo)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Francisco Antonio Candiotti	-	-	-
251	Santa Fe	Domingo Cullen (na Igreja de Santo Domingo)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Domingo Cullen	-	-	-
252	Tucumán	Fray José Manuel Pérez (no Convento de Santo Domingo, em Tucumán)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Fray José Manuel Pérez	-	-	-
253	Tucumán	Dr. José E. Colombres	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	Dr. José E. Colombres	-	-	-
254	Tucumán	General Gregorio Aráon de Lamadrid (na Igreja Catedral, em Tucumán)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	-	General Gregorio Aráon de Lamadrid	-	-	-
255	La Pampa	Pirâmide de los Héroes de Cochi-Co (na Plaza Victoria)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 2.236/1946	Campanha do Deserto (1882)	-	-	-	-
256	Santa Fe	Pino del Convento de San Lorenzo	Árbol Hist.	Decreto 3.038/1946	Batalha de San Lorenzo	San Martín	-	-	Natural
257	Buenos Aires	Ombú del Campo de Caseros	Árbol Hist.	Decreto 3.038/1946	Batalha de Caseros; Antiguidade	-	-	-	Natural
258	Ciudad de Bs. Aires	Cornelio de Saavedra	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Cornelio de Saavedra	-	-	-

259	Ciudad de Bs. Aires	Juan José Paso	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Juan José Paso	-	-	-
260	Ciudad de Bs. Aires	Mariano Moreno	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Mariano Moreno	-	-	-
261	Ciudad de Bs. Aires	Feliciano Antonio Chiclana	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Feliciano Antonio Chiclana	-	-	-
262	Ciudad de Bs. Aires	Miguel de Azcuénaga	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Miguel de Azcuénaga	-	-	-
263	Ciudad de Bs. Aires	Domingo Matheu	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Domingo Matheu	-	-	-
264	Ciudad de Bs. Aires	Gregorio Funes	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Gregorio Funes	-	-	-
265	Ciudad de Bs. Aires	Juan Martín de Pueyrredón	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Juan Martín de Pueyrredón	-	-	-
266	Ciudad de Bs. Aires	Martín Rodríguez	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Martín Rodríguez	-	-	-
267	Ciudad de Bs. Aires	Tomás Guido	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Tomás Guido	-	-	-
268	Ciudad de Bs. Aires	Juan Ramón González Balcarce	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Juan Ramón González Balcarce	-	-	-
269	Ciudad de Bs. Aires	Guillermo Brown	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Guillermo Brown	-	-	-
270	Ciudad de Bs. Aires	Vicente López y Planes	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Vicente López y Planes	-	-	-

271	Ciudad de Bs. Aires	Bernardo Monteagudo	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Bernardo Monteagudo	-	-	-
272	Ciudad de Bs. Aires	José María Paz	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	José María Paz	-	-	-
273	Ciudad de Bs. Aires	Ignacio Alvarez Thomas	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Ignacio Alvarez Thomas	-	-	-
274	Ciudad de Bs. Aires	Carlos de Alvear	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Carlos de Alvear	-	-	-
275	Ciudad de Bs. Aires	Federico Brandsen	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Federico Brandsen	-	-	-
276	Ciudad de Bs. Aires	Manuel Dorrego	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Manuel Dorrego	-	-	-
277	Ciudad de Bs. Aires	Juan Lavalle	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Juan Lavalle	-	-	-
278	Ciudad de Bs. Aires	Bartolomé Mitre	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Bartolomé Mitre	-	-	-
279	Ciudad de Bs. Aires	Domingo Faustino Sarmiento	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Domingo Faustino Sarmiento	-	-	-
280	Ciudad de Bs. Aires	Pedro Ferré	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Pedro Ferré	-	-	-
281	Ciudad de Bs. Aires	Adolfo Alsina	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Adolfo Alsina	-	-	-
282	Ciudad de Bs. Aires	Juan María Gutiérrez	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Juan María Gutiérrez	-	-	-

283	Ciudad de Bs. Aires	Juan Bautista Alberdi	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Juan Bautista Alberdi	-	-	-
284	Ciudad de Bs. Aires	Marco Avellaneda	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Marco Avellaneda	-	-	-
285	Ciudad de Bs. Aires	Juan José Viamonte	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Juan José Viamonte	-	-	-
286	Ciudad de Bs. Aires	Remedios de Escalada	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Remedios de Escalada	-	-	-
287	Ciudad de Bs. Aires	María Sánchez de Mendeville	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	María Sánchez de Mendeville	-	-	-
288	Ciudad de Bs. Aires	Delfina Vedia de Mitre	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Delfina Vedia de Mitre	-	-	-
289	Ciudad de Bs. Aires	Julio A. Roca	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Julio A. Roca	-	-	-
290	Ciudad de Bs. Aires	Guillermo Rawson	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Guillermo Rawson	-	-	-
291	Ciudad de Bs. Aires	Nicolás Avellaneda	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Nicolás Avellaneda	-	-	-
292	Ciudad de Bs. Aires	Francisco de Escalada	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Francisco de Escalada	-	-	-
293	Ciudad de Bs. Aires	Eustaquio Díaz Vélez	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Eustaquio Díaz Vélez	-	-	-
294	Ciudad de Bs. Aires	Nicolás Rodríguez Peña	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Nicolás Rodríguez Peña	-	-	-

295	Ciudad de Bs. Aires	Ricardo Gutiérrez	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Ricardo Gutiérrez	-	-	-
296	Ciudad de Bs. Aires	Juan Cruz Varela	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Juan Cruz Varela	-	-	-
297	Ciudad de Bs. Aires	Olegario Andrade	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Olegario Andrade	-	-	-
298	Ciudad de Bs. Aires	José Hernández	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	José Hernández	-	-	-
299	Ciudad de Bs. Aires	Hilario Ascasubi	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Hilario Ascasubi	-	-	-
300	Ciudad de Bs. Aires	Juan Pujol	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Juan Pujol	-	-	-
301	Ciudad de Bs. Aires	Amadeo Jacques	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Amadeo Jacques	-	-	-
302	Ciudad de Bs. Aires	Estanislao Del Campo	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Estanislao Del Campo	-	-	-
303	Ciudad de Bs. Aires	Vicente Fidel López	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Vicente Fidel López	-	-	-
304	Ciudad de Bs. Aires	Lucio V. López	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Lucio V. López	-	-	-
305	Ciudad de Bs. Aires	Lucio Mansilla	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Lucio Mansilla	-	-	-
306	Ciudad de Bs. Aires	Juan A. Gelly y Obes	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Juan A. Gelly y Obes	-	-	-

307	Ciudad de Bs. Aires	Juan O'Brien	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Juan O'Brien	-	-	-
308	Ciudad de Bs. Aires	José M. Piran	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	José M. Piran	-	-	-
309	Ciudad de Bs. Aires	Hilario De La Quintana	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Hilario De La Quintana	-	-	-
310	Ciudad de Bs. Aires	Antonio Sáenz	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Antonio Sáenz	-	-	-
311	Ciudad de Bs. Aires	José de San Martín (na Catedral Metropolitana)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	José de San Martín	-	-	-
312	Ciudad de Bs. Aires	Manuel Belgrano (no Convento de Santo Domingo)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Manuel Belgrano	-	-	-
313	Ciudad de Bs. Aires	Bernardino Rivadavia (na Plaza Once de Septiembre)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Bernardino Rivadavia	-	-	-
314	Ciudad de Bs. Aires	Juan José Castelli (na Iglesia de San Ignacio)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Juan José Castelli	-	-	-
315	Ciudad de Bs. Aires	Antonio González Balcarce (na Iglesia de Santo Domingo)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 3.039/1946	-	Antonio González Balcarce	-	-	-
316	Corrientes	Casa de los Martínez	MHN	Decreto 3.430/1946	-	Martínez	Arquitectura colonial	-	Civil
317	Buenos Aires	Quinta de Braulio y Eduardo Costa	MHN	Decreto 3.431/1946	-	Eduardo Costa; Mitre	Beleza; Arquitectura colonial	-	Civil
318	Ciudad de Bs. Aires	General José Matías Zapiola (no Convento de Santo Domingo)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	General José Matías Zapiola	-	-	-
319	Ciudad de Bs. Aires	General Manuel Guillermo Pinto (na	MHN	Decreto 12.806/1946	-	General Manuel	-	-	-

		Catedral de Buenos Aires)	Sepulcro Hist.			Guillermo Pinto			
320	Ciudad de Bs. Aires	Coronel Pedro José Díaz	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	Coronel Pedro José Díaz	-	-	-
321	Ciudad de Bs. Aires	General Wenceslao Paunero	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	General Wenceslao Paunero	-	-	-
322	Ciudad de Bs. Aires	General Emilio Mitre	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	General Emilio Mitre	-	-	-
323	Ciudad de Bs. Aires	Coronel José de Olavarría	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	Coronel José de Olavarría	-	-	-
324	Ciudad de Bs. Aires	Coronel Isidoro Suárez	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	Coronel Isidoro Suárez	-	-	-
325	Ciudad de Bs. Aires	Doctor Francisco Javier Muñiz	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	Doctor Francisco Javier Muñiz	-	-	-
326	Ciudad de Bs. Aires	José Manuel Estrada	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	José Manuel Estrada	-	-	-
327	Ciudad de Bs. Aires	General Juan Florencio Terrada	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	General Juan Florencio Terrada	-	-	-
328	Córdoba	Obispo Mariano Angel Moscoso	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	Obispo Mariano Angel Moscoso	-	-	-
329	Córdoba	Fray Mamerto Esquiú (no Panteão da Catedral de Córdoba)	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	Fray Mamerto Esquiú	-	-	-
330	San Juan	Paula Albarracin de Sarmiento	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	Paula Albarracin de Sarmiento	-	-	-

331	San Juan	Fray Justo Santa María de Oro	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	Fray Justo Santa María de Oro	-	-	-
332	San Juan	Don Pedro Echagüe	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	Don Pedro Echagüe	-	-	-
333	San Juan	Antonino Aberastain	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	Antonino Aberastain	-	-	-
334	Catamarca	General Octaviano Navarro	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	General Octaviano Navarro	-	-	-
335	Santiago del Estero	Absalón Rojas	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 12.806/1946	-	Absalón Rojas	-	-	-

Fonte: Elaborada pela autora com base nos decretos de declaratórias.

Apêndice B: Lista de Bens declarados entre 1947 e 1955

					Declarado por:				
	Província/ T. N.	Bem declarado	Declarado como	Nº do Decreto ou Lei	Acontecimento histórico ou Antiguidade	Personagem histórico	Valor estético (arquitetura, arte, beleza)	Outro valor	Tipo (civil, religioso, militar, natural, arqueológico)
1	Ciudad de B. Aires	Coronel Dn. Francisco Segui	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 34.033/1947	-	Coronel de Marina Dn. Francisco Segui	-	-	-
2	San Juan	Casa natal de Francisco Narciso de Laprida	LHN	Decreto 8.504/1948 (alterado pelo Decreto 17.964/1949)	Independência	Francisco Narciso de Laprida	-	-	Civil
3	Ciudad de B. Aires	Casa habitada por Domingo F. Sarmiento	MHN	Decreto 13.725/1948	-	Domingo F. Sarmiento	-	-	Civil
4	Ciudad de B. Aires	Campo de deportes del “Buenos Aires, Cricket Club”	LHN	Decreto 14.028/1948	Primeiro clube esportivo do país	-	-	-	Civil
5	Ciudad de B. Aires	Solar donde vivió y murió el Almirante Guillermo Brown	LHN	Decreto 18.536/1948	-	Almirante Brown	-	-	Civil
6	Ciudad de B. Aires	Vuelta de Rocha	LHN	Decreto 18.540/1948	Valor histórico; Independência; Guerra com o Brasil	Almirante Brown	-	-	Militar
7	Ciudad de B. Aires	Edificio del Convento de los Recoletos Franciscanos	MHN	Decreto 29.746/1948	Antiguidade	-	Arquitetura colonial	-	Religioso
8	Buenos Aires	Tapalqué Viejo (Amplia o decreto Nº 30.825/1945)	LHN	Decreto 35.341/1948	Campanha do deserto (1839); Lutas contra indígenas	Calfucurá	-	-	Natural (lugar de combate)

9	Santa Cruz	Ruinas de los Españoles	LHN	Decreto 23.889/1949	Ocupação espanhola; Antiguidade; Lutas contra indígenas	-	-	-	Civil
10	Buenos Aires	Columna que encierra los restos del coronel de marina don Juan Baustista Azopardo (em San Nicolás de los Arroyos)	MHN	Decreto 27.286/1949	Independência	Cel. Juan Baustista Azopardo	-	-	-
11	Buenos Aires	Sepulcro de don Domingo de Oro	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 25.403/1950	-	Domingo de Oro	-	-	-
12	Buenos Aires	Sitio de la primera conscripción argentina (em Cura Malal)	LHN	Decreto 4.314/1951	Primeiro recrutamento militar (1896)	Gal. Luis María Campos	-	-	Militar
13	Mendoza	Fuerte San Carlos	LHN	Decreto 4.592/1951	Exército dos Andes	San Martín	-	-	Militar
14	Mendoza	Lugar donde se levantó el llamado "Batán de Tejeda" (no Departamento de General Las Heras)	LHN	Decreto 5.135/51	Exército dos Andes	San Martín			Indefinido
15	Ciudad de Bs. Aires	Sepulcro del doctor Pedro Alcántara de Somellera	MHN Sepulcro Hist.	Decreto 15.090/1951	-	Pedro Alcántara de Somellera	-	-	-
16	Corrientes	Convento de San Francisco	MHN	Decreto 17.582/1951	Antiguidade; Escola de homens notáveis	-	-	-	Religioso
17	Jujuy	Lugar de vivac de la Brigada Salta, denominado "Campo de San Lorenzo"	LHN	Decreto 24.571/1951	Batalha de San Lorenzo	-	-	-	Natural
18	Mendoza	Sitio del "Combate de Potrerillos" (na	LHN	Decreto 5.043/1952	Exército dos Andes	San Martín	-	-	Natural (lugar de combate)

		Quebrada del Río de las Cuevas)							
19	Mendoza	Paso de la Cumbre (na Cordilheira dos Andes)	LHN	Decreto 5.043/1952	Exército dos Andes	General Juan Gregorio de Las Heras, San Martín	-	-	Natural
20	Mendoza	Viejo puente sobre el Río Picheuta	LHN	Decreto 10.188/1952	Exército dos Andes	-	-	-	Civil
21	Formosa	Casa de Gobierno del Territorio Nacional de Formosa	MHN	Decreto 10.852/1953	História e ocupação do território nacional	-	Arquitetura	-	Civil
22	Santiago del Estero	Iglesia Catedral de Santiago del Estero	MHN	Decreto 13.723/1953	Antiguidade	-	-	-	Religioso
23	Córdoba	Ruinas de la capilla jesuítica de Quinta Santa Ana	MHN	Decreto 20.111/1953	Patrimônio jesuíta; Antiguidade; Congresso de Tucumán	-	Arquitetura; Arte	-	Religioso

Fonte: Elaborada pela autora com base nos decretos de declaratórias.